

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**GIULIANO SANEH**

**COMPETIÇÃO, IRREFLEXÃO, CONFORMISMO:  
CRÍTICA À CULTURA DA ADAPTAÇÃO**

**FLORIANÓPOLIS**

**2010**

**GIULIANO SANEH**

**COMPETIÇÃO, IRREFLEXÃO, CONFORMISMO:  
CRÍTICA À CULTURA DA ADAPTAÇÃO**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa.**

**FLORIANÓPOLIS**

**2010**

# AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, participaram da construção deste trabalho. Especialmente minha orientadora, Janice, por esses dez anos de aprendizado e colaboração. Da mesma forma, agradeço aos companheiros que passaram pelo NEJUC – e isto não é por mero formalismo, todo mundo que passou por lá foi muito legal mesmo, o que é estatisticamente notável em se tratando de jovens. Especialmente a turma 2007-2009.

Um obrigado para a Fátima e Albertina e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – PPGSP por aturar um acadêmico sem muito cuidado com algumas das exigências da rotina de prazos da burocracia universitária.

Não posso deixar de lembrar os amigos de sempre, Ney, Érica, Emerson, Nerilton, Cláudia, Evandro e André. Dos novos amigos de sempre aqui em Floripa, Gilmar, Silvana e Valcionir. Da turma da república, o Juca e o Cícero. A velha guarda do Observatório (2002-2005). Gente pra tomar uma cerveja e conversar toda hora – o que constitui, ontem e hoje, parte importante da aprendizagem profissional e da formação cultural do autor.

Agradeço ainda mais, se for possível, à Isabella e ao Jorge. Sem sua ajuda, de fato, esta tese ainda estaria no último capítulo.

À Ana pela ajuda e toda paciência do mundo por quase seis anos, até o finalzinho. Através dela, aproveito para lembrar sua família pelo apoio de sempre.

Aos meus pais Ahed e Isaura e ao meu irmão Fernando por tudo.

Por último, um agradecimento ao CNPQ pela bolsa de doutorado concedida, que permitiu toda tranquilidade necessária às leituras – e divagações – essenciais ao trabalho apresentado.

**Deus aparece para um camponês aflito pela miséria e dirige-se a ele nestes termos: Dar-te-ei tudo o que quiseres, mas saibas que, cada vez que me pedires algo, darei o dobro a teu vizinho. O que queres? O camponês refletiu um instante: Senhor, quero que me fures um olho.**

**Anedota russa**

# RESUMO

---

Competir e vencer, derrotar o adversário – o outro, liderar, mostrar força e poder. A ideia de competição, tão comum e tão presente nas relações pessoais, sob o capitalismo ganhou força, atingindo progressivamente os mais diversos cenários, solapando o mundo do trabalho através de “revolucionários” programas gerenciais de eliminação do desperdício (mão-de-obra e benefícios) e aumento de eficiência (lucro). Extrapolou também para o universo educativo, como uma espécie de orientador pedagógico para elevar o desempenho individual ou do grupo – um “formador de caráter” na preparação para a “dura realidade” do mundo lá fora. Essa competitividade, aparentemente restrita ao esforço e comprometimento individual, cada vez mais louvada pela informação industrializada, carrega em si, como diriam os frankfurtianos, elementos da barbárie. Ao supervalorizar a vitória, despreza o “derrotado” – o perdedor tão comum no xingamento depreciativo da cultura norte-americana – e abre espaço para a desvalorização do “outro”, para o discurso intolerante. A competitividade exacerbada pela lógica de mercado e reverenciada pela indústria cultural degenera-se em um individualismo egoísta e ambicioso, avesso a qualquer projeto solidário, trazendo à superfície algo de preconceituoso e xenófobo na medida em que cria ou exaspera rivalidades e eterniza hierarquias. A adaptação a isto tudo é a exigência feita aos mais jovens. Rapidamente, sem tempo para pensar.

Palavras-Chave: Adaptação, cultura, intolerância, juventude, competição e capitalismo.

# ABSTRACT

---

Compete and win, defeat the enemy – lead, show strength and power. The idea of competition, so common and widespread in personal relations, gained strength under the capitalist system. It has reached progressively different scenarios and undermined the world of work through “revolutionary” management programs which remove manpower and benefits, all taken as waste, and increase the efficiency – that means profit. It also extended into the educational universe, as a kind of instructional designer that helps to raise the individual or group performance and to build the character of people in order to face the “hard reality” of the outside world. This competition apparently restricted to individual effort and commitment, more and more exalted by large scale information, carries within itself elements of barbarism, as the members of the Frankfurt School would say. By overvaluing victory, it despises the “defeated” – the commonly known loser in the North American culture – and opens up to the devaluation of “the other” and to the intolerant speech. The competition, exacerbated by market logic and revered by the cultural industry, degenerates into a selfish and ambitious individualism, opposed to any project of solidarity. Moreover, it brings to the surface something of prejudice and xenophobia while creating or exasperating rivalries and perpetuating hierarchies. Adapting him/herself to this is the demand made to the young people. Quickly, without time to think about it.

Key Words: Adaptation, culture, intolerance, youth, competition and capitalism.

# SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>1</b>
---------------------	----------

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
-------------------	----------

---

APERTANDO O PARAFUSO

---

<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>20</b>
-------------------	-----------

---

CORRENDO PARA FICAR PARADO

1	A NOTA 10 DE PARETO	20
2	REVOLUÇÕES DENTRO DA “ORDEM”	38
3	A “GANÂNCIA DO BEM”	60

---

<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>68</b>
-------------------	-----------

---

PERSONIFICAÇÕES DO CAPITAL

1	A POBREZA COMO SUJEIRA, DOENÇA E CRIME	68
1.1	A HIERARQUIA DAS “RAÇAS”	74
3	CAFÉ SOCIETY	93
4	CANSEI E INSTITUTO MILLENIUM	100
4.1	OS JOVENS LÍDERES	110
5	CURRICULUM MORTIS	116

---

<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>127</b>
-------------------	------------

---

PEGOU FOGO DEMAIS

1	PROCESSO 17901/97	127
1.1	A REUNIÃO	130
1.2	PREGANDO “UM SUSTO”	131
2	AGIRAM OU NÃO COM <i>ANIMUS NECANDI</i> ?	136
3	UM CLICHÊ RECICLADO: “BANALIDADE DO MAL”	145

---

<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>151</b>
-------------------	------------

---

UMA CAUSA SEM REBELDES

1	A LÓGICA CULTURAL DO CAPITALISMO TARDIO	154
1.1	ULISSES AMARRADO	164
2	A ESTÉTICA DO CONFORMISMO	175

---

2.1	SOCIEDADE ADMINISTRADA	188
3	A ETERNA REPETIÇÃO DO MESMO	195
<b>CONSIDERAÇÕES</b>		<b>212</b>
PESSOAS FORA DE LUGAR		
<b>REFERÊNCIAS</b>		<b>221</b>
1	LIVROS E ARTIGOS	
2	TESES E DISSERTAÇÕES	234
3	REVISTAS	235
4	SITES E BLOGUES NA INTERNET	235
<b>ANEXOS</b>		<b>237</b>
<b>ANEXO 1</b>		<b>238</b>
MOVIMENTO CANSEI E INSTITUTO MILLENIUM		
<b>ANEXO 2</b>		<b>244</b>
CAPAS DE REVISTAS “EMPREENDEDORAS”		
<b>ANEXO 3</b>		<b>245</b>
NEOEUGENISTAS		
<b>ANEXO 4</b>		<b>246</b>
FOTOS TRIBUNAL DO JÚRI E PROCESSO 17901/97		



# APRESENTAÇÃO

---

**A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.**

**Eric Hobsbawm**

**Nenhuma história universal leva da selvageria ao humanismo, mas há uma que leva da funda à bomba nuclear.**

**Adorno**

Este trabalho procura investigar algumas conseqüências da naturalização pela cultura industrializada de determinadas construções ideológicas exigidas pelo modo de produção capitalista. A competição e seu atributo, competitividade, constituem dos principais aspectos formadores da integração social das gerações que chegam ao “mercado”. Tal adaptação, num funcionalismo arcaico, implica na aceitação do que aí está como inevitável, promovendo uma visão conservadora que privilegia, sempre, a mistificação das formas individuais de ganância, como na popular retórica do empreendedor que vem conseguindo – à esquerda e à direita – suprimir as tradicionais arenas de formação sindical de enfrentamento aos donos do meio de produção pela promessa de “ser seu próprio patrão”. O embate sai da esfera pública e se confina à produção individual de um *curriculum vitae* competitivo – ou seja, que demonstre o máximo possível o esforço de adaptação às exigências patronais. Neste aspecto parece se concentrar, ou se resumir, a formação dos jovens.

No lado oposto, os não adaptados, os miseráveis incapazes de mostrar à sociedade “de bem” seu valor no mundo das exigências curriculares. A permanência da desigualdade social sob o capitalismo requer a renovação dos simplórios expedientes utilizados pelo social darwinismo no século XIX e início do século XX para justificar a dominação de muitos por uma minoria. Incapazes, doentes, sujos, criminosos, a útil alimentação pelas elites de uma mitologia das “classes perigosas” permite a sistemática utilização do Estado para manter privilégios, enquanto reforça continuamente os aparatos de opressão aos “desajustados”. O encontro entre

---

um grupo de jovens adaptados com a figura do mendigo – que historicamente absorve todo estigma da pobreza, vagabundagem, doença – na madrugada de Brasília é parte importante da argumentação desta tese.

No primeiro capítulo trataremos da questão da ideologia como forma de “preservação da ordem” nas diversas “revoluções” que, de fato, apenas reforçam, em novas bases, a conservação. Ideologia, como tratam Karl Marx e Friedrich Engels (2007) em *Ideologia alemã*, expande as idéias das classes dominantes, ocultando sua origem e interesse de classe. No segundo capítulo apontaremos como a competitividade como motor do desempenho e critério de avaliação social favorece, em última instância, as formas de discriminações existentes, interditando toda iniciativa de pensamento coletivista. Os princípios da competição como “pedagogia” do capitalista individual contribuem decisivamente para alimentar uma divisão hierárquica da humanidade, característica marcante dos excessos aristocráticos pré-revolucionários – uma minoria de seres superiores, os “vencedores” nos termos de hoje, deve comandar a massa de desqualificados. Usufruindo do trabalho e da produção desta massa para abastecer o luxo e a fartura de poucos. Nestes dois primeiros capítulos são abordados, com inspiração nos trabalhos de Florestan Fernandes, aspectos da formação da identidade burguesa nacional, especificamente nas suas características excludentes, da submissão aos mais “fortes” e, em contrapartida, da opressão violenta às classes pobres.

No terceiro capítulo trataremos dos dados contidos no processo 17901/97, localizado no Tribunal do Júri do Distrito Federal e que relata o julgamento dos acusados da morte de Galdino Jesus dos Santos, morador de rua apenas por uma noite, quando encontrou – ou foi encontrado – pela juventude que se informa pela cultura rasa e se apresenta como consequência lógica do individualismo extremado do discurso “de mercado”. O potencial emancipador dos jovens converte-se no instrumental da barbárie.

Por fim, no último capítulo, lastreado nas análises frankfurtianas, mas também em críticos da postura de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, tratamos das condições culturais que imprimem nas novas gerações as formas necessárias para a continuidade do *apartheid* social atual, da “paralisia da crítica” ao conformismo da estética da auto-ajuda.

Ao longo de toda tese citaremos notícias e comentários recolhidos nestes últimos anos de fontes como jornais tradicionais, com destaque para o jornal Folha de São Paulo, e boletins das grandes empresas de notícia acumulados desde o início dos trabalhos de pesquisa no primeiro semestre de 2005, somando, ao final, cerca de três mil reportagens arquivadas em

---

formato PDF que tratam de violência, juventude, desigualdade social e o mundo dos empresários-celebridades que compõem o panorama do café society tão bem retratado – e apreciado – pela indústria cultural.

Além disso, a internet tem se mostrado local prolixo do debate de política e intolerância entre os jovens e não tão jovens. Aos blogs “de direita” observados, ainda nas pesquisas sobre neonazismo para nossa dissertação de mestrado<sup>1</sup>, acrescenta-se um rol considerável de blogs “críticos” – algo que, a princípio, se considerava pouco relevante, mostrou-se aos poucos uma formidável, ainda que considerando a assimetria de poder, fonte de elaboração de textos contundentes de oposição ao papel reacionário tradicionalmente assumido pelos grandes grupos da mídia no Brasil. Citaremos parte deste mundo ainda recente como fonte importante para o debate aqui proposto. Nestas citações a opção foi por tentar manter o mais próximo possível a linguagem já típica e reconhecida dos jovens freqüentadores dos espaços de debate público na internet.

Já a opção pela Folha de São Paulo como fonte privilegiada de notícias se explica pela ligação do autor, assinante do jornal assim que recebeu os primeiros salários, no início dos anos 1990, que acompanhou, ano a ano, a inflexão do jornal do centro à direita nesta última década. O choque entre o discurso conservador de seus editoriais e principais articulistas diante de uma auto-imagem vista como plural e equilibrada é sinal do acerto de Florestan Fernandes, um dos articulistas da Folha na década de 1990, na sua análise da elite brasileira discutida nesta tese.

---

<sup>1</sup> SANEH, Giuliano. *A formação do pensamento intolerante: um ensaio sobre a desvalorização do outro*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2002.

# INTRODUÇÃO

---

## APERTANDO O PARAFUSO

**Há novos fenômenos de massa que não podem ser resolvidos com o apelo a Marx ou a Lênin. É preciso dar à juventude a possibilidade de ela buscar por conta própria.**

**Lukács**

**E as testemunhas que em Jerusalém depuseram sobre a resistência e a rebelião e sobre “o lugar insignificante que desempenharam na história do holocausto” confirmaram mais uma vez o fato de que só os muito jovens haviam sido capazes de tomar “a decisão de não ir para o sacrifício como carneiros”.**

**Hannah Arendt**

Prometeu, contrariando Zeus, rouba o fogo dos deuses e o entrega aos mortais. É a gênese mitológica, paradoxalmente, sinalizando o fim da mitologia com a transferência do poder e conhecimento que passa dos deuses/mitos para os homens. É também uma das mais fortes imagens do fogo, simbolizando simultaneamente força e sabedoria. Aos poucos o fogo como símbolo deixa de lado a ambigüidade, a face da sabedoria perde espaço para a força, poderosa e bruta. De conhecimento passa a ser instrumento. Como instrumento, o fogo elimina o refúgio, limpa as sobras, desaparece com entulhos e restos incômodos. Ao mesmo tempo em que limpa não deixa dúvidas sobre a fúria do processo, nada da limpeza suave e transparente da água. O fogo não apenas higieniza, no sentido da desinfecção, mas dependendo onde toca, o fogo extermina. Desintegra o incômodo objeto sem permitir qualquer recuperação ao estado original.

Por isso o uso do fogo contra um morador de rua dispensa metáforas analíticas dada a explicitude do ato e a clareza dos resultados. O roteiro, passo a passo, de escolher a vítima, um suposto morador de rua dormindo em um ponto de ônibus, combinar as ações, ir a um posto de

gasolina para comprar álcool e voltar em busca da “caça”, constitui sob qualquer prisma, um ato bárbaro. Uma barbárie que poderia ser evitada com algo próximo a uma reflexão que disparasse um alarme – como nas clássicas animações infantis onde consciência boa e má aparecem dialogando e disputando influência antes de uma ação duvidosa. Não há, no ato em si, socos ou pontapés, qualquer contato corporal direto. É tudo asséptico, sem envolvimento pessoal e sem razões emocionais que possam trazer algo próximo de uma justificativa.

Um índio do Sul da Bahia foi a Brasília para participar de manifestações pelo Dia do Índio, ao chegar à pensão onde estava hospedado deu com a porta fechada, sem ter onde dormir acabou ocupando, momentânea e fatalmente, um lugar usual de mendigos, deitando em um banco de ponto de ônibus. Ali encontrou, ou melhor, foi encontrado por cinco jovens que poderiam estar em qualquer lugar, mas estando ali, poderiam passar simplesmente. Optaram por parar. Poderiam olhar e ir embora. Mas não foi o caso.

Quando Eron (19 anos), Max (19), Tomas (18), Antonio (19) e Gutemberg (16) encontraram na madrugada de Brasília o que pensaram ser mais um morador de rua, no dia 20 de abril de 1997, não enxergaram um ser humano em dificuldades, mas a figura vagamente definida do estranho, aquele que não compartilha do nosso mundo da mesma forma, no mesmo plano. O objeto ideal para pôr em prática o sadismo acrítico culturalmente “apreciado” nos programas de “pegadinhas” da televisão, como colocar fogo numa peça de roupa para dar risada com o “susto” (conforme alegou a defesa no posterior julgamento). Como atenuante, a defesa de um dos jovens procurou demonstrar que os participantes do crime não tinham nenhum histórico particularmente notório de violência, rebeldia ou o que alguns psicólogos chamam de comportamento “anti-social”. Não eram, nos termos do processo, “criminosos contumazes”, muito menos os “monstros que a imprensa pintava”. Ao contrário, tinham uma vida familiar dentro dos padrões de classe média, “freqüentavam boas escolas e bons clubes”, tinham muitos amigos, namoradas. **Estavam perfeitamente adaptados ao convívio social.** Nada disso impediu a barbárie. Talvez porque essa adaptação se dê exatamente pela lógica da barbárie. Nenhuma das instituições educacionais freqüentadas pelos jovens (qualquer jovem) sequer demonstra preocupações deste tipo – de como evitar a barbárie, interessadas que estão em “preparar para o mercado”, transmitindo o que Adorno chamou semicultura, aprovando e incentivando o espírito das “cotoveladas” dos competidores, usadas para derrotar seus adversários e conquistar um lugar “no topo”.

Mas o que aconteceu naquela madrugada de Brasília não pode ser atribuído ao acaso e qualquer alegação psicológica não disfarça uma intolerância tão enraizada que ultrapassa as

camadas superficiais, se acomodando nas formas tradicionais de socialização das novas gerações, sem ser questionada. É um desprezo pelo “outro” que se revela na simples opção por fazer uma “pegadinha” com um ser humano em estado de miséria. Um desprezo em nada incompatível com nossas modernas instituições – família, escola, trabalho. Ao contrário, um desprezo pelo “outro” cultivado pelo capitalismo tardio como opção produtiva – nos seguidos planos gerenciais de competitividade – e, de outra forma, como instrumento necessário às formas repressivas de controle de classes. Não por acaso, as “classes perigosas” constituem um poderoso discurso unificador, assumido e constantemente realimentado pela indústria cultural.

Desta forma, a desvalorização de outro ser humano, ilustrada no caso apresentado no terceiro capítulo desta tese, não se limita aos acontecimentos da madrugada do dia 20 de abril de 1997 em Brasília ou às histórias de vida dos cinco jovens que colocaram fogo em Galdino Jesus dos Santos, mas é parte necessária do processo ideológico de naturalização das desigualdades que, na cultura do mérito competitivo, explica a existência dos miseráveis pela incapacidade destes em se adaptar às regras do jogo capitalista. Pior do que inúteis, os miseráveis são estorvos a lembrar das inconsistências do “mundo normal” dos adaptados. Como dizem Marx e Engels (2007) em passagem famosa de *A ideologia alemã*:

**As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes,** isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela **estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.** As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (ideológica) das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, são as idéias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e distribuição das idéias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época.<sup>2</sup>

O “endismo” – movimento conservador que reúne (arbitrariamente) autores que se notabilizaram na defesa do fim da ideologia (como Daniel Bell), da História (Francis Fukuyama), das classes (Peter Drucker sobre a sociedade classe média norte-americana), da sociedade industrial (Bell, Raymond Aron), da bipolaridade entre esquerda e direita (Aron, Anthony Giddens), ou seja, o fim de toda e qualquer identificação conceitual que possibilite uma reflexão

---

<sup>2</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 47. [Grifos nossos].

crítica marxista do capitalismo tardio – tem como “missão” neutralizar o parágrafo citado acima. Daí sua exitosa acolhida justamente entre os formuladores das idéias das classes dominantes e sua universalização como verdade. Recuperar o sentido forte do termo ideologia é essencial para compreender as diversas formas de adaptação da juventude à barbárie pela lógica da aceitação (passiva ou entusiástica) das idéias das classes dominantes, das elites, como leis inquestionáveis.

Como o termo *elite* evidencia, as classes dominantes são numericamente muito inferiores às demais.<sup>3</sup> Porém, historicamente, numa hábil retórica, os donos dos meios de produção construíram uma visão de mundo à sua imagem e semelhança. Neste espelho convenientemente distorcido os não-possuidores, os pobres, operários e camponeses, os completamente destituídos de posses, como moradores de rua, todos estes são forasteiros, **pessoas fora de lugar**, que podem a qualquer momento ser encontradas (descobertas) e expulsas. Ou exterminadas. As idéias ou formas de expressão dos “estranhos” nos limites impostos, sua revolta, qualquer tentativa de mudar alguma coisa é posta automaticamente na esfera legal da violação, do crime. Sua existência contradiz e ofende. Uma “visão de mundo” que não digere discordâncias,<sup>4</sup> consolidando-se em discurso unificado, transmitido aos jovens como um mundo onde é “pegar ou pegar”, caso não “pegue”, o mercado competitivo punirá qualquer rebeldia inconseqüente.

As gerações mais novas assumem um caráter importante nas análises aqui contidas. Convém lembrar que um jovem nascido a partir da década de 1980 em uma família de classe média ou alta, pouco habituado a consultar livros de História – ou de qualquer outro tipo – tem pouca ou nenhuma idéia do que foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Até o momento da famosa “queda do muro” em 1989, o colapso do modelo soviético e da cortina de ferro (o chamado socialismo real) nos anos seguintes, bem ou mal, gostando-se ou não, o termo capitalismo era acompanhado de artigo indefinido. Capitalismo era *um* sistema, *uma* forma, *um*

---

<sup>3</sup> Sobre pensamento conservador e ideologia (principalmente nos trabalhos de Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna), Ricardo Silva (2004) diz: “a ideologia do Estado autoritário apresenta o processo histórico das transformações políticas e institucionais como uma expressão da vontade, dos projetos e das estratégias das chamadas ‘elites’, reservando às ‘massas’ unicamente o papel de objeto da ação política das elites ou, quando muito, o de uma força auxiliar na destruição de instituições anacrônicas. Na lógica e nos discursos desta ideologia política, **não se admite qualquer papel criativo aos movimentos de massa**” (ver SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó-SC: Argos, 2004, p. 145 [grifo nosso]).

<sup>4</sup> Nos capítulos seguintes detalharemos como, por exemplo, termos como *liberdade individual* e *liberdade de expressão* são apropriados pela retórica elitista para legitimar uma prática de encarceramento e tortura da população das classes pobres, bem como uma liberdade de expressão bastante relativa, sempre atrelada aos interesses econômicos e políticos (conservadores) dos poucos grupos que detém o controle de todos os grandes meios de comunicação.

modelo. Existia outro. Mesmo os mais apologeticos dos defensores capitalistas tinham que referir-se, ainda que depreciativamente, ao rival. Hoje existe o capitalismo. Não há mais nada no discurso público que a isso se contraponha, e os jovens têm na ideologia do mercado e suas regras a única bússola apontando para o norte obrigatório. Diferente de “falsa consciência”, ideologia aqui é parte constitutiva do mundo, que permeia as relações de trabalho e produção na base e sua legitimação cultural na superestrutura. Lembrando Theodor Adorno (2001):

A ideologia, ou seja, a aparência socialmente necessária, **é hoje a própria sociedade real**, na medida em que seu poder integral e sua inexorabilidade, a sua irresistível existência em si, substitui o sentido por ela própria examinado. A escolha de um ponto de vista subtraído da órbita da ideologia é tão fictícia quanto somente o foi a elaboração de utopias abstratas.<sup>5</sup>

Neste sentido é no campo da intersecção da política com a cultura que se constrói a argumentação desta tese, enfatizando o papel da ideologia apropriada e massificada pela indústria da cultura e sua estreita relação com o papel conservador das novas gerações.

Entre os participantes da “Primeira semana marxista de trabalho”, evento organizado pelo jovem Felix Weil no verão de 1922, estavam nomes como Georg Lukács, Karl Korsch, Friedrich Pollock e Karl Wittfogel. O encontro é considerado o embrião do que viria a ser o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, mais tarde conhecido como Escola de Frankfurt, que contaria, além de Weil, Wittfogel e Pollock, com os nomes de Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Leo Lowenthal, Franz Neumann, Siegfried Kracauer, Erich Fromm, Max Horkheimer e Theodor Adorno. Não é casual a presença de Lukács e Korsch no primeiro seminário. Com diferentes abordagens, os frankfurtianos, Lukács, Korsch, além de outros como Antonio Gramsci na Itália e, mais tarde, Raymond Williams na Inglaterra enfrentaram a tarefa de, dentro da teoria (e, para Lukács, Korsch e Gramsci, também da prática) marxista apontar para a subestimação da cultura pelo “marxismo vulgar” como mera consequência da base econômica. Os “marxistas ocidentais”, como ficariam conhecidos<sup>6</sup>, logo reconheceram a importância dos novos meios de massificação da cultura na determinação da hegemonia do capitalismo, socialismo ou comunismo. Raymond Williams fala sobre a disputa:

Nos anos 1960 ficou claro que estávamos diante de uma nova forma do Estado corporativo, e ênfase na cultura, que freqüentemente era considerada a nossa posição, sempre foi uma ênfase, pelo menos no meu caso pessoal, no processo de incorporação social e cultural mediante o qual é mais do que simplesmente a propriedade ou o poder que mantém as estruturas da sociedade capitalista. Na verdade, a tentativa de definir essa situação nos possibilitou rever partes importantes da tradição marxista, notadamente o trabalho de Gramsci com sua

<sup>5</sup> ADORNO, Theodor. *Prismas*. São Paulo: Ática, 2001, p. 22 [grifos nossos].

<sup>6</sup> Ver ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.



ênfase na hegemonia. Pudemos então afirmar que a dominação essencial de determinada classe na sociedade mantém-se não somente, ainda que certamente se for necessário, pelo poder, e não apenas, ainda que sempre, pela propriedade. Ela se mantém também, inevitavelmente, pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, que continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos, de tal forma que o que as pessoas vêm a pensar e a sentir é, em larga medida, uma reprodução de uma ordem social profundamente arraigada à qual as pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem, e a que muitas vezes se opõem de fato.<sup>7</sup>

Não se trata de idealismo – da supremacia das idéias sobre o material, invertendo a lógica marxista – mas do reconhecimento da importância da cultura-superestrutura para o combate (ou conservação) do domínio econômico. Um século depois da industrialização (e atrelamento) da cultura, mudar a estrutura hierárquica e elitista da posse dos meios de produção envolve decididamente a “batalha das idéias” de que fala o velho marxista Leandro Konder (*O marxismo na batalha de idéias*, 1984). Alfredo Bosi (2008) lembra que “uma das conquistas teóricas do marxismo foi ter descoberto que é nas práticas **sociais** e **culturais**, fundamente enraizadas no tempo e no espaço, que se formam as ideologias e as expressões simbólicas em geral”.<sup>8</sup> Ideologia, conceito que marca um objetivo comum aos autores “críticos”, não é apenas a “distorção do real”, mas já internalizada, parte constitutiva do real, imbricada nas “filosofias” administrativas que colonizam cada vez mais os sentidos da produção cultural, resultando numa “cultura corporativa” que se torna, pouco a pouco, sinônimo da própria cultura. Esta cultura, digamos, “pós-moderna” é, no título da obra de Fredric Jameson (*Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*)<sup>9</sup>, goste-se ou não, a lógica cultural perfeita ao capitalismo tardio e, completando a idéia de Jameson, de sua fase atual dita neoliberal.

Os trabalhos dos frankfurtianos identificaram corretamente a íntima relação entre a nascente cultura massificada e a expansão do capitalismo que produzia, de forma ampliada, argumentos ideologicamente ajustados para amortizar e justificar a dominação de classe da burguesia. Um dos primeiros biógrafos da Escola de Frankfurt, Martin Jay, assim se refere à percepção pioneira:

Cada vez mais, o *Institut* passou a sentir que a indústria da cultura escraviza os homens de maneiras muito mais sutis e eficazes do que os métodos crus de dominação praticados em eras anteriores. Sob certos aspectos, a falsa harmonia do particular e do universal era mais sinistra do que o choque das contradições sociais, por sua capacidade de induzir as vítimas a uma aceitação passiva.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13-14.

<sup>8</sup> BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 194 [grifo nosso].

<sup>9</sup> JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.

<sup>10</sup> JAY, Martin. *A Imaginação dialética*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 278 [grifo nosso].

A barbárie certamente existiu – e de forma intensa – antes da dominação da burguesia. Contudo, séculos após a consolidação do poder burguês em boa parte do planeta, não há nada que indique sequer uma diminuição do que se entende como barbárie.<sup>11</sup> Ao contrário, os números e estatísticas mostram o século que passou inovando, criando um termo – genocídio – para dar conta da enormidade de mortes por guerras e massacres. Fome e pobreza extrema de boa parte da população planetária convivem com as maiores extravagâncias de uma elite endinheirada que, com o auxílio de uma indústria específica, a da cultura, transformou seu modo de vida e sua visão em exemplo de conduta, relegando ao papel de “exótico” a realidade do restante da população.<sup>12</sup> Uma visão sedutora que oculta uma série de armadilhas jogadas para capturar definitivamente as gerações mais jovens – que, sem questionar, reproduzirão os mecanismos de segregação e opressão de classe.

Quando o Ministério Público do Rio Grande do Sul tentou, recentemente, impedir o Movimento dos Sem-Terra (MST) de utilizar textos de Karl Marx em suas escolas, o colunista do UOL (Universo Online, portal de internet mais acessado do Brasil, de propriedade do Grupo Folha), Xico Vargas, comentando com aprovação a medida, recebeu o seguinte apoio de uma leitora do seu blogue:

---

<sup>11</sup> Definir precisamente o que é barbárie não é tarefa fácil. No decorrer da tese será tratado de uma “modalidade” específica de barbárie que, no entanto, para muitos, sequer é visível, muito menos chega a ser um problema. A crescente diferença entre o mundo dos “ricos” e seus pretensos sucessores da classe média e o universo dos “miseráveis” constitui um poderoso fator de intolerância. Normalmente isto é exposto quando as fronteiras entre os mundos se chocam e alguém do mundo dos ricos é morto ou ferido por um dos “miseráveis”. Por outro lado, a perversão do modelo econômico, social e político que gera e incentiva a separação de mundos – separação em termos, pois há estreita dependência – é naturalizado de tal forma que marginaliza toda perspectiva crítica. Assim, o aumento do “abismo”, além de ignorado por boa parte da população, opera de tal forma uma desumanização dos pobres, que abre caminho para a perseguição explícita. Enquanto a existência dos miseráveis é ocultada, por diversos mecanismos, da vista e convívio do mundo dos ricos, produzindo da indiferença ao desprezo por parte destes, alguns grupos encaram a pobreza como um problema “sanitário”, a ser resolvido por políticas públicas de “higienização”. Quando o Estado falha ou demora, o problema pode ser resolvido por ações isoladas de limpeza seletiva. Estes grupos e suas soluções radicais estão longe de ser insignificantes, ao contrário, permeiam boa parte do discurso de classe no Brasil.

<sup>12</sup> Basta acompanhar o contraste na cobertura midiática do “caos aéreo” (agosto de 2007), quando os passageiros de avião enfrentaram uma série de dificuldades nos aeroportos brasileiros e a raquítica disposição de enfrentar o caos no transporte público (qualquer ano, qualquer dia, qualquer grande cidade brasileira). Além da evidente politização (no sentido aqui de partidarização) da cobertura, a onipresença de repórteres nos aeroportos ouvindo os transtornados passageiros expostos em todos os telejornais em qualquer canal evidenciava uma prioridade de classe que não se traduz em números. Mesmo com o crescimento da participação das classes média e classe média baixa na lista de passageiros das companhias aéreas, o universo dos aeroportos ainda é cenário rotineiro apenas para uma elite de passageiros. Contudo, a intensidade da cobertura passa a noção de que o usual, o comum, é o transtorno do passageiro na fila do aeroporto, enquanto o exótico é a vida do cidadão que pega dois ônibus para chegar ao trabalho/escola sempre em condições precárias (passagem cara, filas, poucos horários, ônibus superlotado...).

Mariazinha...: 18-02-2009

---

E viva o lindo e maravilhoso e perfeito capitalismo.

É como o espermatozóide na corrida pelo óvulo.

O mais preparado chega lá. E chega pela maneira honesta.

Os ladrões também são esquerdistas. Tiram de quem tem. Viva o capitalismo!

Viva! Que cresça e seja mais forte ainda depois da crise. Que se aperfeiçoe.

Viva!

As escolas no Brasil são fracas por causa dos professores esquerdistas. 90%.

Colaram, enrolaram, manipularam. E são péssimos e só ensinam esquerdismo.

Por isso os alunos são analfabetos. Quando os seus professores são esses esquerdistas dos sindicatos. E são tão fraquinhos e fraquinhas. Nada sabem!!

Viva o capitalismo!!<sup>13</sup>

Incessantemente louvado pelas virtudes competitivas, o ambiente criado pelo capitalismo não resiste ao produto direto de sua lógica: uma divisão hierárquica intransponível entre os “de dentro” – os vencedores endinheirados, e os “de fora” – os pobres e miseráveis.<sup>14</sup> No mesmo local onde foi assassinado Galdino Jesus dos Santos, agora conhecido como Praça do Índio, um funcionário do Banco Central, José Cândido do Amaral Filho, segundo seu depoimento à polícia, se irritou com “atos libidinosos” praticados por dois moradores de rua. Ficha limpa, salário de R\$ 11 mil mensais e “aficionado por armas e assuntos militares”, Amaral alugou uma moto Falcon e, no dia 19 de janeiro de 2009, às 06h30min, foi para a praça portando um revólver calibre 38, disparou três tiros acertando a cabeça dos dois moradores de rua, Paulo Francisco de Oliveira Filho, 35, e Raulhei Fernandes Mangabeiro, 26, que não resistiram aos ferimentos. A defesa de Amaral afirmou que ele sofre de problemas psicológicos. Amaral disse à polícia que na noite anterior viu os dois moradores de rua trocando carícias, enquanto andava pela praça com os filhos. Sua casa ficava próxima ao local. A presença dos moradores de rua já o incomodava havia algum tempo.<sup>15</sup> Sejam quais forem os problemas mentais de Amaral, o planejamento metódico e a execução lembram muito mais uma caçada do que uma explosão irracional. Diferente dos casos famosos de grandes massacres nos Estados Unidos, como o de Columbine, para citar o de maior repercussão, onde os atiradores atacam colegas da escola ou do trabalho, os massacres brasileiros têm como alvo comum os pobres, mendigos, meninos de rua, trabalhadores rurais – normalmente identificados (rotulados) pela cultura industrializada

---

<sup>13</sup> Disponível em <<http://xicovargas.uol.com.br/index.php/610#comment-3546>>, acesso 18/02/09.

<sup>14</sup> Após o “século americano”, portanto, essencialmente capitalista, a fome e a morte por doenças primitivas ainda acompanha o dia-a-dia de grande parte da população do planeta (Segundo a FAO-ONU, 1 bilhão de pessoas passa fome). Ao argumento de que isso se dá pela ausência de capitalismo e não pela presença, as imagens da miséria nas regiões desoladas do Sul dos Estados Unidos pelo furacão Katrina em 2005 constituem poderosa contra-argumentação. Assim como as revoltas nos subúrbios pauperizados de Paris, também em 2005, e diversos outros exemplo de pobreza extrema nas economias centrais lembram que a permanência da miséria parece ser uma característica do sistema de produção e distribuição capitalista, não uma exceção.

<sup>15</sup> Conforme depoimento citado na Folha de São Paulo, cotidiano, 30/04/09.

como as “classes perigosas”. Por esse motivo, nossos massacres são destituídos do *glamour* dos eventos ao norte. Relegados às notas curtas da seção policial. Com exceção de Galdino que, para azar dos jovens, descobriu-se depois que era um índio e contava com alguma rede de proteção capaz de repercutir o crime.

Em Ribeirão Preto, no começo do dia 11 de dezembro de 2009, por volta das 6h, Geraldo Garcia, de 55 anos, seguia de bicicleta o caminho de sempre rumo ao trabalho como auxiliar de produção quando levou uma forte pancada nas costas e caiu. Três jovens, Emilio Pechulo Ederson, 20, Felipe Giron Trevizani, 21, e Abrahão Afiune Júnior, 19, alunos do segundo ano do curso de medicina no Centro Universitário Barão de Mauá, foram presos, flagrados por um frentista de posto e dois vigilantes batendo com um tapete de carro nas costas de Garcia. Os universitários foram liberados poucas horas depois da delegacia onde estavam após pagarem fianças individuais de R\$ 5.580. Garcia disse ao jornal Folha de SP: “É muito triste isso. Quer dizer que a lei só existe no papel? Só porque eles têm dinheiro não ficam presos?” Segundo relato dele e de três testemunhas, os estudantes vibraram após a agressão e gritaram “ô nêgo”.<sup>16</sup>

Como mostra a frase de Hannah Arendt numa das epígrafes desta introdução, os mais jovens são os que mais chances têm de se rebelar – resistir à visão única. Contudo, identificar a necessidade de mudança, ou seja, fazer a crítica do que aí está, é cada vez mais ideologicamente eclipsado nas “virtudes” da adesão ao mercado capitalista. Do romântico (e, por isso, anacrônico) rebelde contestador, o jovem idealizado agora passa a ser o ultramoderno e hiper-adaptado “empreendedor”. Após a argumentação de Adam Smith contra a escravidão, apelando à lógica econômica liberal que racionalmente reparte os custos de moradia e alimentação entre empregador e trabalhador assalariado (ao contrário do regime escravo onde os custos são inteiramente arcados pelos proprietários), o novo ciclo capitalista já não se preocupa nem mesmo em repartir os custos. Entrega o ônus inteiramente ao trabalhador/colaborador na forma ideologizante e universalmente aceita do empreendedor individual – modelo empurrado goela abaixo dos jovens sob a infalível mágica da defesa da liberdade. “Seja seu próprio patrão” diz o texto grifado das inúmeras campanhas promocionais travestidas de reportagens jornalísticas que entrevistam jovens “bem sucedidos” que

---

<sup>16</sup> Folha de SP – Cotidiano, 14/12/09. A chamada “tapetada” é uma prática relativamente nova. Jovens de dentro de carros enrolam o tapete de borracha do veículo na forma de bastão e, com o carro em movimento, acertam pedestres e ciclistas. As vítimas são, preferencialmente, os pobres que transitam pelas rodovias. As tapetadas são filmadas pelos jovens e em seguida colocadas no site *you tube*. Pelos depoimentos nas páginas do *site* que hospeda estes vídeos, a idéia partiu de um programa de pegadinhas na TV.

abandonaram (por escolha própria, para diferenciar dos fracassados) “um ou até dois empregos” para realizar o sonho empreendedor de controlar a própria vida e, casualmente, enriquecer.

Completa-se a simbiose de aceitação do jovem pelo mundo adulto, desenraizado da linguagem irreverente típica da juventude, enquadrado nas frases vazias da forma de expressão empresarial num misto de auto-ajuda motivacional e anti-intelectualismo militante, resultando no que o filósofo Vladimir Safatle (2008) chama de “falência da crítica”,<sup>17</sup> e que, anteriormente, em outro contexto, Herbert Marcuse (1967) descreveria como a “paralisia da crítica” na sociedade “sem oposição” do homem unidimensional.<sup>18</sup> Em síntese, um mundo, econômica e culturalmente, transformado em uma gigantesca propaganda do sistema de produção capitalista. O marketing como linguagem centralizadora da cultura com o mercado de consumo e o mundo do trabalho.

Sob a égide da liberdade na superfície, os jovens aprendem que as discordâncias, a oposição ao pensamento estabelecido, mesmo democraticamente tolerado, como convém, são cada vez mais abertamente relacionadas aos signos reconhecidos da maldade, descendentes diretas das mais cruéis raízes dos regimes totalitários. Nazismo, fascismo, stalinismo, anarquismo, comunismo e socialismo são jogados no liquidificador e a mistura resultante alimenta a retórica do feroz antiesquerdismo oculto na “defesa da liberdade” da linguagem midiática.<sup>19</sup> A mensagem é bastante evidente. Não é apenas inútil questionar o que aí está, mas o simples ato de perguntar coloca o interrogador na posição desconfortável dos “contaminados ideologicamente”. Perigosamente alinhado com o pensamento totalitário de um Hitler ou um Stálin.

Os mecanismos de adaptação das novas gerações (não somente das novas, mas principalmente) ao mundo “pós-industrial” (novamente Daniel Bell), à “sociedade de consumo”, à “sociedade do conhecimento”, da “informação”, das “revoluções tecnológicas”, das “inovações gerenciais” – e, conseqüentemente, da barbárie, da exploração, da opressão e da dominação de classe que estes rótulos interessadamente ocultam – evidenciam a permanência do mais vulgar funcionalismo. O terror da anomia tão temida pela sociologia clássica de Durkheim soma-se ao

---

<sup>17</sup> SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>18</sup> MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

<sup>19</sup> Em uma resenha do livro *Fascismo de esquerda*, de Jonah Goldberg, publicada no jornal Folha de SP, o colunista João Pereira Coutinho diz: “Quais as teses de Goldberg? A primeira relembra que o ‘fascismo’ é um fenômeno de ‘esquerda’, e não de ‘direita’. **O argumento, longe de polêmico, é cada vez mais consensual**” (FSP, Ilustrada 31/10/09 [grifo nosso]). Na mesma edição o antropólogo Luiz Eduardo Soares, em artigo defendendo a liberação de venda de algumas drogas, aproveita para dizer: “Como os EUA demonstraram ao vencer a Guerra Fria, nenhuma força detém o mercado. Pode-se apenas submetê-lo a regulamentações” (Tendências/debates). Em resumo, numa mesma edição do jornal mais vendido do país, aprende-se que fascismo é um regime político ligado à esquerda e, de quebra, é impossível vencer o mercado.

fantasma do niilismo tradicionalmente imputado aos jovens rebeldes, exacerbando, em contrapartida, os mecanismos de incentivo à adaptação das novas gerações ao universo seguro e cada vez mais acomodado das relações de trabalho capitalista – sempre norteadas pelo “bom senso” das exigências e necessidades empresariais, coladas ideologicamente à idéia de civilização.

A particularidade da condição juvenil em sua consciência de dispor do tempo de vida com mais generosidade do que os adultos – mesmo que seja para desprezar esta vantagem, como atestam os sempre elevados índices de suicídios nesta faixa etária – parece incidir numa forma de despreocupação histórica. Uma vida sem conhecimento do passado e preocupações com o futuro. O que o historiador Eric J. Hobsbawm (*Era dos extremos*, 2007) chama de “presente contínuo”. A ignorância do passado tem como consequência inevitável, justamente, a preservação dos fatores históricos de opressão. A atração das novas gerações pelas novidades, pelo mais moderno possível sem que, contudo, consigam estabelecer uma comparação histórica entre o novíssimo e o arcaico no que de fato eles se relacionam – a permanência das estruturas de dominação que constituíam o passado capitalista e compõem a atualidade capitalista no que realmente conta: a detenção da propriedade dos meios de produção nas mãos de pouquíssimos – possibilita a construção ideológica do velho sempre repaginado no novíssimo.

Paradoxalmente, a busca pelo novo, concomitante ao desprezo pelo conhecimento da história, faz do jovem uma potência conservadora. Adeptos de primeira hora dos modismos descolados, do *cool*<sup>20</sup> e da aparência transgressora ou, na outra ponta, os assumidamente defensores da família, da religião, da ordem e dos “bons costumes” (aparentemente a maioria, segundo pesquisas recentes<sup>21</sup>) permanecem muito mais conectados do que gostaria a rebelde retórica vanguardista. Alocados aos papéis já consagrados aos jovens no desenvolvimento histórico da produção capitalista, adeptos passivos e pseudo-rebeldes, por opção, jamais machucam a estrutura. Mesmo os contestadores já parecem conformados ao papel temporário já absorvido (comercialmente explorado como grife) e neutralizado de “rebelde sem causa”, no rótulo comum da indústria cultural para desmontar as críticas mais ácidas dos movimentos juvenis ao capitalismo e a cultura capitalista.

---

<sup>20</sup> Ver, sobre isso, KLEIN, Naomi. *Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. São Paulo: Record, 2001.

<sup>21</sup> Por exemplo, o Datafolha do jornal Folha de São Paulo do dia 27/07/08 publicou uma pesquisa especial sobre os jovens. Aparecem, com aprovação destacada, valores tradicionais do campo conservador, como religião, família, casamento, virgindade. Alguns artigos acompanharam a divulgação dos dados, como o assinado por Carolina Araújo que aponta para o percentual de 69% dos jovens entrevistados admitindo o rótulo “consumista”.

É, por exemplo, o que acontece com os grandes atos de repúdio aos organismos internacionais encarregados da difusão neoliberal, como os eventos memoráveis da última década, entre os quais se destacam as “batalhas” de Seattle (encontro da Organização Mundial do Comércio – OMC em novembro de 1999) e Gênova (reunião do G8 – grupo dos sete países mais ricos e Rússia – em julho de 2001, com a morte do manifestante Carlo Giuliani). “Com o tempo eles acabam amadurecendo” dizem os envelhecidos (mesmo os de trinta e poucos anos) comentaristas políticos da imprensa tradicional ao avaliar os protestos juvenis. E a biografia dos jovens líderes dos grandes protestos do passado, como os de 1968, que sobreviveram a “fase” da juventude para contar a história – quase todos renegando seu passado ou visivelmente capitalizando sua imagem rebelde para o lucro (político, financeiro, *a la Sex Pistols* – a famosa banda punk inglesa dos anos 1970, montada por “mauricinhos” que exaltava mensagem *antiestablishment* enquanto seguia rentáveis diretivas empresariais, sempre lembrando o mito *outsider*) – parece confirmar a conceito conservador. Infelizmente apenas a morte prematura eterniza a rebeldia. A sobrevivência e o avançar da idade, via de regra, renegam “radicalismos” e consagram o poder conservador e o pragmatismo da sociedade capitalista.

*A volta do parafuso*<sup>22</sup> é a tradução usual para o português do título do conto de terror de Henry James. O sentido da expressão é acentuar a crescente sensação de aperto, pressão e tensão vivida pela protagonista do conto, uma jovem governanta recém contratada como tutora que vê fantasmas influenciando (perigosamente) a vida de duas crianças sob sua responsabilidade na Inglaterra rural e aristocrática do século XIX. O parafuso imaginário parece apertar-se, na narração de James, pouco a pouco sobre a jovem, até o colapso final. O uso indiscriminado do termo competição e sua real função opressora na “gerência” capitalista exercem um efeito comparável ao parafuso de James nas classes pobres – e particularmente nos jovens que chegam ao mercado de trabalho. Uma análise apressada, mesmo crítica, poderia afirmar que a lógica da competição estimulada pelo capital oprime os jovens pobres ou ricos, cada um com as respectivas cobranças com as quais têm que lidar. O sentido da expressão do título original, *turn of the screw*, é justamente mostrar a pressão sobre quem já está na situação de aperto. A volta do parafuso, o aperto, é diferente para quem ainda não está “apertado”. O “mundo competitivo e globalizado” como prega a retórica supostamente igualitária (no sentido de ser assim para todos) liberal, atua na verdade apertando ao máximo os jovens das classes baixas, pressionados desde cedo a enquadrar-se nas regras do jogo mercadológico, escritas e controladas por outra classe para favorecê-la.

---

<sup>22</sup> No original *The turn of the screw*. In *Contos de horror do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 131-236.

São jovens cada vez mais apertados pelas novas exigências curriculares que parecem acompanhar sempre o ritmo de aprendizado das classes média e alta, aumentando, progressivamente, a pressão nos que não têm condições de cursar aquela universidade valorizada<sup>23</sup>, freqüentar os tais cursos de idiomas “obrigatórios”, contar com a ajuda de amigos influentes para dar “boas referências”. Estimula-se a rivalidade, enfraquecendo ou aniquilando a reivindicação conjunta, como a atividade sindical. As facilidades de que dispõem os jovens das classes altas para entrar no mundo do trabalho – ou mesmo para permanecer distante dele – como cursar as boas universidades, viajar ao exterior e aprender idiomas, contar com amigos em posições importantes para recomendar uma indicação ao cargo desejado, mostra que a competição tem níveis bem distintos, diferente do que costuma afirmar a propaganda capitalista do mérito democratizador.

Nas classes poderosas a solidariedade entre os “iguais” nunca perdeu seu apelo. O ensino fundamental e médio nas tradicionais escolas particulares formam laços permanentes entre os jovens das classes altas. Laços reforçados no cursinho e no ensino superior nas valorizadas universidades públicas. Os locais de encontro de “gente bonita”, como costumam se referir os colunistas sociais aos espaços “badalados” de reunião da juventude endinheirada exercem – como deixa claro C. Wright Mills (1975) e sua descrição do ambiente público das grandes fortunas e celebridades, o “*café society*”<sup>24</sup> – considerável influência na formação da camaradagem da elite. As organizações de classe, proscritas na parte de baixo como profascistas, assumem aqui, no topo, formas de poderosas e reverenciadas instituições patronais ou disputadas festas e eventos sociais, que influenciam decisivamente (com muito orgulho) nas considerações econômicas e políticas do país. É o acúmulo de bens simbólicos e relacionais de que as classes pobres não dispõem na mesma medida.<sup>25</sup> O espaço entre o parafuso e a porca para os jovens pobres é consideravelmente menor. A velocidade da volta do parafuso é maior. O aperto chega mais rápido e com mais força.

---

<sup>23</sup> A política indiscriminada de privatização do ensino superior no Brasil a partir da década de 1990 que pretendeu, no discurso, possibilitar o acesso ao diploma universitário aos jovens das classes pobres, acabou, na prática, implementando um gigantesco sistema de concessão de diplomas sem a contra-partida do ensino universitário. Ao invés da antiga divisão entre a elite diplomada e a massa sem acesso, agora sentenciou-se a divisão entre a elite das universidades públicas gratuitas (ainda valorizadas) e a multidão (75% do total de estudantes universitários de acordo com o Ministério da Educação) de jovens, boa parte trabalhadores das classes pobres, freqüentando universidades privadas com pouco ou nenhum reconhecimento, discriminados pelo “mercado” da mesma forma que os *sem diploma* eram poucos anos atrás. Sob a aparência da solução, o problema agrava-se na mesma proporção em que gera um montante formidável de dinheiro para “empreendedores da educação”. Não por acaso estes empreendedores são, via de regra, abertamente ligados a partidos políticos.

<sup>24</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

<sup>25</sup> Ver sobre isso a entrevista com Pierre Bourdieu publicada sob o título *A “juventude” é apenas uma palavra*. In *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.



A distinção de velocidade e força no aperto do parafuso entre os jovens das diferentes classes e frações de classes é, contudo, solenemente ignorada nas análises dos problemas da juventude pela grande imprensa e em muitos textos acadêmicos. Os jovens das classes altas, amparados pela mistificação do mérito e da competição reproduzem a retórica da propaganda capitalista de que só não se “dá bem” quem não se prepara. Reivindicam para si (a julgar sua própria auto-imagem fotografada nos espaços opinativos da internet) as qualidades ou virtudes próprias do espírito capitalista e resumidas na definição apologética do empreendedor: ousadia e inteligência acima da média. Um ser treinado para “antever os movimentos complexos do mercado” e, corajosamente, por mérito, ocupar o lugar certo na hora certa. Coleção de virtudes – como fica bastante óbvio ao observar o perfil dos grandes empreendedores – diretamente relacionadas ao poder de apoio econômico das famílias e das relações estabelecidas na própria classe.<sup>26</sup>

Contudo, confortavelmente instalados no papel superior da hierarquia social – supostamente pelos méritos próprios, conforme atestam as principais revistas dedicadas ao mundo do trabalho executivo –, os jovens das classes altas e seus seguidores das classes médias parecem enxergar os seus equivalentes das classes pobres, das favelas, bairros pobres e periferias distantes com o mesmo olhar do antigo médico eugenista ao deparar-se com a irrecuperável degeneração das “raças inferiores”. Pobreza é fracasso, sujeira e violência. Contamina, portanto precisa ser contida nos limites da necessidade da força de trabalho barata e abundante. A isso a adaptação capitalista não se opõe, incentiva.

O movimento do aperto do parafuso nas classes pobres, contudo, necessita de válvulas de escape que atenuem ideologicamente a pressão, impedindo as outrora temidas explosões verdadeiramente revolucionárias. A competição como definidor “justo” da riqueza de alguns ou pobreza de muitos, auxiliada pela “paralisia crítica” da cultura industrializada, seguida pelo conformismo político característico das democracias “maduras” – onde o ato do voto no dia da eleição inicia e encerra a participação política do cidadão comum, para o conforto dos que não querem mudanças<sup>27</sup> – produzem, em conjunto, efeito atenuante de despressurização. Efeito

---

<sup>26</sup> Na nota *A aprendiz*, a colunista da Folha de SP, Mônica Bergamo, conta que “Fabiana Justus, 23, filha do apresentador Roberto Justus [espécie de ícone do executivo de sucesso, apresentador de *reality show* em que demite jovens “aprendizes” de executivo], inaugura hoje uma loja de roupas e acessórios na rua Oscar Freire. ‘Ela é uma mini-Roberto, trabalha uma barbaridade’, diz o pai. Justus conta que fez um empréstimo a ela. **‘Coloquei um juro bonzinho e ela vai poder pagar em três anos’**. (FSP, 17/11/09 [grifo nosso]).

<sup>27</sup> Exemplificam o simplismo a que foi relegado o termo *política* no senso comum, amarrado à corrupção dos políticos e partidos institucionais, os esforços do cineasta Fábio Barreto para livrar o filme *Lula, o filho de Brasil* do rótulo (maldito) de político. A produção que mostra a história de vida de Luiz Inácio

obtido ao avaliar a mistificação liberal da valorização do mérito pela recompensa financeira, culpando o pobre pela sua condição e enaltecendo o rico pela sua riqueza. Repete-se no particular a política macro da “eficiência” neoliberal das últimas décadas, com os países pobres sendo “convidados” a adaptar-se às cartilhas dos economistas do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional para aprimorar sua “competitividade” no “mundo globalizado”. Sabe-se hoje o resultado catastrófico (para as classes pobres) da adesão acrítica destes países ao Consenso de Washington que unificou o discurso neoliberal ao final da década de 1980.

A louvação do capital financeiro e da atuação das grandes corporações multinacionais como substitutos da Política (pois o partido político eleito, seja qual for sua posição original, é incessantemente cobrado pelas mesmas regras das cartilhas pró-capital), contudo, permanecem enraizadas nas mentes dos analistas, mesmo contra todos os fatos das crises recentes do modelo econômico de livre mercado. O título do segundo capítulo, *Personificações do capital*, refere-se aos “crentes” no fundamentalismo do mercado formados ao longo das últimas décadas, nos termos da análise feita por Marx no século XIX, dos cidadãos que se submetem por inteiro às regras do jogo capitalista, reproduzindo nos seus campos de atuação os interesses dos donos do capital. Jogar este jogo no lado do vencedor é parte essencial do processo de aprendizado dos jovens. Desprezar os que se recusam ou sequer têm a chance de personificar o capital também é parte deste aprendizado.

Competição, irreflexão e conformismo são elementos distintos, de natureza e funções independentes, por vezes conflitantes entre si, mas, cada qual ao seu modo contribui para a famosa tese TINA (*There is no alternative*) exposta por Margareth Thatcher – não há alternativa ao capitalismo (neo)liberal. Desenvolvem o duplo papel de mover a roda do capital e assegurar/facilitar o enquadramento dos jovens às regras do jogo capitalista, ao mesmo tempo em que sinalizam para os jovens das classes altas um cenário razoavelmente seguro (aos adaptados) de sua confortável posição de superioridade (auferida pela justeza do mérito) sobre as “classes perigosas”.

---

Lula da Silva, pobre migrante do Nordeste que acabou Presidente da República, contada “para comover e emocionar”, foi lançada em ano de eleição presidencial (com declarada intenção do Presidente Lula em fazer seu sucessor). Contudo, segundo o diretor, o filme “nada tem de político”. Esforço evidente para atrair o grande público (para uma cara produção) que não quer correr nenhum risco de entrar na sala escura do cinema e, por puro acaso, dar de encontro com a política. Barreto se apressa em assegurar que não existe chance disto ocorrer. Podem ir ao cinema tranquilamente assistir uma história de amor e superação, parece dizer o diretor. De forma semelhante o diretor Jayme Monjardim resumiu seu filme *Olga* no lançamento em 2004. Olga Benário Prestes, que abriu mão de quase tudo pela dedicação à revolução comunista, aparecia convertida na protagonista de “uma grande história de amor”, limpando assim qualquer vestígio na propaganda do filme da problemática questão política. Os dois filmes foram produzidos pela Globo Filmes.

De um lado jovens desesperados acreditando na adaptação como única alternativa para conseguir sobreviver e prosperar. Do outro lado, jovens plenamente adaptados pela própria posição de classe e opção; inseridos em posições privilegiadas da hierarquia capitalista. Um lado e outro acabam por contribuir para este impulso que se manifesta em direção à barbárie – estabelecendo e reificando os diferentes níveis nas relações sociais, empurrando o outro para o degrau de baixo e olhando para estes degraus com arrogância e desprezo. Entender o papel desta tríade na adaptação das novas gerações ao mundo acrítico das “necessidades do mercado” é tentar colaborar, um pouco que seja, com a solução da velha pergunta de Adorno e Horkheimer: por que, com todos os recursos à disposição da humanidade, sempre prevalece a opção pela barbárie, nunca pela emancipação?

Esta é, convém lembrar, uma tese elaborada por alguém que cresceu no meio cultural típico da classe média dos anos 80 e 90 do século passado, consumidor ativo da indústria da cultura na forma de filmes (muitos) e *rock and roll* (o suficiente) – e que ainda acha que assistir Rastros de Ódio (*The searchers, 1956*) de John Ford ou escutar um disco da banda Led Zeppelin constituem experiências sublimes de satisfação artística. Não bastasse isso, o autor é formado em Administração de Empresas, tendo trabalhado alguns anos (1996-1999) em consultoria empresarial, portanto, obrigado a consumir, mesmo que indiretamente, muita mistificação na forma de auto-ajuda e suas receitas clichês de sucesso e liderança. Portanto a crítica feita aqui é, necessariamente, imanente.

# CAPÍTULO 1

---

## CORRENDO PARA FICAR PARADO

Augusto Comte e sua escola procuraram demonstrar a necessidade eterna dos senhores do capital. Eles poderiam, com os mesmos argumentos, demonstrar a necessidade eterna dos senhores feudais.

Karl Marx

O antigo regime sempre se recompôs no Brasil

Florestan Fernandes

### 1 A NOTA 10 DE PARETO

Na famosa introdução de *Ao vencedor as batatas*,<sup>28</sup> intitulada *As idéias fora de lugar*, Roberto Schwarz analisa criticamente a importação do liberalismo por parte da elite oitocentista brasileira que, ao mesmo tempo, mantinha uma postura abertamente escravocrata.<sup>29</sup> Eram

---

<sup>28</sup> SCHWARZ, Roberto. As idéias fora de lugar. In *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.11-31.

<sup>29</sup> Autores como Alfredo Bosi, Maria Sylvia Carvalho Franco (autora de *As idéias estão no lugar*) e Emilia Viotti da Costa (*Da Monarquia a República*) têm visão diferente de Schwarz. De forma resumida, para eles, em diferentes tons, o liberalismo não se desenvolveu aqui simultaneamente à escravidão como idéias “fora de lugar”, mas conscientemente adaptadas, no “lugar”, aos interesses da elite escravocrata nacional. O liberalismo não era ideologia dominante, diz Bosi, mas um “liberalismo moderado” (BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 196). Viotti da Costa diz: “formados na ideologia da Ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, trabalhando para uso próprio uma ideologia conservadora e antidemocrática” (COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 10). Thomas E. Skidmore (SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 1989) lembra que as idéias liberais chegaram aqui como debate intelectual bem antes de uma mudança efetiva na economia (sistema de trabalho escravo e grandes propriedades), dentro do espírito da avaliação de Schwarz. Seguimos com o conceito de Roberto Schwarz porque, de qualquer forma, a ação de uma fração das classes dominantes locais foi tentar adaptar-se à situação do trabalho assalariado já efetivo nas economias centrais, justificando aqui a permanência da escravidão pela necessidade, prioritária, da produção, do desempenho econômico. Uma fração da elite que se vê, na imagem do espelho, com as melhores qualidades do espírito moderno europeu e, contudo, não abandona em nossas terras o tronco e o chicote no trato “trabalhista”. Mesmo que esse liberalismo não tenha sido apenas um adorno das elites, mas uma “arma ideológica” concreta na luta

idéias de liberdade e igualdade interessadamente deslocadas em nossas terras, adaptadas convenientemente para captar parte do discurso progressista como roupagem moderna e legitimadora, enquanto mantinham, de fato, uma estrutura brutal de exploração e violência – na época, a escravidão, hoje, quase isso. A atualidade e importância da análise de Schwarz explicam-se pelo conceito a que remete o termo “idéias fora do lugar”, ou seja, a ideologia.

Neste primeiro capítulo trataremos da questão da ideologia como forma de “preservação da ordem” nas diversas “revoluções” que, de fato, asseguram a conservação. Ideologia, grosso modo, como tratam Marx e Engels (2007) em *Ideologia alemã*, expande as idéias das classes dominantes tornadas, forçosamente ou, de outra forma, por meios de negociações e aceitações que Gramsci caracteriza, em outra perspectiva, sob o termo hegemonia, idéias de “todos”, ocultando sua origem e interesse de classe. Assim, a classe burguesa que está, segundo Lukács (História e consciência de classe, 2003), impedida de ver o todo, trata seu ponto de vista – ou os pontos dominantes entre as diversas frações das classes altas – como verdades auto-explicativas e, contra isso, só irracionais problemáticos podem se insurgir. Deste modo, as conquistas reais obtidas pelas inovações e avanços do sistema de produção capitalista são contrapostas, de fato, pela permanência de estatísticas de pobreza, fome, doenças que se assemelham às da Idade Média, num movimento de aparente avanço, apologeticamente louvado sempre que críticas ousam questionar ou apontar quem exatamente (uma minoria) se beneficia plenamente destes avanços, concomitante ao retrocesso ou estagnação para grande parte da população.

O termo/conceito ideologia é daqueles que adquirem com o tempo tal grau de complexidade que passa a significar uma coisa, depois seu oposto, para retornar ao ponto inicial e, novamente, o contrário. Em determinado momento parece que tudo é ideológico, onipresente, para depois, no rastro da última fase da Guerra Fria, a ideologia ser posta na sepultura junto com Karl Marx, a luta de classes e a própria História. Autores como Michael Löwy, Terry Eagleton, Marilena Chauí, Leandro Konder, Slavoj Žižek, István Mészáros, John B. Thompson, Lois Althusser, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Karl Mannheim, Daniel Bell, Raymond Aron, Claude Lefort, Pierre Bourdieu e muitos outros – além, é claro, de Marx e Engels, que de certa maneira inauguraram a “polêmica”<sup>30</sup> – trataram do tema diretamente em obras importantes.

---

política para manter privilégios, como preferem os críticos de *As idéias fora do lugar*, o conceito de Roberto Schwarz, na sua captura da ambigüidade ideológica, permanece relevante para esta tese.

<sup>30</sup> Sem esquecer Napoleão Bonaparte, o primeiro a inverter o uso planejado do termo pelo seu criador, Destutt de Tracy. De Tracy, na linha iluminista, cunhou o termo para tratar de uma nova ciência das

A “falsa consciência”, “mascaramento do real”, “legitimação da ordem”, “cimento social”, “tenebrosa metafísica”, “doxa”, os conceitos ligados ao termo dão destaque à visão crítica da tradição marxista ou aos críticos do próprio marxismo que, em uma das citadas inversões conceituais, apontaram a crítica ao idealismo para o próprio marxismo. No entanto, o vasto uso da expressão, pulverizada nos meios de comunicação, transmite a idéia de que ideologia é sinônimo de “visão de mundo”, um sentido “fraco” do termo, deslocado da função crítica derivada de Marx. Cada um pode ter a sua – “eu quero uma pra viver” dizia a letra da música<sup>31</sup>. Como somente marxismo, fascismo e nazismo são, para a mídia e grande parte da academia, “cosmovisões” – já que o capitalismo não é “uma visão de mundo”, mas o mundo em si – o marxismo, cuja contribuição se deu, entre vários aspectos, justamente na crítica da ideologia burguesa, passa ao senso comum como mais um sinônimo de ideologia no seu sentido pejorativo. Não é objetivo aqui promover uma revisão ampla do desenvolvimento e uso do termo ideologia. Os autores indicados acima já realizaram essa tarefa de forma satisfatória dentro dos limites das contradições que o termo encerra. É necessário, contudo, apontar com alguma precisão os limites aqui considerados ao utilizar o termo e sua importância para a tese desenvolvida.

Esta tese trata da naturalização das barreiras que hierarquizam e dividem os seres humanos em categorias distintas, facilitando a permanência e difusão de velhas e novas idéias que tratam da intolerância, da desvalorização do “outro”, do diferente, do estranho, legitimando a dominação de muitos por poucos privilegiados, permitindo que uma parte expressiva da população seja estigmatizada como incapaz, preguiçosa, doente, suja, aproveitadora, dando respaldo aos atos e ações de repressão que tal naturalização provoca. É justamente característica da ideologia – pela ótica da crítica marxista – universalizar as idéias dos donos dos meios de produção, do dinheiro, da propriedade, como as idéias (ou leis) às quais todos devem adaptar-se<sup>32</sup> – dos casos de incapacidade de adaptação a Justiça repressiva deve cuidar. A

---

idéias purificada das mistificações. Apoiador no início, Napoleão revoltou-se depois com os “ideólogos”, chamando sua ciência de “tenebrosa metafísica”. Ver Terry Eagleton (1997) e Leandro Konder (2002).

<sup>31</sup> No *Dicionário de Política* organizado por Norberto Bobbio, o autor do verbete ideologia, Mario Stoppino, estabelece a distinção entre o uso forte e fraco do termo, sendo o uso generalizado do conceito ideologia como visão de mundo um exemplo do *uso fraco*, e o uso da ideologia como crítica marxista exemplo do *uso forte*. Os termos fraco e forte aparecem na análise de alguns dos autores apontados, como Chauí (2006).

<sup>32</sup> O jornal Financial Times diz, em recente matéria elogiosa sobre o Brasil sendo levado mais “a sério” pelo mundo: “Trata-se de uma democracia madura, com uma economia diversificada e uma **população jovem e adaptável**, fazendo a festa com cada vez mais empregos estáveis e melhores salários”. <http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/07/07/ult5017u260.jhtm> - acesso 07/07/09. O conservador jornal londrino é reconhecido pela pregação capitalista. O elogio à adaptação da jovem população brasileira é a clara manifestação do conforto de quem avalia esvaziada qualquer possibilidade de uma potência emergente e questionadora da hierarquia estabelecida entre classes e entre nações.

correlação automática (midiática) entre riqueza e inteligência<sup>33</sup> cria um status inabalável que permite aos donos do capital falar publicamente com a voz da razão, da inteligência. Conseqüentemente suas regras e leis – seja sob a forma do Estado ou das iniciativas de empresas privadas propriamente – só podem conter elementos desta sabedoria inquestionável à qual o pobre, o assalariado, desprovido de cultura (e inteligência, radicalizando as opiniões expressas pelas classes altas e analistas políticos), deve adaptar-se para ter acesso às escadarias da ascensão de classe embutida na promessa liberal. Neste sentido, de acordo com Lukács, a barreira que converte a consciência de classe da burguesia em falsa não é ideal, mas é objetiva, é “sua própria situação de classe” (Eagleton, 1997, p.99). É o resultado objetivo da organização econômica e não arbitrária, subjetiva ou psicológica. Tal conceito é devedor de Marx em seu 18 Brumário de Luís Bonaparte<sup>34</sup>. Ali, tratando dos limites dos representantes políticos da pequena burguesia, Marx diz que suas mentes não ultrapassam os limites que a pequena burguesia não ultrapassa na vida. Estes limites de classe, mais do que restrito às questões de consciência, falsa ou verdadeira, são objetivos na medida em que naturalizam as condições que justamente moldam as diferenças entre classes e frações de classe, coisificando as relações que, na lógica da produção e interesse capitalista, acomodam os papéis ideologicamente atribuídos aos diversos segmentos. Este é, entre tantos caminhos possíveis, o sentido inicial de ideologia para os fins da argumentação aqui exposta.

Os interesses dos possuidores do capital estão concentrados, obviamente, em ampliar essa posse. É a ambição tornada virtude. Qualidade pessoal do capitalista privado, expressa perfeitamente na retórica da competitividade, derivada dos princípios do evolucionismo social e darwinismo social, onde o mais forte, o mais adaptado, sobrevive – ou, neste caso, fica rico. O sentido do mérito está inteiramente construído e vinculado à capacidade de ficar rico e para isso, automaticamente, é preciso ser competitivo – e conseqüentemente, derrotar os demais rivais, num projeto solo, por definição egoísta, extensivo no máximo a pequenos grupos de apoio. O demérito recai sobre qualquer projeto amplo de satisfação das necessidades básicas coletivas – um passo para o totalitarismo, ao menos na visão dos inúmeros seguidores de Hayek e seu *O caminho da servidão*<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Em reportagem sobre o QI (quociente de inteligência), aceito quase universalmente como critério definitivo para mensurar a inteligência, o exemplo citado como a grande referência foi Bill Gates, até recentemente – e pelo visto ainda no imaginário – o homem mais rico do mundo. O teste de QI, aliás, foi desenvolvido pelo psicólogo alemão William Stern com base nas tentativas de cientistas eugênicos norte-americanos em mensurar a inteligência das pessoas, permitindo a detecção dos *morons*, ou débeis mentais, classificados para as medidas de prevenção de procriação e isolamento.

<sup>34</sup> MARX, Karl. *18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2006.

<sup>35</sup> HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

Este é o ponto a ressaltar neste capítulo: a competitividade como motor do desempenho e avaliação social é, por definição, anti-humanista, favorece as discriminações existentes e interdita toda tentativa de construção coletiva nos moldes socialistas – até porque está fortemente presente nas estruturas dos partidos e organizações de esquerda e na educação como um todo, impedindo também aí o florescimento de projetos igualitários. Os princípios da competição como “pedagogia” do capitalista individual contribuem decisivamente para alimentar uma divisão hierárquica da humanidade, característica marcante dos excessos aristocráticos pré-revolucionários – uma minoria de seres superiores, os “vencedores” nos termos de hoje, deve comandar a massa de desqualificados. Usufruindo do trabalho e da produção desta massa para abastecer o luxo e a fartura de poucos.

Da mesma forma a hierarquização social constitui um dos princípios do autoritarismo. Competição, termo repetido à exaustão, de forma sempre bajuladora pelo sistema educacional e pela indústria cultural<sup>36</sup>, é um dos principais instrumentos ideológicos na tarefa de legitimar as formas de distanciamento – as divisões – entre vencidos e vencedores. O uso da retórica competitiva permite apontar para os vencidos como os únicos responsáveis pelo fracasso de sua condição, tirando de foco qualquer crítica de um sistema econômico-político-cultural que, igualitário na sua gênese, luta agora obstinadamente para restringir seu próprio grito revolucionário a uma “utopia esquerdista ultrapassada”.

A hegemonia burguesa nasceu revolucionária e, como Trotski já ensinava (sobre o comunismo revolucionário), para consolidar seu poder em definitivo, a revolução tem que ser permanente. Assim tem feito o capitalismo. Obtido o poder com o grito de liberdade e igualdade, a burguesia não podia ir muito adiante, já que igualdade e liberdade agora já não mais a favorecia. O espírito reacionário à revolução francesa pretendia, como Edmund Burke deixa evidente, nada mais do que uma volta ao passado<sup>37</sup>. Para evitar a contra-revolução e formar um poder hegemônico diante dos aliados “de baixo” (camponeses, artesãos...) que começavam a notar que o grito de igualdade já se tornara um sussurro, foi preciso recuperar uma retórica de ação, de movimento, de um progresso no qual todos estariam incluídos. Essa retórica, é claro,

---

<sup>36</sup> “O mercado de trabalho é competitivo e impiedoso com quem não estuda”, adverte Carlos Brickmann (Observatório da Imprensa <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=543CIR001>>), profissional experiente da imprensa, aos jovens interessados em serem jornalistas após o fim da obrigatoriedade do diploma, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. Aceita-se a competição sem questionamentos, talvez com certa satisfação, como uma espécie de penalidade a substituir o castigo da antiga palmatória que punia os alunos problemáticos. A competição extrema conforta como uma forma de regulação aos “maus exemplos”, da mesma forma que promete recompensa aos “fora de série”, parece, contraditoriamente, exigir dos jovens que andem sempre “na linha”, ou serão punidos.

<sup>37</sup> Ver BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: UNB, 1997.



não é apenas discursiva – saída da cabeça dos “ideólogos” burgueses, ela é própria da forma de produção capitalista que se desenvolvia junto ao poder burguês e que precisava, como ainda precisa, se reinventar constantemente.

Diz um parágrafo famoso do Manifesto do Partido Comunista:

A burguesia não pode existir sem revolucionar de modo permanente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção – e, com elas, todas as relações sociais. Ao contrário, a conservação do antigo modo de produção constituía a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e a incerteza distinguem a época burguesa de todas as precedentes.<sup>38</sup>

No entanto, a revolução permanente da burguesia tem um componente que a diferencia radicalmente da proposta trotskysta: no caso do capitalismo, as mudanças constantes, as “revoluções”, são justamente para evitar profundas alterações nas estruturas sociais de distribuição de poder entre as classes. É este o ponto a ser ressaltado neste capítulo. A adaptação do jovem se dá de forma conservadora e esse conservadorismo reflete uma visão elitista construída, ao longo de nossa particular história como país, na tradição oligárquica, escravista, do mando autoritário. Mas o “discurso oficial” capitalista parece ter abandonado, ao longo do último século, a pregação usual do conservadorismo político, adotando a retórica de mudanças, revoluções, transformações constantes rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Uma corrida disputada para que, em verdade, a maioria dos “corredores” – as classes pobres – não saia da inércia.

No livro *O Leopardo (Il Gattopardo)*, Giuseppe Tomasi, Príncipe de Lampedusa, mostra uma família aristocrática italiana na segunda metade do século XIX. O patriarca, Don Fabrizio, Príncipe de Salinas, tenta manter o antigo modo luxuoso de vida diante da ameaça da ascensão burguesa no momento da unificação do país com Garibaldi. O trecho célebre do livro<sup>39</sup> é o discurso do sobrinho de Don Fabrizio, Tancredi, incitando o tio a abandonar sua lealdade ao reinado das Duas Sicílias e aliar-se à dinastia rival de Savóia: “Se nós não estivermos lá, eles fazem uma República. **Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude.**”<sup>40</sup> Tancredi – a nova geração – quer unir-se a Garibaldi e a setores da burguesia revolucionária para, em troca, manter parte dos privilégios da nobreza, evitando o mesmo destino dos nobres franceses de 1789.

<sup>38</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. (2006, p.36)

<sup>39</sup> Adaptado ao cinema por Luchino Visconti, o filme *O Leopardo*, com Burt Lancaster, Alain Delon e Claudia Cardinale nos papéis principais, recebeu a Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1963.

<sup>40</sup> LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi Di. *O Leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.40 [grifo nosso].

A frase de Tancredi lembra a máxima brasileira do político mineiro Antônio Carlos de Andrada, no período pré-revolução de 1930: “ façamos a revolução, antes que o povo faça”. Mudar antes que o povo mude ou mudar para que nada de essencial mude. O medo do nobre italiano diante do poder revolucionário burguês é o mesmo medo do burguês brasileiro diante do poder (pelo menos da expectativa) revolucionário do povo. A contra-revolução permanente de uma burguesia específica, a brasileira, é tema da análise sociológica de Florestan Fernandes<sup>41</sup>. Empenhada em impedir a “divisão do butim”, a igualdade, a burguesia nacional não se furtou a apelar às armas para garantir sua hegemonia pela ditadura de classe em 1964.

Em nome da ordem, a “moderna” burguesia mostrou que ainda estava muito próxima da cultura escravocrata que limitava a idéia de liberdade a poucos. A tensão permanente entre o moderno e o arcaico, muitas vezes com predomínio do antigo (no sentido do brutal trato com o “inferior”), se revelava o melhor método de avaliação sociológica do espírito burguês brasileiro e sua luta pela manutenção de desigualdade e estrutura social hierarquizada. Atenuar a tensão e, ao mesmo tempo, justificar as discrepâncias entre a retórica de classe e a contrapartida no real é tarefa da ideologia.

No livro *A elite do poder*, C. Wright Mills (1975) faz uma citação de Vilfredo Pareto:

Suponhamos que em todo ramo de atividade humana cada indivíduo recebe um índice que represente um sinal de sua capacidade, mais ou menos como se dão notas nas várias matérias, na escola. O tipo mais alto de advogado, por exemplo, receberá 10. O que não consegue um cliente, receberá 1 – reservando-se o zero para o que for um idiota consumado. **Ao homem que ganhou milhões – honesta ou desonestamente – daremos 10.** Ao homem que ganhou milhares daremos 6; ao que apenas conseguiu se livrar da pobreza, 1, atribuindo zero aos que nela continuaram... **Teremos assim uma classe de pessoas com maiores índices em seu ramo de atividade, e a essa classe damos o nome de elite.**<sup>42</sup>

O pragmatismo utilitário de Pareto está, evidentemente, argumentando em favor do conservadorismo elitista, reivindicando o mérito para os muito ricos, convenientemente escondendo o fato de que a “os milhões” obtidos pelos homens nota 10 e o zero dado ao pobre não partem em condições de igualdade. Por mais que o liberalismo propague um mundo onde “todos têm a mesma chance”, como lembra Wright Mills, **estar no topo é muito mais fácil para quem nasce no topo.** E essa lógica simples de oferecer uma fictícia chance de qualquer um “ficar rico” – ter nota 10 – é a principal sedução ideológica à adaptação das novas gerações aos “padrões” de mercado.

<sup>41</sup> Ver, entre outros, FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006; e FERNANDES, Florestan. *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>42</sup> Vilfredo Pareto: A Mente e a Sociedade, apud MILLS, C. W. *A Elite do Poder*, 1975, p18 [grifos nossos].

Estas idéias, como nota Marx, são as idéias dos dominadores, interessados, justamente, em prorrogar esse estado de dominação. O que a ideologia faz é tornar essa dominação algo justificável aos dominados, como Pareto o demonstra perfeitamente no seu cálculo de mérito. A este respeito, diz Terry Eagleton (1997):

O estudo da ideologia é, entre outras coisas, um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade. A condição de ser oprimido tem algumas pequenas compensações, e é por isso que às vezes estamos dispostos a tolerá-la. O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subordinados a amar, desejar e identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve portanto a mais difícil de todas as formas de libertação, o libertar-nos de nós mesmos.<sup>43</sup>

Somente dessa forma, servil, se explica a bajulação em torno das listas divulgadas de tempos em tempos, como das revistas *Forbes* ou *Fortune*, com os 100 mais ricos do mundo, as 10 maiores fortunas e a série de maiores e melhores que caracterizam estas publicações, sempre repetidas e reproduzidas acriticamente em todos os veículos brasileiros. Sob qualquer perspectiva crítica seria execrável uma relação que mostra o poder financeiro acumulado por um grupo muito reduzido de pessoas (que somam valores maiores que o produto industrial de centenas de países e a renda total de bilhões de habitantes). Tais listas, além de não serem execradas, são festejadas. Os nomes citados são celebrados, verdadeiros heróis contemporâneos. A disputa entre os primeiros lugares é acompanhada como literatura de suspense entre os leitores dos principais colunistas financeiros (e de celebridades). Quantos brasileiros estão na lista? Quem entrou e quem saiu?

Esta celebração da barbárie, além da função de ajuste de “importância” do sobe-desce entre os “de cima”, no mundo dos ricos do *café society*, tem também uma importante função de ostentar um mundo maravilhoso, cheio de glamour. Um processo de sedução que atua diretamente sobre os mais jovens. Convidados a participar desta orgia, desde que jamais se questione seriamente seus princípios excludentes, assumindo ativamente os dogmas do mercado e da produção capitalista como “veículos” que, de alguma forma, vão abrir as portas destes paraísos, retratados com tanta freqüência que parecem realmente à disposição dos bem sucedidos de qualquer classe social.

A simples visita a uma banca de revistas revela o que se pretende do jovem “bem sucedido”: fique rico, ganhe milhões. Nada menos que isso. A revista *Você S/A*, da Editora Abril e direcionada aos jovens executivos e pretendentes, retrata em sua capa de dezembro de 2008 um jovem trabalhador (engenheiro da Honda) aparentemente feliz em uma lancha esportiva.

---

<sup>43</sup> EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997, p.13.

**Fique Rico** diz a manchete principal da capa (ver em anexo), prometendo mostrar a história de brasileiros que ficaram milionários e realizaram o sonho de:

1. Abrir seu próprio negócio;
2. Comprar um superapartamento;
3. Ter uma pousada charmosa;
4. Construir uma casa na praia.

No mesmo mês, dezembro de 2008, outra publicação voltada para os “homens de negócios”, *Pequenas empresas & grandes negócios*, da Editora Globo, diz em sua manchete de capa: *Os pequenos empresários que ganharam milhões em 2008*. A trajetória vitoriosa dos vencedores do 2º prêmio Empreendedor de sucesso. Quatro figuras sorridentes (dois bem jovens) ilustram a capa (ver as capas destas revistas no Anexo 2).

Pode parecer uma concessão das publicações ao mês de dezembro e seus sonhos natalinos, mas não é o caso. Esse tipo de capa é característico das publicações voltadas aos jovens diplomados das classes alta e média que ingressam no mercado de trabalho. A revista *Você S/A*, como é característica desde seus primeiros números na década de 1990, quando dizia na capa “seja seu melhor produto”, deixa claro com seu “fique rico” que é esse o parâmetro desejável, a nota 10 de Pareto. Abaixo disso, temos os perdedores. Os miseráveis sequer serão considerados.

A ideologia só pode existir em um ambiente de contrastes, é uma forma de mentir sem dizer inverdades, fazer uma situação absurda ser compreendida como perfeitamente natural e, desta forma, aceitável. É uma justificativa não só aceitável, mas com o passar o tempo e a impregnação e disseminação de idéias originadas a partir dessa premissa, o que foi aceito já não pode sequer ser questionado, é tão natural que parece ter nascido no momento da criação humana. Como lembra István Mészáros (2004):

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em toso os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que

exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.<sup>44</sup>

O “pulo do gato” ideológico é justamente a promessa de riqueza dependendo exclusivamente do esforço individual – portanto, oposto ao esforço coletivo (perda de tempo), como se ficar milionário fosse comum e como se a existência dos poucos milionários não dependesse, diretamente, da existência dos muitos não-milionários. Assim, consiste na ideologia transmitir um mundo que, da forma como é “vendido”, não pode se realizar. Perry Anderson (1992) lembra o óbvio – que, contudo, deve ser convenientemente ocultado:

Se todas as pessoas da Terra possuísem o mesmo número de geladeiras e automóveis que as da América do Norte e da Europa Ocidental, o planeta ficaria inabitável. Hoje, a ecologia global do capital, o privilégio de uns poucos, requer a miséria de muitos, para ser sustentável. Menos de um quarto da população do mundo detém atualmente 85% da renda mundial, e a diferença entre as participações das zonas avançadas e atrasadas ampliou-se ainda mais nos últimos cinquenta anos. A diferença entre os padrões de vida na Europa e na Índia e China aumentou de uma proporção de 40: 1 para 70: 1 só entre 1965 e 1990. Nos anos 80, mais de 800 milhões de pessoas - mais do que as populações da Comunidade Européia, Estados Unidos e Japão somadas - tomaram-se ainda mais excruciantemente pobres, e uma de cada três crianças passava fome.<sup>45</sup>

A missão ideológica aqui é não permitir que se deixe claro que o fantástico mundo do consumo do tipo “*american way*” é e sempre vai ser – ao menos pelos padrões de produção e consumo do capitalismo – restrito. Para “poucos e bons”. Simultaneamente, deve ser oferecida a oportunidade de acesso aos candidatos que provarem estar bem adaptados. Uma dependência entre os ricos e pobres, entre pessoas e entre nações. Inversamente, qualquer crítica ao centro da cultura capitalista, é eminentemente descartada como “ideológica”.

A crença de que a ideologia é uma forma esquemática e inflexível de se ver o mundo, em oposição a alguma sabedoria mais simples, gradual e pragmática, foi elevada, no pós-guerra, da posição de uma peça de sabedoria popular à posição de uma elaborada teoria sociológica. [...] Tentar alcançar algum objetivo político modesto e pragmático, como derrubar o governo democraticamente eleito do Chile, é uma questão de adaptar-se de modo realista aos fatos, já enviar tanques para a Tcheco-Eslováquia é um exemplo de fanatismo ideológico.<sup>46</sup>

Ao contrário do mito, o rico não é o pobre que deu certo. Tais casos são raros, mas explorados pela propaganda de forma a parecer rotina. Um só existe pela exploração do outro, numa relação de estreita dependência, traduzida num belo parágrafo pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano (1994):

<sup>44</sup> MÉSZÁROS, 2004, p. 65 [grifo nosso].

<sup>45</sup> ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 110.

<sup>46</sup> EAGLETON, 1997, p.17-18.

Para os que concebem a história como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos. Na alquimia colonial e neocolonial, o ouro se transforma em sucata e os alimentos se convertem em veneno.<sup>47</sup>

Criticando a falha da União Soviética em erradicar determinados elementos constituintes do capital, Mézáros analisa a abrangência do capitalismo e os desafios de alterar sua ordem:

“Expropriar os expropriadores” – e, nesse sentido, alterar a posição anterior do capital nas relações de propriedade – está muito longe de ser suficiente. Isso porque o capital é essencialmente um modo de controle global da sociedade, e não um mero direito legalmente codificado. Mesmo que se tome esse direito de cada capitalista individualmente, aos quais Marx chamou de “**personificações do capital**” (que têm mandato estrito de executar os objetivos e imperativos do capital, caso contrário são ejetados sem cerimônias do processo de reprodução social como “capitalistas fracassados”), as questões substantivas do controle efetivo continuarão não resolvidas.<sup>48</sup>

É essa a cobrança feita aos jovens: constituírem-se (adaptados) verdadeiras “personificações do capital” – apologistas e instrumentos do capitalismo, usados, remunerados e, se conveniente, descartados. O capitalista individual – já descrito por Max Weber<sup>49</sup> como essência do capitalismo (o investidor privado) – ou sua roupagem atualizada sob o rótulo de empreendedor, é o modelo a seguir pela juventude “com atitude”. Herói mítico, o empreendedor é reverenciado também por Schumpeter ao compará-lo à imagem nietzschiana do “destruidor criativo”<sup>50</sup>, conforme análise de David Harvey (1992):

O empreendedor, que Schumpeter considera uma figura heróica, era o destruidor criativo *par excellence* porque estava preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social. E era somente através desse heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano. Para Schumpeter, a destruição criativa era o *leitmotif* progressista do desenvolvimento capitalista benevolente.<sup>51</sup>

Uma das figuras de empreendedor usadas por Schumpeter coincide com um exemplo de Walter Benjamin em sua crítica ao progresso em *Passagens*.<sup>52</sup> Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris do Segundo Império, modificou radicalmente a cidade francesa, derrubou bairros inteiros para pôr em prática seu projeto de uma cidade moderna. Ruas espaçosas, revitalização das praças e espaços públicos das áreas centrais, a “*haussmannização*” da Cidade

<sup>47</sup> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.14.

<sup>48</sup> MÉSZÁROS, 2004, p.19 [grifo nosso].

<sup>49</sup> WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

<sup>50</sup> Ver HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>52</sup> BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Luz é ainda hoje louvada como exemplo de modernização de grandes metrópoles. Enquanto os apologistas do empreendedorismo debruçam-se nas belas conquistas da nova Paris, Benjamin se dedica a observar o progressivo afastamento promovido por Haussmann dos trabalhadores e das classes pobres das áreas “nobres”<sup>53</sup>.

O progresso de Haussmann atendia aos desejos dos proprietários de ter sua cidade “embelezada”, limpa, com suas vias abertas, facilitando, de quebra, a dispersão de aglomerações populares potencialmente “perigosas” (aos proprietários). Os despossuídos não viviam no mesmo espaço-tempo. Fora de lugar, viram-se obrigados a conformar-se com primitivo “bárbaro” das moradias sem infra-estrutura em bairros superpovoados, distantes dos centros de cultura e lazer (atividades que, culturalmente, não “lhes dizia respeito”) – um desenho de “progresso” altamente hierarquizado que se tornaria comum na ocupação dos grandes espaços urbanos em qualquer cidade.

A citação de Vilfredo Pareto por Wright Mills e seu “índice” de capacidade – a nota zero dada aos que permanecem na pobreza e a nota dez concedida aos que ganham milhões – sintetiza, de certa forma, nosso argumento sobre a ideologia. Em sua escala social, valorizando a riqueza (obtida da maneira que for), Pareto trata de forma aparentemente lógica uma mistificação que põe em falsas condições de igualdade ricos e pobres, como se estivessem juntos na mesma linha de partida de uma disputa cujos vencedores são os que conseguem enriquecer. Naturalizada, tal mistificação – travestida de racionalismo – atende ao mérito como justificativa inapelável para a perpetuação (disfarçada de mobilidade pelas oportunidades supostamente dadas) da estrutura social.

Ricos são ricos porque são inteligentes e talentosos (ou audaciosos e qualquer adjetivo grandiloquente que satisfaça a auto-imagem e estabeleça uma diferença clara entre elite e massa). Pobres são pobres porque não se esforçam, no fundo merecem ficar onde estão.

Além disso, as explicações dos ricos como um fato social pela referência a seus traços pessoais como indivíduos geralmente são tautológicas. A prova da “capacidade”, por exemplo, numa sociedade em que o dinheiro é valor soberano, é tida geralmente como a habilidade de ganhá-lo: “Se você é tão inteligente, por que não é rico?” E se o critério da capacidade é o dinheiro que se ganha, certamente a capacidade é reconhecida segundo a riqueza e os muito ricos são os de maior capacidade. Mas se assim é, então a capacidade ou a habilidade não podem ser usadas como indício de capacidade ou a habilidade não podem ser usadas como explicação dos ricos; e em seguida usar esta como

---

<sup>53</sup> Ver também, sobre a “haussmannização” de Paris, LÖWY, Michael. *A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes*. In Revista Margem Esquerda n°8. São Paulo: Boitempo, 2009, p.59-75.

uma explicação da riqueza, é apenas jogar com duas palavras em torno do mesmo fato: a existência dos muito ricos.<sup>54</sup>

Parece simplista, mas é exatamente essa a argumentação de Pareto e é esse o discurso elitista das classes dominantes, percebido claramente nos debates sobre riqueza e pobreza, pelas opiniões expressas na grande mídia ou pelos debates que se apresentam na internet. A nota dez de Pareto é, ainda, a arma (retórica) sempre pronta a atirar no peito dos argumentos “esquerdistas” que colocam a riqueza de poucos como responsável ou beneficiária da pobreza de muitos.

Com “mérito”, abrem-se as portas das práticas de segregação, da saúde pública versus saúde privada (e entre os planos privados as diversas hierarquias de franquias), educação pública versus privada, segurança pública versus privada, transporte público versus carros particulares. Em cada um desses confrontos o público, entendido na concepção neoliberal como a maioria das pessoas sem condições de comprar o “pacote” privado, sai perdendo. Na introdução de sua coletânea sobre ideologia, Slavoj Zizek diz:

Hoje, como assinalou Fredric Jameson com muita perspicácia, ninguém mais considera seriamente as possíveis alternativas ao capitalismo, enquanto a imaginação popular é assombrada pelas visões do futuro “colapso da natureza”, da eliminação de toda a vida sobre a Terra. Parece mais fácil imaginar o “fim do mundo” que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o “real” que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global.<sup>55</sup>

Aos avisos alarmistas da catástrofe global provocada pelo (falta de cuidado com) meio ambiente seguem-se as receitas midiáticas de como “fazer a sua parte”, se “cada um colaborar” o mundo pode mudar. Nestes termos, individuais, desvinculados da política, desprovidos de críticas ao “ambiente” produtivo que se contrapõe ao ambiente de fato, como forma de assumida de produção, as grandes ONG’s ambientais, como a *World Wide Foundation* – WWF e *Greenpeace* empregam esforço com campanhas globais para, por exemplo, desligar a luz por uma hora em dia e horário marcados<sup>56</sup> ou “apagar um quadradinho no seu computador”<sup>57</sup>. E pronto. Faça sua parte e durma tranqüilo. O sistema de produção que está provocando o colapso

<sup>54</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*: 1976, p.116-117.

<sup>55</sup> ZIZEK, Slavoj. *O espectro da ideologia*, in Zizek, 1996, pg. 7.

<sup>56</sup> Campanha *Earth Hour* do WWF, realizada no sábado (29/03/09).

<sup>57</sup> Campanha *Black pixel*, do *Greenpeace* em 2010, que instala um “ponto negro” no monitor com o objetivo de “economizar energia” e “salvar o planeta”



ambiental passa despercebido ou completamente diluído na esfera dos atores envolvidos que devem “rever” sua atitude ambiental<sup>58</sup>.

A ideologia se encarrega de absolver previamente a produção capitalista e seus sistemas de auto-preservação permanente, mesmo nos sinais evidentes de degradação, como o ambiental ou a pobreza em massa. As gerações que crescem sob a lógica do capital vêm perdendo cada vez mais contato com idéias críticas, cercadas pelas formas de socialização ideologizantes no que Althusser chamou de Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE<sup>59</sup> (especificamente, a família, a Igreja, a escola, meios de comunicação, etc.), sempre inibindo “radicalismos”. Mészáros evidencia o funcionamento refinado desta ideologia com um exemplo simples, um estudante que acessar um processador eletrônico de textos pode deparar-se com um dicionário “técnico” de sinônimos que reforça em vários sentidos as concepções sempre favoráveis ao *status quo*:

CONSERVADOR: comedido, discreto, de bom gosto, despretensioso, inconspícuo, moderado, quieto, sóbrio; econômico, espartano, frugal, parcimonioso, previdente, prudente, regrado; arredo, equilibrado, reservado.

LIBERAL: aberto, avançado, despreconceituoso, indulgente, progressista, radical, tolerante; benéfico, generoso, magnânimo, mão-aberta, pródigo; abundante, amplo, suficiente, copioso, excessivo, exuberante, profuso, repleto, rico, transbordante.

REVOLUCIONÁRIO: enfurecido, extremista, extremo, fanático, radical, ultra.<sup>60</sup>

Desta forma, “tecnicamente”, se explica, entrando na zona cinza que mistura de forma indistinguível a pseudocultura com informação dos “*experts*” e interesse do mercado, por exemplo, o padrão do jornalismo televisivo brasileiro de anunciar que determinado governo tomou uma medida econômica específica. Em seguida ao anúncio o telejornal, como regra,

---

<sup>58</sup> Em campanha recente, intitulada “Seleção Natural” (<http://www.selecaonatural.org/pt.html> - acesso em 06/07/09) a ONG ambiental WWF divulgou em alguns jornais e na internet uma suposta chamada de emprego onde o candidato substituiria “animais em extinção”. Diz uma das chamadas: “Vaga para Onça-Pintada: selecionamos pessoas de ambos os sexos, determinadas, com ou sem experiência, dispostas a trabalhar como onça-pintada. Não é necessário curso superior”. É, na verdade, uma campanha publicitária, pretendendo provar alguma tese estranha. No entanto, o uso dos jargões reconhecidos da oferta de trabalho, a falta dos limites curriculares tradicionais (experiência e formação) atraiu milhares de candidatos (1083 de acordo com o site da WWF). Para comprovar sua tese, a defensora do meio ambiente tornou público os telefonemas dos interessados, já ridicularizados pelo anúncio da “pegadinha”. A humilhação dos desesperados para salvar a alma da classe-média com “atitude”. No áudio onde o membro da ONG explica, *a posteriori*, os objetivos ao interessado que ligou, ele usa, significativamente, o termo *case* para referir-se aos exemplos coletados no “experimento”. Mais de acordo com a lógica, o interesse e a linguagem empresarial impossível.

<sup>59</sup> ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. In ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-142.

<sup>60</sup> “*Word Finder*” Thesaurus do processador de texto *WordStar* (da empresa Microlytics, Nova York) citado por Mészáros, 2004, p. 57.

recorre a indicadores como câmbio e bolsa de valores para repercutir o que o “mercado achou” das medidas anunciadas. O mercado pode ter gostado ou não. Se o mercado não gostou as bolsas caem e o dólar sobe (explicação interessadamente simplista para a especulação que produz tais movimentos e beneficiam “grupos de investidores”), logo – pelo tom da apresentação e expressão do apresentador (qualquer um, em qualquer canal) – as medidas anunciadas devem ser encaradas com sérias suspeitas.<sup>61</sup>

De forma semelhante – continuando na exposição de como “tecnicamente” se marca claramente o território pró-capital – ao repercutir notícias econômicas, raras vezes são ouvidos lideranças dos trabalhadores. Quando são ouvidos, seus comentários são rotulados no campo “ideológico” do anacronismo, sempre suspeitos. No entanto, sempre são ouvidos os “engravatados” das associações patronais (algumas vezes identificados como tal, outras não). Neste caso, o especialista fala sempre com a voz da razão técnica, tom professoral, expressão de concordância do entrevistador. Suas palavras são sábias e aparentemente desprovidas de qualquer interesse a não ser analisar corretamente (para o espectador) as medidas em questão.

Assim o diretor de um grande banco (muitas vezes identificado apenas como “analista”) é ouvido sobre a política de juros do Banco Central. Sua fala não é, nunca, contraposta. Parece ao ouvinte que se trata realmente de algum conhecedor sem maiores interesses, quando na verdade o entrevistado tem não só total interesse pessoal no assunto tratado como sua opinião influencia decisões que afetam diretamente a lucratividade de sua empresa e seu setor de atuação. Mas isso não é dito e a opinião do *especialista* soa como neutra avaliação. Assegura-se assim um caráter quase místico de sabedoria aos executivos em contraponto aos trabalhadores (quando organizados coletivamente), estes tocados pela contaminação do vírus ideológico, inimigos claros do progresso (uma virtude sempre alinhada à ação empresarial).

Estes são exemplos de como, ideologicamente, pode-se dizer muito e não falar realmente nada que argumente criticamente. Pelo menos algo que fuja do lugar comum das análises confortáveis aos donos do capital. Das várias formas de assegurar uma hegemonia – nos termos gramscianos, ou seja, uma dominação que não se resume a simples coerção, mas que se construa também em acordos de aceitação, mesmo assimétricos – nesta relação de dependência, a competitividade exerce um papel decisivo. Trata-se de uma falsa competição,

---

<sup>61</sup> Na recente troca de comando do Banco do Brasil, o apresentador do Jornal da Globo (edição de 15 de abril de 2009), William Waack, noticiou, expressão severa, a tentativa do governo em “baixar os juros por decreto, como se fosse possível decretar, por exemplo, felicidade”. Felicidade provavelmente não, mas baixar os juros por decreto é não só possível como normal, porém, desagrada o capital financeiro – grande beneficiado pela política de juros altos praticada no Brasil há quase duas décadas – e incomoda os jornalistas encarregados de dar “voz” ao mercado, silenciando as demais.

pelo menos no sentido apresentado. Uma promessa de “jogo limpo”, de igual para igual, enquanto as cartas são marcadas e escondidas nas mangas, com distintas regras para as diferentes classes.

Essa prestidigitação retórica não é nossa exclusividade brasileira, mas aqui ela é feita com a necessária virulência, pois o abismo social (as diferenças entre quem parte para o jogo com a nota dez e com a nota zero) a ser ocultado é enorme e exige que a cada truque se “esconda” melhor a verdade dos olhos do espectador. Soma-se a isso uma tradição de mando elitista que transparece nos porta-vozes da elite em cada fato apresentado como verdade absoluta e incontestável. Um modo recorrente, característico do mando despreocupado, é o de dizer uma coisa e fazer o oposto, mesmo que a ação contradiga frontalmente o que foi dito. Não é preciso perder tempo com justificativas – e o uso do termo liberdade, como veremos, ilustra o paradoxo proposital.

No Brasil, diz Roberto Schwarz (2000):

Com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc. Combinando-se à prática de que, em princípio, seria a crítica, o Liberalismo fazia com que pensamento perdesse o pé.<sup>62</sup>

As idéias são conscientemente colocadas de ponta-cabeça, pois desta forma o topo parece refletir a base e a dominação que solidifica as estruturas desta hierarquia parece assim perfeitamente razoável. Falsas ou verdadeiras, as idéias das classes dominantes ganham status de “leis naturais” contra as quais apenas utopias improdativas se levantam para esconder o fracasso pessoal dos seus formuladores. Afinal Marx não viveu e morreu na miséria?

Ramos de Oliveira, em *Aspectos sociais sob dois Prismas*, dizia que o comunismo tinha sido elaborado por um homem (Marx) que era “absolutamente inapto para ganhar a vida” e tinha sido levado à prática por outro (Lênin) que “não era muito dedicado ao trabalho”. Prado Ribeiro, em “*Que é o comunismo?*” explicava: “para o marxismo o trabalho intelectual nada significa. De forma que os cérebros privilegiados de um Goethe ou de um Leibniz valeriam menos que qualquer estivador ou fabricante de tamancos.”<sup>63</sup>

Julgado e “calibrado” pela riqueza de poucos, o mérito justifica plenamente a desigualdade:

É extremamente revelador que aqueles que negam a possibilidade de uma transformação socialista baseiem sua “refutação” não apenas na ignorância da diferença crucial, no que se refere à igualdade, entre os princípios reguladores propostos por Marx e dos socialistas utópicos, de forma a resumir aqueles sob estes e desconsiderar todos como “irremediavelmente utópicos”. Pior, por um truque de mágica, eles admitem arbitrariamente que a **desigualdade é em si**

<sup>62</sup> SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora de lugar*. In *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.19.

<sup>63</sup> KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha de idéias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 35.

**absolutamente insuperável**, e então deduzem dessa premissa que qualquer alternativa a ela é irrealizável. Tudo isto parece certo e apropriado, de acordo com seu “procedimento racional”.<sup>64</sup>

As idéias penetram nas gerações que chegam que, como lembra apropriadamente Mannheim (*A função das novas gerações*, 1978), não são rebeldes nem conservadores em essência, mas potências. Como potências, podem acentuar sua rebeldia, contrapor o dado. Ou podem justamente acelerar a adaptação ao discurso hegemônico, caçando e podendo qualquer possibilidade de pluralidade crítica. As idéias naturalizadas ideologicamente, apesar da tradição do mando, devem conter elementos suficientes para justificar sua adoção no plano material, na ação.

Devem ser “reais” o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem fornecer motivações sólidas para a ação efetiva, e devem empenhar-se, o mínimo que seja, para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes. Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível bastante para não ser peremptoriamente rejeitada.<sup>65</sup>

É de Mannheim, aliás, uma bela definição da questão da ideologia:

A descrença e a suspeita que em toda parte os homens evidenciam por seus adversários, em todos os estágios do desenvolvimento histórico, podem ser encaradas como precursoras imediatas da noção de ideologia. Mas somente quando a descrença do homem para com o homem, mais ou menos evidente em cada estágio da história humana, se tornaria explícita e reconhecida metodicamente, é que podemos falar propriamente de uma coloração ideológica nas afirmações dos outros. Atingimos este nível quando não mais fazemos os indivíduos pessoalmente responsáveis pelos equívocos que detectamos em suas afirmações, e quando não mais atribuímos o mal que fazem a sua astúcia maliciosa. Somente quando buscamos, mais ou menos conscientemente, descobrir a fonte de sua inverdade em um fator social é que estamos propriamente fazendo uma interpretação ideológica.<sup>66</sup>

Mannheim, como outros, erra ao considerar um grupo (intelectuais esclarecidos, no caso) ou classe particularmente livre da influência ideológica. A ideologia é componente do universo capitalista na mesma medida que o capitalismo se viabiliza pela existência das desigualdades. Uma crítica a ideologia significa apontar, de dentro, reconhecendo a amplitude relacional das motivações das diversas classes, os fatores que motivam a aceitação desta desigualdade. Conforme Mészáros (2004):

O sistema atual de regulação desse comércio não somente está baseado na desigualdade substantiva, como *reforça* essa desigualdade à medida que aumenta os poderes produtivos da sociedade, em vez de reduzi-la, como é

<sup>64</sup> MÉSZÁROS, 2004, p.50 [grifo nosso].

<sup>65</sup> EAGLETON, 1997, p.27.

<sup>66</sup> MANHEIMM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p. 87.

sempre prometido e nunca cumprido. [...] Portanto, não é surpreendente o contínuo aumento do notório “abismo entre ricos e pobres”, acompanhando a concentração e centralização do capital e acentuando absurdamente a *dominação da riqueza sobre a sociedade*, ao passo que o único avanço significativo deveria ser medido em termos de estágio do processo de instituição do *domínio da sociedade sobre a riqueza*.<sup>67</sup>

Mészáros, discípulo de Lukács, retoma *História e consciência de classe* e sua famosa explanação do fenômeno da reificação no capítulo central:

A essência da estrutura da mercadoria já foi ressaltada várias vezes. Ela se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens.<sup>68</sup>

O processo de adaptação, em síntese, consiste em criar e incentivar mecanismos de afirmação desta lógica mercantil estendida às relações humanas – tratar pessoas como coisas e coisas como pessoas (o “humor do mercado” das análises financeiras, por exemplo), ocultando as relações sociais (não existe “humor” no mercado, mas interesse do investidor). Essa adaptação, sem disfarces, é uma disputa para melhor se ajustar ao mundo reificado do capitalismo. Os “bem adaptados” não são as exceções, como os muito ricos, mas sim os que melhor aceitam e se enquadram na distribuição de lugares de uma estrutura desigual, sem demonstrar nenhum tipo de tendência de comportamento de risco (revolucionário ou desajustado). Para ter êxito, essa reificação tem de penetrar no conjunto das manifestações vitais da sociedade e “remodelar tais manifestações à sua própria imagem, e não simplesmente ligar-se exteriormente a processos voltados para a produção de valores de uso em si mesmo independentes dela”.<sup>69</sup> Como já foi dito, é função da ideologia mascarar determinados movimentos ditos revolucionários ou defensores da liberdade, impedindo seu desnudamento e exposição na forma concreta de conservadorismo. Derivam desta operação ideológica os paradoxos de uma ditadura militar ser “revolucionária” e “libertadora”, como bem caracterizou Florestan Fernandes (2006) com seu termo “revoluções dentro da ordem”.

---

<sup>67</sup> MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.49 [grifos do autor].

<sup>68</sup> LUKÁCS, Georg. A reificação e a consciência do proletariado. In *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 194.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 196.

## 2 REVOLUÇÕES DENTRO DA “ORDEM”

Não é, nos moldes na análise de Schwarz sobre as idéias fora de lugar e o liberalismo escravista no Brasil, contraditório que o pai do liberalismo, John Locke, conforme Alfredo Bosi (*Ideologia e contra ideologia*, 2010), tenha sido acionista da *Royal African Company*, envolvida diretamente no tráfico negreiro. Liberdade, para Locke, é restrita:

“Como já disse, esses homens [escravos] sofreram a perda do direito de viver, portanto, do direito de serem livres e perderam os seus bens; eles são reduzidos à *condição de escravidão* e incapazes de toda propriedade; nesse estado, não podemos considerá-los como participantes de uma maneira qualquer da *sociedade civil*, que tem por fim principal a preservação da propriedade.”<sup>70</sup>

Bosi resume o sentimento liberal que permanece como peça fundamental da ideologia burguesa, suportada na modernidade pela cultura industrializada, na sacralização do empreendedor:

O esquema de Locke repete-se à saciedade. A origem do trabalho assalariado é a situação do homem sem propriedade, e essa falta é atribuída à incúria daqueles que, na fase inicial de terras comuns, não souberam ou não quiseram apropriar-se de um trato de terra para cultivá-la a tempo ou com a devida diligência. O assalariado terá que pagar com a venda do próprio suor o pecado original da negligência, já que desobedeceu à lei divina, que comanda a cada um a labuta cotidiana, e à lei do estado de natureza que facultava a apropriação mediante o trabalho<sup>71</sup>.

Em atitude distinta quanto à escravidão, em meados do século XIX um viajante ilustre, Charles Darwin, retratou a crueldade da sociedade no Rio de Janeiro da época. Uma brutalidade que se, por um lado, não se diferencia de qualquer cenário onde a escravidão predominou como mão-de-obra, diz muito sobre a sociedade que relutou o quanto pôde até aboli-la.

Perto do Rio de Janeiro fiquei hospedado próximo à casa de uma velha senhora que mantinha parafusos para esmagar os dedos de suas escravas. Morei numa casa onde um jovem escravo doméstico era, diariamente e de hora em hora, xingado, surrado e perseguido de um modo que seria suficiente para quebrar o espírito de qualquer animal. Vi um menino pequeno, de seis ou sete anos de idade, ser açoitado três ou quatro vezes na cabeça nua com um chicote de cavalo (antes que eu pudesse interferir), por ter me servido um copo d'água que não estava muito limpo. E estas ações foram feitas e remediadas por homens

<sup>70</sup> Citação de Constituições Fundamentais da Carolina, de John Locke, *apud* BOSI, Alfredo. *Ideologia e contra ideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p.286.

<sup>71</sup> BOSI, 2010, p.288.

que professam amar o próximo como a si mesmos, que crêem em Deus e rezam para que a Sua Vontade seja feita sobre a Terra.<sup>72</sup>

A barbárie nunca foi estranha às nossas elites que, no entanto, hoje como no passado, não vêem nenhuma contradição em adotar uma retórica pública de liberdade, recompensa ao mérito e, ao mesmo tempo, trabalhar com afincos para impedir que quase metade da população brasileira tenha a liberdade de poder deixar a pobreza. Por isso a “desumanização” dos miseráveis não se compreende pela patologia deste ou daquele ato dos integrantes das elites, mas como parte do processo de produção do capital essencialmente dividido em donos/patrões, consumidores e empregados (e o resto). Estes são, nos termos de Lukács, os “limites objetivos” da formação da consciência burguesa – avaliando o sujeito/objeto conforme seu valor para a estrutura social nos moldes do capital.

Os limites objetivos da produção capitalista tornam-se os **limites da consciência de classe da burguesia**. Ao contrário das antigas formas “naturais e conservadoras” de dominação, que deixavam intocadas as formas de produção de largas camadas dos dominados e por isso atuaram de maneira predominantemente tradicional e não revolucionária, o capitalismo é uma forma de produção revolucionária por excelência. Sendo assim, *essa* necessidade de os limites econômicos objetivos do sistema permanecerem inconscientes manifesta-se como uma contradição interna e dialética na consciência de classe.<sup>73</sup>

Uma identidade entre os “iguais” no topo, construída em torno do discurso auto-bajulador, calcado nas virtudes supostamente evidentes da posse da propriedade, do mérito, da moderna eficiência tecnocrática e da cultura. Mas também construída, como identidade, em comparação direta aos “defeitos” inerentes às classes pobres em não ter posses, mérito, eficiência ou cultura. Para exemplificar essa construção de identidade de classe, Alfredo Bosi cita o senador Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, em discurso pronunciado em 13 de junho de 1857:

Eu concedo que em uma sociedade, onde há classes privilegiadas, onde existem interesses distintos e heterogêneos, onde ainda domina o princípio do feudalismo, aí haja, como na Inglaterra, partidos que sobrevivem aos séculos; **mas onde os elementos são homogêneos, como em nossa sociedade, na qual não há privilégios**, na qual os partidos representam somente princípios de atualidade que todos os dias variam e se modificam, aí os partidos são precários.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Charles Darwin em seus diários de viagens, *apud* GIANNETTI, Eduardo. *Vícios privados, benefícios públicos?* São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 14.

<sup>73</sup> LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.164 [grifos nossos].

<sup>74</sup> Nabuco de Araújo *apud* BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras. 2008, p. 219-220 [grifos nossos].

Bosi comenta ironicamente a “nossa sociedade” homogênea a que se refere o senador brasileiro em sua crítica à “feudal” sociedade inglesa na controvérsia da imposição pelos britânicos da proibição do comércio de escravos. A nossa sociedade não é a do povo brasileiro, mas da camada social a que pertence o senador que, caracteristicamente, universaliza a homogeneidade da aristocracia burguesa e descarta a desigualdade, pois sequer enxerga os desiguais. Uma visão já acomodada ao limite de observação de seu interesse de classe, como percebeu seu filho, Joaquim Nabuco, que ao defender a Abolição, recebeu dos senhores rurais a resposta de que a liberdade dos escravos acabaria com a competitividade da produção agrícola brasileira.

De forma similar argumenta um dos principais manifestos liberais, ainda no momento da Independência, estudado por Emília Viotti da Costa (1998):

As expectativas das elites brasileiras e os limites do seu liberalismo são evidenciados no manifesto que o regente dirigiu ao povo brasileiro em 1º de agosto de 1822. O manifesto, ao que parece, fora escrito por Gonçalves Ledo, figura proeminente no movimento de Independência, político considerado por seus contemporâneos um liberal autêntico. O texto começava acusando as Cortes portuguesas de intentar restabelecer o monopólio português sobre o Brasil ao decretar o fechamento dos portos brasileiros aos estrangeiros. A seguir, acusava os portugueses de pretenderem libertar os escravos e armá-los contra os senhores – insinuação de grande efeito entre proprietários de terras e escravos. [...] Depois de ataques virulentos às Cortes, o manifesto estabelecia um programa liberal que prometia uma legislação adequada às circunstâncias locais; juízes honestos que acabassem com as maquinações das Cortes de justiça portuguesas; um código penal ditado pela “razão e humanidade” que substituísse as “atuais leis sanguinosas (sic) e absurdas”; e um sistema fiscal que respeitasse “os suores da agricultura”, “os trabalhos da indústria”, os “perigos da navegação e a liberdade de comércio” e facilitasse “o emprego e a circulação de cabedais”. Para os que cultivavam as ciências e as letras, “aborrecidos ou desprezados pelo despotismo”, instigador da hipocrisia e falsidade, prometia honras e glórias, e uma “educação liberal” para os cidadãos de todas as classes sociais.<sup>75</sup>

“Todas as classes sociais” não abrange, como no discurso de Nabuco de Araújo, as classes ou frações “inconvenientes”, como os escravos. No presente, sem trabalho escravo (na superfície), o problema do trabalho é completamente alienado do trabalhador, tratado em números pelos prestimosos consultores que lutam para ocupar espaço nas empresas, nos jornais e telejornais. Assiste-se aos especialistas do mercado falando sobre o sofrimento dos empresários em cumprir nossa “arcaica” legislação trabalhista, uma das “razões do nosso atraso”. Como antes “sofriam” os senhores de engenho, arcando com todos os custos de produção que incluíam a compra e manutenção dos escravos. Como se a Abolição (no Brasil, ainda tratada nos livros didáticos como obra das nobres mãos de uma princesa), formalizada em

---

<sup>75</sup> COSTA, Emília V. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.137-138.



1888, fosse uma bondosa concessão da elite, não uma luta de décadas. E em parte nenhuma o “regime de cativo foi extinto sem contraste, por obra espontânea dos senhores: as fugas e rebeliões dos negros, a luta dos grupos abolicionistas e a ação final do Estado foram, em todos os casos, determinantes. **As oligarquias resistiram enquanto puderam.**”<sup>76</sup>

Roberto Schwarz (2000) não deixa passar o ardid desta popular visão de uma abolição como um “favor” das elites, mesmo que estas tenham lutado até o último momento para manter a escravidão. Os que recebem o favor, além de nada mais receber, devem dar-se por felizes com a liberdade alcançada e manter na memória o fato de que ainda **devem um favor.**<sup>77</sup>

Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o *nexo efetivo* da vida ideológica. A chave desta era diversa. [...] O favor é a nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático do que o *nexo* escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.<sup>78</sup>

A afirmação de que a escravidão não era o *nexo efetivo* da vida ideológica do período rendeu a Schwarz alguns dissabores, mesmo porque o próprio texto parece contestar a tese. Aponta pela opção ideológica da primazia do favor, mais simpático do que a amargura da escravidão, portanto, uma opção consciente de alívio na análise, quando na verdade o favor é a consequência do *nexo* principal, a escravidão e a abolição sem amparo – postos na “rua”, os escravos compunham imediatamente o nível mais baixo na escala de favores e compadrio.<sup>79</sup> Talvez por isso, nas pesquisas conduzidas na década de 1950 em Florianópolis por Octavio Ianni<sup>80</sup>, a maior virtude dos negros citada (e esperada) é a humildade, enquanto o branco é “orgulhoso e vaidoso”, características vistas não como defeitos, mas virtudes, o que se

<sup>76</sup> BOSI, 2008, p. 216 [grifo nosso].

<sup>77</sup> Bosi cita um trecho de Tocqueville que dá a idéia desta noção de favor: “se os negros emancipados, não podendo nem permanecer na vagabundagem, nem obter para si um pequeno lote de terra, fossem obrigados para viver a alugar seus serviços, é muito verossímil que a maior parte deles acabaria ficando nos engenhos. Atente-se mais de perto para a questão e se verá que a interdição temporária de possuir a terra é não só, de todas as medidas excepcionais a que se pode recorrer, a mais eficaz, mas também a **menos opressiva**. Interditando temporariamente aos negros a posse da terra, o que se faz? Nós os colocamos artificialmente na posição em que se acha naturalmente [sic] o trabalhador da Europa. Seguramente não há nisso tirania, e o homem ao qual se impõe essa restrição ao sair do cativo **não parece ter o direito de queixar-se**” (in Victor Schoelcher, *Esclavage et colonisation*, apud BOSI, 2008, p.402 [grifos nossos]).

<sup>78</sup> SCHWARZ, 2000, p. 15-16.

<sup>79</sup> Além da mentalidade elitista forjada na obediência aos interesses externos, acostumada com o favor como relação social e a dependência como inevitável.

<sup>80</sup> Ver IANNI, O. *Raça e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966. A pesquisa feita em 1955 entrevistou 552 jovens em Florianópolis SC. Entre as diversas constatações, os questionários mostram uma forte tendência a ligar termos depreciativos, como “sujo”, “preguiçoso”, “malandro” e “farrista” aos negros e mulatos, enquanto o branco é “limpo”, “inteligente” e “trabalhador”. Ianni mostra como uma série de preconceitos é reverberada no pensamento popular e passam aos jovens, inclusos aí jovens negros e jovens pobres, como verdades.

convenciona chamar de “ter personalidade”. Conseqüentemente, dos jovens pobres, humildes, espera-se a aceitação das regras – a adaptação. Nunca qualquer forma de contestação – uma arrogância impensável. Humildade e trabalho duro se esperam das classes pobres. Tanto por parte das classes altas como das próprias classes pobres.

A reposição da centralidade na escravidão em nada diminui a importante análise do favor como componente constitutivo das relações de classe aqui no Brasil, feita por Schwarz. Desta forma continua, porém, a escravidão e as condições em que se deram a libertação e o trato com os negros livres – no auge das teorias do “branqueamento” e da solução européia, importando brancos para substituir o negro – a fornecer a matéria-prima essencial para o jogo do favor: a saber, a permanência de uma população inteira aprisionada na parte de baixo da estrutura hierárquica. Obrigada, desta forma, a sobreviver na órbita das “benesses” ofertadas pela nascente burguesia. O patrão burguês torna-se um semideus. Nesta hierarquia de base imensa e topo minúsculo se molda a identidade das classes e suas frações. Sempre tendo como apoio às regalias das classes de cima a certeza da inferioridade dos elementos de baixo. Assim se demarcam as divisões de classes, sob a imagem da “consciência” burguesa que, como lembra Florestan Fernandes,<sup>81</sup> nunca tomou completamente o lugar do antigo regime, como nas revoluções burguesas clássicas, mas foram – a burguesia ascendente e a “corte” decadente – aos poucos entrando em acordo, mesmo com zonas de disputa, numa mútua assimilação. Um acordo que privilegiou não o espírito revolucionário da liberdade e igualdade, mas a tradição oligárquica altamente hierárquica e racista. Constrói-se historicamente um espírito de elite comprometido em criar e incentivar muros segregadores que os distanciem do resto, da ralé. Sem, contudo, e isto vai ser fundamental para o argumento desta tese, dispensar o conforto do trabalhador braçal, mal remunerado e sempre à disposição.

Desta forma é possível analisar um projeto de construir, atualmente, no mesmo Rio de Janeiro visitado por Darwin, um muro cercando comunidades carentes. Somente reconstruindo – mesmo de forma brevíssima – essa formação de identidade de classe – e especialmente das elites – é que podemos conceber o fato de esta idéia ser tratada como uma alternativa perfeitamente exequível e, mais ainda, da construção do muro ser autorizada, dando a dimensão do caminho da alienação do homem, se distanciando de sua própria espécie. O editorial de uma revista semanal sobre o muro carioca não deixa dúvidas:

Agora, pela primeira vez em anos, o problema passa a ser enfrentado com uma iniciativa que, se não resolve por completo a situação, ao menos representa um passo na direção correta. O muro, o projeto de autoridades estaduais de cercar

---

<sup>81</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

numa **primeira leva** 11 favelas, começa a virar realidade. O muro estanca, de saída, o impacto ambiental que vinha ocorrendo por conta do avanço descontrolado de barracos sobre matas e florestas nativas. O muro pavimenta o terreno para que uma política habitacional séria – com planejamento de moradias dignas e infraestrutura adequada – ganhe fôlego. O muro organiza a comunidade e abre espaço para que **o princípio da civilidade prevaleça**.<sup>82</sup>

O princípio da civilidade é o mesmo evocado por qualquer panfleto eugenista nos Estados Unidos e Europa nas primeiras décadas do século XX, propondo medidas extremas de controle de natalidade e eutanásia para deter o avanço dos “bárbaros”. Os não-civilizados são sempre os “de fora”, do outro lado do muro. As favelas são, eugenicamente, “fábricas de marginais” nas palavras do atual governador do Rio, Sérgio Cabral.<sup>83</sup> De que outra forma é possível tratar esse e outros “muros da vergonha” e demais projetos de limpeza urbana – “desinfecção da pobreza” – se não pelos parâmetros da cultura escravocrata e eugenista que retira a humanidade dos “outros”? Como classificar os chamados bancos “anti-mendigos”, pateticamente instalados por dezenas de prefeituras pelo Brasil em praças públicas e apoiados

---

<sup>82</sup> Editorial da Revista Isto É, “O Rio e o muro” (ano 32 n° 2058, abril de 2009) [grifos nossos].

<sup>83</sup> No artigo *Hay que endurecer siempre: o caso de Liana Friedenbach e a campanha do jornal O Globo pelo endurecimento penal*, Paula Grassini examina o clamor público no caso do assassinato da jovem Liana Friedenbach através cobertura no jornal carioca O Globo. Para relembrar, Liana (16 anos) e seu namorado Felipe Caffé (19 anos) foram seqüestrados, torturados e mortos em Embu-Guaçu, interior do estado de São Paulo, em 2003. Entre os suspeitos, acusado de liderar o crime bárbaro, um jovem de 16 anos. Os jovens mentiram para os pais, Liana disse que iria para uma excursão com amigas da Congregação Israelita e Felipe disse que acamparia, mas não mencionou que iria com a namorada. O trágico desfecho mobilizou a opinião pública na temática conservadora que segue cada crime violento envolvendo jovens da classe média (Liana era classe média alta, Felipe era “desempregado, morador de bairro classe média baixa de São Paulo”), a redução da idade penal (da imputabilidade penal), no campo político-jurídico, e, no campo psicológico, a relação pais e filhos e a importância de falar a “verdade”, como deixa claro uma das manchetes do jornal: *Filhos desobedientes x menores do “mal”* (O Globo: 11/11/2003). No artigo, Grassini analisa as opções editoriais do jornal, sempre na defesa de uma proposta de redução da maioria penal, incluindo as técnicas de valorizar opiniões favoráveis e descredenciar os “defensores de marginais”. Assim Geraldo Alckmin (Governador de São Paulo em 2003), Dom Aloísio Lorscheider e Henry Sobel aparecem com destaque e autoridade, recomendando a redução e, no caso de Sobel, a pena de morte, afinal, diz Sobel: “defendo os direitos das pessoas de bem, das vítimas”, enquanto Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça na época, é dos raros críticos da desejada redução ouvido pelo O Globo, mostrado com pouco destaque (Grassini aponta que Alba Zaluar e Zuenir Ventura, também colunistas de O Globo, publicaram artigos no jornal colaborando com a tese de endurecimento penal defendida). Sobre a manipulação da opinião, diz Grassini: “estranhamente, enquanto o pai [de Friedenbach] e o jornal preocupavam-se em convencer os jovens a deixarem que seus familiares os protejam dos perigos do mundo lá fora, também defendiam que outros jovens, os jovens ‘do mal’, fossem punidos como adultos”. Sob a manchete *Por que fogem os adolescentes* (16/11/2003) o jornal aprofunda sua divisão entre os adolescentes da classe média e os “do mal”, os “menores”. Os termos *jovem* e *adolescente* designam a classe do público leitor do jornal, sempre no limite de sofrer ataque dos “do mal”. Entre os “especialistas” utilizados para dar legitimidade às teses do jornal, a psicanalista Alice Bittencourt faz uma crítica aos pais, em geral (mas fala-se direta e especificamente para quem interessa, a classe média) que “deixam os filhos fazer tudo, sem saber que eles dirigem em alta velocidade embriagados, andam de madrugada em lugares escuros ou **vão a festas em favelas**” [grifo nosso]. Paula Grassini faz a observação pertinente: “O que deveriam fazer os pais que são moradores de favelas para que seus filhos não freqüentem ‘festas nas favelas’ não foi esclarecido.” (Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação: <http://bocc.ubi.pt/pag/grassini-paula-liana-friedenbach.pdf>, acesso em novembro de 2008). Ver, sobre isso, JINKINGS, Isabella. *Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo*. Tese defendida junto ao Programa de Doutorado do IFCH, Campinas, 2007.

por grande parte da população – talvez, na esperança de que sem o imenso “conforto” gratuito destes bancos, esses “indesejáveis” se desmaterializem – se não como resultado desta cultura elitista, que valoriza as divisões hierárquicas, bajula as camadas superiores enquanto desdenha, isola e, simultaneamente, se ressentido dos “de baixo”, os “inferiores incorrigíveis”?

Tudo isso é feito de forma racional. Destituído de termos “politicamente incorretos” (abertamente racistas) e escorados em temas amplamente aceitos como legítimos (no caso do muro no Rio, o “cuidado com o meio ambiente”, em São Paulo, a “cidade limpa”). Perfeitamente ajustado e explicado por modernos discursos tecnocráticos. Noticiado por uma indústria cultural/informativa entorpecida, tão mesclada com interesses empresariais, dependente do dinheiro dos consumidores e patrocinadores que já, há muito, perdeu completamente a capacidade de se afastar do *merchandising*, de diferenciar o fato da mera propaganda de classe. Mesmo que as redações dos grandes jornais, numa milagrosa crise de consciência, alterassem a pauta, invertendo o ponto de vista, passando a se pautar pelo homem comum, pelo trabalhador, ao invés de seguir exclusivamente o interesse do grande capital, do empresário, do fazendeiro, enfim, das classes dominantes, poucos jornalistas saberiam cumprir tal tarefa. Já viciados desde cedo, na educação, a adotar a visão de mundo dos donos do poder.

O lema de Fredric Jameson, “historicizar sempre”<sup>84</sup>, caminha no contrapelo do presente contínuo vívido pelas apressadas gerações do imediato, do rápido, do pensamento pronto, sem perda de tempo com “discussões inúteis”, adeptos da filosofia apenas quando resumida em manuais dos “10 passos” e História tratada como fatos curiosos. Em termos estritamente biológicos, cada nova geração pode mudar o mundo – e ainda desta forma cantam alguns românticos na contramão dos fatos. Estes, os fatos, apontam para o ano fetiche de 1968 como o último momento onde uma revolução era não só possível como, a julgar pela intensa movimentação da juventude pelo mundo, parecia mesmo provável. Hoje o termo revolução soa,

---

<sup>84</sup> Uma boa definição da historicidade na pesquisa social é dada por José de Souza Martins falando sobre a chamada escola paulista de sociologia: “esses professores, [Roger] Bastide em particular, incluíam o diálogo com a história, a disciplina desse nome. Por aí tentavam incorporar a suas análises uma fundamentada referência ao tempo dos processos sociais que examinavam. Mesmo usando métodos de explicação circunscritos ao funcional ou ao estrutural, em vários de seus trabalhos, os processos são examinados como movimentos diacrônicos, uma espécie de terceira dimensão da realidade social. Essa perspectiva atravessa praticamente todos os trabalhos das gerações sucessivas e só agora está se perdendo entre os que não têm vínculos de formação com essa tradição. [...] Para dizer de outro modo, eles mostraram fina sensibilidade ao perceber que não há história sem historicidade, nem há historicidade sem história – não há movimentos e transformação sem os fatos e eventos que os expressem e sem sujeitos que lhes dêem vida. Em outras palavras, a historicidade só o é vivenciada no agir e no pensar e interpretar o agir histórico. Há nessa tradição, portanto, o alicerce de uma sociologia da práxis.” (MARTINS, José de Souza, *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 128). Ver sobre isso também: VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.

mesmo nas falas mais jovens, anacrônico, depreciativo, vinculado ao que de pior pode ser dito dos “regimes totalitários soviético e cubano”. Cada nova geração parece empenhar-se em diferenciar-se da anterior, porém, não invertendo, mas, a partir justamente das gerações pós 68, radicalizando os instrumentos de dominação e separação de classes que caracterizam o capitalismo. O passado só existe, quando muito, para justificar o presente em seu estágio do capital. Jameson e demais “historicistas” (termo abrangente que classifica correntes distintas e em vários casos opostas) não abrem mão da referência do passado na construção dialética da sociedade atual. Isto implica num constante revisionismo, na desconstrução de mitos que instrumentalizam o conhecimento histórico transformando-os em verdades interessadamente legitimadoras do presente.

Nas décadas de 50 e 60 do século passado um mito imperava na análise da sociedade brasileira, o da “democracia racial”. Extraído principalmente do tom adotado nas obras de Gilberto Freyre, como *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, o mito começava pela descrição de Freire da “doçura” no trato do senhor com o escravo que diferenciaria nosso sistema de escravidão em comparação com outros países<sup>85</sup>. Em seguida, com a Abolição, a mistura racial sobressaiu-se como forma particular de nossa construção da identidade nacional. Grosso modo, graças à peculiar ausência de “orgulho de sangue” no português, o Brasil se desenvolveu historicamente na miscigenação entre negro, branco e índio, incluindo aí, para favorecer a mistura, a tal “doçura” no trato do senhor com suas escravas. Seria essa nossa contribuição ao mundo, um país e um povo miscigenado – contrariando, a bem da verdade, o arianismo dominante nas teorias social darwinistas nos países do norte, que condenava a “degeneração” da mistura e o “degenerado” resultante – e aqui repercutidas, entre outros, por Oliveira Viana, Nina Rodrigues e Silvio Romero.

Contudo, com a realização das pesquisas empíricas da nascente sociologia uspiana das décadas de 1930, 40 e 50, coordenadas por cientistas sociais como Roger Bastide e Florestan Fernandes, a tese da aceitação do negro e do mestiço na sociedade racialmente “democrática” foi posta na berlinda. Os resultados e a publicação dos estudos revelavam um retrato muito mais sombrio do convívio racial: preconceito, discriminação e pouquíssimas possibilidades de ascensão social marcavam a realidade do negro e do mestiço no Brasil.

---

<sup>85</sup> O mestrado de Freyre nos Estados Unidos tratou das condições de vida dos escravos brasileiros, segundo o Freyre, melhores que as do operariado europeu no mesmo período. Sobre isso ver, entre outros, LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2007.

Este “revisonismo” da interpretação da democracia racial, que tem em Florestan Fernandes sua principal figura, mostrou que a tese amplamente aceita de inspiração freyriana tinha sua argumentação enviesada pelo interesses, mesmo paradoxais, das elites e da população negra. A imagem das classes dominantes, sob a alegação de uma democracia, se descontaminava das teorias racistas em voga. Universalmente “aceitos”, negros e mestiços poderiam então compor a nascente classe operária na onda de industrialização que começava a mudar o caráter essencialmente rural da produção econômica brasileira – mesmo que na escala mais baixa. A escravidão de séculos vista, em retrospecto, como branda e a aceitação da miscigenação das raças revestiam nossa elite de uma aura de bondade que legitimava suas novas formas, agora burguesas, de dominação. Negros e mestiços, ao contrário dos Estados Unidos, não sofriam restrições legais, mesmo no casamento com brancos. A ausência do racismo explicitado na lei dava a impressão de que livrar-se da condição de pobreza era apenas questão de tempo, pois não havia nenhuma barreira institucionalizada à ascensão do negro e do mestiço na hierarquia social. A retórica da democracia racial e a suposta valorização da miscigenação tornavam opaca aos observadores menos atentos uma rígida estrutura hierárquica que impedia – com poucas (e celebradas) exceções – qualquer chance dos negros e mestiços de disputar em condições de igualdade um lugar na estrutura produtiva que se formava. Como destaca a historiadora Emília Viotti da Costa:

A maioria da população negra permaneceu numa posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escala social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos foram discriminados. A caracterização ortodoxa predominante de que o Brasil é uma democracia racial passou a ser um mero mito para os revisionistas, que começaram a falar na “intolerável contradição entre o mito da democracia racial e a real discriminação contra negros e mulatos”.<sup>86</sup>

O mito da democracia racial cumpria assim uma função essencial na construção de uma ideologia, legitimando o poder das classes dominantes novas e velhas sobre uma confortável massa de classes dominadas.

O quadro que Gilberto Freyre forneceu das relações raciais no Brasil expressava, entretanto, uma opinião difundida não apenas entre a maioria da elite branca, como também, surpreendentemente, entre muitos negros. Ambos estes grupos receberam o trabalho fornecido pelos revisionistas da mesma forma como haviam recebido as tentativas de organizar um movimento negro no Brasil: com suspeita – se não com ressentimento – e, algumas vezes, com indignação. Os revisionistas foram acusados de inventar um problema racial que não existia no Brasil.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 290.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 367.

A importância do mito pode ser sentida pela sua persistência e renovação no presente, como, por exemplo, nos debates contemporâneos sobre cotas e ações afirmativas para a população negra. Neste uso instrumental do conhecimento do passado, a luta pelo presente é convenientemente “zerada” e desta forma as gerações que chegam podem, também interessadamente, ignorar qualquer histórico de opressão, partindo todos do mesmo ponto de partida, como convém à lógica liberal.

Comentário de: Indy · (19 anos)<sup>88</sup>

Olha sinceramente esse assunto de racismo já deus. É serio, os negros ficam com aquela velha história: "ah eu sou um coitadinho, porque o meu povo foi escravizado anteriormente". E daí? Aconteceu, aconteceu, pronto acabou, aboliram a escravidão, o que eles querem mais? tapete vermelho por onde passar? Que todos se curvem a eles, pois antes eram eles que faziam isso!? Acho injusto isso sabe, parece que só porque eu nasci branca, sou culpada de alguma coisa. Olha foram outros tempos, já passou. Eu hem! ô pessoal que gosta de remexer na ferida.

A função do mito aqui é assegurar a argumentação ideológica que, como veremos, necessita de laços concretos para justificar sua aceitação, e, desta forma, adaptar. Impedir ou enfraquecer a resistência. Atenuar as chances da contestação. Fundamentalmente, do ponto de vista conservador, bloquear os processos de ruptura com a ordem estabelecida, legalizada ou simplesmente institucionalizada pelo peso da tradição. Assim tem se comportado, por exemplo, o nacionalismo característico de um país periférico e dependente, onde as classes dominantes defendem um patriotismo quase sempre conveniente aos interesses, não do país, muito menos da maior parte da população, mas de seus parceiros externos que os mantêm em situação privilegiada internamente. Da mesma forma são criados, recuperados ou reciclados os mitos que satisfaçam o interesse conservador nas modernas e dinâmicas movimentações capitalistas. Um movimento de avanço (exaltado) e retrocesso (equacionado aos objetivos de controle social) que exige sempre a habilidade de adaptação das gerações que chegam, devidamente enquadradas para sobreviver, no caso das classes pobres, ou em posição bem mais confortável de escolha, no caso das classes altas.

Roberto Schwarz (1998) alerta com perspicácia que “contra as miragens ideológicas, cabe à crítica elucidar as relações de toda ordem, em especial as regressões, de que se compõe

---

<sup>88</sup> Comentário feito em post *Negritude e Cabelo, Estética e Escravidão* do blogue Liberal, libertário, libertino, disponível em: [http://www.interney.net/blogs/III/2008/12/12/negritude\\_cabelo\\_e\\_escravidao/#c456490](http://www.interney.net/blogs/III/2008/12/12/negritude_cabelo_e_escravidao/#c456490), acesso 14/09/09. Os comentários de sites e blogs são fontes importantes de debate público e expressão das opiniões políticas de jovens, seus textos serão incluídos aqui na forma em que foram colocados nos espaços virtuais, com poucas modificações, mantendo formas características do linguajar rápido e repleto de erros e novos termos da internet, por entender que a linguagem utilizada nestes canais constitui, em si, parte do argumento da tese.

o progresso (aliás, progresso de quem?)<sup>89</sup>. Se a proposta desta tese é fazer uma crítica à adaptação dos jovens, convém esclarecer, de início, a que se refere tal adaptação e por que merece a crítica. Se olharmos a sociedade do ponto de observação burguês, veremos o capitalismo com muito mais virtudes do que defeitos (se é que defeitos serão percebidos). Portanto uma adaptação a este modo de vida, capitalista, pode incorrer em problemas, mas será funcionalmente benéfica, tanto para o indivíduo adaptado como para o sistema. Os problemas de adaptação constituem-se, nesta ótica, transtornos ao esperado caminho convencional, falhas passíveis de correção – como na profusão de tratamentos psicológicos e psiquiátricos e o entorpecimento por remédios – ou, nos casos intensos de má adaptação, a reclusão a manicômios e presídios. O predomínio desta perspectiva tem provocado, culturalmente, uma desvalorização de opiniões que contradigam a lógica do capital e os princípios do mercado. Um processo que se intensifica ao longo dos anos com a consolidação do capitalismo e expansão da indústria cultural, desacreditando sistematicamente o trabalho e as opiniões dos críticos do universo burguês – colocados simpaticamente (mas pejorativamente) na esfera da utopia, ou, nada simpaticamente, no campo dos perigosos inimigos da “ordem”, onde se encontram, lado a lado, por exemplo, comunistas e terroristas “islâmicos”. Os marxistas podem ser classificados das duas formas, dependendo do grau de risco que representam.

Uma adaptação a esta ordem é, necessariamente, conservadora, já que o certificado de adaptação inclui provas práticas e teóricas (estas não muito amplas) de defesa da “ordem”, do *status quo*. Conseqüentemente, “sem oposição” ou com a oposição restrita a espaços muito reduzidos, vai predominar maciçamente a visão burguesa de um capitalismo em essência benéfico, ficando questões como a desigualdade social restritas aos políticos, economistas e ativistas de Organizações Não-Governamentais – ONGs. Desigualdade, aliás, que é tão ocultada no universo cultural massificado, dado o predomínio do padrão “classe média” impetrado na criação da identidade coletiva (visto nas novelas, filmes, capas de revistas e comerciais), que para muitos nem sequer é um problema de fato. Apenas quando se trata de endurecimento da política penal – pois é neste momento, o do crime, que a desigualdade ganha visibilidade, na figura do criminoso do “morro”, da “periferia”, atacando a gente “bonita” das classes altas.

Perfeitamente ajustados e adaptados, os jovens vão abastecer, em essência, os mecanismos que, historicamente, têm provocado essa desigualdade entre os mundos dos ricos e dos pobres. A leitura da obra de teóricos como Karl Marx e outros críticos mostra que uma das características do capitalismo é justamente ter na desigualdade social, decorrente

---

<sup>89</sup> SCHWARZ, Roberto. *Um seminário de Marx*. Novos Estudos Cebrap, n° 50, março de 1998.



fundamentalmente da exploração crescente do trabalhador e obrigatoriedade de manutenção de um número expressivo de desempregados (ou “exército de reserva”) para equilibrar a necessidade cada vez maior de redução nos custos de produção. Ou seja, a diferença entre os modos de vida das classes altas e baixa não é resultado do atraso de determinado estágio do sistema de produção capitalista, mas uma consequência lógica e progressiva, inerente ao sistema de produção privado. Jamais uma idiosincrasia a ser superada com “boas políticas” e almas caridosas de programas de Responsabilidade Social Empresarial ou jantares de caridade.

Como lembra Florestan Fernandes, a República é um negócio de brancos: “A ordem social competitiva emergiu e expandiu-se, compactamente, como um autêntico e fechado mundo dos brancos”.<sup>90</sup> No prefácio da recente edição de *A Revolução Burguesa no Brasil*, José de Souza Martins lembra uma característica importante da interpretação sociológica de Florestan:

Para Florestan, não é em primeiro lugar o proletariado incipiente e frágil que oferece a referência para construir uma interpretação do Brasil. A referência é a escravidão e o que ela fez com a multidão dos desvalidos traficados da África para o cativo doloroso nos engenhos, fazendas e estâncias. E, por essa mediação, o que fez com todos, mesmo com o operariado, sobretudo com as elites, conformando-as nos limites estreitos de uma sociedade de privilégios e não de uma sociedade de competição efetiva, como deveria ser a sociedade capitalista<sup>91</sup>

A competição viria mais adiante, mas sem nunca abdicar dos privilégios. Ou seja, uma competição dirigida, com regras diferentes para as diferentes classes e frações de classes em disputa. A escravidão é fundamental para a compreensão deste primeiro estágio do domínio burguês e da distribuição dos privilégios. Há um povo dominado que, após a abolição, formou uma enorme população discriminada numa sociedade de rígida estrutura hierárquica. Florestan não faz nenhum tipo de concessão a uma suposta democracia racial no Brasil ou a cordialidade da sua elite. Com o avanço das formas capitalistas de produção sobre o sistema colonial agrário, o poder hegemônico desloca-se, aos poucos, para as cidades.

Desta forma, os processos que poderiam indicar uma verdadeira ruptura histórica – Independência, Abolição, e, posteriormente, a República e a emergência do sistema capitalista – pouco mudam, de fato, na estrutura de dominação e das classes em formação no Brasil. Como “mundo dos brancos”, a elite agrária associou-se, mesmo coagida, às nascentes elites burguesas na primeira fase de sua “revolução”. Neste princípio de domínio burguês – e de capitalismo, o índio, o negro ex-escravo, o mulato e o caboclo testemunharam, de baixo, a

---

<sup>90</sup> FERNANDES, Florestan Apud IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.27.

<sup>91</sup> FERNANDES, 2006, p. 20.

aliança, no topo, da burguesia paulista e mineira, dos grandes cafeicultores, da alta hierarquia militar e do capital externo para compor a “elite nacional”. Os momentos de ruptura passaram e ela não veio, o processo de alianças no “topo” construiu uma espécie de “contra-revolução permanente” que inverte as apostas em mudanças verdadeiras, transformando os momentos de aparente revolução em pseudo-rupturas, impedindo assim a realização das promessas de igualdade e liberdade das revoluções burguesas clássicas. Alfredo Bosi resume bem o processo de miscigenação entre aristocracia e burguesia: “o velho conservadorismo saquarema não morreu de todo: foi absorvido, como açúcar no café, pela rotina dos partidos republicanos estaduais durante a República Velha.”<sup>92</sup>

Sempre que o momento da distribuição igualitária, na “divisão do butim”, começa a ser cobrado pelo povo, a “revolução” – ou, mais modestamente, as reformas ou mudanças que, inspiradas nas revoluções burguesas clássicas, poderiam afetar a estrutura rígida da hierarquia social brasileira – é interrompida, mas não para todos. As revoluções não são interrompidas para os estratos mais privilegiados das classes dominantes (incluindo-se os seus parceiros externos). “O circuito da revolução é interrompido no patamar a partir do qual seus dividendos seriam compartilhados sejam como os ‘menos iguais’ das classes dominantes, seja com ‘os de baixo’”.<sup>93</sup> A história da revolução burguesa no Brasil permite, para Florestan Fernandes (2006), descortinar a maior parte da nossa história, desde fins do século XIX e por todo século XX até o presente. Na primeira fase da revolução burguesa – que vai, aproximadamente, da desagregação do regime escravista ao início da Segunda Guerra, ela responde aos interesses econômicos, sociais e políticos dos grandes fazendeiros e dos imigrantes.<sup>94</sup> Neste período, pelo menos na fase inicial, a burguesia brasileira – como nas revoluções burguesas clássicas – mostrou-se potencialmente revolucionária diante da aristocracia rural, conforme Florestan Fernandes (2006):

Mas, a sociedade nacional que, apesar da Independência, manteve-se (por causa da escravidão e da dominação patrimonialista), esclerosada pelos componentes do mundo colonial que subsistiam, indefinidamente, com renovada vitalidade. Contra o “antigo regime”, assim percebido e concebido, o “espírito burguês” era espontânea e substancialmente revolucionário.<sup>95</sup>

Contudo, o “antigo regime” não perdeu suas bases de poder, as terras permaneceram em seus nomes e, como não houve nada semelhante às guilhotinas francesas aqui no Brasil, a aristocracia pôde se recompor sobre novas bases, não mais de hegemonia solitária. O que era

<sup>92</sup> BOSI, 2008, p. 304

<sup>93</sup> FERNANDES, Florestan. *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.74.

<sup>94</sup> Sobre isso, ver também: IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a Formação da Sociologia Brasileira. In: IANNI, Octavio (org.). *Florestan Fernandes: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986, [p. 7-45], p.22.

<sup>95</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006, p.47.

ruptura foi atenuando-se para um período de transição, permitindo à aristocracia conciliar formas coloniais de produção com alguma modernização onde era inevitável, para acomodar-se aos setores já dominantes economicamente da burguesia. O mesmo aconteceu no campo político, com representantes do poder rural compondo, por exemplo, na forma do que se denomina “coronelismo”, o nascente quadro de partidos políticos da República.

A origem da burguesia local, como antes a aristocracia, estava no mundo rural com seu provincianismo. Mesmo que a localização física da burguesia e sua atividade econômica já estivessem na cidade, o “espírito” do campo e, por conseguinte, resquícios coloniais, permeavam a nova burguesia urbana. Ainda ecoava nessa burguesia formas oligárquicas de poder na maneira de conduzir a política e economia – bem como nos aspectos culturais. Tal característica não se perdeu imediatamente com industrialização e o capitalismo supostamente competitivo. O burguês podia discordar ou opor-se às antigas oligarquias nessa luta por espaço e poder, mas estava no mesmo “horizonte cultural”, onde predomina o conservadorismo sociocultural e político.

O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar – a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 1920) a “era senhorial” (ou o antigo regime) da “era burguesa” (ou a sociedade de classes).<sup>96</sup>

Assim, com o desenvolvimento das formas de produção capitalista, as frações ou segmentos das classes médias que ficaram distantes das instâncias de decisão do poder e, financeiramente, mais se aproximavam das classes pobres do que das classes altas, ainda assim preferiam “associar-se” às elites. Mesmo como sócio menor e sem poder usufruir do modo de vida das classes altas, mas dando apoio praticamente incondicional nos momentos em que isso foi requisitado. Um exemplo deste apoio – que seria emblemático – é a chamada “Revolução de 30”, que, se de fato representou uma forma de ruptura política, como bem lembrou o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, foi muito mais um movimento contrarrevolucionário do que uma revolução. Uma clara reação das classes média e alta ao crescimento dos movimentos populares, como, por exemplo, o Bloco Operário e Camponês (BOC) entre 1926 e 1929.

---

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.239.

O começo da segunda fase da revolução burguesa brasileira pode ser localizado (um tanto arbitrariamente) logo após o fim da II Grande Guerra. É a fase da burguesia industrial já consolidada. A economia se diversifica com novas possibilidades de produção e investimentos nos moldes do capitalismo integrado. Neste estágio, solidifica-se a subordinação da revolução burguesa aos interesses da burguesia constituída na fase anterior, ou seja, “em larga escala, aos interesses econômicos, sociais e políticos das classes altas e médias da população branca”<sup>97</sup>.

Enquanto nas economias centrais a burguesia havia assumido o papel de “paladina da civilização” e “instrumento da modernidade” (mesmo com o evidente conteúdo ideológico de justificativa de coalizão de classe), a burguesia nacional preferiu não se comprometer, optando, segundo Florestan (2006, p.240), por permanecer aberta, no sentido de comprometer-se apenas com o que lhe garantisse mais vantagens. E vantajoso, na avaliação do momento, era tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, se mobilizando para tirar vantagem tanto dos setores “atrasados” como dos setores “adiantados” da população.

Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio – não como um fim – para demonstrar sua civilidade. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-la de alto a baixo.<sup>98</sup>

Como aconteceu em outros lugares, solidifica-se no imaginário a relação empresário/grande empresa com modernidade e civilização. Era vantajoso, por exemplo, manter formas opressoras para lidar com a classe trabalhadora nacional, enquanto cultivava a bajulação e submissão aos interesses do capital externo, mantendo a cultura subimperialista ou a dependência econômica (e política) das nações mais avançadas. Contribuía para essa dependência a ilusão, reforçada permanentemente (até os dias atuais), da existência de níveis apenas temporários separando as “economias fortes” e as ex-colônias, como o Brasil. Termos com “primeiro mundo” em oposição a “terceiro mundo” ou “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento” passam a mensagem clara de inferioridade sim, mas momentânea – anulando desta forma o conceito de exploração, que obriga, permanentemente, a separar países ricos e pobres, já que das condições desiguais dos países pobres e de sua submissão, nasce a riqueza dos países capitalistas avançados. Como lembra Florestan, não há como fazer coincidir os tempos da história: “as estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas dos países capitalistas

<sup>97</sup> FERNANDES *apud* IANNI, 1986, p. 27

<sup>98</sup> FERNANDES, 2006, p.242.

hegemônicos absorvem as estruturas dos países sub-capitalistas, semi-capitalistas ou de capitalismo dependente, submetendo-as aos interesses que lhes são próprios”.<sup>99</sup>

As minorias privilegiadas, organizadas como as classes dominantes dessa nova modalidade de “sociedade competitiva” detêm um poder colonial. Resultando num capitalismo típico, “moderno” devido às suas ligações com os países de capitalismo avançado (por exemplo, em empresas transnacionais) e, ao mesmo tempo, um “capitalismo difícil” (escravo de uma acumulação espoliativa, que constitui um processo sem fim e sem compensações) e, por isso mesmo, para Florestan (*Poder e contra-poder na América Latina*, 1981, p.139), um “capitalismo selvagem”. Esse capitalismo extrai sua parcela de modernidade desenvolvimentista através da exploração do homem pelo homem, juntando o “capitalismo moderno” ao que havia de pior na ordem colonial. “A transformação capitalista liga-se, assim, à revitalização e à intensificação de privilégios que pareciam condenados pelo capitalismo e que muitos supunham banidos da cena histórica pela revolução burguesa”.<sup>100</sup>

Em resumo, onde as próprias elites controlaram o processo de ruptura com o colonialismo, elas não ocorreram de fato. As rupturas mais profundas foram deixadas para o futuro (que nunca chega). A burguesia constrói nos seus interesses de classe os fundamentos de sua dominação social e política sobre as demais classes. Por essa razão, será também a única classe polarizada na preservação da ordem social vigente, e essa preservação pode ser revolucionária, mas uma “revolução dentro da ordem”, ou seja, uma contra-revolução que pode recorrer à repressão mais dura, como a violência armada e, claro, ditaduras militares, solidificando as formas históricas de construção de política econômica, desenvolvimento e progresso para poucos.

O capitalismo dependente é incapaz de sobrepujar a pobreza crônica e generalizada, marginalização sistemática de milhões, a falta permanente de integração nacional, e a exploração crescente. As razões para tal fracasso são estruturais. A “revolução dentro da ordem”, através do desenvolvimento, é impossível: 1. sob a extrema concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder; 2. Sob o controle externo espoliativo do crescimento econômico, da modernização cultural e da política “nacional”.<sup>101</sup>

Nos momentos em que as classes mais pobres ultrapassam determinados “pontos de referência” e começam a ameaçar o poder elitista, conquistando posições políticas e melhorando sua condição de barganha, os grupos e classes dominantes se articulam com setores das forças armadas, da Igreja e do imperialismo para romper com o processo democrático. Essa tem sido a

---

<sup>99</sup> FERNANDES, Florestan. *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar 1981, p.139

<sup>100</sup> *Ibidem*.

<sup>101</sup> *Ibidem*, 1981, p.140.

triste rotina na trajetória política da América Latina. “A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico”.<sup>102</sup>

A democracia, além de esporádica ao longo do século XX, é restrita, um instrumento de “autocracia de classe”, utilizado conforme o interesse do momento. Caso o momento seja desfavorável, com algum partido ou grupo ameaçando o poder tradicional, o discurso democrático imediatamente cede lugar ao discurso da “ordem”. Nestas ocasiões, com a “ordem” ameaçada, o Estado já é, por completo, instrumento para a “autocracia de classe”. Instrumentalizado, o Estado pode retomar políticas do desenvolvimento econômico favoráveis às classes altas, enquanto reprime sistematicamente as “forças políticas divergentes (mesmo quando refletem alternativas e interesses de classes pró-burgueses). Nisso consiste a ‘revolução dentro da ordem’.”<sup>103</sup>

Pela constante formação desses mecanismos de proteção e recuperação das estruturas de poder perdidas ou ameaçadas pelas classes pobres é que Florestan pôde dizer que o antigo regime sempre se recompôs no Brasil. Não com a mesma aparência, mas recriando-se de modo a permitir-se sempre utilizar a forma adequada à exigência da conjuntura momentânea.

Primeira República, Estado Novo, populismo, militarismo. Sob esse aspecto, o golpe de Estado de 1964 entra em um painel de larga duração, pois ele restaura e redefine uma ‘tradição política’. As ‘revoluções’ são concebidas como soluções ao alcance das mãos dos poderosos, a ‘reforma dos que podem e dos que sabem’! Assim se desvenda o caráter da revolução que desenha a cara do Brasil no século XX: uma sociedade dominada pelo autoritarismo e uma espécie de contra-revolução permanente.<sup>104</sup>

A presidência de João Goulart ligou um sinal de alerta e pôs em movimento os mecanismos de proteção da autocracia burguesa. O Estado, momentaneamente seqüestrado por “esquerdistas” – reagiu não como Estado ou como forças armadas, mas como instrumento de classe, da burguesia, contra a “desagregação da ordem”, passando, nas palavras de Florestan, de uma ordem burguesa “frouxa” para uma ordem burguesa “firme”. A “revolução” iniciada no dia 1º de abril de 1964 é, assim, uma “tirania de classe” que, sem ironia, aplica ao seu projeto o termo revolução numa típica construção ideológica.

A ditadura militar não tenta absorver “todo o poder para as forças armadas”. Pelo menos até agora, aparece como uma forma típica de tirania de classe, na qual os “homens de farda” constituem-se no último recurso para a manutenção

<sup>102</sup> FERNANDES, 2006, p.242.

<sup>103</sup> IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes e a Formação da Sociologia Brasileira*. São Paulo: Ática, 1986, p.29 [grifo nosso].

<sup>104</sup> IANNI, *op cit.*, p.29

da ordem social estabelecida. Isso produz uma grande ambigüidade: em que sentido os militares são a encarnação de uma “vontade revolucionária”? É a palavra “revolução” usada como manipulação perversa ou ela tem algum significado objetivo no contexto histórico do pensamento político das classes altas e médias?<sup>105</sup>

A análise de Florestan contrasta com o discurso muito comum, o da ditadura militar imposta pelas forças armadas ao restante da população – a leitura, hoje em dia, de jornais como Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo, passa aos mais jovens ou desavisados a nítida impressão de que estavam no campo oposto ao poder militar, “resistindo à ditadura”, quando uma leitura dos editoriais destes jornais nos dias seguintes a “Revolução de 64” mostra o forte apoio que a grande imprensa daria ao regime militar nas décadas seguintes. A “tirania de classe” foi a solução política para os dilemas das classes altas e médias, estendendo-se aos fundamentos econômicos e sociais dos interesses de classe. Neste processo, como é tradição nestes movimentos, reforça-se o perigo que corre a “ordem” e potencializa-se a capacidade dos “inimigos da ordem”. Para Florestan, se se quiser traduzir tais conceitos em termos claros, o “enfrentamento da burguesia brasileira com sua realidade estrutural e histórica impulsionou-a colocar-se o dilema de como instaurar, abertamente, uma oligarquia coletiva das classes possuidoras”.<sup>106</sup>

Em um momento de crise, postas conta a parede, as classes burguesas repeliram toda “conciliação entre classes”. Só assim, com uma mudança aparentemente radical, seria possível impedir mudanças estruturais mais profundas. A “mudança radical” revela-se um instrumento típico de conservação do poder de classe – troca-se parte do cume para continuar a dominar a montanha. Qualquer acomodação por parte da burguesia, como ressalta Florestan, imporá uma ruptura aberta com os pólos do padrão de relações capitalista e de acumulação capitalista. “Só restavam o enrijecimento e o uso organizado da violência de classe, enquanto fosse tempo. Nesse jogo é que a classe tinha de sobrepor-se à nação; e de prevalecer sobre ela”.<sup>107</sup>

As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subseqüentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da “conciliação” (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da “reforma”).<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup> FERNANDES, Florestan. *A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina. In Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 107.

<sup>106</sup> FERNANDES, 2006, p.387.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p.388 [grifo nosso].

<sup>108</sup> *Ibidem*, p.238.

A história da revolução burguesa é feita a partir do alto, limitando as conquistas das classes pobres, na cidade e no campo. Cada passo revela surtos contra-revolucionários, atendendo sempre aos interesses de classe – recuos freqüentes – restabelecendo as linhas fronteiriças de divisão entre as classes altas e pobres sempre que estas sofrem alguma pressão vinda das camadas populares. A semelhança da análise da formação das classes dominantes em Florestan Fernandes com o tratamento do conceito de ideologia dado por Marx e Engels em *A ideologia alemã* não é casual e aponta a permanente necessidade do capitalismo, pelo prisma do alto, do topo, das elites, em reivindicar elementos supostamente revolucionários que, no entanto, se prestam a conservação da ordem.

A palavra e o conceito “reacionário”, em reação à revolução, mudou seu sentido. O atual conservadorismo é defensor radical do capitalismo competitivo e “democrático” – chegando mesmo a invadir, matar e dominar quem não o adota – em constante reforma e transformação. É inimigo dos antiquados privilégios provindos de um Estado protetor (estático) – quando esta proteção é em favor das classes pobres. Quando as grandes corporações enfrentam problemas, aí o Estado é clamado a intervir, promovendo a “segurança sistêmica”.

Na atual fase do capitalismo, chamado por alguns “hipercompetitivo”, porém, melhor descrito como hipercompetitivo na base e oligárquico no topo, o discurso da mudança é essencial ao marketing – tanto político quanto corporativo. Eficiência é sinônimo de movimento. Estabilidade lembra o atraso pré-competitivo, assim como os “velhos dinossauros” do movimento sindical ou servidores públicos – todos inimigos da “boa gerência moderna”. Assistir ou ler os “*experts*” em economia e política dos poderosos meios de comunicação é ser inundado por palavras de ordem até então pouco freqüentes entre os conservadores, como reformas urgentes (da previdência, política, das leis trabalhistas, etc.), mudanças estruturais (privatização da “insuficiente” infra-estrutura nacional), revolução (dos meios de transporte, meios de comunicação), etc. As classes altas – e também parcela expressiva das classes médias – perceberam que o discurso conservador poderia perfeitamente sobreviver pedindo reformas e mudanças.

A partir da década de 1970 e, principalmente, 1980, os economistas e políticos convencionalmente agrupados pelo termo “neoliberal” capitalizaram o discurso da mudança atraindo as classes médias conservadoras. E conseguiram sucesso na base da boa e velha divisão entre classes. Na base, entre os trabalhadores, nenhuma garantia ou segurança, a competência de cada um determinaria o sucesso ou fracasso pessoal. Aos fracassados (incompetentes) nada de saúde e planos confortáveis de previdência pública. Aos interessados



no sucesso (dinheiro), edificantes exemplos dos “*self-made man*”, milionários que conquistaram o topo graças ao seu próprio trabalho e esforço – contrastando assim com o trabalhador acomodado, que não consegue ascender do seu cargo mal remunerado. Não importa o reduzidíssimo percentual destes exemplos comparativamente e, muito menos, as “extravagâncias” fiscais que normalmente se verificam na rápida ascensão destes empresários, eles estão sempre nas capas de revistas mostrando a todos que quem trabalha pode enriquecer.

O mito do *self-made man*, que foi tão importante na sociedade norte-americana, não teve a mesma atração no Brasil. Teve significado talvez para alguns grupos *petit-bourgeois*, principalmente imigrantes que estavam engajados numa febril luta pela ascensão social. Mas permaneceu alheio à experiência da maioria dos brasileiros das classes superior e inferior, que em lugar do mito do *self-made man* criaram o mito da democracia racial. Nos Estados Unidos, o mito do *self-made man* ajudou a cegar os americanos para as diferenças de classe. No Brasil, o mito da democracia racial obscureceu as diferenças raciais. Em ambos os casos, a “verdade” das gerações passadas tornou-se o mito da geração atual.<sup>109</sup>

No rastro do neoliberalismo tenta-se emplacar, através dos diversos modelos marqueteiros de empreendedorismo, a cultura do *self-made-men* também no Brasil, até pela sua “aprovação garantida” na cultura hegemônica norte-americana. No topo, entre as elites, redução dos impostos (para “incentivar o crescimento do país”) e uma competitividade limitada, enquanto aumenta o ritmo das grandes fusões formando mega-corporações que se unem para dominar abertamente (monopólios e oligopólios) determinados setores, com a complacência e, muitas vezes, apoio financeiro do poder público – e torcida sempre favorável da grande mídia, sempre disposta a exaltar o modo de vida dos V.I.P’s<sup>110</sup>.

As grandes reformas políticas e econômicas das últimas décadas no sistema de produção capitalista reforçam o diagnóstico lúcido de Florestan, essas mudanças em nada alteram a substância da estrutura de distribuição de renda e poder. Um partido trabalhista que chega ao poder já está devidamente domesticado pelos “agentes de segurança” da elite burguesa e a palavra consenso surge como virtude máxima deste “pragmatismo político”. Um pragmatismo que, em última instância funciona como um consenso fabricado para impedir qualquer radicalismo, qualquer mudança que seja uma mudança verdadeira. Em suma, um pacto de garantia entregue ao conservadorismo, já que as mudanças e reformas aprovadas pelo consenso – liberalização do comércio, restrição à imigração, fim das seguranças sociais

<sup>109</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1998, p.368.

<sup>110</sup> Sigla para o termo em inglês: *very important person* – pessoa muito importante, em tradução livre, agora com uso popularizado como sinônimo das áreas reservadas aos ricos e celebridades.

garantidas pelo estado (tudo em nome de uma competitividade onde os concorrentes são claramente escolhidos previamente) são exatamente as que não pretendem mudar nada de fato.

Não por acaso, um olhar para os números que realmente importam mostram que, de mudança em mudança, a divisão estrutural da sociedade pouco se altera. De acordo com o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Márcio Pochmann, 25% da população concentra 75% da produção mundial, enquanto menos de 250 mil clãs de famílias (0,2% da população mundial) respondem por quase 50% da riqueza global. Cerca de 500 corporações dominam ou ameaçam dominar os principais setores de atividade econômica.<sup>111</sup> O número de pessoas que passam fome no mundo aumentou 133 milhões em 2007, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA, que afirma que 849 milhões de pessoas já sofrem com a escassez. No Brasil, novamente de acordo com o IPEA<sup>112</sup>, os 10% mais ricos concentram 75,4% da riqueza do país, uma variação pequena em comparação aos percentuais registrados no século XIX.<sup>113</sup>

Enquanto isso, a revista *Newsweek* (edição de terceira semana de julho de 2008) saúda a entrada no Brasil no clube das economias fortes, como exemplo do nosso sucesso cita o expressivo crescimento dos milionários no país (e de suas extravagâncias)<sup>114</sup>. O capitalismo oligopolista é incapaz de inverter essa desigualdade – ou, como mostram as análises da dependência, o capitalismo sobrevive e prospera justamente da exploração da heterogeneidade, servindo bem às minorias das classes dominantes. Como destaca Florestan (1981): “os que não seguem o exemplo de Marx e Engels e da tradição sociológica europeia sequer se colocam esse problema”<sup>115</sup>. Raymond Aron (2005) em livro crítico a Marx mostra exatamente o ponto destacado por Florestan:

---

<sup>111</sup> POCHMANN, Márcio. *Outro Padrão Civilizatório*. Folha de São Paulo, 04/05/2008.

<sup>112</sup> Jornal El País: <http://www.elpais.com/articulo/economia/renta/Brasil/hace/siglos/elpe...>, acesso em 19/05/2008.

<sup>113</sup> O mesmo relatório revela que os 10% mais pobres pagam 44,5% mais impostos comparando com os 10% mais ricos. A carga tributária representa 22,7% da renda dos 10% mais ricos enquanto para os 10% mais pobre esse percentual sobe para 32,8%.

<sup>114</sup> O Brasil tem hoje 1.100 helicópteros privados (metade deles em São Paulo), a terceira maior frota do mundo e crescendo a 15% ao ano. O país agora tem 20 bilionários na lista da Forbes (eram apenas quatro em 2003). Segundo a pesquisa “*World Wealth Report*” (Relatório da Riqueza Mundial), elaborada pelo banco *Merrill Lynch* e pela consultoria *Capgemini*, o número de milionários no país cresceu 19,1% em 2006, de acordo com o estudo. Apenas a Índia e a China tiveram uma expansão maior nesse quesito, registrando aumento de 22,7% e 20,3%, respectivamente. Não por acaso, Slavoj Žižek, em recente entrevista, comparou a realidade de São Paulo ao filme *Blade Runner* (dirigido por Ridley Scott em 1981), onde as elites andam confortavelmente pelos céus enquanto a ralé sofre na poluída e superpovoada superfície.

<sup>115</sup> FERNANDES, 1981, p.76.

Não é porque certos países são desenvolvidos que outros são subdesenvolvidos. Em outros termos, os países considerados ricos não precisam da pobreza dos países efetivamente pobres para continuar a ser efetivamente ricos. [...] A continuidade do crescimento nos países da Europa ocidental, nos Estados Unidos, na Europa do Leste ou no Japão não é obstáculo, mas ao contrário, é uma condição favorável para o desenvolvimento dos países hoje mais pobres.<sup>116</sup>

Colonização, dominação e exploração desaparecem magicamente neste simples parágrafo de Aron. A riqueza é mérito dos ricos e os pobres que se preparem para competir e parem de chorar. Continua Aron:

A essência da economia moderna tal como conhecida nesta metade do século XX, sendo a mesma, aliás, que Marx pressentira na metade do século XIX, mostra não existir contradição fundamental entre o desenvolvimento de uns e de outros. Essa idéia é evidente para quem procura refletir sobre a economia moderna, mas choca, incomoda, porque a espécie humana foi constituída de maneira a sempre imputar a alguém a responsabilidade quando se está infeliz. [...] É uma atitude compreensível, porém uma idéia falsa.<sup>117</sup>

A opinião de Aron é importante por que vai ser reproduzida *ad infinitum* nos debates contemporâneos que tratam de cotas para universidades ou ajuda do Estado na forma de Bolsa Família.<sup>118</sup> Mészáros (2004) dialoga com Aron e cita um trecho de *A sociedade industrial* onde o filósofo francês usa como exemplo para sua teoria o caso brasileiro:

Os primeiros [países desenvolvidos] podem progredir sem que os últimos [países em desenvolvimento] percam terreno. Além disso, o progresso em uma região ajuda o progresso nas outras (ao menos enquanto as matérias primas forem abundantes e a área disponível for capaz de acomodar e alimentar a população). E se estas declarações parecerem surpreendentes para os brasileiros, por exemplo, convidemo-los a pensar um pouco sobre os contrastes entre as diferentes regiões do Brasil. Pode-se dizer que a pobreza do Nordeste árido é atribuível ao desenvolvimento de uma relativa riqueza em São Paulo? Pode-se dizer que o desenvolvimento do Nordeste seria impossível sem o correspondente empobrecimento de São Paulo? A resposta é, obviamente, não. Talvez os brasileiros do Nordeste pensem que São Paulo não dá uma contribuição suficientemente grande para melhorar a situação dos estados pobres da federação; os contribuintes de São Paulo, por outro lado, talvez sejam de opinião que uma porção muito grande de seus impostos é gasta em Brasília e Recife. Mas nenhum brasileiro, creio eu, concluiria que o desenvolvimento do Nordeste implica o empobrecimento de São Paulo. E, de fato, como a verdadeira riqueza depende da eficiência, por que a humanidade deveria se imaginar envolvida em uma luta até a morte quando não há falta de recursos e todos os homens podem ser ensinados a tirar proveito deles, mesmo que alguns ainda não saibam como fazer isso?<sup>119</sup>

Como nota corretamente Mészáros:

---

<sup>116</sup> ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. São Paulo: Arx, 2005, p.542.

<sup>117</sup> Ibidem.

<sup>118</sup> Programa de auxílio do Governo Federal a famílias de baixa renda.

<sup>119</sup> Raymond Aron *apud* MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.222.

A tentativa de Raymond Aron de desacreditar a preocupação com a dependência e a exploração por meio de uma *reductio ad absurdum* expõe claramente a verdadeira cor de sua posição “pós-ideológica”. Seu método de tentar desviar a atenção dos méritos objetivos do caso, especulando a respeito da consciência regional de alguns míticos “contribuintes” brasileiros, revela, evidentemente os mesmos interesses ideológicos.<sup>120</sup>

A implicação deste raciocínio de Aron tipicamente conservador de não fazer relação entre o contribuinte de uma região rica e o miserável da região pobre será mostrada nos capítulos seguintes na forma dos “oprimidos” “pagadores de impostos” das classes média e alta no Brasil.

### 3 A “GANÂNCIA DO BEM”

Leandro Konder (2003) faz uma abordagem sobre as “revoluções” tecnológicas contemporâneas que se assemelha, em alguns pontos, a análise desenvolvida por Florestan sobre nossa revolução burguesa. As mudanças e transformações realmente acontecem. Um número muito grande de pessoas hoje tem acesso a viagens de automóvel e de avião, tem em casa televisão e eletrodomésticos e, mais recentemente, computador, internet, telefones celulares além de remédios e procedimentos cirúrgicos que salvam vidas que há poucas décadas estariam perdidas. Entretanto, lembra Konder, uma observação mais crítica mostra que a mudança acelerada e em alguns casos espetacular dos hábitos e experiências do dia-a-dia não alterou substancialmente a estrutura das sociedades, e exemplifica com um dos principais teóricos da revolução tecnológica, Anthony Giddens. Para Giddens, com menos barulho que as revoluções políticas, a revolução tecnológica nas últimas décadas mudou profundamente o mundo e o homem, promovendo uma globalização descentralizadora e encontrando como reação conservadora as intolerâncias fundamentalistas. O mundo apresentado por Giddens atenua as contradições, suaviza os contrastes, subestima uma característica fundamental da sua revolução tecnológica: “as inovações mais espetaculares mudaram muito mais as condições da vida cotidiana dos indivíduos, considerados como tais, do que a vida cotidiana das comunidades.”<sup>121</sup>

De forma orquestrada, o maior teórico da ciência do capital, a Administração, Peter Drucker, em uma de suas principais obras, *Sociedade Pós-capitalista*<sup>122</sup>, já no primeiro capítulo

<sup>120</sup> MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.223.

<sup>121</sup> KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p.246.

<sup>122</sup> DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

enumera as diversas “revoluções” que leva em conta, como a “Revolução Industrial”, a “Revolução da Produtividade” e a “Revolução Gerencial”, tudo para revolucionar o “conhecimento” (Giddens chama de “revoluções sociais de nosso tempo”<sup>123</sup>). Uma retórica revolucionária para mudanças que, se são realmente importantíssimas, alterando principalmente o modo de vida do trabalhador e reformulando o status do trabalho, servem, no entanto, sempre à ordem estabelecida. O título, *Sociedade Pós-capitalista*, usado por Drucker, faz parte do movimento de tornar anacrônicas às análises marxistas, impondo ao capitalismo tardio um viés modernizante onde os graves problemas do passado não mais fazem parte das preocupações centrais. É este mundo suavizado que aparece com destaque nas discussões acadêmicas. As contradições, a desigualdade, a pobreza e a miséria estão ausentes ou pelo menos longe de ocupar o protagonismo que se exige em um país pobre – e que sempre foi a preocupação principal de sociólogos como Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Enquanto conceitos como “sociedade de risco”, “zumbi” ou “líquida” tentam ocultar ou desvalorizar completamente o conceito de “luta de classes”, as classes dominantes continuam impondo suas reformas e transformações para assegurar o continuísmo e criminalizar as iniciativas concretas para rupturas verdadeiramente profundas.

A supremacia do discurso liberal tem desde sempre seu lastro no domínio do mundo do trabalho. A reestruturação produtiva e seus infundáveis mecanismos de modificação dos meios de produção e das relações trabalhistas criaram um ambiente profissional que premia a atuação individual e inibe a atividade coletiva. Nas últimas décadas esta premissa vem sendo transmitida sem nenhum questionamento. Aos jovens que têm no emprego uma de suas principais – se não a principal – preocupação/meta/objetivo em torno do qual vão planejar e estruturar boa parte de seu período, da adolescência em diante, em função de adaptar-se às indefectíveis “necessidades do mercado”. Para isso são cobrados e o grau de adaptação conseguida vai depender o que o senso comum entende por sucesso ou fracasso. Este parece ser o principal papel dos jovens hoje – montar um *currículo* competitivo no mercado. Uma longa citação de artigo recente do poeta e articulista Ferreira Gullar, intitulado *A Ganância do Bem*, exemplifica bem a relação que se faz entre o capital e o comportamento “natural” do homem.

Hoje em dia, quando os apressados falam do fim do capitalismo, eu, na minha condição de “especialista em idéias gerais” (Otto Lara Resende), lembro que isso dificilmente acontecerá pelo simples fato de que o capitalismo, ao contrário do socialismo, não foi inventado por ninguém. (...) Costumo dizer que o capitalismo é quase como um fenômeno natural e, de fato, parece-me ter da natureza a vitalidade, a amoralidade e o esbanjamento perdulário, dizendo melhor: cria sem cessar e, com a mesma naturalidade, destrói o que criou. Por

<sup>123</sup> Ver GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.

exemplo, a natureza faz nascer milhões de seres e, de repente, inunda tudo e mata quase todos. Mas, ao fazê-lo, gera outras vidas. E parece dizer: "Que se danem", como faz e diz o capitalismo, mantidas as devidas proporções. Já o socialismo foi inventado pelos homens, para corrigir o capitalismo, para introduzir nele a justiça. Os inventores do socialismo, em face da ferocidade do capitalismo nascente, em meados do século 19, sonharam com uma sociedade em que todos teriam os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Entendiam que a chamada democracia burguesa era, na verdade, uma ditadura da burguesia e que deveria ser substituída pela ditadura do proletariado. Seria esta uma ditadura justa porque exercida, não pelos que usufruem do trabalho alheio e, sim, pelos que trabalham e produzem a riqueza da sociedade. O resultado final dessa revolução seria a criação da sociedade sem classes. É verdade que ninguém nunca soube o que seria essa sociedade e nem Karl Marx, o seu inventor, chegou a defini-la. Como se sabe, na segunda década do século 20, a revolução socialista deixou de ser mero sonho para se tornar realidade, assustando os capitalistas e levando-os a atender muitas das reivindicações dos trabalhadores. Quatro décadas depois, boa parte da Europa e da Ásia vivia sob regime socialista. No entanto, antes que o século terminasse, o socialismo real desmoronou, para o espanto, sobretudo, das pessoas que nele viam o futuro da humanidade. Ao contrário do que muitos temiam, não foram os exércitos capitalistas que o derrotaram, não foram foguetes norte-americanos com bombas nucleares que deram fim ao poder do Kremlin. Não, na verdade, ele foi liquidado por uma espécie de colapso interno fulminante, que não foi militar, mas econômico. O socialismo perdeu a disputa econômica com o capitalismo. [...] O planejamento socialista, se evitava o desperdício, inibia a produção, o que resultava em outro tipo de desperdício, sendo o maior de todos, o dos talentos empreendedores que não encontravam campo para se realizar. Uma visão equivocada do capitalismo ignorava o papel fundamental do empresário, cujo investimento em idéias e dinheiro gera empregos e riqueza. Se o socialismo nasceu do que há de melhor no ser humano – o senso de justiça e a fraternidade –, o capitalismo, se não surgiu do que há de pior em nós, é, não obstante, a cada momento, movido por ele, ou seja, pela ganância sem limites e sem escrúpulos. No entanto, essa ganância é que o faz gerador de riqueza. Admitindo-se como verdade que o capitalismo não morrerá – mesmo porque as crises, em vez de matá-lo, o renovam –, a solução é encontrar um meio de torná-lo bom, inculcando-lhe a "**ganância do bem**". Isso, bem entendido, se o Diabo deixar.<sup>124</sup>

Gullar faz com a bagagem cultural de que dispõe exatamente o mesmo discurso – aqui refinado, mas só um pouco – da Mariazinha, citado na introdução deste capítulo. Uma apologia do capitalismo e dos empresários, e a decretação da falência socialista, pois o socialismo é "criado" pelo homem, ao contrário da espontaneidade natural capitalista. Curiosamente o intelectual – de reconhecida atuação no campo das esquerdas, como por exemplo, na criação dos Centro Populares de Cultura (CPC) junto com a União Nacional dos Estudantes (UNE) na década de 1960 – admite, resignado, a inutilidade de pensar, pois nada pode transformar uma "força natural" que, de natural, nada tem. Pouco adianta pensar para planejar e tentar fazer uma sociedade justa, como Gullar reconhece ser o desejo socialista. O que importa são os sentimentos espontâneos, primários, como a ganância. Para que pensar, afinal, se o importante é reagir de acordo com impulsos naturais? Para resolver esse problema Gullar inclui um conceito

---

<sup>124</sup> Gullar, Ferreira: *A ganância do bem*. Folha de São Paulo, Ilustrada (11/01/09) [grifo nosso].

místico: “ganância do bem”. Como Gullar bem sabe, “ganância” e “do bem” são termos mutuamente excludentes, mas compõem a lenda do empreendedor individual que, na sua ambição pela riqueza, supostamente elevaria a média de conforto material dos demais pelas introdução de ferramentas modernas, novas técnicas de produção, inovação, etc. Mas o poeta agora brinca com palavras transformando uma crítica evidente (ganância) em termo confortável aos donos do poder. Uma redenção completa ao mais simples “darwinismo social”, o capitalismo é melhor porque é mais competitivo e é mais competitivo porque é ancorado na ambição individual que remete ao progresso – diferentemente do socialismo, “preso” na armadilha da justiça coletiva – que atrasa, impede a vitalidade da criatividade do empreendedor.

Quando participava do grupo de esquerda *Socialismo ou Barbárie*, Jean-François Lyotard apoiava as manifestações estudantis de maio de 68 na França, debatendo publicamente com os jovens suas críticas ao consumismo capitalista. No final da década de 1970, com seu livro *A condição pós-moderna*, Lyotard afirmava:

O capitalismo é, mais precisamente, uma representação. Como sistema, sua fonte de calor **não é a força de trabalho mas a própria energia**, a física (o sistema não é isolado). Como representação, tira a sua força da idéia de infinitude. Pode aparecer na experiência humana como o desejo por dinheiro, o desejo de poder ou da novidade. Tudo isso pode parecer bem feio e inquietante. Mas esses desejos são a tradução antropológica de algo que ontologicamente é a “instanciação” da infinitude na vontade. Tal “instanciação” não ocorre de acordo com a classe social. As classes sociais não são categorias ontologicamente pertinentes.<sup>125</sup>

Nos moldes de Gullar, o intelectual se rende – ou, dependendo da posição ideológica, adquire maturidade – ao capital mesmo que, nos anos que separam as posições, nada tenha mudado no quesito injustiça social. Comentando esse trecho, Perry Anderson diz que o argumento de Lyotard trata o triunfo do capitalismo sobre os sistemas rivais como “resultado de processo de seleção natural que pré-datava a própria vida humana”.<sup>126</sup> Era uma das obras seminais do pós-modernismo, apontando o fim das metanarrativas, como o marxismo, mas não tratando o capitalismo como metanarrativa, mas como uma “fonte de calor” que tira sua “energia da física”. Algo presente na criação da terra e, portanto, perene, que se afirma a cada desejo humano. Era 1979, o momento ideal para dar o golpe de misericórdia nas esquerdas vacilantes e instituir as apologias da globalização capitalista das décadas seguintes.

Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, diz que:

<sup>125</sup> LYOTARD apud ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 40 [grifo nosso].

<sup>126</sup> *Ibidem*.

O “impulso para o ganho”, a “ânsia do lucro”, de lucro monetário, de lucro monetário o mais alto possível, **não tem nada a ver em si com o capitalismo.** Esse impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, cruzados, jogadores e mendigos – ou seja em toda a espécie de condições de pessoas em todas as épocas de todos os países da Terra. [...] A superação desta noção ingênua do capitalismo pertence ao ensino do jardim de infância da História da Cultura. **O desejo do ganho ilimitado não se identifica nem um pouco com o capitalismo, e muito menos com o “espírito” do capitalismo.** O capitalismo pode até indentificar-se com uma restrição, ou, pelo menos, com uma moderação racional desse impulso irracional. De qualquer forma, porém, o capitalismo, na organização capitalista permanente e racional, equivale à procura do lucro, de um lucro sempre renovado, da “rentabilidade”. Só pode ser assim. Dentro de uma ordem econômica totalmente capitalística, uma empresa individual que não se orientasse por esse princípio, estaria condenada a desaparecer.<sup>127</sup>

Weber escreve num período histórico (final do século XIX e começo do século XX) onde, segundo C. Wright Mills (1975), os grandes milionários eram depreciativamente chamados “Barão Ladrão”<sup>128</sup>, em referência a crença popular de que por trás de toda fortuna há um grande roubo. Isso mudou radicalmente e em um período curto. Com o “*café society*” o mundo dos milionários e celebridades ganhou o glamour e a simpatia da nascente mídia de massa. Mesmo na forma interesseira de sensacionalismo de escândalos, os famosos e endinheirados – sejam grandes proprietários, industriais ou astros do cinema e esporte – começaram a consolidar sua imagem ao invejável modo de vida dos “bem sucedidos”. Um “produto”, como notaram os responsáveis pioneiros pela cobertura do *café society*, com venda garantida.

Já nas décadas de 30 e 40 do século passado as grandes fortunas começaram a ser festejadas e seus donos tratados como lendas, sua personalidade esmiuçada, retratada em biografias e manuais de como “chegar lá”, nos primórdios da auto-ajuda. Era o começo da era que culminaria com os yuppies dos anos 1980. Jovens executivos (na casa dos 30 e poucos anos), geralmente vindos do capital financeiro, com muito dinheiro e um modo de vida extravagante de festas e namoros com famosos do cinema e televisão. Eram chamados “Mestres do Universo”.<sup>129</sup> A ganância é sim componente importante do moderno espírito capitalista. O ascetismo que valoriza o trabalho, a poupança e a vida frugal cedeu lugar ao hedonismo, ao culto das grandes fortunas, das celebridades milionárias e suas vidas cheias de gastos inúteis – e este padrão se recrudesce na mesma medida que o pensamento coletivo se esfumaça no passado utópico.

<sup>127</sup> WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999, p. 4 [grifos nossos].

<sup>128</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

<sup>129</sup> Ver, por exemplo, Sherman McCoy, personagem *yuppie* e um dos “mestres do universo” de Tom Wolfe em seu livro *A fogueira das vaidades*.



A celebridade profissional, homem ou mulher, é o supremo resultado de um sistema de estrelas de **uma sociedade que fez da competição um fetiche**. Na América, esse sistema é levado ao ponto de um homem, por bater numa pequena bola branca e acertar com ela numa série de buracos no chão, com mais eficiência de que qualquer outro, ganha acesso social ao Presidente da República dos Estados Unidos. É levado ao ponto de um tagarela do rádio ou da televisão tornar-se o companheiro de caça dos principais dirigentes industriais, membros do gabinete e altos militares. **Não importa o gênero em que a pessoa é superior, desde que tenha vencido outros numa competição, é celebrada**. Começa a funcionar então uma outra característica do sistema de estrelas: todas as estrelas de qualquer esfera de atividade ou posição são atraídas pela nova, e esta atraída pelas mais antigas. Quem teve êxito, o campeão, portanto, mistura-se livremente com outros campeões para povoar o mundo de celebridades.<sup>130</sup>

O capitalismo pode não resumir-se a ganância, como pede Weber. A ganância existiu antes e provavelmente vai existir depois, mas é inegável que se adaptou à perfeição ao modo de vida capitalista que valoriza, sobretudo, as conquistas materiais individuais. Projetos coletivos, como o socialismo, devem ser desacreditados. O filósofo húngaro István Mészáros expõe a tentativa de desqualificar o socialismo:

Durante algum tempo, eles se desenvolveram em torno da rejeição do projeto socialista, considerado o Ópio dos intelectuais (Raymond Aron), logo seguido pela celebração, que reflete mais o desejo do que a realidade, do sucesso dessa abordagem, como O fim da ideologia (Daniel Bell). Esta linha, por sua vez, é sucedida pelas teorizações “pós-ideológicas” que desejam eliminar até a possibilidade do conflito hegemônico entre capital e trabalho, discorrendo, em vez disso, sobre a sociedade industrial (Aron, novamente) e O novo Estado industrial (John Kenneth Galbraith), postulando supostas “convergências” – conforme a estratégia “neutra” e, sob tal ponto de vista, universalmente praticável da “modernização” e do “avanço” – que jamais se concretizam.<sup>131</sup>

Sob o véu ideológico, onde a desigualdade é insuperável ou mesmo não é interessante que seja superada, o caminho convencional (acrítico) parece ser sempre o mais “lúcido”, de “bom senso”, sem se contrapor às normas jurídicas que dão apoio ao poder do capital, dos proprietários. Assim forma-se o “exército” de que dispõe as elites para garantir justamente sua preservação no topo – sob a falsa promessa, difundida em qualquer escola, de que os “melhores” terão um lugar. Basta uma rápida conferida nos nomes completos por trás de grandes corporações e veremos que não é nada disso. Um Filho ou Júnior, talvez um Neto, costumam compor os nomes dos donos das grandes empresas. Um Otávio Filho é “eleito” infinitamente redator chefe de um jornal fundado por seu pai, e que lhe pertence. Da mesma forma outros grandes grupos de comunicação são dirigidos a gerações por Mesquitas, Marinhos e Civitas, seguem assim a tradição aristocrática, de pai para filho e, porque não, para neto. Não por acaso as notas da mídia que relatam o mundo do *café society* se deslumbram com o poder

<sup>130</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 89-90, [grifos nossos].

<sup>131</sup> MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.71.

passado de geração em geração, verdadeiras famílias reais a lembrar – e tranquilizar – as elites de que o “sangue azul” ainda corre em veias aristocráticas do poder. Mas esse deslumbramento não pode dar a entender a existência de uma “corte” completamente fechada. É preciso cativar a plebe dando a impressão de que a exclusividade não é tão exclusiva e de que mérito ou talento constituem fatores, por si, suficientes para a entrada no clube. Desde que a prerrogativa da definição última dos critérios que definem “mérito” e “talento” continue restrita aos que já se reúnem tradicionalmente neste clube.

Exitoso, o processo da hierarquização das relações e da estrutura social tem de tratar dos desvios ao padrão classe média propagado. No caso dos muito ricos, constituem parte da cultura capitalista, não só aceitos como cultuados. Na outra ponta, os não adaptados, os miseráveis, devem ser enquadrados em antigos ou novos modelos de medo e terror para justificar sua repressão violenta e progressivo afastamento, na medida em que não se mostrem mais necessários na composição do capital produtivo. O capitalismo liberal tem como paradoxo da promessa da realização individual a produção simultânea de “refugos” – na expressão de Zygmunt Bauman (2005).

As causas da exclusão podem ser diferentes, mas, para aqueles situados na ponta receptadora, os resultados parecem ser quase os mesmos. Confrontados pela intimidante tarefa de ganhar os meios de sobrevivência biológica, enquanto se vêem privados da autoconfiança e da auto-estima necessárias para a sustentação da sobrevivência social, eles não têm motivo para contemplar e saborear as distinções sutis entre sofrimento planejado e miséria por descuido. Podem muito bem ser desculpados por se sentirem rejeitados, por serem irritáveis e raivosos, por respirarem a vingança e alimentarem a desforra – embora tendo aprendido sobre a futilidade da resistência e aceito o veredicto de sua própria inferioridade, seja difícil encontrarem um modo de transformar tais sentimentos numa ação efetiva.<sup>132</sup>

A realidade econômica da produção e consumo deixa de fora parte da população, desnecessária ao processo de produção, “inúteis” nos números de consumo – definidor último de cidadania. Os refugos ou excluídos são a matéria-prima das “classes perigosas”, espectro que assombra as elites. A “ideologia da higiene”, como denomina o historiador Sidney Chalhoub<sup>133</sup>, tem se mostrado extremamente eficaz ao longo de mais de um século para consagrar o apoio popular ao *apartheid* das “classes perigosas”.

Feios, sujos e malvados, os pobres concentram os estigmas da criminalidade e da doença, enquanto observam o restante da população – mesmo parte da população pobre – reforçando as barreiras de segregação. Nisso reside a importância da competição como

<sup>132</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.54.

<sup>133</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ideologia ou, mais precisamente, como reforço à ideologia liberal. Ela (a competição) se concentra, a princípio, no plano do indivíduo, não de classe. Mas acaba atuando para desmobilizar, enfraquecendo atores coletivos historicamente empenhados na luta por mudanças profundas na estrutura de classe. A sustentação dos estigmas que acompanham as classes pobres somada ao “mundo competitivo” administrado acaba por colocar as gerações que chegam ao universo do trabalho diante da escolha de “Sofia”: lutar para melhorar a situação de sua classe (no caso das classes pobres) ou aprimorar-se, dentro da filosofia liberal, e conquistar o “sucesso” solitário.

Não é propriamente uma escolha difícil seguindo a lógica da cultura pró-capital dominante que desvaloriza o esforço coletivo. A transformação da pobreza em falha moral grave (intrínseco à ideologia da competição) ajuda neste descolamento dos jovens pobres de sua classe – na mesma medida em que reforça o preconceito e o desprezo da juventude das classes média e alta contra os “excluídos”. A divisão entre os “civilizados” e as “classes perigosas” contribui para a guerra permanente – *homo homini lupus* – necessária às políticas de controle social, o que lembra o comentário amargo e irônico de Rosa Luxemburgo quando, em 4 de agosto de 1914, o *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD) decidiu apoiar o imperialismo alemão com a concessão dos créditos para a Primeira Guerra: “Proletários de todos os países, uni-vos na paz, e degolai-vos na guerra”.<sup>134</sup> Não é preciso, atualmente, um conflito militar para este tipo de degola entre os proletários.

---

<sup>134</sup> Apud LOUREIRO, Isabel. *A revolução alemã*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 43.

# CAPÍTULO 2

---

## PERSONIFICAÇÕES DO CAPITAL

No caso brasileiro, a “ciência” que chega ao país em finais do século não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação.

Lilia Moritz Schwarcz

A ciência é uma busca genuinamente exploratória, ao passo que as ideologias dão a impressão de andar para frente, enquanto marcam passo obstinadamente no mesmo lugar.

Terry Eagleton

### 1 A POBREZA COMO SUJEIRA, DOENÇA E CRIME

Obras como de Lóic Wacquant<sup>135</sup> ajudam a compreender como se dá o processo capitalista de construção e encarceramento dos “estranhos” ao sistema de produção e consumo do capital. Contudo, é necessário aqui um adendo à compreensão de uma realidade tristemente comum de *apartheid* também nas grandes cidades brasileiras com características semelhantes, mas uma identidade própria a serviço dos interesses da elite local. A construção das “classes perigosas” em nossas terras, como veremos, envolve a apreensão, no final do século XIX e início do século XX, dos trabalhos dos principais teóricos racistas da Europa e América do Norte e sua apropriação – no sentido semelhante ao liberalismo das “idéias fora de lugar” – pela nascente elite intelectual brasileira para justificar a “fraqueza” de nossa gente na aparência progressivamente afastada do idealizado branco europeu. Cria-se a “ideologia da higiene”,

---

<sup>135</sup> Particularmente *As Prisões da Miséria*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001; e *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

relacionando os grupos fenótipos distantes do padrão europeu a todo tipo de impureza, comportamento obscuro, transmissão de doenças.

Pelos critérios pseudo-científicos determina-se que a constituição física e a aparência do morador típico das zonas pobres é o determinante de sua condição. Um mito que vai sobreviver nas décadas posteriores e associar no imaginário das classes dominantes o perigo do pobre, negro, mestiço, vindo ao seu encontro à noite na rua pouco iluminada. Nesta construção o pobre, como imã, atrai todo o fardo de negatividades relativo à miséria, como o monopólio do crime e suspeita permanente de portador de doenças contagiosas. O rico – ou seu biótipo reconhecido – absorve, por sua vez, todas as qualidades, conferindo ao patrão capitalista uma imagem mística de superioridade moral, intelectual e, desprovido de doenças, física. Aos “agentes do capital”, papel desejado por boa parte dos jovens institucionalmente adaptados de todas as classes, cabe manter ou provar sua eficiência gerencial intensificando os mecanismos que sustentam este *apartheid*. Nisto a retórica da ideologia da competição se destaca.

Como é a riqueza que domina a sociedade e não o contrário, mantém-se, sob forma da mistificação da competitividade, a estrutura estratificada da sociedade capitalista. Competição (ou competitividade) tornou-se uma espécie de *alter ego* da globalização financeira. Quase tudo que é dito sobre um remete ao outro, como siameses imbricados, remontando aos princípios do darwinismo social de Spencer – a disputa pela sobrevivência onde o outro é um presumível rival, competidor a ser batido na corrida pelo topo. Uma das explicações para esta aparente vocação para o comportamento competitivo pode estar numa característica do fascismo detectada por Adorno e, em outra chave de análise, Hannah Arendt: a mente hierarquizada. Antes de Adorno, seu colega Max Horkheimer coordenando ainda na Alemanha os trabalhos do Instituto de Pesquisa Social, no *Estudo sobre autoridade e família*<sup>136</sup>, já fazia o alerta que sintetizava o esforço de pesquisa em torno do fascismo latente em países democráticos: “diante daqueles que detém o poder, a maioria dos homens se transforma em criaturas dedicadas, amáveis. **Diante da completa impotência, como a dos animais, tornam-se tratantes e carnicheiros**”.<sup>137</sup> O estudo *A personalidade autoritária*<sup>138</sup> reforçaria este argumento de Horkheimer. Arendt, tratando do

---

<sup>136</sup> Ver, por exemplo, HORKHEIMER, Max. *Autoridade e família* in Teoria Crítica I. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 175-236.

<sup>137</sup> HORKHEIMER, Max. Apud WIGGERSHAUS, W. A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difel, 2002, p.137. [grifo nosso].

<sup>138</sup> Os autores listados conforme consta no livro: T.W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson, R. Nevitt Sanford. *A personalidade autoritária*. Buenos Aires: Editora Proyección, 1965. A partir daqui a obra será citada como ADORNO *et al.*

juízo de Adolf Eichmann<sup>139</sup>, parece materializar a descrição do fascismo latente de Horkheimer no burocrata que ascende na estrutura hierarquizada das SS da Alemanha nazista – sempre solícito aos que podem lhe ajudar na carreira, indiferente ao extremo aos demais, capaz de fazer qualquer coisa na forma de instruções reconhecíveis na estrutura burocrática do nazismo, de passar rapidamente de um plano de deportação dos judeus nos territórios ocupados para, com o início da guerra em 1939, um plano de aprisionamento e extermínio. Tudo dentro da lógica racional da administração de logística, amparado pela cobertura da hierarquia, do “cumprimento de ordens”.<sup>140</sup>

Segundo os trabalhos realizados por Adorno e os pesquisadores de Berkeley<sup>141</sup> a personalidade autoritária pode ser descrita, grosso modo, por um conjunto de traços característicos e inter-relacionados. Pontos essenciais são o que os pesquisadores denominam “submissão e agressão autoritárias”. Numa ponta está a “submissão”, motivada pela crença cega na autoridade. Essa característica traduz-se em comportamentos bajuladores ou excessivamente respeitosos a aqueles considerados superiores na escala hierárquica (seja profissional, social ou familiar). Na outra ponta está a “agressão”, ou o desprezo pelos “inferiores” e a disposição em atacar as pessoas débeis que socialmente são aceitas como vítimas<sup>142</sup>.

Outras características apontadas em *A personalidade autoritária* são: aguda sensibilidade pelo poder, a rigidez e o conformismo. A personalidade autoritária tende a pensar em termos de poder, a reagir com grande intensidade a todos os aspectos das relações de domínio – o poder tradicional descrito por Weber assume status de lei. É intolerante com relação à ambigüidade, tende a não aceitar a complexidade, preferindo refugiar-se na simplicidade, mesmo que forjada, de uma ordem estruturada de modo elementar. Usa muito os estereótipos,

---

<sup>139</sup> ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>140</sup> Ver sobre isso também: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

<sup>141</sup> A pesquisa, publicada sob o título *A Personalidade Autoritária*, examinou através de entrevistas dezenas de indivíduos representativos, identificando as pretensas personalidades autoritárias, o que foi feito com a distribuição de um número amplo de questionários que continham, além de perguntas sobre a vida pessoal, questões opinativas relativas a feitos antidemocráticos, que captavam a aprovação ou não aos feitos descritos. O procedimento era revisto e repetido para se chegar a conclusões mais próximas da opinião verdadeira sobre autoritarismo. Após definir os grupos, uma complexa investigação foi executada, com entrevistas aprofundadas e uma série de análises psicosociais denominadas “clínicas”. Foram formados grupos e estes divididos, basicamente, em universitários e não-universitários. Finalizado o trabalho, os pesquisadores publicaram, em 1950, suas conclusões.

<sup>142</sup> Para os pesquisadores uma relação hierárquica rígida e opressiva entre pais e filhos cria no filho um comportamento intenso e ambivalente em relação à autoridade. Numa tentativa de superar os conflitos interiores o indivíduo exterioriza, inconscientemente o comportamento submisso ou agressivo. Essa relação dinâmica entre “submissão” e “agressão” seria o ponto inicial da formação dos demais traços autoritários.

que tanto no pensamento como no comportamento auxiliam na simplificação da realidade. É sensível à influência de forças externas e aceita sem questionar todos os valores convencionais do grupo social a que pertence. A mente hierarquizada sente-se insegura quando colocada diante de grandes transformações, prefere o tradicionalismo e a normalidade. Aceita resignada as imposições superiores, que afinal, estão “acima na pirâmide”, mas vive em permanente disputa para subir degraus enquanto tenta manter os demais abaixo.<sup>143</sup>

Nestas condições a competitividade é incentivada em todos os círculos<sup>144</sup>, gerando o individualismo egoísta e uma falsa sensação de independência. O sujeito autoritário “está dominado pelo medo de ser débil” (Adorno *et al.*, 1965) e pelo sentimento de culpa. Dominado pelo medo aceita os extremos – defensivamente ou agressivamente. Autoritarismo significa uma predisposição defensiva a conformar-se acriticamente às normas e mandos do poder do sujeito investido de autoridade. Do ponto de vista individual, os autoritários são pessoas que invariavelmente se tornam dispostas a concordar com as autoridades porque necessitam da aprovação ou da suposta aprovação destas como um alívio de sua ansiedade pessoal. O sujeito autoritário vê o mundo como uma selva onde os seres humanos são concebidos como fundamentalmente egoístas, maus ou estúpidos, têm a tendência a considerar os demais como rivais que são superiores e, por conseqüência, devem ser temidos, adulados e admirados, ou inferiores e, por conseqüência, deverão ser depreciados, humilhados e dominados.

A estratificação advinda deste pensamento hierarquizado é síntese da competitividade, da disputa do homem contra o homem. Tendo sempre camadas, sejam elas sociais, profissionais ou outras formas de separação para distinguir o “eu” do “outro”, valorizando ou desprezando conforme o status em que o outro se encontra nessa escala rigidamente fracionada. Os sujeitos autoritários são essencialmente competitivos, incapazes de pensar no “outro” como igual, solidariamente, ficando a porta aberta para a desumanização. O medo de “ser débil” transforma o “outro” em inimigo, em ameaça.

As ideologias autoritárias, enfim, são ideologias que negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e **colocam em destaque o princípio hierárquico**, além de propugnarem formas de regimes autoritários e

---

<sup>143</sup> Essas são, de forma sintetizada, conclusões de um trabalho que, metodologicamente recebeu duras críticas quanto ao processo de investigação, seja por causa dos questionários (com perguntas fechadas que limitavam a capacidade do entrevistado expressar seu pensamento, ficando muitas vezes restrito a opções de respostas extremadas) ou pela condução ideológica da pesquisa (sendo os orientadores principais reconhecidamente de uma linha política de esquerda, criticou-se uma possível ênfase na investigação do fascismo burguês, que não avaliava as camadas mais pobres da sociedade).

<sup>144</sup> Hannah Arendt (*Eichmann em Jerusalém*, 2000) aponta os diversos departamentos com idêntica função na complexa estrutura do governo nazista. Estimulava-se, desta forma, tanto a competição entre departamentos e funcionários, como a vigilância e delação de “infratores” às normas estabelecidas.

exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária.<sup>145</sup>

Como diz a proposta de estudo em *A personalidade autoritária*, as conclusões não estão restritas ao indivíduo ou a regimes autoritários. Mesmo com o alerta explícito dos pesquisadores liderados por Adorno, uma crítica comum ao estudo procura limitar suas conclusões ao âmbito do sujeito problemático, desconsiderando a importância dada à questão da ideologia como catalisadora das necessidades psíquicas do indivíduo predisposto ao fascismo. Leon Crochík (2001) lembra, exemplificando nas obras da época, de Adorno e Horkheimer (como o capítulo “Elementos do anti-semitismo” de *Dialética do esclarecimento*), a relevância conferida pelos autores na análise do preconceito **a partir de suas condições sociais e históricas**. Ideologia e personalidade não podem ser entendidas separadamente, limitadas por reduções do tipo “psicologismo” ou “sociologismo”, mas apreendidas na relação dialética entre o particular e o todo, conforme a tradição hegeliana e marxista.<sup>146</sup> Diz Adorno na introdução à obra:

O termo *ideologia* é usado neste livro do modo que é comum na literatura corrente, para dar conta de uma organização de opiniões, atitudes e valores - um modo de pensamento do homem e da sociedade. Podemos falar de uma ideologia total do indivíduo ou de sua ideologia com relação a diferentes aspectos da vida social: economia, religião, grupos minoritários e assim por diante. **As ideologias têm uma existência independente em relação à qualquer indivíduo**; e aqueles que existem em uma determinada época são resultado ao mesmo tempo de processos históricos e eventos sociais contemporâneos. Essas ideologias têm diferentes graus de apelo para diferentes indivíduos, pois isso depende das necessidades individuais e do grau em que essas necessidades estão sendo satisfeitas ou frustradas.<sup>147</sup>

Nas décadas seguintes à pesquisa de Adorno em Berkeley, algumas experiências mais espetaculosas da psicologia social tentaram reproduzir, em laboratórios comportamentais os fatores que desinibiam o comportamento fascista em pessoas “normais”. Em 1963 o psicólogo Stanley Milgram recrutou voluntários a comparecer na Universidade de Yale para participar de um experimento sobre os “efeitos da punição no aprendizado”. Os voluntários deveriam, supervisionados por Milgram, aplicar níveis de choques para “educar” o suposto participante quando este errasse uma resposta. O choque era falso, o sujeito interrogado e supostamente punido era um ator, mas os participantes recrutados não sabiam disso. Em pouco tempo, incentivados por Milgram e com a certeza da cobertura científica (e da não punição), os voluntários (dois terços deles) já aplicavam choques que comprometeriam a saúde do interlocutor, mesmo alertados para isto. Milgram, sob o impacto do julgamento de Eichmann,

<sup>145</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 2000, p. 94 [Grifo nosso].

<sup>146</sup> Ver, sobre isso, CROCHÍK, José Leon. *Teoria crítica da sociedade e estudos sobre o preconceito*. São Paulo: Revista Psicologia Política, v.1, n°1, p. 67-99, 2001

<sup>147</sup> ADORNO *et al*: 1965, p.17 [grifo nosso].



testava assim sua hipótese de que sob a proteção de alguma autoridade – no caso um laboratório na prestigiosa Yale, um professor respeitado, a ciência – as pessoas têm uma forte tendência a obedecer ordens, sejam quais forem.

Talvez a mais famosa destas pesquisas comportamentais seja o Experimento Prisional de Stanford, de 1971. A história é conhecida, reproduzida em diversos documentários e filmes. O psicólogo Philip Zimbardo convocou através de cartazes voluntários (recompensados com dinheiro, a exemplo da experiência em Yale) para assumir o papel de prisioneiro ou carcereiro (por sorteio) em uma prisão simulada dentro de Stanford. Com o início da experiência, rapidamente os guardas passaram a agir com extrema violência (o que era proibido) e sadismo, humilhando os participantes no papel de prisioneiros – que, com raras exceções, aceitaram o tratamento. O experimento foi interrompido bem antes do prazo previsto devido à agressividade crescente dos falsos guardas.

Outro destes “testes” foi mostrado no recente filme *A Onda*, que adaptou (no contexto da Alemanha contemporânea) para o cinema a experiência relatada pelo professor Ron Jones em *The third wave*, onde descreve sua tentativa de recriar, em uma escola de ensino médio na cidade de Palo Alto (EUA), em 1967, alguns dos fatores que permitiram a adesão ao nazismo na Alemanha. Jones e sua turma criaram um símbolo gráfico (uma onda), padronizaram um comportamento de identificação grupal, como saudação e uniforme, na tentativa de mostrar como seria o tratamento dos membros do grupo com os “de fora”. Pelo descrito no filme do diretor Dennis Gansel, (*A Onda – Die Welle*, Alemanha, 2008) o professor foi bem sucedido<sup>148</sup>. Em pouco tempo os alunos da turma começaram a hostilizar as demais turmas, tratando com extrema reverência (e obediência) o líder (o próprio Jones). Como regra, o experimento saiu do controle até ser cancelado.

Em linhas gerais, tais experimentos pecam pela arrogância científica de pretender recriar em laboratório (sob pretenso controle da “ciência”) condições sociais que se desenvolvem, historicamente, em intricados cenários econômicos, políticos e culturais. Contudo, não é desprezível a massiva adesão ao comportamento autoritário – ativa ou passivamente (aceitando ordens e procedimentos absurdos) – pelos participantes de Yale, Stanford e Palo Alto. Adorno nunca negligenciou a primazia (e rigor) da teoria sobre as pesquisas empíricas sob sua coordenação, dificilmente perderia tempo com tais experimentos, mas os resultados, mesmo na

---

<sup>148</sup> Curiosamente, os experimentos de Stanford e Palo Alto tentaram, em solo norte-americano, reproduzir as condições que permitiram o nazismo na Alemanha. Em caminho inverso, os dois experimentos foram transformados em filmes posteriormente por cineastas alemães (sob o título *Das Experiment*, 2001 e *Die Welle*, 2008, respectivamente).

esfera das curiosidades, seguem na direção apontada por *A personalidade autoritária* e indicados por Horkheimer: a facilidade com que se tolera o comportamento agressivo e atos violentos quando justificados por supostas posições de superioridade ou inferioridade em algum tipo de hierarquia.

A estigmatização dos “perdedores”, das classes pobres, dos diferentes, cumpre, socialmente, função semelhante a mente hierarquizada identificada por Adorno e seus colegas, justificando os processos históricos de dominação econômica e cultural, colocando nos grupos reconhecidos pelo sinal do estigma, na raça, na pele, no sexo, nas condições em que habita e é obrigado a viver a culpa pelo seu destino. Confortáveis sob a desculpa da hierarquia, legitimados pela estrutura de controle e poder construída em torno desta hierarquia, as classes altas historicamente não se furtam da arrogância, mesmo do comportamento agressivo e violento citado por Horkheimer contra os indefesos. A adaptação a esta hierarquia e a naturalização das posições de classe, numa sociedade essencialmente conservadora – que inibe toda tentativa de renovação efetiva – é o que ontem e hoje se espera dos jovens. A aceitação destas condições é, até o momento, a resposta.

### 1.1 A HIERARQUIA DAS “RAÇAS”

Um dos diversos caminhos teóricos possíveis para dar conta dos conceitos aqui utilizados de adaptação e competição é expor sua ligação estreita com as teorias evolucionistas do passado recente. Adaptação e competição são complementares – os bons competidores são os que melhor se adaptam às regras do jogo. Nessa louvação, aliás, consiste um dos fatores da suposta ousadia dos competidores utilizada para compor a roupagem sedutora do vencedor. Os defensores da competição como método e critério de auferir o desempenho, qualquer que seja a área, podem recorrer a lúdicos exemplos esportivos de sucesso, motivação e vitórias. Grandes atletas e suas histórias de superação da pobreza, de fragilidades físicas, doenças, de preconceito. Tudo é pasteurizado em linguagem vazia da auto-ajuda – aproximando essa espécie de nova “estética” contemporânea – o resumo manualizado passo-a-passo da auto-ajuda – do saber “técnico” da *vida administrada* e suas lições de como vencer ou como aprender a liderar.<sup>149</sup> Com a incorporação cultural (trataremos especificamente disso no capítulo 4) dos

---

<sup>149</sup> Todos os principais grupos motivacionais têm como alvos as grandes empresas e seus executivos, entre seus quadros de palestrantes boa parte da lista de medalhistas olímpicos brasileiros. Ver, por exemplo, o grupo Magnum (<http://www.magnumpalestras.com.br/>, acesso em 07/05/09), que, além de

termos, jargões, frases feitas e lemas do mundo corporativo, supervalorizam-se as relações carregadas de hierarquia do mundo corporativo, idealizando como modelo de herói os chamados *CEO's*<sup>150</sup> ou os superexecutivos das grandes corporações e suas falas pautadas pelo lugar comum. De quebra movimentam uma grande soma de dinheiro com eventos, palestras e publicações destinadas a motivar os trabalhadores ou mudar a “cultura organizacional”. Além das grandes figuras do mundo corporativo, os adoradores da competitividade como virtude podem também, sem grandes dificuldades, recorrer aos princípios da eugenia, do evolucionismo social e do social darwinismo da segunda metade do século XIX e começo do século XX.

Em princípio, o determinismo biológico de um mundo estratificado e solidificado pelo direito de nascença ruiu com a burguesia revolucionária ainda no século XVIII. O rancor antirevolucionário de Edmund Burke em sua obra *Reflexões Sobre a Revolução em França*<sup>151</sup> é um retrato do pavor aristocrático com as mudanças radicais postas em movimento, alterando as estruturas sociais construídas historicamente na base da divisão natural entre os homens. Antes quem nascia na corte iria desfrutar, por toda a vida, da condição aristocrática. Quem nascia no campo seria um camponês, bem como seus filhos e netos. Em tese isto mudaria com a nova ordem burguesa.

Muitas décadas após a revolução burguesa na França, Charles Darwin lançou seu *Origens das Espécies*<sup>152</sup>. Então o ideal revolucionário da burguesia já estava devidamente aplacado e a rebeldia burguesa convertida em *mainstream* (lutando, aliás, para conter ondas revolucionárias, como em 1848). Grosso modo, sob o ponto de vista biológico, Darwin reconduziu o debate acerca das particularidades que permitem determinadas espécies sobreviver e adaptar-se melhor às condições ambientais, assim evoluindo enquanto outras fracassam e desaparecem. Herbert Spencer pretendeu unificar o evolucionismo biológico de Darwin às tentativas de converter o conhecimento da sociedade em leis semelhantes às leis naturais – daí sua famosa expressão “darwinismo social” apreendida, por exemplo, em seu livro *Do progresso: a sua lei e a sua causa*. O princípio por trás do termo é a “sobrevivência do mais apto” (frase de Spencer, não de Darwin) aplicado diretamente para o mundo social. A importância desta expressão – e do próprio pensamento spenceriano – pode ser percebida na proliferação das idéias que traduziam, em caráter supostamente científico, a necessidade da preocupação com o desenvolvimento humano aperfeiçoado a partir de sua matriz genética.

---

esportistas e celebridades, tem entre seus palestrantes motivadores o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

<sup>150</sup> *Chief Executive Officer*, ou Diretor Executivo.

<sup>151</sup> BURKE, E. *Reflexões Sobre a Revolução em França*. Brasília. Editora UNB, 1997.

<sup>152</sup> Publicado pela primeira vez em 1859, em Londres.

Neste caso uma ciência próxima ao social darwinismo que lida com o controle da reprodutibilidade humana, a eugenia. Como pano de fundo, a elevação e solidificação das teorias que condenam qualquer defesa da igualdade entre os homens.

Em sua tese de doutorado, Valdeir Del Cont (2007) trata da expansão da eugenia pela comunidade científica nos Estados Unidos e mostra a argumentação da adaptação spenceriana:

A sobrevivência do mais apto, que pode ser tomada como uma idéia circular, ou melhor, tautológica, o que representaria nada mais do que a afirmação de que os sobreviventes são os mais adaptados, e são mais adaptados porque sobreviveram. Na estrutura do pensamento de Spencer, contudo, a sobrevivência do mais apto não parece ser derivada da simples constatação tautológica da própria sobrevivência; a sobrevivência do mais apto é uma idéia que está associada à sua teoria da herança particularizada em unidades fisiológicas, responsáveis por um processo de transmissão e modificação de características para se responder às exigências do meio externo, garantindo a formação de descendência, e, conseqüentemente, a sobrevivência da espécie.<sup>153</sup>

Neste momento – final do século XIX – a burguesia “avançada” já se desvinculou completamente das “utopias” igualitárias do passado recente. Sob o lema progressista do positivismo, a idéia de um futuro melhor passava pela noção – tendo em vista o alerta de Malthus – de que nem todos poderiam chegar lá. Ao contrário, o “todos” (no sentido inclusivo) atrapalharia, servindo como âncora aos mais bem dotados, retardando o desenvolvimento social num cenário previsto de fome global. Para evitar a desgraça da superpopulação e escassez de alimentos, somente os melhores da espécie poderiam conduzir a humanidade ao bem-estar (restrito). Esse é o princípio da eugenia de Francis Galton.

O trabalho pioneiro de aplicação mais sistemática dos pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano coube ao primo de Darwin, Francis Galton (1822-1911), que em 1883, reunindo duas expressões gregas, cunhou o termo “eugenia” – bem nascido –, com o qual pretendia desenvolver uma genuína ciência sobre a hereditariedade humana com o propósito de, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros – como se faz com cavalos, porcos, cães ou qualquer animal –, portadores das melhores características, e estimular a sua reprodução; bem como, encontrar os que representavam características degenerantes e, da mesma forma, evitar que se reproduzissem.<sup>154</sup>

Nascida ou ao menos batizada no ano da morte de Marx, ao invés do materialismo histórico que estudaria as relações de classe e a opressão das classes dominantes criticamente, a nova ciência propunha uma volta à hierarquia das diferenças naturais, nunca abandonada de fato. Desta vez com as bênçãos da “ciência”, legitimada ao senso comum e a intenção claramente intervencionista (engenharia social) de impedir a proliferação dos “degenerados”,

<sup>153</sup> DEL CONT, Valdeir. *Eugenia: a ciência do melhoramento das especificidades genéticas do homem*. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Antropologia da UNICAMP, 2007, p.81.

<sup>154</sup> DEL CONT, 2007, p.91.

dando voz ao pensamento comum da elite, conforme o historiador Mark Mazower (2001), que transcreve trecho de um jornal francês na década de 1920:

“Por que continuar mentindo, existem diferentes níveis entre homens; existe uma hierarquia humana. Negar isso é um absurdo e desconsiderá-lo é uma vergonhosa confusão. [...] Esse é o direito absoluto da civilização humana quando chega o momento de impor-se à barbárie”.<sup>155</sup>

O desenvolvimento da eugenia e do social darwinismo se dava em terreno fértil, pois já existia na Europa “a firme convicção de que os problemas sociais como criminalidade, prostituição, epidemias e a miséria eram resultados da proliferação de indivíduos degenerados biologicamente”<sup>156</sup>. As concepções de evolução da sociedade que valorizam os melhores se casavam bem com o espírito do tempo. Se o europeu deveria proteger sua “raça”, o social darwinismo ajustava-se perfeitamente às políticas imperialistas eurocêntricas. Em *Origens do totalitarismo*, no capítulo *anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*, Hannah Arendt<sup>157</sup> conecta o racismo ao espírito imperialista das grandes nações. Além de proteger-se dos “bárbaros”, era preciso justificar a invasão, a dominação e o extermínio dos povos “não-civilizados” em suas próprias terras, longe dos olhos da puritana população das potências coloniais.

A ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista. O racismo absorveu e reviveu todos os antigos pensamentos racistas, que, no entanto, por si mesmos, dificilmente teriam sido capazes de transformar racismo em ideologia.<sup>158</sup>

Se existe uma hierarquia entre os homens e a ciência assim supostamente o demonstrava, o passo óbvio foi relacionar os problemas sociais aos indivíduos da parte mais baixa desta hierarquia humana. As grandes epidemias, a criminalidade e demais flagelos que castigavam o mundo só poderiam, aos evolucionistas, derivar dos indivíduos deslocados da trajetória correta na linha evolutiva – os miseráveis, negros, imigrantes e qualquer um que apresentasse sinal de comportamento “anormal”, como epiléticos ou alcoólatras. Surge a “antropologia criminal”, como na influente (no Brasil, particularmente) “escola italiana” de Lombroso e Ferri, que relacionava o crime ao indivíduo e seu tipo físico bem como a “raça a qual pertence”.

<sup>155</sup> Apud MAZOWER, Mark. *O continente sombrio*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 82.

<sup>156</sup> DEL CONT, 2007, p.164.

<sup>157</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>158</sup> ARENDT, 2000, p.188.

As diversas correntes do social darwinismo, evolucionismo social e eugenia empreendem esforços para mensurar a inteligência e classificá-las de acordo com os tipos e raças, bem como as diversas técnicas, como a antropometria ou medição do crânio<sup>159</sup>, para determinar o tipo portador de características do criminoso. Particularmente a eugenia se encarregaria de dar cobertura científica as tentativas de classificação e determinação dos tipos humanos degenerados.

Nesse sentido, a eugenia, enquanto ciência destinada ao controle reprodutivo das especificidades hereditárias dos seres humanos, nasceu a partir da reunião de vários elementos dispersos, constituindo um campo de produção de saber em torno do qual gravitavam teorias raciológicas, determinismo biológico, técnicas de investigação antropométricas e craniométricas com o firme propósito de determinar, discriminar e controlar a ocorrência de uma série de fenômenos que envolviam proliferação de doenças, prostituição, criminalidade, pobreza e, o que se tornou o foco principal das medidas eugênicas, o déficit de inteligência.<sup>160</sup>

Proliferam as comparações da sociedade com moléstias, como um organismo doente a ser tratado pela medicina/nova ciência: um conjunto de medidas terapêuticas eugênicas. Como através de procedimentos que impediriam o nascimento de indivíduos portadores de degenerescência hereditária – eugenia preventiva –, ou através do controle reprodutivo dos eugenicamente inaptos – eugenia negativa – ou, ainda, favorecendo a reprodução diferenciada através do estímulo reprodutivo dos eugenicamente aptos e da intervenção na capacidade reprodutiva dos eugenicamente inaptos – eugenia positiva.

A eugenia negativa – obcecada pela idéia da degeneração social – preocupava-se particularmente com a ameaça dos doentes mentais. Desde que Galton exigiu medidas drásticas para “restringir a natalidade dos ineptos”, especialistas em eugenia insistiam para que o Estado agisse no sentido de impedir a reprodução dos racialmente inferiores. Longe de serem marginais, tais teorias eram relativamente populares<sup>161</sup> nos meios científicos e também no

---

<sup>159</sup> Técnica incrivelmente popular nos sites neonazistas pesquisados para a dissertação de mestrado, ver SANEH, Giuliano, 2002.

<sup>160</sup> DEL CONT, 2007, p166.

<sup>161</sup> Na pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado (A formação do pensamento intolerante: um ensaio sobre a desvalorização do outro, 2002) foi constatado que é extremamente comum encontrar nos sites de internet e nos espaços para bate-papo virtual, textos “teóricos” com “pesquisas científicas” que tratam da diferença natural entre os homens. Assim judeus têm na evolução do cérebro a explicação de seu “apetite” por dinheiro. Negros não podem praticar esportes aquáticos e seu “desenvolvimento para esforço físico impede a atividade de pensar”, o que seria comprovado pelo tamanho do crânio (antropometria). Outras teorias ligam diretamente “evolucionismo” à necessidade de certas “raças cometerem crimes como o estupro ou pequenos furtos”. Quando questionados sobre o racismo destes textos, os jovens participantes destes bate-papos (na maioria pertencente ao grupo *White Power – skinheads* abertamente racistas) dizem que não é racismo, é uma constatação “científica comprovada” – o mesmo argumento, aliás, dos revisionistas, que usam cálculos matemáticos e teorias físicas para explicar a “impossibilidade” do Holocausto de aproximadamente 6 milhões de judeus.

cenário político. Mazower <sup>162</sup> lembra que num encontro particular com o primeiro-ministro Asquith (1908-1916), o jovem Winston Churchill explicou que altos índices de natalidade dos “deficientes mentais” e a “restrição da progênie entre os prósperos, vigorosos e superiores” constituíam um “terrível perigo para a raça”. Em 1913 foi aprovada uma lei na Inglaterra que determinava a internação dos “deficientes mentais” em instituições especiais a fim de evitar que tivessem filhos. O “mundo civilizado” apavorava-se com a possibilidade das invasões bárbaras, comprometendo a pureza racial. Estados Unidos e Suécia lideravam as pesquisas e o número de institutos encarregados de desenvolver programas de eugenia, de melhoria da raça como garantia de prosperidade dos respectivos países. A mitificação do passado racial e da pureza do povo encontrava eco no reforço do nacionalismo em determinados países, assim lembrado por Hobsbawm:

Mais ou menos na segunda metade do século XIX, o nacionalismo étnico recebeu reforços enormes; em termos práticos através da crescente e maciça migração geográfica; na teoria, pela transformação da “raça” em conceito central das ciências sociais do século XIX. Por um lado, a velha e estabelecida divisão da humanidade em algumas poucas “raças” que se diferenciavam pela cor da pele passou a ser elaborada agora em conjunto de diferenciações “raciais” que separavam pessoas que tinham aproximadamente a mesma pele clara, como “arianos e semitas” ou, entre os “arianos”, os nórdicos, os alpinos e os mediterrâneos. Por outro lado, o evolucionismo darwinista, suplementado pelo que seria depois conhecido como genética, alimentou o racismo com aquilo que parecia ser um conjunto poderoso de razões “científicas” para afastar ou mesmo, como aconteceu de fato, expulsar e assassinar estranhos. <sup>163</sup>

O fluxo migratório crescente em direção aos países centrais precisava ser enquadrado: o europeu no exterior traduzia a superioridade de um império, um favor civilizatório prestado ao nativo selvagem, o imigrante estrangeiro que chegava, carregava os sinais raciais de inferioridade, o que o obrigava a adaptar-se aos cargos e posições não mais aceitos pelos trabalhadores locais – ou, mesmo aceitos, a pressão da concorrência externa atua como arma patronal para diminuir o poder de reivindicação de melhores condições dos sindicatos, contribuindo para a imagem negativa dos “estranhos”, que acompanha os imigrantes em busca de trabalho, principalmente quando as características físicas (cor principalmente) se distanciam dos padrões da população local.

Na América do Norte a nova potência adotou com vigor os princípios das “ciências” evolucionistas.

Para os nossos propósitos, cabe ressaltar que, ao cruzar o atlântico, no solo estadunidense, as teorias raciológicas produziram um modelo idealizado de ser humano; sustentado pela pressuposição de que haveria possibilidade de

<sup>162</sup> MAZOWER, Mark. *O continente sombrio*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

<sup>163</sup> HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 131.

determinar, através de uma metodologia e instrumentos adequados, quais seriam os elementos caracterizadores de um tipo humano normal e um tipo de humano decadente, degenerado. Através de um arsenal antropométrico, procurou-se muito mais do que identificar criminosos ou delinquentes sociais; o que estava em questão era determinar a possibilidade de se indicar quem era uma ameaça à sociedade bem antes de se cometer um determinado delito, deslocando-se o foco do crime para o criminoso. E assim, o que se apresentava não era mais uma mera medida corretiva, através das famosas casas de correção, ao estilo britânico, mas sim uma medida preventiva, oferecendo elementos para que houvesse uma verdadeira assepsia social.<sup>164</sup>

Em solo americano as teorias eugênicas encontraram recepção em diversos departamentos acadêmicos, particularmente zoologia, biologia, ciências sociais, psicologia e antropologia. Bem aceitas, as idéias de identificação dos tipos humanos degenerados participaram de forma ativa na reforma educacional estadunidense no começo do século XX.<sup>165</sup>

*A recent analysis of 41 high school biology textbooks used through the 1940s revealed that nearly 90% of them had sections on eugenics. Major figures in education were attracted to eugenics and wrote books for teachers and the general public. Eugenics became a topdown model of "education reform" for these educators. A cadre of university experts trained in the latest testing methods and embracing eugenic principles believed they could make schooling a more efficient enterprise. Schools would be the place where students both learned basic eugenic principles and also were tracked into their future roles as dictated by their biological worth.*<sup>166</sup>

Se as medidas eugênicas não eram necessariamente unânimes, elas agregavam muito apoio entre as elites científicas e econômicas norte-americanas. “Harvard, Princeton, Yale, Northwestern, Chicago, entre outras universidades e vários colégios ofereciam cursos de formação eugênica ou tinham a eugenia como matéria de estudo; em 1914, quarenta e quatro importantes instituições acadêmicas ofereciam instruções eugênicas”.<sup>167</sup> A educação eugênica visava divulgar, entre a população estadunidense, a idéia de que as condições ambientais ou sociais decorreriam da manifestação de traços biológicos que os seres humanos transmitiam de geração a geração. Para os propósitos eugênicos, como a causa de todas as mazelas individuais e sociais se encontrava na própria constituição biológica dos indivíduos, somente a

---

<sup>164</sup> DEL CONT, 2007, p.184.

<sup>165</sup> Cf. DEL CONT, 2007, p.188.

<sup>166</sup> Citação de Alan Stoskepf, *apud* DEL CONT, 2007, p.188. Ainda pela pesquisa de Del Cont, “A idéia de que as condições existenciais dos indivíduos decorreriam de características comportamentais herdadas, fato que **justificaria a fortuna do rico e a condição miserável do pobre**, era reforçada pela existência de relatos que davam conta de gerações sucessivas, em uma única família, de criminosos, viciados e débeis mentais. O que sugeria para os adeptos do movimento eugênico a idéia da necessidade de se registrar a linhagem familiar dos indivíduos considerados degenerados. Para tanto, foram organizados e trinados grupos responsáveis pelos registros familiares em várias partes dos Estados Unidos, procurando organizar um banco de dados suficientemente detalhado, pelos critérios eugênicos, para estudos da hereditariedade dos traços comportamentais e para substanciar as medidas de intervenção eugênica. A idéia de desigualdade intrínseca entre os povos estava profundamente enraizada, a procura de suas formas de legitimação, seja científica ou política”, p. 198 [grifo nosso].

<sup>167</sup> DEL CONT, 2007, p. 189.



reprodução eugenicamente orientada é que poderia melhorar a espécie humana. E, assim, as primeiras medidas foram no sentido de impedir que os indivíduos portadores do “germeplasma” defeituoso pudessem se reproduzir. A segregação e a esterilização foram as primeiras práticas defendidas pelos eugenistas como solução para questões que envolviam desde problemas de conformação física, como paralisia e cegueira, passando por distúrbios psicológicos e neurológicos, como manias e epilepsia, chegando até a questões sociais, como a delinqüência e a miséria. Desta maneira, nos Estados Unidos, formou-se um modelo de eugenia orientado por práticas que buscavam identificar, selecionar, separar e intervir sobre a capacidade reprodutiva de certos tipos humanos.

Nos anos trinta do século passado a eugenia tinha atingido o seu grau mais alto de sofisticação. Estava solidamente organizada institucionalmente, contava com vários órgãos de pesquisa trabalhando sob a orientação eugênica, tinha constituído um arsenal de procedimentos e métodos de classificação e identificação dos eugenicamente inaptos e conseguiu estabelecer um aparato jurídico que lhe permitia impor, involuntariamente, o controle reprodutivo com o propósito de criar uma raça humana eugenicamente perfeita. Um propósito que ganhou materialidade com o que foi produzido pelas instituições eugênicas alemãs durante o regime nazista de Adolf Hitler.

Nos Estados Unidos, a eugenia ultrapassou o sentido de controle social das uniões matrimoniais, para o controle efetivo da capacidade reprodutiva humana. Munidos com a contribuição da genética mendeliana, principalmente com a admissão da existência de caracteres dominantes e recessivos, os eugenistas estavam convencidos de que bastaria somente, ao investigador, determinar quais caracteres nocivos poderiam ser dominantes, e, com isso, estabelecer procedimentos visando impedir a sua proliferação.<sup>168</sup>

Charles B. Davenport, líder da eugenia norte-americana, tinha entre seus principais parceiros Alexandre Graham Bell e outras figuras proeminentes da comunidade científica e empresarial. Davenport foi o responsável pelo *Eugenics Record Office* – ERO, criado em 1910. Além do apoio acadêmico, o ERO conseguiu o financiamento empresarial necessário para equipar seus laboratórios e aprofundar suas pesquisas (o magnata das ferrovias Edward Henry Harriman foi um entusiasta apoiador das pesquisas do ERO).

Para o ERO, pobreza e epilepsia estavam naturalmente associadas, e eram sinônimas de debilidade mental. Os sentidos treinados dos pesquisadores de campo do ERO catalogaram com debilidade mental além dos severamente retardados, também qualquer um que se apresentasse como tímido,

---

<sup>168</sup> Ibidem, p.224.

introvertido, calado, gago, mudo e até os que apresentassem um inglês defeituoso.<sup>169</sup>

O crescimento da pesquisa eugênica nos Estados Unidos nas décadas de 1910 e 1920 acabou por motivar um novo avanço das atividades na Europa. Em 1927 foi criado o Instituto Kaiser Wilhelm de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia que juntamente com o Instituto Kaiser Wilhelm para a Psiquiatria e o Instituto Kaiser Wilhelm para a Pesquisa do Cérebro, formavam o tripé das pesquisas eugênicas na Alemanha. Eugen Fisher, o primeiro diretor do Instituto Kaiser Wilhelm de Antropologia, Hereditariedade e Eugenia foi o íntimo colaborador dos eugenistas estadunidenses. Em outra instituição Kaiser Wilhelm, o instituto de psiquiatria, encontrava-se um dos mais respeitados eugenistas e teóricos da raça na Alemanha, o Dr. Ernest Rüdin, que se tornou o seu diretor e mais tarde se tornaria um dos coordenadores da higiene racial de Adolf Hitler (conforme Del Cont, 2007).

Na década de 1940 a situação mudou. As imagens dos campos de concentração nazistas divulgadas após a Segunda Guerra arrefeceram o apoio público de que gozavam os projetos eugênicos nos Estados Unidos. As práticas de eutanásia dos “degenerados” e extermínio dos “problemáticos” como política de Estado na Alemanha sob Hitler, embora muitas vezes com paralelos em práticas em países símbolos da democracia ocidental, tornaram-se má publicidade, e acabaram atreladas definitivamente ao regime nazista. Contudo, evidentemente os sentimentos cultivados de hierarquia social, diferenças intransponíveis entre grupos superiores e inferiores não evaporaram com o suicídio de Hitler, mesmo porque nada tinham de restritos à ascensão do nazismo. Ao contrário, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães justamente conseguiu concentrar as diversas teorias de supremacia racial dispersas em mitologias de raça e o novo nacionalismo burguês presentes na criação dos principais Estados Nação.

O que foi derrotado com o fim do nazismo e a revelação do holocausto judeu foi uma forma específica de legitimação do racismo posta em prática – e mesmo essa, como atestam os diversos movimentos neonazistas, foi mais uma derrota no plano militar do que no campo das idéias. Logo após a invasão da Polônia pelos nazistas em 1939 e a óbvia constatação das semelhanças entre as pesquisas eugênicas norte-americanas e a política de Hitler, os recursos a pesquisas de eugenia nos Estados Unidos foram cortados e os centros eugênicos como o ERO foram fechados ou reformulados. Entretanto, a diferença fundamental entre seres humanos continuou a exercer forte influência, tanto no racismo individual quanto em políticas

---

<sup>169</sup> Ibidem, p. 243.

segregacionistas<sup>170</sup>. O holocausto deixou a falsa impressão de que a idéia de um mundo racialmente construído era uma exclusividade nazista quando, na verdade, estabelecer uma diferença natural (biológica) entre os homens e uma hierarquia social rígida, construída à base de uma hierarquia racial, era amplamente aceita no pensamento político, contando com muita simpatia entre as elites das diversas épocas.

A tese de doutoramento de Valdeir Del Cont foi apresentada em setembro de 2007. No final de sua argumentação Del Cont mostra como os centros eugênicos foram transformados nos modernos laboratórios de engenharia genética – inclusive com a permanência de vários dos chefes dos centros eugenistas. Simbolizando essa “transição”, Del Cont lembra que *Cold Spring Harbor*, sede da pesquisa eugênica nos Estados Unidos no início do século passado, era (em 2007) um dos principais centros de pesquisa genética do mundo. O presidente do centro chamava-se James Watson, Nobel de Medicina em 1962, um dos fundadores da pesquisa genética e talvez o nome mais respeitado nessa área. Um mês após a defesa da tese de Del Cont, James Watson chocou a opinião pública ao afirmar, em entrevista ao jornal *Sunday Times*, que os negros são menos inteligentes do que os brancos.<sup>171</sup>

A síntese dos movimentos eugênicos e do social darwinismo e evolucionismo social é a busca da comprovação científica de que existe uma hierarquia entre os seres humanos que determina desde a inteligência à higiene pessoal ou propensão à violência. Não por coincidência as pesquisas “científicas” das diversas correntes destes movimentos confirmam a superioridade do branco nórdico e a inferioridade dos tipos mestiços e dos negros. Financiadas por grandes grupos privados ou mesmo pelos Estados, essas pesquisas apenas reforçavam com viés acadêmico todos os preconceitos já existentes, legitimando as estruturas de dominação. Internamente, nos países capitalistas centrais, as idéias forneciam munição aos programas de higiene social e controle de imigração. Nos países periféricos as pesquisas eugênicas e teorias como as de Spencer, Galton ou Lombroso forneciam a roupagem técnica aos projetos de dominação das elites locais, geralmente ligadas aos grupos étnicos de origem européia, que

---

<sup>170</sup> Basta lembrar as imagens do exército norte-americano garantindo a entrada dos primeiros estudantes negros nas universidades dos estados do Sul, isto já na década de 1960, mais de quinze anos após a morte de Hitler – um direito só obtido com o fim das chamadas leis “Jim Crow”, segregacionistas, que vigoram de 1876 a 1965 nos estados do Sul dos Estados Unidos.

<sup>171</sup> Também no final de 2007 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a PUC-RS anunciaram um estudo, sob a coordenação do professor Jaderson da Costa, neurocientista da PUC-RS, que pretendia “mapear o cérebro” de 50 “menores infratores” das unidades da Fase (Fundação de Atendimento Sócio-educativo, antiga Febem). A intenção era determinar os fatores “genéticos, neurológicos, psicológicos e sociais” na propensão a violência, comparando o mapeamento dos jovens infratores com jovens não-infratores. A pesquisa iria começar em março de 2008, porém, com os protestos de diversas personalidades da academia, chamando de eugênicos os propósitos do estudo, o trabalho foi suspenso.

viam na mescla do positivismo com o evolucionismo a chave legitimadora para políticas segregacionistas.

No Brasil, país miscigenado, tais teorias davam margem ao sonho eugenista de branqueamento da raça com a vinda de imigrantes europeus e alimentavam o preconceito contra a população negra e mestiça – símbolos desde sempre do nosso atraso. Confirma-se no imaginário a noção de “classes perigosas”, compostas pelos típicos moradores das zonas pobres das grandes cidades. Com ou sem o complemento racista, a idéia de que pobreza é inimiga da higiene e com sua sujeira contamina toda a sociedade, conseguiu forte apelo e, a julgar pelas opiniões contemporâneas, um apelo permanente.

## 2 A IDEOLOGIA DA HIGIENE

**Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia.**

**Gobineau**

Na epígrafe acima, Lilia Moritz Schwarcz<sup>172</sup> lembra uma frase do diplomata francês, o conde Arthur de Gobineau, ao passar quinze meses no Rio de Janeiro.<sup>173</sup> Como deixam evidente Alfredo Bosi e, em outra medida, Roberto Schwarz, o liberalismo brasileiro mesclou elementos das revolucionárias burguesias européias ao mando político coronelista e reacionário – idéias, a princípio, incompatíveis. As “idéias fora do lugar” de Schwarcz ou o liberalismo conscientemente usurpado pela elite escravocrata brasileira (Bosi, 2008 e Emília Viotti da Costa, 1998), sem nenhuma surpresa, acolheu as idéias de evolucionismo social e eugênicas (Thomas Skidmore, 1989<sup>174</sup>). Primeiro, como justificativa à negação do acesso de negros e mulatos ao mercado de trabalho. Depois para a manutenção dos libertos sobre estreita vigilância, acusados, por terem pele negra, de herdar perigos genéticos como a violência, o banditismo, a preguiça e a

<sup>172</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 13.

<sup>173</sup> Gobineau foi um dos principais teóricos do racismo no século XIX. Nascido no vilarejo de Ville d’Avray no ano de 1816, mudou-se para Paris, onde ocupou a chefia do gabinete de Tocqueville, então ministro das relações exteriores, iniciando sua carreira diplomática. O conde, título acrescentado ao seu nome, foi a maneira de Gobineau simular um passado aristocrático, ilusão importante para um defensor da hierarquia como diferenciação dos tipos humanos, teoria expressa em sua obra principal *Essai sur l’Inégalité des Races Humaines*.

<sup>174</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

malandragem. Não deixa dúvida o depoimento de outro célebre teórico das diferenças raciais, Agassiz:

Que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental.<sup>175</sup>

A década de 1870 é entendida como um “marco para a história das idéias no Brasil”, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental<sup>176</sup>. Já próximo da libertação definitiva dos escravos, a grande preocupação nacional não foi aproveitar a nova massa na atividade produtiva remunerada, incluindo-os. Ao contrário, aproveitou-se para incentivar vinda do branco europeu, seguindo as receitas teóricas de um branqueamento da nossa população como salvação das nossas debilidades<sup>177</sup>. De quebra, a substituição do trabalhador negro pelo europeu mantinha os escravos libertos deslocados da atividade produtiva, na marginalidade. A isso se ajustava nossa nascente comunidade acadêmica.

Tendo à frente um imperador apegado às vogas científicas, sobretudo européias, e elites coesas ao menos quando se tratava de garantir um certo *status quo*, a imagem externa do país tenderá a rapidamente mudar. (...) É no interior dessa lógica que se pode entender como, ainda nos tempos da monarquia, o Império do Brasil se fez representar nas então famosas “exposições universais”. Nesses eventos, o Brasil, que já era conhecido como um lugar privilegiado para a visita dos viajantes naturalistas, passa a pedagogicamente apresentar-se como país “novo”. Não mais a “mata e a selvageria” deveriam ser a carta de apresentação da nação, mas uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica.<sup>178</sup>

Os museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, as faculdades de direito e de medicina criados a partir da chegada da família real ao Brasil em 1808 são os “fortes de batalha” no processo civilizatório pelo saber das elites locais. Ao longo do século XIX tais centros se fortalecem em torno de personalidades que tentaram moldar o nascente pensamento científico brasileiro às teorias do velho mundo, como o darwinismo e o positivismo de Comte. Destaca-se a Escola de Direito de Recife, onde exerceram forte influência intelectuais como Tobias Barreto e Silvio Romero.

<sup>175</sup> Louis Agassiz (1807-1873), zoólogo e geólogo suíço, *apud* SCHWARCZ, 2008, p.13.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p.14.

<sup>177</sup> De acordo com as Leis de imigração do Estado de SP, a entrada de imigrantes era limitada a alguns países: da Europa seriam aceitos italianos, suecos, alemães, holandeses, noruegueses, dinamarqueses, ingleses, austríacos e espanhóis (das ilhas Canárias, da província de Navarra e Vascongadas). Da América, somente canadenses da província de Quebec e os naturais da ilha de Porto Rico. Da África os canarinos. (ano 1895-6) – *apud* SCHWARCZ, *op cit.*, p.185.

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 31-32.

O decênio que vai de 1868 a 78 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram nossa vida espiritual... De repente a imutabilidade das coisas se mostrou... *Um bando de idéias novas* esvoaçou sobre nós de todos os pontos no horizonte... Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, novos processos de crítica e história literária, transformação da instrução do Direito e da política, tudo se agitou e o brado de alarma partiu da Escola de Recife.<sup>179</sup>

Romero, um dos principais críticos literários do país, foi notável entusiasta das teorias evolucionistas como o caminho escolhido na construção da identidade do homem de "*sciencia*" que faltava a nação.<sup>180</sup>

Na questão do escravo, Sílvio Romero, embora abolicionista, julgara precipitada a ação do Estado que promulgou a Lei Áurea. Adotando o lema darwiniano de que a "natureza não faz saltos", o crítico sergipano preferiria que se tivessem deixado em liberdade as forças em conflito do qual adviriam *naturalmente* as soluções corretas para salvar o "organismo nacional".<sup>181</sup>

Segundo Schwarcz, em Romero, como também Euclides da Cunha em *Os sertões*, o racismo dilui-se na defesa de certo tipo de miscigenação que, contudo, não esconde a torcida pelo branqueamento, no caso de Romero, aproximando o miscigenado do ideal europeu. Euclides valoriza o mestiço interiorano. Diferente do mestiço do litoral, invariavelmente com sangue negro na mistura, no interior a mestiçagem envolvia primordialmente o europeu com o índio, daí sua virtude em comparação aos mulatos<sup>182</sup>. Sílvio Romero influencia diretamente a obra, entre outros, de Oliveira Vianna e deu forma a um tipo particular de positivismo desenvolvido no Brasil.

Apesar do "elogio à mestiçagem", não se deve incorrer no engano de procurar em Sílvio Romero um defensor da igualdade entre os homens. Ao contrário, esse pensador foi um fiel seguidor do determinismo racial. "Não tenhamos preconceito, reconheçamos as diferenças", dizia o intelectual em 1887, como que anunciando um momento em que o poligenismo constituía uma verdade tão absoluta quanto a famosa igualdade declarada pela Ilustração.<sup>183</sup>

O racismo foi explicitado nesta geração de pensadores "fundadores" de uma sociologia brasileira através do médico Raimundo Nina Rodrigues, conforme Leite (2007):

Do ponto de vista estritamente jurídico, Nina Rodrigues enfrentava um problema filosófico muito sério para as ciências humanas: desde o momento em que estas aceitam o determinismo do comportamento, como podemos condenar a pessoa como se ela dispusesse de livre-arbítrio? Para a ciência da época, em que se pensava num determinismo biológico e não, como hoje, em determinismo psicológico e social, o problema era muito mais agudo. Na

<sup>179</sup> Sílvio Romero *apud* SCHWARCZ, 2008, p. 148.

<sup>180</sup> Ver SCHWARCS, 2008, p. 153.

<sup>181</sup> BOSI, 2008, p. 278 [grifo do autor].

<sup>182</sup> Sobre isso, ver também importante obra de Dante Moreira Leite sobre a formação da identidade nacional, em LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2007, p.283.

<sup>183</sup> SCHWARCZ, *op cit.*, p. 154.

verdade, Nina Rodrigues apenas aflora o problema. [...] Mas, além de indolente e improvidente, o mestiço é impulsivo e, portanto, não tem liberdade de querer. Logo adiante Nina Rodrigues cita uma opinião de José Veríssimo, a respeito dos mestiços de brancos e índios no Pará, em que o crítico sugere que a solução para as raças mestiças é “esmagá-las sob a pressão de uma enorme imigração, de uma raça vigorosa que nessa luta pela existência de que fala Darwin as aniquile, assimilando-as”.<sup>184</sup>

Bosi aponta para a diferença entre duas correntes do positivismo adotados no Norte e ao Sul:

Por algum tempo unidos na luta antimonárquica, os dois grupos não eram farinha do mesmo saco. Até mesmo o positivismo de alguns porta-vozes da oligarquia cafeeira foi-se revelando heterodoxo, se não atípico, colorindo-se de matizes evolucionistas. Cruz Costa e Raymundo Faoro entrevistaram com perspicácia a vigência de um “spencerismo paulista”. Pesquisas recentes confirmam a justeza da expressão mostrando a presença forte de Darwin, Haeckel e Spencer no discurso dos médicos republicanos, como Miranda Azevedo e Pereira Barreto, que atuaram na política do estado paulista jurando pela cartilha da livre concorrência de que resultaria a seleção natural dos mais aptos.<sup>185</sup>

Romero, positivista “spenceriano”, ataca os comtistas, positivista gaúchos, em sua obra *Doutrina contra doutrina* (1891), tão “indesejáveis quanto jacobinos e socialistas”, enquanto louva a industriosa “democracia paulista em nome dos princípios do evolucionismo” (*apud* Bosi: 2008, p. 278). Os positivistas gaúchos, como Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Julio de Castilhos, juntamente com seus aliados do núcleo positivista do Rio de Janeiro obedeciam a ortodoxia de Comte ao condenar a escravidão, defender a abolição imediata sem indenização aos senhores de escravos. Em *Dialética da colonização* Bosi mostra a importância que o positivismo em sua vertente gaúcha adquiriu na política nacional com Borges de Medeiros e seu pupilo Getúlio Vargas. Contudo, no universo da comunidade científica, o social darwinismo de Spencer parecia preencher as lacunas dos questionamentos a cerca de nossos problemas como povo e país.

Nesse sentido os nomes de Recife, como Romero e Nina Rodrigues, consolidavam nacionalmente o positivismo evolucionista como ferramenta metodológica para averiguar a origem das doenças do nosso povo. Não por acaso os nomes que dominavam as primeiras revistas da Escola de Recife eram os italianos Cesare Lombroso e Enrico Ferri,<sup>186</sup> destacados representantes da “escola italiana” de antropologia criminal, que entendia o crime a partir da análise do “indivíduo, de seu *typo phisico* e a da raça a que pertence”.<sup>187</sup> Não é difícil concluir

<sup>184</sup> LEITE, *op cit.*, p.285-286.

<sup>185</sup> BOSI, 2008, p. 278.

<sup>186</sup> Ferri foi professor direito penal na Universidade de Roma, Lombroso ensinou antropologia criminal na Universidade de Turim.

<sup>187</sup> Revista Academia Faculdade de Direito de Recife (RAFDR), 1891:31 *apud* SCHWARCZ, 2008, p. 156.

quais os tipos físicos e raças dos pretensos criminosos. Se para uns a miscigenação representava a sujeira, a doença, a feiúra e o crime, para outros o negro e o índio, mesmo “puros”, representavam a mesma decadência, quase todo o povo brasileiro era, nessa lógica, um “povo enfermo”. A educação é uma esperança para reparar os problemas decorrentes de nossa fraqueza racial.

Não é porque somos um ensaio de nação que marchamos à retaguarda de outros povos, é porque somos ignorantes, mal educados, mal nutridos e porque temos o sangue depauperado, o coração, os fígados, os intestinos, os nervos infeccionados. Mais do que a raça, mais do que a tradição, mais do que o costume a educação é a lei que modifica a raça que faz recuar a tradição.<sup>188</sup>

Na última década do século XIX o social darwinismo e evolucionismo social eram as referências nas teorias raciais aqui no Brasil. Lilia Moritz Schwarcz trata das diferenças de perspectivas entre as duas linhas:

Segundo os evolucionistas sociais, os homens seriam “desiguais” entre si, ou melhor, hierarquicamente desiguais, em seu desenvolvimento global. Já para os darwinistas sociais, a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcada pela “diferença”, e em raças cujo potencial seria ontologicamente diverso. [...] De um lado, congregados em torno das sociedades de etnologia, estariam os etnólogos sociais (também chamados de evolucionistas sociais ou antropólogos culturais), adeptos do monogenismo e da visão unitária da humanidade. De outro, filiados a centros de antropologia, pesquisadores darwinistas sociais, fiéis ao modelo poligenista e à noção de que os homens estariam divididos em espécies essencialmente diversas.<sup>189</sup>

Além de Recife, outra escola importante, a Academia de Direito de São Paulo passou a ocupar o velho convento do Largo São Francisco na primeira metade do século XIX. Com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894, a região se estabelece como pólo da atividade científica brasileira. As Escolas de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, juntamente com as escolas de Direito de São Paulo e Recife, os museus e os Institutos de História e Geografia foram estabelecendo, não sem diferenças e conflitos, um padrão científico nacional – e este padrão seguia com entusiasmo os princípios do evolucionismo darwinista.

Com as escolas de medicina e a popularização das teorias “criminais”, a eugenia começou a ditar o discurso científico nacional, e a higiene era seu campo de batalha. As revistas que publicavam os nomes importantes do direito e medicina falavam pela ciência e pela modernidade em nossas terras. Com a reverência de desbravadores civilizados diante da população de bárbaros os artigos científicos eram aceitos pela imprensa local, também insipiente. É caso, por exemplo, do jornal *Província de S. Paulo*, futuro Estado de S. Paulo,

<sup>188</sup> RAFDR, 1919:60 – *apud* SCHWARCZ, 2008, p. 169.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 62.



criado em 1875 pelas elites econômicas paulistas e que logo em sua apresentação identifica-se como um “periódico ‘moderno, fruto de uma cidade progressista, *científica* e laboriosa’. Em suas páginas se dará publicidade a todo um ideário evolutivo-positivista, sendo sua prática a divulgação cotidiana de mestres europeus, entre eles Darwin, Spencer e Comte, como se livremente se associassem conceitos como ciência e modernidade.<sup>190</sup>

Profundamente interessados pelas vogas literárias do período, esses intelectuais tenderam a adotar os modelos evolucionistas, em especial social-darwinistas, já bastante desacreditados no contexto europeu, que tinha como objeto central o estudo das raças e a verificação de sua contribuição singular. [...] “Novos-ricos da cultura”, na feliz expressão de Antônio Cândido, esses grupos, crescentemente ligados atividades urbanas, passarão a fazer do ecletismo e da leitura e interpretação de textos e manuais positivistas, darwinistas sociais e evolucionistas sua atividade intelectual por excelência.<sup>191</sup>

A Gazeta Médica da Bahia tinha como nome de maior influência Nina Rodrigues, adepto das teorias de Lombroso na identificação racial do criminoso. Condizente com as teses defendidas por Rodrigues, em editorial a Gazeta defende:

O código penal está errado, vê o crime e não o criminoso. De ordem secundária é por sem dúvida a natureza do delicto. Antes de tudo a identificação mental dos criminosos, pela inspeção medica-physica e physica e sua qualificação à espécie que pertence é que interessa. A sciencia fechara os cárceres abrindo a correção physiológica sob a tutela de médicos que cuidarão da cura physica e mental dos transviados da sociedade.<sup>192</sup>

Silvio Romero e Nina Rodrigues, cada qual ao seu modo, em perfeito acordo com a moderna ciência adotada na época, defendiam um estado diferente da evolução baseado na distinção das raças. Uma hierarquia que respondia também pelas moléstias morais e sanitárias que infeccionavam o país, causadas, é claro, pela parte “baixa” desta visão extremada da hierarquia social. Com a proliferação das publicações médicas, já no século XX, a eugenia torna-se importante neste processo de definição da identidade científica nacional. O direito e a medicina apontam para o negro e o mestiço como alvos e impedimentos claros do sucesso futuro da nação. Com as grandes epidemias de varíola e febre-amarela, ao longo dos séculos XIX e XX, toda pressão recaiu sobre as áreas pobres dos crescentes centros urbanos. Com justeza, ao social darwinismo de Nina Rodrigues e seu determinismo racial, se opôs, na década de 1930, *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre (2002): “Do mesmo modo, parece-nos absurdo julgar a moral do negro no Brasil pela sua influência deletéria como escravo. Foi o erro grave que cometeu Nina Rodrigues ao estudar a influência do africano no Brasil: o de não ter

<sup>190</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>192</sup> Gazeta Médica da Bahia, 218-9 – *apud* SCHWARCZ, 2008, p.212.

reconhecido no negro a condição absorvente de escravo”.<sup>193</sup> As teorias racista simplesmente deixavam de lado o fato do negro ser escravo, explicando sua condição, comportamento e problemas pelo fato de ser negro e não pelas condições de trabalho e cativo da escravidão. Para exemplificar, tratando da má fama do escravo como transmissor de doenças venéreas, Freyre diz sobre a sífilis que assustava o país, o negro sempre citado como foco da doença:

Joaquim Nabuco salientou “a ação de doenças africanas sobre a constituição física de nosso povo”. [...] Mas é preciso notar que o negro se sifilizou no Brasil. Um ou outro viria já contaminado. A contaminação em massa verificou-se nas senzalas coloniais. A “raça inferior”, a que se atribui tudo que é *handicap* no brasileiro, adquiriu da “superior” o grande mal venéreo que desde os primeiros tempos de colonização nos degrada e diminui. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas.<sup>194</sup>

As idéias do evolucionismo social, social darwinismo, já incorporadas às correntes eugênicas convergiam claramente para apontar a existência de uma “classe perigosa”, os sujeitos moradores pobres dos cortiços.

A expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 sobre criminalidade e “infância culpada” – o termo do século XIX para os nossos “meninos de rua” – utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Para Mary Carpenter, as classes perigosas eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho.<sup>195</sup>

Com o tempo, de grupos “marginais”, com pequenos delitos ou que simplesmente não trabalhavam, a expressão “classes perigosas” passou a relacionar os moradores de bairros pobres, mesmo os bairros de operários que viviam em condições críticas nas zonas de acelerada expansão industrial na Europa<sup>196</sup>.

As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob título de – classes perigosas –; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.<sup>197</sup>

<sup>193</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 421.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 423.

<sup>195</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Cia das Letras, 2004, p. 20.

<sup>196</sup> Ver, por exemplo, a descrição da cidade inglesa Manchester em meados do século XIX, feita por Friedrich Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>197</sup> M. A. Frégier, alto funcionário da polícia de Paris, autor de *As classes perigosas da população nas grandes cidade*, publicado em 1840, *apud* CHALHOUB, 2004, p. 21.

No Brasil, com as várias epidemias de doenças que assolava as grandes cidades e uma ciência eugênica em ascensão, as classes perigosas desenhavam na geografia dos grandes centros urbanos os lugares exatos a serem culpados pela proliferação das pestes – que, na falta do conhecimento seguro, só poderiam ter origem na imundice, tanto sanitária quanto moral, dos habitantes destes “antros de promiscuidade” em todos os sentidos. A ação do poder público e das políticas de higiene só fariam sentido, à opinião pública da época, se demonstrassem capacidade civilizatória do Estado para “limpar” os focos de barbárie.

Em primeiro lugar, está presente a idéia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria a solução dos problemas de higiene pública.<sup>198</sup>

Se as “classes têm cor” no Brasil<sup>199</sup>, a necessidade de desinfecção tem como alvo uma classe precisa. Pelo menos na forma de uma ideologia da higiene:

Ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. Em suma, torna-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” – isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existente.<sup>200</sup>

Em resumo, as teorias de superioridade aplicadas ao mundo da “ciência” tinham como meta provar, tecnicamente, a tendência de determinadas raças a cometer crimes. Como lembra Schwarcz, o crime em si ficava em segundo plano, importando mais a definição metodológica do criminoso – cometendo ou não algum crime. Para tanto, o recurso “científico” utilizado foi identificar os locais propensos ao crime, onde mais ocorriam assassinatos, ou seja, os locais mais pobres. Seleciona-se destes locais o típico morador – o pobre, negro, mestiço, imigrante – extrai-se suas características físicas (as medições do crânio com a antropometria, por exemplo), e deduz-se que tais características comportam a figura do criminoso (mesmo sem cometer crimes). Uma espécie de retrato falado a *priori* do tipo criminoso. Lógica e cientificamente, a figura do criminoso corresponde à imagem do pobre.

---

<sup>198</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>199</sup> A distinção entre uma avaliação classista da desigualdade e racial não pode desconsiderar que nos dados sobre pobreza, desemprego ou baixos salários, o percentual de negros é sempre expressivo. Se uma análise racial muitas vezes se atém a esse dado, uma análise classista não precisa ignorar essa realidade: os pobres tem pouca ou nenhuma chance de ascensão. Entre estes, os negros menos ainda.

<sup>200</sup> Ibidem

A ligação, mesmo forçada, com o conceito de ciência ainda em nossos dias garante certo prestígio aos princípios da antropometria e certa legitimidade em grupos racistas. Fora dos grupos neonazistas, a idéia de que o criminoso é portador de características físicas reconhecidas na cor da pele, no comprimento do cabelo, nas tatuagens, no modo de falar, ainda é parte da cultura e do tratamento penal. Mesmo com a presunção de inocência dos modernos códigos de lei, anulando a presunção de culpa das teorias eugênicas, um “suspeito” que traga os sinais externos do estigma da bandidagem vai parar na cadeia – e, mesmo provada a inocência, terá muita dificuldade de sair de lá. Já o branco, das classes altas, na mesma condição de suspeito, contará sempre com o benefício da dúvida e muito provavelmente – mesmo culpado – aguardará todo o procedimento jurídico em liberdade e assim continuará depois do veredicto. A soma ideal entre preconceito racial e disputa de classe. No passado, como liva os teóricos da superioridade encontravam uma elite interessada em continuar colocando os inferiores no “seu lugar”. Embaixo.

Não se trata de traçar uma linha reta que liga o senhor de engenho escravocrata ao capitalista moderno passando pelo eugenista do começo do século passado. Mas de ressaltar uma estrutura de classe nascida na lógica da construção das barreiras que impediam antes e impedem agora a diminuição das distâncias entre o topo e a base. Que tem na desigualdade sua fonte de poder e garantia de mais-valia. O conhecimento institucionalizado nunca foi barreira, ao contrário, se aliou com freqüência a retórica elitista, mais preocupado em identificar e preencher as necessidades legitimadoras do discurso elitista com suas pesquisas acadêmicas do que contrapor as práticas de segregação. Não bastava o pobre ficar confinado aos bairros e edifícios específicos, a marca da pobreza e os perigos dos que a carregam precisavam, cientificamente, seguir o pobre onde ele estivesse.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública. **Os pobres ofereciam também perigo de contágio.** Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores.<sup>201</sup>

---

<sup>201</sup> Ibidem, p. 29 [grifo nosso].

Para confinar as classes perigosas em seus guetos, é preciso uma elite disposta a “higienizar”, ou seja, reproduzir as condições de dominação e submissão que têm sido construídas pelo liberalismo para justificar a continuidade da desigualdade. As “classes perigosas” contemplam todos os “fracassados” na competição pelo sucesso – os indivíduos que não se prepararam adequadamente, não mostraram ambição ou competência, preferindo a “vida fácil” da vadiagem, malandragem e crimes – todos esses males, a julgar a retórica violenta empregada pela elite, são “contagiosos”, portanto os portadores da moléstia, marcados, devem permanecer longe do contato. Se de um lado está a “doença” e o “crime”, do outro lado estão os “bem sucedidos”, os que se prepararam, competiram e, com mérito, venceram. A limpeza, eficiência e honestidade materializadas na imagem do branco das classes altas.

Se um determinado segmento da juventude se vê forçado – no sentido hegemônico – a adaptar-se às regras do jogo capitalista, outro grupo de jovens não vê nessa adaptação nenhum desconforto. Ao contrário, a ideologia da competição fornece a justificativa técnica para a aceitação de preconceitos já assimilados à retórica do mérito que justificaria plenamente a desigualdade social, culpando os sujos favelados pela sua condição inferior. Favorecidos pelas estruturas de proteção das classes altas (proteções ideologicamente ocultadas), essa juventude adaptada por opção e, principalmente, com entusiasmo, ao colocar-se como núcleo civilizatório em meio ao caos da sujeira, tem papel fundamental na permanência da barbárie.

### 3 CAFÉ SOCIETY

O reverso da moeda que apresenta como uma das faces as “classes perigosas” pode ser descrito como café society. Seus freqüentadores vivem no mesmo plano, em patamares distintos que, no entanto, se relacionam em uma rotina de mútua dependência que aumenta em grau na mesma medida em que seu processo imbricado de relacionamentos é ocultado na falsa lógica de que um vive independentemente do outro e, em conseqüência, um existe **apesar** do outro, quando um só existe porque existe o outro – e isso faz toda a diferença.

*No café society, os principais habitantes do mundo da celebridade – a elite institucional, a sociedade metropolitana e os profissionais da diversão – misturam-se publicamente, buscando uns nos outros apoio às suas pretensões de prestígio. É sobre o café society que os holofotes da publicidade freqüentemente coincidem todos, divulgando as atrações que ali se encontram a um público maior. Pois no café society a fascinação nacional tornou-se um fato da rotina comercial. [...] O café society baseia-se acima de tudo na publicidade.*

Seus membros freqüentemente parecem viver para a menção exibicionista de seus atos e relações pelos cronistas sociais e pelos colunistas de mexericos.<sup>202</sup>

O *café society* é cosmopolita, habita as grandes cidades. Mas muito da identidade da elite que o frequenta pode ser vista ainda na descrição que Mills faz das classes altas provincianas nos Estados Unidos em meados do século passado: “Seus filhos e filhas freqüentam a escola superior, quase sempre depois de terem cursado escolas secundárias particulares. Casam-se entre si, ou com rapazes e moças de famílias semelhantes em cidades semelhantes. Depois de bem casados, passam a possuir, ocupar, decidir”.<sup>203</sup> Continua Mills em sua dissecação da classe dominante norte-americana:

Em toda cidade média ou pequena da América um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa da população de funcionários de escritórios e operários assalariados. Os membros desse grupo possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com freqüência no jornal local, e, na realidade, o jornal local é deles, como deles é a estação de rádio. Também são donos das três fábricas locais mais importantes, e da maioria das casas comerciais ao longo da rua principal; dirigem, ainda, os bancos. Associando-se uns aos outros intimamente, têm consciência do fato de pertencerem à classe liderante das famílias liderantes.<sup>204</sup>

O provincianismo elitista já ultrapassou os limites das cidades “médias” americanas. As cidades, médias ou grandes, de países culturalmente na esfera da influência dos Estados Unidos apresentam um cenário atual bastante próximo do descrito por Mills. Basta uma rápida observação nos títulos das infalíveis colunas sociais em suas diferentes formas que infestam jornais e televisões regionais para anotar a repetição dos nomes “Vips”, “Destaque”, “Gente bonita”, “Bom vivant”, “Gourmet”, etc., um mundo das classes média alta necessitadas de publicidades (paga) para sinalizar a todos os interessados sua mais recente viagem a Disney ou o último e imperdível banquete de casamento entre reconhecidos freqüentadores deste *café society* de segunda linha.

### 3.1 OS MISERÁVEIS OPRIMINDO AS CLASSES ALTAS

Faz parte de um manual ideologicamente construído promover a esquizofrenia das classes dominantes em torno de supostas perseguições sofridas. Funciona como reforço e definição de identidade de classe (o “nós contra o resto”) e traduz um medo, justificado até certo

---

<sup>202</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p.87.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p.41.

<sup>204</sup> *Ibidem*.

ponto historicamente, de uma superação das condições de privilégio por movimentos revolucionários. Na prática, justifica também a adoção de políticas repressivas, além de medidas de afastamento progressivo do contato direto com a ralé – privatização de espaços públicos, grandes condomínios, shoppings (e cinemas somente nestes lugares “protegidos”), ensino privado, segurança privada e transporte em carrões blindados com vidro escurecido <sup>205</sup>. Nesta receita, é preciso, a exemplo do romantismo reacionário que lamentava o fim da vida aristocrática, substituída pela deselegante burguesia, rememorar os “bons tempos” da liberdade burguesa, de ir e vir, usurpada pela violência e proliferação das ralés.

O crescimento da violência nada tem a ver, nesta ótica, com a aceleração dos programas capitalistas que concentram a renda em poucas mãos. Também nada tem a ver com a exibição ostensiva do mundo deslumbrante dos ricos e famosos na publicidade, contrastando com a pobreza absoluta de zonas imensas sem saneamento básico e qualquer programa de assistência estatal. A violência é causada pela tendência aos atos violentos de sujeitos numericamente expressivos que, incapazes de aproveitar as oportunidades, preferem, por personalidade (ou genética) adotar o uso de armas para atacar a classe média (todos são classe média na elite) trabalhadora. Novamente uma simplificação evidente, porém essencial à política de *apartheid* que vem se tornando regra do crescimento urbano brasileiro. Um mítico passado recente é invocado, onde os pobres sabiam exatamente o “seu lugar” – bem longe, só se aproximando para servir.

A colunista do jornal Folha de SP, Danuza Leão, expressa assim seu saudosismo:

O Rio sempre foi lindo, mas mudou. Até o início dos anos 50 a cidade era dividida entre as zonas sul e norte, ligadas só por dois túneis estreitos, que davam mão para um carro que ia e outro que vinha. E é preciso lembrar que os automóveis eram pouquíssimos, naquela época. Era bom morar na zona sul; além dos cinemas Metro e Rian - os únicos refrigerados -, depois do jantar as famílias saíam para dar um “giro” na calçada da praia, de braços dados, e atrás iam as filhas, de olho nos rapazes que ficavam de pé, em grupo, também de olho nelas. Mas o mundo se modernizou; os carros se multiplicaram nas ruas, os ônibus também, foi aberta a linha vermelha, depois a linha amarela, os túneis se alargaram e foi aberto o Rebouças. Com isso a população itinerante da zona sul cresceu loucamente, e nos dias de hoje quem mora em Copacabana ou Ipanema não ousa dar um mergulho aos sábados e domingos por não ter lugar para passar, e por medo dos arrastões. A baixada da zona norte nas praias democratizou a cidade. A tal ponto que sair para comprar um botão hoje dá medo, pois pode-se levar uma bala perdida na Visconde de Pirajá ou encontrar um “presunto” na porta de sua casa. E quando as linhas do metrô chegarem a

---

<sup>205</sup> A rede norte-americana de café Starbucks se desenvolve rapidamente nas áreas “nobres” da cidade de São Paulo. Preço alto (R\$ 4,50 café simples), produto diferente do que o padrão brasileiro entende como café (aguado, em canecas grandes conforme o gosto americano) as lojas da rede se tornaram, de acordo com seus frequentadores, um “ponto de fuga”, ideal para “parar e pensar” (leia-se higienizado da pobreza).

Ipanema e ao Leblon, o Rio vai ficar mais democrático ainda. E aí vai ser preciso mudar para o mato, pois não vai ter espaço para tanta gente.

O termo “gente”, no caso, é sinônimo de pobre ocupando espaço que, por direito, não lhe pertence. Democracia é uma forma desagradável de permitir que as pessoas possam ir e vir, invadindo os outrora calmos e sossegados (entenda-se livre de pobres) recantos da Zona Sul carioca (pode ser outra metrópole). Pessoas “fora de lugar”, deslocados, invadindo o paraíso restrito da classe média alta sem uniforme e fora do horário de serviço. A forma de produção capitalista concentra a renda nas mãos de uma minoria, que ganha dinheiro à custa do trabalho e esforço da maioria, composta de pobres que, quando resolvem dividir o espaço, são rechaçados, invasores. Como se a riqueza da Zona Sul carioca, dos Jardins paulistas ou Jurerê Internacional nada tivesse a ver com a miséria e os baixos salários dos moradores dos morros e favelas na Rocinha, Dona Marta, Heliópolis ou Penitenciária.<sup>206</sup> Para não deixar dúvidas sobre a origem das idéias, em nova coluna Danuza Leão repete o clichê clássico do medo da invasão bárbara:

Segundo a ONU, vai a 1 bilhão o número de pessoas que passam fome no mundo; pois nem assim o governo Lula ataca com seriedade (nem sem) o problema do controle da natalidade. Sem esse controle, mais e mais gente nasce, e em alguns anos o bilhão vai se transformar em 2, 3, 4 bilhões. Quanto mais pobre é o país, quanto mais pobre a região do país, mais **ignorante** é a população, que, sem uma orientação para valer, vai continuar fazendo **a única coisa que sabe: procriar.**<sup>207</sup>

Palavras débeis que seriam confortavelmente alocadas ao folclore da elite festiva, caso sua repercussão (a idéia em si, não a colunista) não fosse marcante nos discursos intolerantes e na retórica “classe média indignada” que antecedem as praticas comuns de repressão brutal aos

---

<sup>206</sup> Em episódio recente, a imprensa brasileira acompanhou um intenso debate sobre o comportamento da juventude “endinheirada”. O apresentador da Rede Globo, Luciano Huck, teve seu relógio Rolex – marca, como Ferrari, fetiche de ostentação financeira – furtado em um sinal de trânsito na região dos Jardins, em São Paulo. O apresentador publicou artigo na Folha de São Paulo onde descrevia seu desapontamento por ter sido alvo de um assalto, afinal, justificava Huck, era um “pai de família”, “pagava seus impostos” e, o argumento indefectível, “presido uma ONG”. Apesar da lista de virtudes, foi roubado, não teve a contrapartida do Estado em segurança quando precisou. Seguiu-se ao artigo do apresentador, nos dias seguintes, uma série de artigos e alguns depoimentos no “painel do leitor” criticando a posição de Huck, basicamente na linha “playboy chorão”, até que o escritor Ferréz publicou um artigo com o “outro lado”, relatando, ficcionalmente, a rotina de um jovem ladrão ou “correria”. A narrativa humanizava o “bandido”, o que indignou leitores e comentaristas da Folha, provocando uma avalanche de novos textos. Ao final, coube ao cantor de MPB, Zeca Baleiro, resumir (e finalizar) o *affair* da seguinte forma: “Por fim, devo dizer que sempre pensei a existência como algo muito mais complexo do que um mero embate entre ricos e pobres, esquerda e direita, conservadores e progressistas, excluídos e privilegiados. O tosco debate em torno do desabafo nervoso de Huck pôs novas pulgas na minha orelha. **Ao que parece, desde as priscas eras, o problema do mundo é mesmo um só – uma luta de classes cruel e sem fim.**” (FSP, 29/10/07 – grifo nosso).

<sup>207</sup> Jornal Folha de SP, 19/07/09. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1907200902.htm>. [Grifos nossos].



pobres pelas milícias privadas ou polícias do Estado. O sonho aqui, da elite, é um Rio (ou Brasil ou mundo) “higienizado” da pobreza.

Um Rio de Janeiro climatizado, com ar-refrigerado, sem moleques descalços sob marquises, sem balas perdidas, bairros inteiros sem pedintes, sem crimes senão beijo na boca roubado. É a fantasia de Carnaval mais radical já inventada. Dona do maior latifúndio da Sapucaí, a Brahma sanitizou a Cidade Maravilhosa, transformando-a em uma ficção exclusiva para seus VIPs. [...] Quem tem seus contatos recebeu em casa sua camiseta branca e vermelha com a logomarca da cerveja e pôde viver duas madrugadas nesta loucura, em que a mais feia tragédia urbana concebível era a celulite. Mulheres lindíssimas desfilavam pelo Rio cenográfico em shortinhos ínfimos e microssaias, provando do alto de seus saltos que não cometiam o pecado da carne flácida. Seus acompanhantes, quase sempre moços altos, com braços da largura de um tronco de árvore centenária, serviam para espantar os fotógrafos, que só conseguiam clicar de queixo caído. [...] Os camarotes são a versão carnavalesca dos condomínios de segurança máxima da Barra da Tijuca. Mas sempre há quem fure o cerco. "Aqui tô encontrando gente que eu conheço e sei que não tem um tostão furado! Rárárá! Acho isso bacana, é uma inversão das regras que só tem no Brasil", comentou o poeta Jorge Salomão, sentado em uma espreguiçadeira sobre as areias da praia fake, com direito a conchinhas e salva-vidas (embora houvesse mar apenas desenhado no cenário), e artistas como Ary Fontoura bronzeando-se sob os refletores em frente à fachada do Copacabana Palace de mentirinha. [...] Na hora que apavora, a segregação dos abadá ("eles" vestem a camiseta vermelha e branca; "nós", imprensa, preta e branca) não impede que ambos os lados desse apartheid sigam com suas tarefas, embora um tanto breacos. Os famosos pulam, bebem, beijam na boca, rebolam e gritam urrú; os jornalistas pulam, bebem, anotam, fotografam, rebolam e gritam urrú. [...] Tem mais VIP e imprensa do que gente. O glamour dos salões de baile tradicionais não foi substituído pela revitalização dos blocos, mas pelos abadá de cervejarias. O Brasil é o país dos VIPs; o Rio, sua capital, balneário da fama por tudo e por nada. E aí de quem não for VIP nem amigo de um. Fica de fora, vivendo na realidade.<sup>208</sup>

Mais do que fantasia de carnaval, esse é o sonho que vêm sendo construído. A “vitória” do capitalismo ocidental contra o comunismo modelo soviético parece ter, nas últimas décadas, estabelecido uma relação de raiva e desprezo das novas gerações das classes altas e médias com qualquer idéia que se coloque à esquerda do campo econômico dominante. Reclama-se de uma fome e pobreza, que, no entanto, são abstratas, sem passado ou presente no sistema do capital, e que devem acabar com alguma ação de um governo e colaboração com ONG's<sup>209</sup>. Mas

<sup>208</sup> Cecília Giannetti, FSP (06/02/2008) <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0602200817.htm>

<sup>209</sup> Em Florianópolis, a TV Câmara, que mostra ou deveria mostrar as seções da câmara municipal de vereadores, apresenta um especial com os “melhores momentos” do “Risoto Fraternal”, evento que une políticos e empresários para “ajudar os pobres”. O risoto fraternal acontece na loja maçônica Lara Ribas, com a presença dos “irmãos” maçons da loja, alguns dos principais políticos do estado, como deputado federal Paulinho Bornhausen (DEM) e o prefeito Dário Berger (este com avental de cozinheiro, botando as mãos na massa). Todos falam sobre o evento, a importância de ajudar os pobres (no caso crianças do bairro Abraão). Surge então, na fala de um dos altruístas, a exaltação do “empreendedorismo social”, afinal, era disso que se tratava a farsa ali montada. Moças com vestidos de noite, homens de roupa social, todos “fazendo o bem”. Por trás do termo seguro, tecnicamente aceito, o “empreendedorismo social”, as palavras ideologicamente se invertem. Os causadores da pobreza surgem em público, em local próprio (a loja maçônica), seguro, higienizado, num sofisticado jantar (além de vários tipos de risoto as imagens

quando se trata de diminuir a concentração de renda e, agindo no mundo real, atacar o problema da fome, os que choram e reclamam dos problemas da humanidade, sentados nas mesas do café society, não vacilam em defender seu rico modo de vida, o dos “pagadores de impostos”. A toda grande questão pode ser empurrado o argumento definitivo das elites: “eu pago meus impostos”. Jargão perfeitamente assimilado por jovens endinheirados que vivem da mesada dos pais. O mundo ideal proposto pelas classes dominantes em nada difere da assepsia dos pioneiros da eugenia no Brasil, como o médico Renato Kehl:

Si fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande roda do progresso de um lado e do bem estar e de outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asylos; os mendigos que perambulam pelas ruas... os amoraes, os loucos; a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça...A porcentagem destes últimos é verdadeiramente apavorante...Os médicos eugenistas convencidos desta triste realidade procuram a solução para este problema e de como evitar esse processo de degeneração...é preciso evitar a proliferação destes doentes, incapazes e loucos...Após a guerra às epidemias as reformas médico-sociais e eugênicas entram em efervescência...Com esses exemplos chego a seguinte conclusão eugênica: a esterilização fará desaparecer os elementos cacoplotos da espécie humana, ou melhor a sua proporção será reduzida, mas não se garante a perfeição, só conseguida com um processo eugênico.<sup>210</sup>

Por classe perigosa entende-se que não só o indivíduo, a pessoa – o miserável deslocado, mas seu grupo, a fração da classe a que pertence, a sua cultura deve ser combatida, anexada e eliminada como doença pela mentalidade eugênica que persiste:

O mundo das “classes perigosas” estava repleto de sobrevivências culturais que precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização – havia hábitos condenáveis nas formas de morar, de vestir, de trabalhar, de se divertir, de curar etc., muitos deles mais abomináveis ainda porque manifestações das raízes culturais negras disseminadas nas classes populares.<sup>211</sup>

Assim se entende a higiene como ideologia, atuando na limpeza das sobras da competitividade capitalista e definidor da atuação de um poder público comprometido apenas com as classes dominantes. Ressalta Chalhoub:

O movimento ideológico do período é claro: no processo que erigiu a ciência da Higiene como norteadora da teoria e prática do exercício do poder público – a invenção da falácia da administração “competente”, pois supostamente “apolítica” –, surgiu também a idéias de que no período imperial teria havido muita “tolerância” com as manifestações das culturas populares. Para republicanos e higienistas tal “tolerância” era sinônimo de fraqueza, de falta de vontade política de um regime esclerosado encabeçado por um monarca que,

---

mostram taças de vinho acompanhando), para celebrar a ajuda aos pobres – que, evidentemente, só podem ficar gratos pelo sacrifício dos ricos em celebrar uma festa (programa exibido 26/09/09).

<sup>210</sup> Apud SCHWARCZ, 2008, p. 234. [mantida a grafia da época].

<sup>211</sup> CHALHOUB, 2004, p. 181.

posto que respeitável, estava agora adoentado e desinteressado da coisa pública.<sup>212</sup>

Ontem como hoje, para as elites a tolerância é um grave defeito. Mas, como lembra Horkheimer, apenas quando se trata de tolerância com os “inferiores” na pretensa escala hierárquica, os que realmente necessitam de ajuda do poder público. Palavras perfeitamente contemporâneas que atingem todo projeto político de defesa dos direitos humanos. Os “defensores de marginais” são “fracos” e “ingênuos”, não entendem a necessidade da repressão dura. Soma-se o refinado argumento: “e se fosse com sua filha?”. Quando, no entanto, o poder público age para beneficiar os “de cima”, não faz mais do que a obrigação.<sup>213</sup>

É neste contexto que se inventa, por exemplo, a idéia de suspeição generalizada, um dispositivo de atuação do poder público visando amputar as possibilidades de os produtores diretos não se encontrarem rotineiramente atrelados ao processo de produção. Os pobres são construídos como o recheio da expressão “classes perigosas”, e a impossibilidade de delimitar com precisão as fontes das ameaças à ordem social é o próprio centro da definição de um novo projeto de ordenamento social.<sup>214</sup>

A inversão entre perseguidos e perseguidores cumpre sua função de manter as estruturas de repressão, influenciando na escolha da classe política que se dispõe a seguir a cartilha do combate as classes perigosas. Para dar visibilidade a este posicionamento essencialmente político, de defesa de classe, são criados periodicamente movimentos ditos “cívicos” e “apolíticos” de indignação contra as injustiças, a violência, a corrupção e o pagamento de impostos excessivo pelo ricos. Podemos destacar, entre os vários exemplos que alcançam repercussão na grande mídia, o hoje folclórico movimento Cansei e sua versão “bem estruturada”, o Instituto Millenium.

---

<sup>212</sup> Ibidem, p. 184.

<sup>213</sup> A visão da coisa pública como um cofre de acesso irrestrito aos “donos do poder”, e, em contrapartida, sempre tratado como desperdício quando atende as necessidades da população pobre, é tão característica da nossa formação histórica que dispensa a listagem de exemplos. Apenas como ilustração, o torneio de hipismo *Athina Onassis International Horse Show* foi realizado em agosto de 2009 no Rio de Janeiro. Athina é uma das jovens mais ricas do mundo, casada com um brasileiro praticante do hipismo. O torneio atraiu a elite mundial do esporte, além da elite festeira brasileira. Uma lista dos participantes contém os sobrenomes de algumas das maiores empresas do Brasil. Porém, como mostram reportagens dos jornais, grande parte dos custos do torneio – onde, sem exagero, apenas os muito ricos puderam participar e comparecer – foi coberto pela Prefeitura Municipal e Governo Estadual do Rio de Janeiro. A jovem Onassis e seu marido, aliás, manifestaram total apoio ao Movimento Cansei (ver adiante) na época de suas manifestações de “indignação” com a corrupção no governo federal e o desperdício de dinheiro público.

<sup>214</sup> CHALHOUB, 2004, p. 175.

#### 4 CANSEI E INSTITUTO MILLENIUM

Nas mãos de um bom senhor, o escravo pode ter uma vida feliz, como a de um animal bem tratado e predileto; nas mãos de um mau senhor, ou de uma senhora má (a crueldade das mulheres é muita vezes mais requintada e persistente que a dos homens) não há como descrever a vida de um desses infelizes. Se houvesse um inquérito no qual todos os escravos pudessem depor livremente, à parte os indiferentes à desgraça alheia, os cínicos e os traficantes, todos os brasileiros haviam de horrorizar-se ao ver o fundo da barbárie que existe no nosso país debaixo da camada superficial da civilização, onde quer que essa camada esteja sobreposta à propriedade do homem pelo homem.

Joaquim Nabuco<sup>215</sup>

“Logo que a criança deixa o berço”, escreve Koster, que soube observar com tanta argúcia a vida de famílias nas casas-grandes coloniais, “dão-lhe um escravo de seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada, ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce seus caprichos; empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e punição [...]. Enfim, a ridícula ternura dos pais anima o insuportável despotismo dos filhos”.

Gilberto Freyre<sup>216</sup>

O Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros – mais conhecido como “Cansei” – foi criado em julho de 2007, logo após o acidente com o voo 3054 da empresa aérea TAM que vitimou uma centena de pessoas. Segundo os slogans da época, o Cansei declarava-se “apartidário”, visando “à reflexão sobre os motivos da suposta desordem da administração pública no governo Lula”. Originado de outro movimento, este ainda em ação, o Quero Mais Brasil<sup>217</sup>, ambos reuniam personalidades do meio empresarial e artístico para, supostamente desvinculado de fins políticos (mesmo tendo como coordenadores notórios financiadores de partidos políticos conservadores), convidar “toda a sociedade brasileira a se dar as mãos e fazer com que o eterno país do futuro se torne o Brasil do presente. É um movimento sem nenhuma ligação partidária”<sup>218</sup>.

<sup>215</sup> NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Coleção intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 42.

<sup>216</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 439-440.

<sup>217</sup> Disponível em <http://www.queromaisbrasil.com.br/>, acesso em 04/07/09.

<sup>218</sup> <http://www.queromaisbrasil.com.br/oquee.shtml>, acesso 04/07/09.

A exagerada ênfase no apartidarismo de movimentos elitistas claramente políticos e o inclusivo “toda sociedade” propagado por milionários *popstars*, contribuiu para a folclorização destes movimentos. Contudo, o preconceito de classe é motor claro destas manifestações “populares” e, a despeito face anedótica, as intenções e pessoas envolvidas deixam claro que a tentativa elitista presente na retórica vai continuar procurando seu caminho para demarcar, publicamente, os limites de transito para *outsiders*. Os movimentos fazem parte de um rol conhecido de manifestações midiáticas, como os cariocas Viva Rio e Sou da Paz, que explodem nas televisões a cada morte de alguém da classe média por violência praticada pelas classes perigosas ou pela ação da polícia quando esta foge da rotina de matar “favelados”.

Mesmo poupadas de qualquer constrangimento pelo governo “esquerdista” do Partido dos Trabalhadores, as elites repelem a ascensão de novos atores, como repelem qualquer movimento social concreto, não identificados com o crachá comumente encontrado nos ternos dos *habitués* dos holofotes da vida política nacional.

A passeata que reuniu no sábado mais de 2.000 pessoas só em São Paulo para gritar “Fora, Lula” também parece ser um fato pouco trivial. Era gente que se autoconvocou pela internet, sem ajuda de partidos políticos, sem entidades que os patrocinassem, sem lideranças famosas como atrativo. Um ato público de direita explícita que extravasou do espaço virtual para as ruas de maneira espontânea. Ordinary people, como eles gostam de se chamar. Um protesto cujas palavras de ordem eram “ca-cha-cei-ro!”, “va-ga-bun-do!” e “Lula, ladrão, seu lugar é na prisão!”. E cujos cartazes diziam: “Marta, fora, biscate!” ou “Lula, maldito, relaxa e vaza!”. Há quanto tempo não se via algo assim? O “Cansei”, enfim, mostrou os dentes.<sup>219</sup>

Entre os apoiadores do Movimento Cansei:

OAB – SP, Associação Brasileira de Empresas de Rádio e TV (Abert), Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero (Abraphe), Associação Comercial de São Paulo, Crea, Conselho Regional de Medicina, Febraban, Conaje, Fiesp, Fiesp – Jovens Líderes, Grupo de Jovens da Associação Comercial, Instituto de Estudos Empresariais, e outros.<sup>220</sup>

Há, por trás destas movimentações ditas “classe-média”, mas que, pelas aparições públicas, se apóiam em figuras tradicionais do rico meio empresarial, nada menos do que a *legitimação da desigualdade*, ressaltando o risco das classes perigosas (colaborando sempre com medidas de repressão violenta, pena de morte, redução da idade pena, etc.) num alerta ao poder público de atender somente a agenda de interesses dos proprietários e um lembrete: as classes dominantes podem usufruir de privilégios (mérito supostamente adquirido) dos impostos,

<sup>219</sup> Fonte: Portal Terra: <http://noticias.terra.com.br/brasil/acidentecongonghas/interna/0..OI1790...>, acesso em 24/03/2008

<sup>220</sup> Ibidem.

da exploração do trabalho, da especulação com terras as demais formas de opressão a serem aperfeiçoadas pelo capital. É um direito adquirido. Lembrando Florestan Fernandes:

Duas conexões histórico-sociais são particularmente responsáveis por isso. Primeiro, a própria formação e estrutura da economia capitalista dependente, constituída para manter-se polarizada e para proporcionar excedente econômico a outras economias capitalistas mais avançadas. No clima de uma economia colonial ou de expansão econômica sob o impacto de desenvolvimentos imperialistas ou monopolistas dos centros hegemônicos do mercado mundial, o que prevalece não é o “interesse lucrativo” puro e simples. Mas, conforme a fase focalizada, o que Sombart chamou, com referência ao passado, de pirataria econômica; e o que poderíamos designar, com relação ao presente, como “**mentalidade espoliativa**” e “espírito especulativo”. Segundo, as possibilidades limitadas que contam (ou contaram) os antigos “povos coloniais” para encetarem e incentivarem, internamente, um processo de acumulação capitalista suficientemente consistente e dinâmico, têm conduzido, com frequência, a um **privilegiamento crônico** de formas de concentração social de renda, do prestígio e do poder típicas do capitalismo dependente. Acresce que o padrão de articulação entre estruturas arcaicas e modernas intensifica esse processo e agrava seu caráter crônico.<sup>221</sup>

A intensidade da desigualdade brasileira não está no “atraso” de parte do país, supostamente pré-moderno. Na diferença de “ritmo” de crescimento. Ao contrário, origina-se justamente nas partes “modernas” e “avançadas”. A tradição que oprime é a tradição dos sobrenomes “quatrocentões”, mas também das gerações que se acomodam ao lado dos novos donos do poder, ligados ou não aos quatrocentões. Os “ousados” empreendedores, tão “bem preparados”, têm no nome e patrimônio da família a segurança que outros brasileiros estão longe de dispor.

Sandy

Estou dentro do Movimento porque quero que as crianças possam estudar e brincar. Quero que os jovens tenham vagas na universidade e oportunidades no mercado de trabalho. Quero que os adultos tenham um salário digno para sustentar suas famílias. Quero que todo cidadão seja respeitado. Quero que os impostos pagos pelo contribuinte sejam revertidos em benefícios verdadeiros e visíveis. Quero melhorias, quero crescimento, quero atitude: Quero mais Brasil.<sup>222</sup>

É missão da ideologia aprofundar a confusão proposital entre marketing e mundo real. Examinando alguns dos depoimentos que ilustram tais movimentos, é nítida a composição forçada das palavras. Quem fala ali não é o depoente, o “indignado” que quer um país melhor. As palavras ao lado da foto disponível no site são construções, talvez feita pelo próprio personagem, talvez obra de outros, especialistas em marketing pessoal (profissão em alta), mas que anunciam um arsenal de lugares comuns cuidadosamente ordenados para construir uma

<sup>221</sup> FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008, p.81.

<sup>222</sup> A popular jovem cantora Sandy, filha de um milionário cantor de música sertaneja, “ativista” do Quero mais Brasil: [http://www.queromaisbrasil.com.br/quem\\_apoia.shtml](http://www.queromaisbrasil.com.br/quem_apoia.shtml), acesso 03/07/09.

imagem pública que satisfaça os consultores de imagem e o que se espera de uma opinião pública consumidora de produtos culturais cada vez mais rasos. Nos manifestos destes movimentos, depois das dezenas de celebridades que tomam a “face” atraente das manifestações “classe-média”, começam a aparecer a “gente comum”, na retórica os atores principais destas organizações “apolíticas”.

Guilherme Oliveira

---

Apóio o Quero Mais Brasil porque o meu maior desejo como cidadão é que nas próximas gerações as pessoas possam estar livres das grandes diferenças sociais e desfrutar de todos os direitos humanos. Embora seja o primeiro passo de um longo processo, certamente fará a diferença no futuro se todos colaborarem.<sup>223</sup>

As palavras do cidadão e da jovem cantora pop são muito semelhantes. Há uma indústria de jargões “cidadãos” a disposição para uso intenso deste marketing. Por trás dos gritos de ordem em poses ensaiadas, a clara intenção de manter a ordem, evitar qualquer “radicalismo inconseqüente”. Mesmo diante da mais remota possibilidade de questionamento do cenário capitalista, os instrumentos de proteção da ordem burguesa se colocam em movimento na forma tradicional da repressão aos pobres pela polícia e garantia da ordem pela Justiça.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram os Estado para arranjos mais complicados (típico caso norte-americano) e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. As próprias “associações de classe”, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares.<sup>224</sup>

Diferentemente do Movimento Cansei, nascido já folclórico pelo ridículo das personalidades “cansadas” que deram face pública ao projeto<sup>225</sup>, o Instituto Millenium é sofisticado. Tem como “gestor do fundo patrimonial” o ex-presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso, Arminio Fraga. Diz sua página institucional na internet:

O Instituto Millenium é uma organização sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária, que promove valores fundamentais para a prosperidade e o desenvolvimento humano da sociedade brasileira.

As atividades do Instituto Millenium visam atingir a base da pirâmide, despertando a consciência da maioria da população sobre a importância de se respeitar determinados valores para se ter um ambiente institucional adequado

---

<sup>223</sup> Ibidem.

<sup>224</sup> FERNANDES, 2006, p.240.

<sup>225</sup> Ver no *Anexo 1* o folder distribuído na Avenida Paulista, com as expressões “indignadas” das celebridades milionárias Ivete Sangalo, Regina Duarte, Hebe Camargo e Ana Maria Braga.

para que cada individuo possa desenvolver suas potencialidades, alocando os recursos de forma eficiente e sem desperdícios.

O Instituto Millenium se propõe a fazer a diferença, colaborando para formar a opinião pública com base em valores claros e nas melhores políticas públicas adotadas pelo mundo. É importante que o maior número de pessoas tenha o conhecimento e a compreensão necessários para assegurar que o governo se concentre e se torne maximamente eficiente em suas funções básicas, reconhecendo seus limites e não atendendo a interesses de grupos de interesse, gerando privilégios indevidos e injustos.<sup>226</sup>

Para combater os “privilégios indevidos e injustos” os participantes do Instituto prometem promover:<sup>227</sup>

**LIBERDADES INDIVIDUAIS:** a defesa perene da liberdade de escolha, em todos os seus desdobramentos: liberdade de expressão; liberdade religiosa; liberdade econômica; liberdade de imprensa; liberdade de reunião e assembléia; liberdade de empreender; liberdade de ir e vir; liberdade de contratar; liberdade de pensamento; liberdade política; livre circulação de bens, pessoas e capital.

**RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL:** responsabilidade sobre os atos e escolhas; recompensa pelos méritos; punição pelas infrações; desestímulo aos abusos; redução da impunidade; responsabilização dos indivíduos pelo próprio futuro; redução da dependência do governo; clareza sobre a relação entre direitos e deveres;

**MERITOCRACIA:** premiação ao esforço individual; recompensa a dedicação; estímulo ao trabalho; estímulo ao estudo; garantia do gozo dos frutos do trabalho; estímulo a cada pessoa a desenvolver suas melhores competências; criação de um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social; redução da acomodação; redução do nepotismo e apadrinhamento; aumento da produtividade geral da sociedade; aprimoramento dos serviços públicos; estímulo à competição;

**PROPRIEDADE PRIVADA:** respeito ao fruto do trabalho; garantia das diferenças; garantia da privacidade; garantia da liberdade de expressão, principalmente, da liberdade de imprensa; garantia dos direitos das minorias; peça-chave para a existência e manutenção do estado democrático de direito; estímulo à preservação e ao cuidado; estímulo ao uso racional e adequado da propriedade pelo proprietário, tornando-o responsável por eventuais abusos; inserção do individuo com propriedade legalizada na economia; possibilidade de utilização do bem como um ativo para obtenção de empréstimos e, conseqüentemente, como estímulo ao crescimento econômico; estímulo ao investimento em benfeitorias; estímulo ao investimento externo no Brasil; estímulo ao cumprimento de contratos e a redução dos custos de transação.

Seu Conselho de Governança, mantenedores e colaboradores tem nomes como<sup>228</sup>:

Gustavo H. B. Franco: Bacharel e mestre em Economia pela PUC-Rio, e possui os títulos de mestre e doutor pela Universidade de Harvard. No serviço público foi secretário de política econômica (adjunto) do Ministério da Fazenda, diretor de assuntos internacionais e presidente do Banco Central do Brasil.

<sup>226</sup> <http://www.imil.org.br/institucional/quem-somos/>, acesso em 12/05/09.

<sup>227</sup> <http://www.imil.org.br/institucional/missao-visao-valores/>, acesso em 12/05/09.

<sup>228</sup> <http://www.imil.org.br/institucional/quem-somos/>, acesso em 12/05/09.



Gustavo Marini: Sócio-fundador da Turim Family Office. Foi diretor-presidente do Santander Brasil Asset Management e do Santander Brasil Private Equity, enquanto diretor executivo do Banco Santander do Brasil. Foi executivo do Banco de Investimentos Garantia e diretor executivo do banco Bozano, Simonsen. Tem MBA pela COPPEAD / UFRJ e M.Sc. em Business pelo MIT Massachusetts Institute of Technology.

João Roberto Marinho: Vice-presidente das Organizações Globo.

Jorge Gerdau Johannpeter: Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau.

Luiz Eduardo Vasconcelos: Foi diretor executivo das Organizações Globo e é atualmente membro do Conselho de Administração da Infoglobo e do Conselho Editorial das Organizações Globo. É engenheiro pela Universidade Gama Filho.

Roberto Civita: Presidente do Grupo Abril.

Armínio Fraga: Ex-Presidente do Banco Central do Brasil (março de 1999 a dezembro de 2002). Anteriormente, ocupou durante 6 anos o cargo de Diretor Gerente da Soros Fund Management LLC em Nova York. Durante 1991-92, ocupou o cargo de Membro da Junta de Diretores e Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil. Trabalhou em Salomon Brother em Nova York e no Banco de Investimentos Garantia, no Brasil.<sup>229</sup>

Os nomes acima são responsáveis pela condução da política econômica brasileira neoliberal, incluindo aí seu apoio ostensivo e irrestrito, ainda hoje, pelos donos da mídia. O uso de temas universais, como a defesa dos “valores fundamentais para a prosperidade e o desenvolvimento humano da sociedade brasileira” não encontram nenhuma visibilidade no mundo real. Ao contrário, os participantes são membros notórios da elite financeira, política, acadêmica e midiática, que se notabiliza justamente por sempre combater duramente os “valores fundamentais para a prosperidade e o desenvolvimento humano da sociedade brasileira”. Ao menos tomando o termo “sociedade brasileira” como está posto. Mas é claro que não se trata de sociedade brasileira no sentido estrito, mas de sociedade brasileira no uso midiático, da sociedade retratada nas colunas sociais. Grandes personalidades. Grandes festas. Poder.

Porém o uso do termo liberdade é o mais revelador, a “defesa perene da liberdade de escolha”, tem como os seus “desdobramentos” após uma listagem geral, as liberdades que contam: “liberdade de contratar; liberdade de pensamento; liberdade política; livre circulação de bens, pessoas e capital”. Uso clássico do termo nos princípios liberais é aqui declamado justamente por quem não tem nenhum interesse em empregar liberdade além do significado das suas posições de classe. As políticas econômicas de Arminio Fraga e Gustavo Fraco, a cobertura das Organizações Globo e Grupo Abril, a volúpia dos grandes bancos e a legitimação

---

<sup>229</sup> Ver lista ampliada com a página do Millenium na internet no *Anexo 1* desta tese.

acadêmica do capitalismo foram em conjunto, decisivas para **retirar a liberdade** de milhões de pessoas.

Friedrich Hayek faz uma citação emblemática do historiador Lord Acton: “em todos os tempos foram raros os amigos sinceros da liberdade, e os triunfos desta se deveram a **minorias** que venceram associando-se a companheiros cujos objetivos eram freqüentemente outros; essas alianças, sempre perigosas, têm sido às vezes desastrosas”<sup>230</sup>. A liberdade é produto de uma elite *para* esta elite. A campanha do discípulo de Hayek, Milton Friedman de “consultoria” econômica para um regime abertamente excludente, adepto do assassinato em massa e tortura da oposição, como a ditadura de Pinochet<sup>231</sup> no Chile – com apoio de Hayek –, desnuda a liberdade defendida tão ardentemente <sup>232</sup>.

Sem liberdade para comer, para assistir um filme no cinema, freqüentar uma escola. Sem liberdade para ir e vir num mundo que transporte é sempre cobrado e caro. Sem liberdade de adoecer porque não tem plano de saúde. Sem liberdade para voltar para casa em dia de blitz policial. Sem liberdade de sair da cela da cadeia<sup>233</sup>. Como diz Eagleton: “assim como o neurótico pode negar com veemência um desejo que, no entanto, manifesta-se sob forma simbólica no corpo, também uma classe dominante pode proclamar sua crença na liberdade ao mesmo tempo que a obstaculiza na prática”<sup>234</sup>.

Liberdade assume aqui o caráter de um esperto eufemismo para um termo supostamente banido, eugenia: o bem nascer. Pode parecer excessivo o termo de comparação. Mas as experiências de vida dos “participantes” destes círculos elitistas somadas aos trabalhos acadêmicos mostram uma familiaridade com a situação de pobreza. Diferentemente dos grupos neonazistas que buscam em panfletos arcaicos a resposta pra um racismo infantilizado, a elite destes *think tanks* conservadores tem a argumentação afinada no mérito e nas liberdades individuais. Ao contrário dos grupos *skinheads*, os millenistas compreendem muito bem a

---

<sup>230</sup> HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Porto Alegre – RS: Editora Globo, 1977.

<sup>231</sup> Sobre isso, ver KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

<sup>232</sup> George W. Bush outorgou em 2002 a Medalha Presidencial da Liberdade a Irving Kristol, emblemático “neocon” (conhecido como o primeiro neocon), defensor ardoroso da política externa de intervenção militar para manter a supremacia norte-americana. Aliás, a acusação de uso “privilegiado” da liberdade é a mesma feita pelo próprio Hayek a Karl Mannheim pelo uso do termo “liberdade coletiva”, ver HAYEK, *op cit.*, p. 149.

<sup>233</sup> Em Assis, cidade do interior do estado de São Paulo, foi posto em prática uma “lei esquecida” do código penal brasileiro. A lei determina a “prisão por vadiagem”. A enésima cidade a proclamar uma política de “tolerância zero” de segurança pública, Assis comemorava o resultado das prisões. Nas imagens exibidas pelo canal Globo News (04/08/09) fica claro quem foram os presos por vadiagem: negros moradores de rua e mendigos. Nas entrevistas o orgulho das autoridades locais por usar uma lei esquecida.

<sup>234</sup> EAGLETON, 1997, p. 208.

diferença de liberdade que é sentida e vivenciada por alguém que “nasce bem” e a liberdade de quem não “nasce bem”. Sabem perfeitamente que, seguindo à risca seus dogmas, estão condenando – e é disso se trata – uma parte da população brasileira à morte pela permanência da miséria e enfrentamento da violência.<sup>235</sup>

Da mesma forma que a retórica das “idéias fora de lugar” do nascente liberalismo brasileiro, o uso ideológico da palavra liberdade quer dizer única e somente a proteção para os ricos e aspirantes a ricos poder utilizar os meios necessários para ficarem mais ricos ou, pelo menos, continuar no topo da pirâmide<sup>236</sup>. Liberdade para manter firmes as estruturas de divisão de classes – que não por acaso têm tudo a ver com prisão e encarceramento dos miseráveis “inúteis”. Esse uso tão distorcido do termo e conceito apropriado pela própria burguesia liberal e revolucionária não seria possível sem o desenvolvimento dos *mass media*, nascidos do sistema privado de produção, mas tratados como divulgadores da “cultura” e do “conhecimento”, a indústria cultural tem papel fundamental na naturalização da hierarquização por trás do conceito liberal de liberdade – e, como já advertia o próprio Max Weber – construir as “gaiolas de ferro” aprisionantes da tecnocracia que cercam os jovens desde sua entrada nos espaços de socialização. Derivando sua linha de análise da gaiola de ferro weberiana, Marcuse diz:

Os direitos e liberdades que foram fatores assaz vitais nas origens e fases iniciais da sociedade industrial renderam-se a uma etapa mais avançada dessa sociedade: estão perdendo o seu sentido lógico e conteúdo tradicionais. Liberdade de pensamento, liberdade de palavra e liberdade de consciência foram – assim como o livre empreendimento, que elas ajudaram a promover e proteger – idéias essencialmente críticas destinadas a substituir uma cultura material e intelectual obsoleta por outra mais produtiva e racional.<sup>237</sup>

A liberdade e seu simbolismo é apropriada pela atividade industrial e seus proprietário. Só faz sentido quando se refere à produção ou ao poder de obter – mesmo no capital financeiro especulativo sem raiz industrial – grande soma financeira. Neste sentido concordam Marcuse e o historiador francês Pierre Vilar:

Entre as *liberdades econômicas*, a primeira a ser defendida é a *liberdade de empresa*. Continua a ser o pilar, o pilar mais sólido e o mais aplaudido, do conjunto do edifício capitalista. O “*self made man*” americano da imaginação popular, o “empresário estilo Schumpeter” da cultura universitária, serão, até

<sup>235</sup> No documentário *Ilha das Flores* (direção de Jorge Furtado, 1989) a definição de “liberdade” é narrada da transcrição simples de um dicionário, enquanto a imagem mostra uma mulher recolhendo comida do lixo municipal.

<sup>236</sup> Enquanto os donos do poder falam em apertos e sacrifícios dos trabalhadores para superar a crise, o café society mostra outra realidade: “Crise? Que crise? As três bolsas Birkin 35 croco (de couro de crocodilo), de R\$ 120 mil - é isso mesmo, R\$ 120 mil! -, que a Hermès colocou à venda em sua nova loja no Brasil, há duas semanas, já foram vendidas. Outras Birkin, coloridas e mais simplesinhas, de R\$ 27 mil, também esgotaram - mas já estão sendo repostas”. Mônica Bergamo, jornal Folha de SP, 05/10/09.

<sup>237</sup> MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967, p. 23.

na sua imagem retocada de “*menager*”, as personificações triunfantes da “liberdade de empresa”. E a “pequena empresa” será a tentação que se oferecerá à camada superior dos trabalhadores.<sup>238</sup>

Permanece às classes pobres, principalmente os mais jovens que chegam ao mercado de trabalho, a tentação servil de submeter-se para gozar desta liberdade que usufruem os mais ricos, na forma de uma improvável ascensão entre classes e frações de classe.

*A igualdade jurídica entre os indivíduos* (“os homens nascem e permanecem livres e iguais em direito”) foi, para a burguesia ascendente, uma conquista necessária contra os privilégios de nascimento, fundamento da sociedade feudal da Europa (em outros lados, eventualmente, fundamento de outros modos de produção). Esta igualdade jurídica, condição para o seu desenvolvimento, continuou a ser um dos motivos de orgulho da sociedade capitalista. Orgulho legítimo se nos limitamos ao princípio enunciado. Orgulho mais discutível quando se apóia, como faz frequentemente, no exemplo do milionário “saído do nada”, ou do filho do camponês que chega a ministro. Porque *o possível não é o provável*. Qualquer afirmação sobre a mobilidade social vale apenas na medida em que se justifica estatisticamente. E (sobretudo se concentramos a nossa atenção mais no poder do que na “fortuna”) a igualdade de direito é amplamente anulada, no plano estatístico, pela igualdade do ponto de partida, especialmente pelo acesso desigual aos meios de educação.<sup>239</sup>

A exclusão deliberada de parcela expressiva da população existe, de fato, na medida em que se assume uma “visão de mundo” da qual muitos não podem e não vão fazer parte. O que se faz então com esses “forasteiros”? Na verdade a resposta já foi dada, basta olhar para o passado e notar o que foi feito com os “estranhos” até o presente. A apologia técnica da exclusão liga definitivamente o “mundo administrado” à tarefa de promover essa exclusão, marcando como parte essencial da ideologia da competição a justificação do *apartheid* pela ausência de mérito do miserável.

Em abril de 2009 o Instituto Millenium realizou no Brasil a conferência “O Totalitarismo Bolivariano contra o Estado Democrático de Direito Latino-Americano”. O título deixa claro o objetivo: combater os governos “progressistas” na região. Denúncia legítima de grupos de direita que perderam o poder na Venezuela, Bolívia e Equador, não fosse a importância política dos participantes e a postura de defesa de golpes na região abertamente assumida – o que viria a se confirmar com o golpe contra Manuel Zelaya em Honduras e o apoio entusiasmado, no Brasil, das Organizações Globo, Grupo Bandeirantes, Abril, e uma postura dúbia (para dizer o mínimo) adotada pelos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. O objetivo do evento foi fortalecer a presença do Brasil (via Millenium e outros *think tanks* de direita, como Academia

<sup>238</sup> VILLAR, PIERRE. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985, p. 199.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 201-202.

Brasileira de Filosofia, de João Ricardo Moderno) na UnoAmerica, organização fundada em 2008 por Alejandro Peña Esclusa, candidato derrotado por Hugo Chavez em 1998. O evento lançou o “Manifesto à Nação Brasileira contra o Totalitarismo Bolivariano”, em que descreve como o bolivarianismo “mantém estreitos vínculos carnavais com o narcotráfico, o terrorismo e o fundamentalismo islâmico”,<sup>240</sup> na linha do discurso dos “falcões” de Bush, legitimando toda tentativa de derrubada dos presidentes eleitos da Venezuela, Equador, Bolívia, Brasil e Uruguai. Se o Cansei mostrou “a cara” ao empregar termos racistas (anti-nordestinos) em suas manifestações, o Millenium, coerente com sua inspiração em Milton Friedman, aqui mostra o que entende por liberdade.

O Millenium é composto e orientado pelos “donos do poder”, na encarnação empresarial e midiática (com sua consequência natural na academia). As suas palavras são narradas nos telejornais, pautam a cobertura das notícias, escolhem o tipo de assunto e qual o comentarista que melhor se ajusta ao “manual da redação” desejado no momento, mediando o assunto para milhões de espectadores e leitores. Os grupos extremistas neonazis têm sua importância na retórica do ódio e na permanência da intolerância como elemento concreto de análise contemporânea. Mas sobre a permanência da miséria e a concretização da higiene social em políticas públicas (ou na ausência destas), institutos como o Millenium tem muito mais “mérito” do que gostariam os ideólogos dos neonazistas.

Convém lembrar que o modelo seguido pelo Instituto Millenium é o dos “*think tank*”<sup>241</sup> americanos. Em teoria apenas centros de “inteligência”, os modelos de *think tanks* começaram na Segunda Guerra como centros estratégicos de decisão militar, com o tempo, já civis (em parte, ao menos), tornaram-se preciosa fonte de poder para políticas conservadoras nos Estados Unidos, sob Ronald Reagan os *think tanks* conservadores assumiram o protagonismo. Tratados tecnicamente como locais de concentração de “grandes mentes” para “qualificar” o debate público, os *think tanks* transformaram-se em clubes de lobistas, unindo políticos conservadores, intelectuais e grandes empresários que, pela grande disponibilidade de espaço público midiático, reforçado pela legitimidade de um suposto “mérito” que acompanha os representantes das grandes fortunas, reforçam os argumentos que interessam os grandes grupos econômicos, como a indústria militar e petroleira, lançando as bases para a aceitação das ações do governo.

<sup>240</sup> Ver <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/organizacao-de-e...>, acesso 01/10/09.

<sup>241</sup> Em tradução livre, *centro de idéias*.

Com os atentados de 11 de setembro de 2001 os *think tanks* assumiram o posto de principais focos do chamado pensamento *neocor*<sup>242</sup>, através de Institutos como o *Project for the New American Century* (PNAC), a *Heritage Foundation* e o *American Enterprise Institute* (AEI). Com a proliferação do jornalismo de aparências, de escutar os mesmos nomes para todos os assuntos, os consultores dos *think tanks* tornaram-se porta vozes reconhecidos, onipresentes nos programas televisivos – diferentemente das “contaminadas ideologicamente” organizações de trabalhadores ou *think tanks* de tendências progressistas<sup>243</sup>. A presença de sobrenomes famosos e idênticos revelam uma tendência aristocrática dos *think tanks* conservadores, como Irving Kristol e seu filho William Kristol (da *Heritage Foundation*). As cadeiras costumam passar de pai para filho – exatamente como nos partidos conservadores brasileiros, como o ex Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, que organizam aqui modelos de *think tanks* aos moldes norte-americanos.

#### 4.1 OS JOVENS LÍDERES

nenhum homem, que eu saiba, entrou jamais nas fileiras das grandes fortunas americanas apenas economizando uma sobra de seu salário.

C. Wright Mills

Jovens líderes das federações industriais, jovens da associação comercial. Entre os apoiadores de sempre dos movimentos elitistas, destacam-se os grupos identificados com o futuro da liderança nacional – notadamente os filhos de grandes empresários e comerciantes. Uma das grandes contribuições de Wright Mills em seu *A elite do poder* foi tirar a máscara do sonho americano do *self made man*. O mito do americano que enriquece trabalhando duro, das pequenas empresas que crescem, ficam gigantes pelo talento e ousadia de seus

<sup>242</sup> Ver, sobre isso, a dissertação de mestrado *Think tanks e neocons norte-americanos no governo Bush: a arte de pensar o impensável no pós-11 de setembro*, de Tatiana Teixeira, apresentada em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (PPGRI/UFF). Ainda sobre a origem dos principais *think tanks* conservadores, Naomi Klein diz sobre os fundadores: “Embora não se duvide que os membros do assim chamado bando de pirralhos eram assustadoramente jovens, essa não era sua principal deficiência. Eles não eram apenas uma patota política; eram guerreiros na linha de frente da contra-revolução da América, em oposição a todas as sobrevivências do keynesianismo, e muitos deles eram vinculados à Fundação Heritage, marco zero do friedmanismo, desde o seu lançamento em 1973”. KLEIN, 2008, p. 419.

<sup>243</sup> O jornal *Valor Econômico* publicou, na edição do dia 26/07/2007, artigo intitulado *Think Tanks – Por que o Brasil precisa deles* – assinado pelo presidente da BOVESPA, Raymundo Magliano Filho, e pelo jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, diretor de Relações Institucionais da Patri, Relações Governamentais & Políticas Públicas. O artigo pede maior participação de *think tanks* no país para aperfeiçoar nossas instituições democráticas.

empreendedores. Mitologia conscientemente inflada, como exige a ideologia, com a exploração de casos genuínos, encobrindo a realidade de uma elite que restringe ao máximo o acesso aos seus clubes exclusivos.

Não é comum, e não foi nunca um fator predominante, criar uma grande fortuna americana apenas através de um pequeno negócio, até fazer dele uma grande empresa. Não é comum, e não foi nunca um fator predominante, acumular cuidadosamente até chegar ao alto, num arrastar-se lento, burocrático. É difícil subir ao alto, e muitos que tentam caem em meio do caminho. **É muito mais fácil e mais seguro nascer no alto.**<sup>244</sup>

Mas esse não é o ponto a ser aproveitado pela ideologia. Como o mito compreensivelmente não se desfez nas décadas seguintes ao estudo de Mills, o modelo de executivo bem sucedido ou empresário com qualidades sobre-humanas continuou a crescer entre os cursos universitários de Administração e seus equivalentes.<sup>245</sup> Com a expansão do modelo cultural do capitalismo tipo norte-americano, o yuppie – jovem executivo dos mercados financeiros dos anos 80 do século passado – passa a conduzir a celebração da indústria do entretenimento, ocupando a referência de comportamento juvenil: ficar rapidamente rico, gostos extravagantes e gastos exorbitantes em futilidades. Política, apenas quando se trata de garantir os privilégios. A união perfeita da futilidade das celebridades com o discurso vazio da auto-ajuda corporativa.

A leitura de livros não é uma das características dos executivos americanos, exceto os livros sobre “administração” e histórias de detetive. “A maioria dos altos dirigentes quase nunca lê drama, grande ficção, os filósofos ou os poetas. Os que se aventuram nesta área...são realmente exceções, vistos pelos colegas com surpresa e incredulidade”.<sup>246</sup>

Os Jovens Líderes, subgrupo da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) foi fundado no começo desta década. Na cobertura midiática de encontro realizado em 2008, na paradisíaca Costa do Sauípe, litoral da Bahia, fica visível a opção acrítica típica das revistas especializadas no “mundo dos negócios” e “dinheiro”:

Eram os filhos, netos ou sobrinhos de empresários de ponta - ou, como bem disse um dos executivos presentes ao encontro, "eram os herdeiros do PIB". A primeira edição do evento Jovens Líderes Empresariais levou ao hotel baiano, na semana passada, 380 representantes dessa nova geração **forjada dentro das fábricas e escritórios dos maiores grupos do País**. Mas o que pensam os líderes do futuro? Quais seus objetivos? Como vêem o mundo corporativo? São conservadores ou arrojados? Na Bahia, viu-se de tudo. Aqueles que seguiam na linha do "como nossos pais" e os que preferiam o "preciso aprender a ser só". Muitos em plena atividade na empresa da família, como Sérgio Herz, diretor da Livraria Cultura (comandada por seu pai Pedro) e Ricardo dos Santos Júnior, neto do vice-presidente José Alencar e *trainee* na Coteminas.

<sup>244</sup> MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p.140.

<sup>245</sup> Ver também Maurício Tragtenberg, *Administração e Ideologia*. Trataremos deste livro no capítulo 4.

<sup>246</sup> *Wy Don't Businessmen Read Books?*, Revista Fortune, maio de 1954, *apud* MILLS: 1975, p.159.

Outros, em **carreira solo**, como Aninha Gutierrez, que deixou a Andrade Gutierrez para montar a Academia Fórmula, em Belo Horizonte. Mas todos, sem exceção, com uma **disposição enorme de provar que tem competência e garra suficientes para continuidade ao trabalho iniciado pelas gerações anteriores.**<sup>247</sup>

Conservadores ou arrojados? Malabarismo de palavras que opõe como suposta qualidade um arrojo que, lembrando Lampedusa, significa exatamente conservadorismo. Ser arrojado é não trabalhar na fábrica do pai e, portanto, ter que **ganhar** sua própria empresa mantendo e ampliando (ou não, dependendo do sucesso do empreendimento) o patrimônio da família. Mas não é só o capital que é herdado pelos nobres sobrenomes:

Tome como exemplo André Skaf, 23 anos, filho do presidente da Fiesp, Paulo Skaf. **Herdou do pai a veia associativa e o talento para reunir classes empresariais.** Sua companhia, SSSky, criada em sociedade com o amigo Omar Sahyoun (24 anos), já organizava encontros importantes da indústria da moda, como o Prêt-à-Porter, que colocou nas passarelas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, grifes nacionais desfilando peças que pouco depois poderiam ser compradas nas lojas. "O Prêt-à-Porter vende produtos e não conceitos. E tem por objetivo divulgar a indústria nacional", resume André Skaf. No evento Jovens Líderes, a história se repete. A SSSky se associou ao empresário Marcus Hadade, dono da Arizona Gráfica e ex-presidente da Confederação Nacional de Jovens Empresários, para juntar os "empreendedores do futuro". "A idéia foi formar desde já um elo entre homens e mulheres que podem fazer o Brasil seguir em sua marcha de crescimento", diz André Skaf.

André Skaf, filho do presidente da FIESP, herdou do pai, segundo a revista, o "talento para reunir classes empresariais". Mills evidencia o absurdo desta apologia:

Talvez J. P. Morgan tivesse em criança sentimentos muito fortes de inadaptabilidade, talvez seu pai acreditasse que ele nada seria; talvez isso despertasse nele uma ânsia incomum do poder pelo poder. Mas tudo isso não teria importância se ele vivesse numa aldeia camponesa da Índia em 1890. Para compreender os muito ricos devemos compreender primeiro a estrutura econômica e política do país onde se tornaram os muito ricos.<sup>248</sup>

O messianismo típico da mistificação que liga riqueza com modernidade e modernidade com civilização, sempre em oposição aos bárbaros/pobres. Florestan desmonta este misticismo auto-ilusório e ideologicamente necessário:

Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de **moderado** espírito modernizador e que, além do mais, tendia a **circunscrever a modernização ao âmbito empresarial** e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio – não como um fim – para demonstrar sua *civilidade*. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-la de alto a baixo.<sup>249</sup>

<sup>247</sup> Fonte: Revista Isto é Dinheiro: [http://www.terra.com.br/istoedinheiro/422/negocios/herdeiros\\_pib.htm](http://www.terra.com.br/istoedinheiro/422/negocios/herdeiros_pib.htm), acesso 30/05/09 [grifos nossos].

<sup>248</sup> MILLS, C. W. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar: 1975, p.117-118.

<sup>249</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p.242 [grifos nossos].



O uso das qualidades “hereditárias” do jovem empresário “bem sucedido” poderia ficar restrito à má qualidade deste tipo de jornalismo interessado, não fosse este modelo generalizado como a imagem socialmente aceita do jovem empreendedor bem-sucedido. O ponto final, a chegada da disputa na “competitividade cruel” é este, o “vencedor” vazio. Um personagem de marketing. No entanto, celebrado, bajulado e de fato poderoso, o jovem executivo (ou filho de) realmente acredita deter uma inteligência, percepção e ousadia extraordinárias, expostas no messianismo do “empreendedor do futuro”: “formar desde já um elo entre homens e mulheres que podem fazer o Brasil seguir em sua marcha de crescimento”, nas palavras de um participante do encontro de jovens “líderes”. O empreendedor é atualmente o consenso fabricado para destruir qualquer tentativa de união das classes trabalhadoras:

Segundo essa opinião, inteligentemente resumida por Joseph Schumpeter, os gigantes milionários são homens que se colocam nos pontos focais do “vento perene das inovações” que soprou nos dias áureos do capitalismo. Pela esperteza pessoal e esforço acima do normal, criaram e combinaram empreendimentos privados nos quais estão representadas novas técnicas e novos processos financeiros, ou deram novas utilizações a técnicas e processos antigos. Estas, e as formas sociais que assumiram, são os motores mesmos do progresso capitalista. Dessa forma, Schumpeter combina a teoria do progresso capitalista com uma teoria da estratificação social para explicar, e na verdade louvar, a “destruição criadora” dos grandes empreendedores.<sup>250</sup>

O discurso empreendedor legitima assim duas situações: nos países de capitalismo avançado justifica a existência das grandes fortunas e do modo de vida extravagante dos *Café Society*. Por outro lado, nos países periféricos, a retórica do empreendedorismo, além da mesma função legitimadora das grandes fortunas, permite que o ônus do desemprego seja todo repassado aos desempregados – “não-portadores” das virtudes do empreendedor, como ficam evidentes a cada reportagem da grande mídia sobre o tema empreendedorismo.

A carreira econômica dos muito ricos não foi nem “empreendedora” nem “burocrática”. Além disso, entre eles, muitos dos que assumiram a direção das firmas de suas famílias são tão “empreendedores” ou “burocratas” quanto os que não dispuseram de tal herança. “Empreendedor” e “burocrata” são palavras da classe média, tende conotação de classe média, e não podem ser violentadas para conter as conjunturas das carreiras da alta vida econômica da América. [...] O termo inadequado “empreendedor” não tem o mesmo sentido quando aplicado aos pequenos homens de negócios e aos homens que chegaram a possuir as maiores fortunas americanas. O burguês sóbrio, fundador de uma pequena firma, a expansão gradual de seus negócios sob cuidadosa vigilância até tornar-se uma grande empresa americana, não proporciona um quadro real dos fundadores de fortunas nos altos níveis.<sup>251</sup>

Na sua imagem mistificada, o empreendedor deveria correr certo risco, não apenas com seu dinheiro, como com sua própria carreira. Mas, como diz Mills, “dado o pulo”, obtida a fortuna,

<sup>250</sup> MILLS, 1976, p.112.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p.139.

aceito no “clube”, as gerações descendentes dos milionários passam a desfrutar do status de empreendedores mesmo que só façam seguir as imbricadas redes de relações que costumam salvaguardar os muito ricos de verdadeiros perigos. Outras pessoas, como os trabalhadores assalariados, podem correr os ricos reais. Assim, apesar da retórica da bravata, a riqueza não só tende a perpetuar-se, mas também a monopolizar as novas oportunidades de conseguir uma nova fortuna. “Sete em cada dez dos muito ricos hoje nasceram da classe superior; dois em cada dez, no nível de conforto da classe média, e apenas um em ambiente de classe mais pobre”.<sup>252</sup> Contudo, a mistificação precisa de alimentação constante para não cair no descrédito:

Se todos os planos de crescimento apresentados em Sauípe realmente se confirmarem o Brasil seguirá tranqüilo sua marcha de crescimento. “Esse é o espírito. Quem entra no meio corporativo tem que estar disposto a buscar todas as oportunidades, sem medo de errar”, ensinou Benjamin Steinbruch, o dono da CSN, um dos palestrantes no evento. Não havia um único representante dos jovens líderes sem uma carta na manga, um novo negócio a ser explorado ou estratégias ousadas de expansão. É o ímpeto natural de quem há pouco tempo deixou os bancos universitários e está se preparando para tentar brilhar no competitivo mundo dos negócios. “Minha idéia é voltar para a Coteminas assim que terminar meu MBA nos EUA”, diz Ricardo dos Santos Júnior, neto de José Alencar e sobrinho de Josué Christiano Gomes da Silva, o atual presidente da empresa. Júnior, de 25 anos, estava participando de um programa rotativo de trainee na companhia, mas interrompeu a carreira para se preparar para o MBA, a ser feito na Universidade de Columbia. Estaria sendo moldado para a sucessão? “Sou apenas o mais velho da “terceira geração” e por isso fui o primeiro a entrar”, diz. “E lá na empresa, o crescimento profissional acontece por competência e não por nome. Foi assim com o meu tio Josué”. Segundo ele, Josué é o melhor executivo de sua geração e Alencar, um grande empresário e um político exemplar. Seu avô vai sair para presidente da República, Júnior? Ele sorri e dispara: “Pergunte para ele”. Júnior está sendo bem treinado.<sup>253</sup>

Voltando a análise de Wright Mills, “os altos dirigentes das grandes companhias não são, e nunca foram, uma coleção heterogênea de americanos – são um tipo social perfeitamente uniforme, que teve vantagens excepcionais de origem e preparo, e não se enquadram nos muitos estereótipos que se fabricam sobre eles”<sup>254</sup>. Não há, em termos morais, problema algum em um grupo de jovens, filhos dos principais industriais do país, reunir-se sob um tipo de organização de categoria, pleiteando aumentar – qualificar ou outro termo da moda – sua formação para assumir os negócios da família. A trapaça, e é isto que se trata, está na universalização das condições – filhos e netos de grandes empresários falam publicamente como se seu “esforço”, o seu “mérito” os distinguissem dos demais, os que “não se esforçam” – os “não-empreendedores”, os não ricos. Passa-se, com a parceria ideológica dos grandes

<sup>252</sup> Ibidem, p.129.

<sup>253</sup> Fonte: Revista Isto é Dinheiro: [http://www.terra.com.br/istoedinheiro/422/negocios/herdeiros\\_pib.htm](http://www.terra.com.br/istoedinheiro/422/negocios/herdeiros_pib.htm), acesso 30/05/09.

<sup>254</sup> MILLS, *op cit*, p.155.

grupos de mídia, a idéia de que a realidade dos ricos herdeiros está ao alcance de qualquer um. Competindo dentro das “justas” normas do mercado todos podem, com mérito, desfrutar da liberdade de um colóquio empresarial na paradisíaca Costa do Sauípe. Ser herdeiro chega a ser um fardo, vencido pela ousadia e preparo dos “júnior” e “neto”. Voltando ao uso do termo liberdade:

A América não se tornou um país onde os prazeres e a capacidade individual sejam limitados pelas pequenas rendas e altos impostos. Há rendas que continuam altas apesar dos impostos e há muitas formas de fugir deles e reduzi-los. É mantida na América, onde se cria e conserva todo ano, uma camada de ricos associados, cujos membros possuem, em sua grande parte, muito mais dinheiro do que podem gastar pessoalmente sem causar espanto. Para muitos deles, o preço das coisas simplesmente não tem importância. Jamais olham para a coluna da direita dos cardápios; jamais recebem ordens de ninguém, jamais têm de fazer coisas realmente desagradáveis, exceto por desejo próprio; nunca enfrentam uma alternativa imposta pelas considerações do custo. Jamais *têm* de fazer nada. São, segundo todas as aparências, livres. Mas são realmente livres? A resposta é “Sim”, dentro dos termos de sua sociedade eles são realmente livres.<sup>255</sup>

Uma liberdade muito restrita, tornada exemplo universal de sucesso acessível, quando se trata do oposto, um processo de recrudescimento das diferenças e retirada da liberdade dos infelizes não participantes de grupos de jovens líderes. Enquanto isso, longe de Sauípe, os trabalhadores que não são filhos do presidente da FIESP convivem com políticas “empreendedoras” de precarização de salário e condições de trabalho, conforme o sociólogo José de Souza Martins (1998):

O trabalhador é despedido – e isto está acontecendo maciçamente no mundo inteiro –, e para se reempregar o faz como se fosse empregado de si mesmo, passando a vender sua força de trabalho não por aquilo de que necessita para sobreviver, mas concorrendo com os meios de produção. Em outras palavras, ele não concorre com os outros trabalhadores, mas com os meios de produção. [...] Já há engenheiros se proletarizando, sendo terceirizados, indo às fábricas como se fossem empresários oferecendo uma mercadoria. Só que essa mercadoria é constituída pelos próprios serviços que podem executar e não mais sua força de trabalho, embora esta força esteja embutida na mercadoria que oferecem.<sup>256</sup>

Os parâmetros, seguindo com Martins, da insistência dos programas de reestruturação produtiva em submeter os trabalhadores a cortes e privações assemelham-se a uma “nova forma de escravidão” (Martins, 1998). Paradoxalmente, o símbolo da livre iniciativa, o empreendedor individual, retoma elementos históricos do trabalho por sobrevivência, enquanto permite ao proprietário e acionistas a extração continuada do lucro.

<sup>255</sup> Ibidem, p.196.

<sup>256</sup> MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 216.

## 5 CURRICULUM MORTIS

A divisão aqui é claramente a clássica oposição capital e trabalho. Entre os donos do capital e seus aliados, as teses de competição exacerbadas na base da população facilitam a fragmentação dos movimentos trabalhistas, colocando forte pressão nos ombros das gerações que chegam. E isso sem questionar jamais os reais motivos que criam imensas dificuldades aos jovens pobres, enquanto mantém redomas de proteção aos jovens das classes dominantes. Os sociólogos Mario Margüillis e Marcelo Urresti (*La juventud es más que una palabra*, 2000) chamam de “moratória social” este fator de classe que pressiona com muito mais intensidade os jovens das classes pobres a se submeter às regras do mercado para pagar as contas, muitas vezes sustentando uma família precocemente constituída ou os próprios pais deslocados do trabalho formal. Já os jovens das classes altas e médias cada vez mais têm na casa dos pais um período longo de proteção. Mesmo sendo um fator sociológico reconhecido – essa nova geração de jovens que não sai de casa mesmo trabalhando – talvez não se avalie corretamente as dimensões das diferenças de percepções que a posição de classe aqui provoque.

A geração de jovens que têm o apoio dos pais para entrar no mundo do trabalho – e antes disso, na escolha de um curso universitário, e, nos casos de arrependimento, uma nova escolha de outro curso universitário – tem uma situação diferenciada de orçamento. Enquanto o salário dos jovens trabalhadores das classes pobres é usado quase integralmente no pagamento das despesas essenciais, na manutenção da vida doméstica, com pouco ou nenhum espaço para pequenos luxos, como cultura, os jovens das classes média e alta muitas vezes não precisam contribuir com as despesas da casa. O salário recebido é um complemento destinado ao consumo de produtos típicos do desejo juvenil de qualquer classe.

Criam-se aqui duas situações distintas, mas complementares. No campo do trabalho surge uma geração que chega sem tantas preocupações com direitos e benefícios trabalhistas, pois tem em casa um plano de saúde e comida na mesa. Conseqüentemente, as lutas históricas dos sindicatos dos trabalhadores não exercem nenhum apelo, ao contrário, ocupariam o tempo realmente importante dedicado ao aperfeiçoamento individual, meio único para o sucesso financeiro pessoal. Os jovens que chegam aos postos de trabalho “subsidiados”, são os que ocupam cargos superiores nas organizações, afinal têm escolaridade maior, todo tipo de cursos curriculares exigidos, como idiomas, além de outros facilitadores, como a indicação dos amigos da família a determinado posto. Estão, portanto, estes jovens profissionais, em condições de determinar ideologicamente o padrão de exigência e comportamento do mundo do trabalho,

pressionando ainda mais os jovens pobres.<sup>257</sup> São, estes jovens privilegiados, via de regra entusiastas adeptos do discurso neoliberal e suas práticas empresariais de perseguição ao sindicalismo e precarização do trabalho. A disputa entre capital e trabalho perde seus locais históricos de referência, como as greves e as assembléias sindicais, passa a se dar inteiramente na esfera privada e individual do *curriculum vitae*.

Um texto de Leandro Konder, *Curriculum Mortis*, publicado no livro de ensaios *O marxismo na batalha de idéias*<sup>258</sup>, retrata com rara percepção o fenômeno da reificação pela lógica do mantra acrítico da preparação para o mercado competitivo. O texto é da década de 1980. A corrida neoliberal pelo profissional hipercompetitivo ainda se desenhava, mas a análise de Konder antecipa a transformação de uma forma de expor o histórico da vida profissional e educativa em um exercício de autolouvação.

A sociedade, modernizada, precisa de organização e eficiência. Para obter um emprego, para conseguir uma promoção, fazer carreira, o sujeito precisa exibir suas qualidades, ostentar seus êxitos. Já existem até manuais que ensinam o cidadão a preparar seu *curriculum vitae*. A trajetória ascensional de cada um depende dessa peça de literatura, que lembra as antigas epopéias, porque nelas o protagonista – o herói – só enfrenta dificuldades para acumular vitórias. Os obstáculos servem apenas para realçar seu valor. O passado é reconstituído a partir de uma ótica descaradamente “triumfalista”.<sup>259</sup>

Na página principal do UOL, maior portal da internet brasileira, existe um espaço cativo para “carreiras”, onde consultores ensinam os macetes da preparação e apresentação de um bom currículo para o candidato aos melhores empregos. Aprende-se, por exemplo, quais comunidades (grupos escolhidos por afinidades, como grupos de música ou programas de televisão, que aparecem na página pessoal) “pega bem” ter no seu perfil do site de relacionamentos como Orkut (do grupo Google) ou *Facebook*. Mesmo que o aspirante nunca tenha ouvido falar de tal comunidade, os empregadores que, obviamente “espertos” e “ousados”, examinarão minuciosamente, além do currículo entregue, os sites de relacionamento

---

<sup>257</sup> Interpretando os dados do Pnad 2008, o presidente do IPEA, Marcio Pochmann, identificou a distorção entre os rendimentos dos escolarizados: “Ser pobre, nas regiões metropolitanas brasileiras, é estar praticamente desempregado. É estranha a interpretação de que quanto maior a escolaridade (do trabalhador), maior é a chance de emprego, porque isso não ocorre com os mais pobres”. O Ipea mostrou que o contingente de pobres que estudaram 11 anos ou mais em busca de emprego é 3,7 vezes maior que o dos pobres analfabetos, que têm, ironicamente, mais facilidade de colocação no mercado de trabalho. “Há uma barreira, do ponto de vista da inserção, para trabalhadores pobres, apesar da escolaridade. É o chamado QI, ou quem indica. Isso não ocorre com os menos escolarizados, porque esses não dependem das relações sociais para conseguir emprego”, avalia. *Correio Braziliense*, disponível em <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/182/2009/09/23/economia,i=143853/IPEA+REVELA+QUE+OS+MAIS+ESCOLARIZADOS+ENGGROSSAM+AS+FILAS+DE+DESEMPREGADOS.shtml>, acesso 25/09/09.

<sup>258</sup> KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha de idéias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 53.

freqüentados pelos candidatos para decidir entre informações pessoais ali colocadas qual o candidato mais apto. Por isso é bom mostrar interesse em comunidades que revelam um personagem inteligente, *cool*, antenado (sempre segundo os critérios das corporações<sup>260</sup>). Enfim, não importa exatamente quem é o candidato, mas qual o nível de sofisticação entre o ser real (com defeitos) e o carismático virtuoso personagem que ele pode construir para tal fim específico – arrumar um emprego.

Evidentemente, trata-se de uma imagem que não corresponde à realidade. Em sua imensa maioria, os seres humanos não são campeões invictos, não são heróis ou semideuses. Se nos examinarmos com suficiente rigor e bastante franqueza, não poderemos deixar de constatar que somos todos marcados por graves derrotas e amargas frustrações. Vivemos uma vida precária e finita, nossas forças são limitadas, o medo e a insegurança nos freqüentam; e nada disso aparece no *curriculum vitae* de cada um de nós.<sup>261</sup>

O resultado, ao final da elaboração de um currículo, seguindo as normas de manuais e consultores modernos de carreira, é um ser parcialmente (no mínimo) alheio ao portador das feições da foto anexada ao documento. Mais grave é a massificação deste auto-engano no processo de aprendizagem das novas gerações, orientadas, desde o começo de sua vida educacional, a alimentar o personagem que supostamente vai converter o cidadão ao mundo do sucesso profissional.

O *curriculum vitae* é a ponta do iceberg: ele é o elemento mais ostensivo de uma ideologia que nos envolve, nos educada nos princípios do mercado capitalista; é a expressão de uma ideologia que inculca nas nossas cabeças aquela “mentalidade de cavalo de corrida” a que se refere a escritora Doris Lessing. **Não devemos confessar o elevado coeficiente de fracasso de nossas existências porque devemos ser “competitivos”.**<sup>262</sup>

Como super-heróis, infalíveis e invioláveis, personagem e realidade aos poucos se confundem, ao menos na auto-imagem do ser curricular, impossibilitando toda forma de auto-crítica.

A ideologia que se manifesta no *curriculum vitae*, afinal, aumenta a nossas tensões internas, porque nos dificulta a lucidez e a coragem de assumir o que efetivamente somos; nos obriga a vestir o uniforme do “super-homem”, a afetar superioridades artificiais. Além disso, ela incita à mentira, gera hipocrisia. Por sua monstruosa unilateralidade, a imagem do “vitorioso”, que ela nos obriga a

---

<sup>260</sup> O/a candidato/a deve ter de 20 a 30 anos e ter facilidade de transporte para o bairro Itaim Bibi. Esta função requer ensino médio completo e conhecimento do pacote Office. O/a interessado/a deverá enviar currículo com foto – e se possível com o link do Orkut (<http://www.gife.org.br/>) acesso 01/02/09. Ou Buscamos profissionais com superior completo, 4 anos assessorando altos executivos em rotinas secretariais. Inglês Alemão Fluente. Características Pessoais: Inteligente, **pro ativa**, **hands on**, discreta, comprometida, madura, flexível, dinâmica e orientada.

<<http://www.zap.com.br/empregos/vagas/detalhes.aspx?id=269461&t=busca>>, acesso 19/08/09.

<sup>261</sup> KONDER, 1984, p. 54.

<sup>262</sup> Ibidem. [grifo nosso].

exibir, empobrece o nosso conhecimento de nós mesmos, prejudica gravemente a sinceridade de nossa auto-análise.<sup>263</sup>

Nas famílias de classe média e alta as primeiras escolhas já condicionam para o resultado final esperado. Ou tentam, pois o resultado pode inverter as pretensões, mas a força do procedimento parece se impor e, para grande parte dos jovens, montar um bom currículo é uma preocupação que influencia diretamente nas escolhas, a escola, o clube, os amigos. Os erros são apagados, os passos certos supervalorizados – e, quando não é possível, critérios são modificados para permitir a inclusão de um ou outro ato de heroísmo. Nesse processo, o que seria a suposta virtude da competitividade – a ousadia – desaparece na repetição de fórmulas consagradas e “vencedoras”. O ser audaz estampado na página do currículo não existe no mundo real. Fenômeno amplo que se mescla com o que se entende por indústria cultural, que vai, aos poucos, moldando todas as formas de expressão artística ao mesmo padrão mercadológico das celebridades e famosos que, de concreto, nada fazem.<sup>264</sup>

Além da criatividade, outra grave perda é a crítica. Ou, no caso, a autocrítica. O personagem semifictício que resulta da produção inflada do *currículum* é, forçosamente, imbatível. Sem defeitos, fracassos e derrotas. Habitados a falar publicamente pela boca do personagem retratado no currículo, percebe-se nas novas gerações uma certa esquizofrenia, onde a parte fictícia – a imbatível – instrumentalizada pelos consultores de marketing, junta-se num coletivo de mônadas a outros currículos/personagens para completar o desfecho ideológico da competição: apologia ao mundo administrado e, na mesma medida, desprezo pelos seres reais – as classes e frações de classes ausentes deste universo de currículos supervitaminados.

A verdadeira autocrítica exige uma espécie de “complementação negativa” para o *currículum vitae*: depois de apregoar seus êxitos e seus méritos, a pessoa enfrenta o desafio de reconhecer suas frustrações, suas deficiências, seus fracassos, suas fraquezas. Talvez possamos chamar essa reconstituição dolorosa e necessária de *currículum mortis*. Os indivíduos mais gravemente contaminados pela ideologia “triumfalista” que se manifesta no *currículum vitae* carecem de sensibilidade, de madura lucidez e de coragem intelectual para a elaboração desse *currículum mortis*. Eles agem como aquele político conservador que, numa entrevista, respondendo a uma pergunta sobre o maior erro que admitia ter cometido, explicou à estarecida jornalista: “Meu maior

---

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> Basta observar os problemas que celebridades obrigadas (pela necessidade permanente de evidência) a aderir aos modismos da internet como o *Twitter* (blog com descrição da rotina diária ou qualquer coisa em poucas palavras que são avidamente recebidas pelos seguidores – o que torna o local virtual um campo de disputa de celebridades pelo “maior número de seguidores”) enfrentam ao ter que postar frases diárias. Acostumados com a bajulação devida ao personagem curricular, expostas na internet, as frases das celebridades mostram um pouco do ser humano real, erros de português, idéias tolas que são imediatamente apontadas e satirizadas por outros blogs no ambiente de relativa anarquia que ainda caracteriza certos espaços da rede. As celebridades reagem com arrogância e indignação. É o *currículum* construído chocando-se com o ser real e o mundo fora do círculo fechado de proteção. Percebe-se a surpresa do “semideus” ao se ver no ridículo.

erro tem sido o de dizer as coisas antes de todo mundo, cedo demais, quando os espíritos ainda não estão preparados para compreendê-las; isso desencadeia uma reação muito forte contra meu pioneirismo”. Num passe de mágica, a autocrítica se transforma em auto-elogio<sup>265</sup>.

É justamente esse personagem construído que parece falar publicamente nas manifestações de indignação contra a criminalidade ou o valor pago em impostos e demais “indignações” que movimentam as elites quando se sentem desprestigiadas. Quando o apresentador popular de TV foi assaltado, seu relógio fetiche Rolex retirado sob ameaça de uma arma, reagiu indignado em artigo no principal jornal do país, “sou apresentador de televisão”, “pai de família”, “presido uma ONG”. A “coisa”, o ser reificado impresso no curriculum já tomou lugar da consciência e é o personagem que fala publicamente. As fantasias curriculares, como “presido uma ONG”, são tratadas como fato definidor da moral pública elevada e, portanto, deve ser aceito incondicionalmente. Como alguém pode assaltar uma pessoa com um currículo assim?

A princípio, a proposta dessa tese era investigar a apatia política, a despolíticação, mas o caminho tomado mostrou-se diferente. Não se trata de simples apatia, mas do uso instrumental da política. Aos pobres, contentem-se com a universalização do voto. Aos grupos do poder, o uso direto dos aparatos de proteção do Estado. O personagem impresso nos currículos das classes dominantes pode ser claramente identificado em debates que envolvam temas que confrontam a apologia capitalista com o concretude das lutas sociais. Em um blogue de estudantes de apoio a greve de servidores e professores da Universidade de São Paulo, grande parte dos comentários (alunos visitantes ao debate) do site inegavelmente criticavam os grevistas e seus apoiadores. A linha desta crítica pouco variava, insistindo em velhos clichês anti-esquerdistas, como a oposição entre o mundo sério, que trabalha, produz e o mundo ocioso, para não dizer inútil, de determinados setores da universidade pública:

Anônimo disse

É incrível o teor dos comentários "esquerdistas" desse blog. Na minha opinião essa retórica socialista é totalmente obsoleta e inegavelmente ultrapassada... A história nos mostra que instituições que não acompanham as tendências de seu tempo estão fadadas a extinção. É claro que todo nós temos direitos e devemos lutar por eles, **mas não esquecendo dos deveres**. O dever de uma universidade é **fornecer ao mercado o capital humano** e as patentes necessárias para que o Brasil se desenvolva e melhore a condição de seus cidadãos. É claro que para isso acontecer da melhor maneira possível funcionários, professores e alunos devem demonstrar empenho e eficiência. Mesmo que os funcionários estejam em greve e alguns professores e alunos lutem pelos interesses de outros **a USP que interessa não parou de funcionar e de preencher o mercado com as melhores cabeças**. Sou favorável à terceirização pois é mais eficiente (vide bandeirão da química), da quebra da demasiada estabilidade do funcionário

<sup>265</sup> KONDER, 1984, p. 59. [grifo nosso].



público e da política de benefícios-eficiência. Falando no *populas...* essa parada ta muito *juvenas* e só tira a nossa competitividade.<sup>266</sup>

Das centenas de páginas visitadas de debates, entre sites de esquerda, direita, extrema esquerda e direita extremada, ao longo dos últimos anos, poucos depoimentos foram tão claros e diretos. Estão aí, em síntese, quase todos os argumentos que celebram a adaptação acrítica “ao mercado” e lançam desprezo contra os obsoletos e ultrapassados esquerdistas. Lutar pelos direitos é importante, mas sem “esquecer dos deveres”, frase simbólica da necessidade de adaptar-se – esse é o objetivo da universidade, adaptar o “capital humano” aos requisitos de interesse momentâneo do mercado. Divergir desse dogma é automaticamente recair no amaldiçoado campo da improdutibilidade. Uma direção aparentemente imutável, pois a universidade que “interessa” não pára com greves e piquetes, tem linha direta já construída e solidificada com o mercado onde a mediação não é feita por pessoas ou idéias, mas por currículos. O mergulho na ideologia é tão profundo que dificilmente permite a volta do mergulhador à superfície. Nesse sentido a razão substitui o mito para tornar-se um novo mito, na famosa análise da *Dialética do Esclarecimento*. É esse manto mitológico do ser racional de que se vestem os jovens capitalistas. Armados de um suposto conhecimento técnico (superior a qualquer outro, em especial seu “rival” humanista), investem duramente contra os desajustados/fracassados que ousam agir contra a lógica auto-evidente do mercado competitivo como seleção natural dos melhores da espécie.

Em outro ponto de debate virtual da greve na USP, o site *youtube* que exibia vídeo de apoio aos servidores em greve, a linha da crítica burguesa aos críticos da burguesia é reforçada:

DreamOfTurtles

Porque os estudantes de cursos top da USP estão sempre muito ocupados com disciplinas difíceis que demandam muitas horas de dedicação para se obter sucesso. Por isso, você nunca vai ver alunos de medicina, biologia, enfermagem, psicologia, engenharia, física, química, matemática ou direito, etc. nessas coisas. Você só vai ver a galera das ciências sociais. O curso deles é irrelevante para o Brasil e só lhes resta arruaças, já que seu destino é o desemprego.

Reducino

Deviam jogar a FFLCH lá pra USP leste

gabrielguitarman

Como estagiário, **consumidor e pagador de impostos...** pago para ESTES professores darem "aulas"? PQP! Vamo fugir deste País!

edrods

Não é por acaso que o apoio a esses movimentos venham de alguns cursos nos

<sup>266</sup> <http://acaodestudantil.blogspot.com/2008/12/solidariedade-brando-usp.html>, acesso 23/06/09. Texto mantido na forma original [grifos nossos].

quais basta o sujeito ler meia dúzia de livros para sair por aí vomitando "erudição".<sup>267</sup>

Além do lugar comum "universidade que produz" versus "universidade que atrapalha", aparece aqui outro clichê que vem se consolidando na lista retórica da classe média indignada: o consumidor, o pagador de impostos. Como a cidadania só se realiza no consumo, consumir é o melhor passaporte ao mundo dos direitos, mesmo que estes nada tenham com o consumo. Pagar impostos é o "atestado" deste modelo de cidadão, proliferando frases do tipo: pago meu impostos e conseqüentemente posso falar sobre qualquer coisa e exigir o que bem entender para meu proveito pessoal. Este era o lema da campanha da Fiesp em setembro de 2008: "Eu pago meus impostos, eu quero meu dinheiro de volta".<sup>268</sup> Uma imagem de classe autoglorificante e falsa – os pobres pagam mais impostos que os ricos e recebem nada de devolução. Uma modernidade e civilização públicas que encobrem uma elite inimiga do conhecimento – privatizado e elitizado pelas normas de direitos autorais – e parceira de todas as formas de atraso. Florestan Fernandes (2006) nunca perdeu de vista os reais movimentos por trás da imagem pública:

Não obstante, essa mesma burguesia – como sucedera com a aristocracia na época da Independência – foi condicionada pelos requisitos ideais e legais da ordem social competitiva. Ela se define, em face, de seus papéis econômicos, sociais e políticos, como se fosse a equivalente de uma burguesia revolucionária, democrática e nacionalista. [...] As representações ideais da burguesia valiam para ela (ideologia) própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e civilização.<sup>269</sup>

O contragolpe ao neoliberalismo com a crise econômica 2008-2009 e a intervenção maciça do Estado nos países capitalistas centrais na economia está longe de significar o fim do modelo. Nas últimas três décadas as cabeças dos jovens vêm sendo fortemente bombardeadas pelas idéias neoliberais. Entre as idéias está o afastamento das reflexões críticas aos modelos capitalistas (a razão instrumentalizada como único modo de conhecimento legítimo e a desqualificação das ciências humanas como inúteis) – ou seja, por definição, a crise do modelo não deve provocar maiores revisões ou reajustes, apenas um abrandamento na fúria do livre mercado, para que depois – assegurada a continuidade dos poderes soberanos das grandes

<sup>267</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=8D9XCN319FA>, acesso em 23/06/09. Comentários ao vídeo com depoimentos de professores, entre eles Francisco de Oliveira e Paulo Arantes, em apoio ao servidor da USP Claudionor Brandão, demitido por justa causa, os professores também manifestaram apoio a paralisação de servidores e professores na USP.

<sup>268</sup> Cartaz pendurado no edifício da FIESP, na Avenida Paulista, no mês de dezembro de 2007 [grifos nossos].

<sup>269</sup> FERNANDES, 2006, p.242.

corporações e o apoio decisivo e unânime dos produtores de cultura, a fúria mercadista retorne disposta a recuperar o tempo perdido com algum outro rótulo em substituição a neoliberal.

As classes dominantes de hoje não são, evidentemente, as mesmas de um século e meio atrás. Parece estranho evocar a História em uma argumentação que critica o “presente contínuo”. Contudo, a construção da identidade de classe se dá de forma relacional e histórica. É no trato e nos processos de convivência entre dominantes e dominados que vai se moldando o pensamento da elite no passado e no presente – mesmo que uma parte deste conhecimento seja, convenientemente, esquecido, ocultado ou instrumentalizado. As elites e seus filhos têm nessa instrumentalização do pensamento e das tarefas de socialização um passo “natural” na continuidade familiar de assumir altos cargos e manter um excelente nível de remuneração financeira.

O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia).<sup>270</sup>

Adorno e Horkheimer (1973) sempre apontaram a importância da ideologia como componente da dominação:

A falsa consciência de hoje, socialmente condicionada, já não é espírito objetivo, nem mesmo no sentido de uma cega e anônima cristalização, com base no processo social, pelo contrário, trata-se de algo cientificamente adaptado à sociedade. Essa adaptação realiza-se mediante os produtos da indústria cultural; como o cinema, as revistas, os jornais ilustrados, rádio, televisão, literatura de best-seller dos mais variados tipos, dentro do qual desempenham um papel especial as biografias romanceadas. É por demais evidente que os elementos de que se compõe essa ideologia intrinsecamente uniforme não são novos; muitas vezes encontram-se até imobilizados e petrificados. Isto relaciona-se, na verdade, com a distinção tradicional, cujos primórdios já se manifestavam na Antiguidade, entre a esfera cultural superior e inferior, sendo que esta última, entretanto, está racionalizada e integrada por resíduos deteriorados do espírito superior.<sup>271</sup>

A ideologia da competitividade tem o importante papel de acomodar as diversas camadas que compõem uma classe e, fundamentalmente, garantir as marcas fronteiriças que separam as classes proprietárias das classes trabalhadoras. Com a retórica da competição – todos podem chegar lá – e do mérito (independente de quem é ou de que classe pertence), a ideologia da competitividade mantém as gerações que chegam atadas ao modo de produção e circulação de mercadorias característico do capitalismo e seus programas de controle do emprego e do trabalhador. Como consequência direta da impregnação desta ideologia tem-se o

<sup>270</sup> FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008, p. 23.

<sup>271</sup> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo, ed. Cultrix, 1973

aprofundamento das diferenças entre as classes e, paradoxalmente, onde “todos tem a mesma chance”, predomina a visão de que alguns grupos são incorrigíveis, não se adaptam às regras da competição e são os únicos responsáveis pela sua situação de miséria ou total deslocamento da vida produtiva. Tal miséria, por sua vez, amparado num passado recente de popularidade de pesquisas eugênicas, é automaticamente conectada aos grandes medos da “civilização”, principalmente a criminalidade, a violência e a transmissão de doenças contagiosas.

Os jovens, mais do que vítimas, têm se mostrado importantes fontes de propulsão deste motor ideológico, assumindo acriticamente seu papel de adaptar-se às exigências do mercado, tratando os “outros” como inimigos – quando concorrentes diretos – e com bajulação, quando em nível hierárquico superior (pelo menos até poder ser derrubado, passando ao desprezo e raiva, quando o indivíduo ou grupo está fora da corrente produtiva que determina a cidadania sob o capitalismo). O paradoxo da ideologia da competitividade é sua promessa de mobilidade social ao indivíduo competente, enquanto serve para dar sustentação aos mecanismos de segregação que reforçam exatamente a proteção dos “muros” divisórios, mantendo (no mínimo) a atual estrutura desigual. Para assegurar a eficácia da ideologia da competição, nada melhor do que esvaziar a cultura da rebeldia.

Adorno trata a ideologia como **justificação**<sup>272</sup>. Não é mero problema de uma consciência irreal, um disfarce enganador, mas de uma consciência que cria mecanismos de aceitação para o que, de outra forma, jamais poderia ser justificado. Marx disse: eles não sabem, mas fazem. Peter Sloterdijk<sup>273</sup> reformulou para: eles sabem, e mesmo assim o fazem, chamando de razão cínica sua proposta de uma ideologia reflexiva. A ideologia não seria repressiva, nos moldes de Althusser, mas uma escolha, cínica, de continuar, por opção, admitindo alguma vantagem, aceitando os preceitos ideológicos. Um jovem que absorve de tal forma os clichês capitalistas não seria, na visão de Sloterdijk, um mero fantoche, mas um ser racional com boa dose de noção dos significados de suas escolhas. Em princípio, lendo com atenção os depoimentos desses jovens nos espaços de expressão de que dispõem na internet, parece mais simples concordar com a razão cínica em detrimento do ocultamento do real na tradição da crítica marxista. Centralizar o cinismo, contudo, pressupõe uma profundidade reflexiva que não se revela, de fato, na maioria dos casos. Avaliando dessa forma, desconsidera-se a assimetria de que dispõe o aparato ideológico próprio ao capitalismo. Sloterdijk acerta ao supor um ser racional que faz suas escolhas com determinado fim em mente. Há sim uma boa quantidade de

---

<sup>272</sup> Ibidem.

<sup>273</sup> Conforme SAFATLE, 2008.

cinismo ao se colocar uma celebridade afirmando em uma peça publicitária que o brasileiro tem sérias deficiências alimentares, “dois em cada três não ingerem a dose certa de vitaminas”. Para resolver isto, basta comprar um caro suplemento alimentar<sup>274</sup>. Fome e desnutrição aparecem apenas instrumentalizadas, ocultas sob a deficiência na ingestão de vitaminas, servindo como apelo estatístico ao alvo que importa: o consumidor classe média.

Mas, continuando com Adorno – e também aqui com Terry Eagleton – sem o abismo entre classes e frações de classes não seria preciso o emprego de todo arsenal ideológico. Pode haver muito cinismo, mas o cínico não elimina da equação a dominação de uma elite que dispõe de uma indústria inteira para determinar culturalmente o que se entende por inteligência superior, por sensatez, apelando para obviedade inerente ao seu ponto de vista. Adorno diz: “a ideologia não é mais uma capa, **mas a ameaçadora aceitação do mundo**”.<sup>275</sup> É esse, ao final deste capítulo, o sentido adotado e a importância da definição da ideologia. Em 1936 Max Horkheimer escrevia seu texto *Teoria tradicional e teoria crítica*, opondo a lógica cartesiana à crítica marxista da sociedade burguesa. Horkheimer diz que “a totalidade do mundo perceptível, tal como existe para o membro da sociedade burguesa e tal como é interpretado em sua reciprocidade com ela, dentro da concepção tradicional do mundo, é para seu sujeito uma sinopse de faticidades; **esse mundo existe e deve ser aceito.**”<sup>276</sup>

Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto do trabalho humano, e como a organização de que a humanidade foi capaz e que impôs a si mesma na época atual, aqueles sujeitos se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo. Por outro lado, descobrem que a sociedade é comparável com processos naturais extra-humanos, meros mecanismos, porque as formas culturais baseadas em luta e opressão não é a prova de uma vontade autoconsciente e unitária. **Em outras palavras: este mundo não é o deles, mas sim o mundo do capital.**<sup>277</sup>

O peso desta análise da década de 1930 será, mais tarde, na conturbada década de 1960, usado pelo jovens contestadores contra o próprio Horkheimer. Antes de arrefecer a crítica, o diretor do Instituto de Pesquisa Social assim sentenciava o capitalismo:

---

<sup>274</sup> O mesmo apresentador que reclamou publicamente de seu Rolex furtado, aqui em campanha publicitária para o complexo vitamínico Centrum (direcionado principalmente aos aficionados por academias de ginástica), a “solução para o problema da desnutrição nacional”.

<sup>275</sup> Adorno, apud SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 98. [grifo nosso].

<sup>276</sup> HORKHEIMER, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica*. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 125. [grifo nosso].

<sup>277</sup> *Ibidem*. [grifo nosso].

Formulado em linhas gerais, este juízo existencial afirma que a forma básica da economia de mercadorias, historicamente dada e sobre a qual repousa a história mais recente, encerra em si as oposições internas e externas dessa época, e se renova continuamente de uma forma mais aguda e, depois de um período de crescimento, de desenvolvimento das forças humanas, de emancipação do indivíduo, depois de uma enorme expansão do poder humano sobre a natureza, acaba **emperrando** a continuidade do desenvolvimento e leva a humanidade a uma **nova barbárie**.<sup>278</sup>

Desta nova barbárie que se trata aqui. Competição, irreflexão e conformismo convergem na adaptação ao dado sob a ilusão (ideológica, ou seja, não apenas falsificação) do novo, da modernidade, das “revoluções” tecnológicas, administrativas, educacionais – sempre afastando as classes pobres da órbita de atuação das revoluções verdadeiras: a econômica, a política e a cultural. Personificações do capital, parte dos jovens assume e reproduz, “tecnicamente”, velhas formas de higienizar a sociedade, afastando e punindo os impuros, estigmatizados na figura do negro, do mestiço, do pobre, do morador de rua, do vendedor ambulante. O *curriculum vitae* é, nesta ideologia da competição, o substituto ideal dos termos racistas publicamente silenciados pelo politicamente correto. Na linguagem do “mercado”, o item “boa aparência” surge sem maiores preocupações nas exigências curriculares que o candidato a uma vaga tem que preencher. Por trás da aparente igualdade no tratamento – o currículo supostamente impediria os privilégios, já que padroniza expondo apenas critérios técnicos – ocorre justamente o oposto, torna-se o objeto de uma disputa desigual, alertada por Bourdieu (*A “juventude” é apenas uma palavra*, 1983) onde as classes pobres têm que preencher um nível cada vez mais inflado de exigências. Afinal o mercado é “duro”. Sabe-se de antemão que, graças a sua própria condição de classe, as exigências não serão atendidas e, se forem, serão substituídas por novas que favoreça os “bem preparados” currículos das classes dominantes. Entre estes, as classes altas, a simples apresentação de um currículo semelhante, mas entregue ao empregador por uma pessoa amiga, confiável, da mesma classe, da vizinhança, frequentador do mesmo clube, um conhecido a quem se quer impressionar, faz toda diferença. Nenhum dos vizinhos e conhecidos do típico morador das zonas pobres vai merecer tal distinção na seção de indicações de aprovação do curriculum. Na base, a crueldade do darwinismo social, no topo a competitividade suavizada das elites saudosas de uma aristocracia que, no princípio, deveria ser guilhotinada.

---

<sup>278</sup> Ibidem, p. 144.

# CAPÍTULO 3

---

## PEGOU FOGO DEMAIS

A ausência de pensamento com que me defrontei não provinha nem do esquecimento de boas maneiras e bons hábitos, nem da estupidez, no sentido de inabilidade para compreender – nem mesmo no sentido de “insanidade moral”, pois ela era igualmente notória nos casos que nada tinham a ver com as assim chamadas decisões éticas ou assuntos de consciência. A questão que se impunha era: seria possível que a atividade do pensamento como tal – o hábito de examinar o que quer que aconteça ou chame a atenção independentemente de resultados e conteúdo específico – estivesse dentre as condições que levam os homens a se absterem de fazer o mal, ou mesmo que ela realmente os “condicione” contra ele?

Hannah Arendt

A indiferença é feroz. Ela constitui o partido mais ativo, e certamente o mais poderoso. Ela permite todas as exceções, os desvios mais funestos, mais sórdidos. Este século é sua trágica testemunha.

Viviane Forrester

### 1 PROCESSO 17901/97

“Na hora do fato não tinha noção de que a vítima tratava-se de um índio”<sup>279</sup>

Após a qualificação do projeto de doutorado e primeiro capítulo, em 2007, foram feitas várias tentativas – por via eletrônica e telefônica – de Florianópolis para Brasília, para localizar fisicamente os volumes do processo 17901/97 que trata da morte de Galdino Jesus dos Santos por cinco jovens da classe média-alta do Distrito Federal. Caso notório, com grande repercussão

---

<sup>279</sup> Peça da defesa de Max Rogério Alves, p.347, volume II.

mediática em 1997. As respostas ao questionamento inicial mostravam curiosa capacidade de, a cada consulta, indicar um caminho ou procedimento inédito até então para localizar o processo, sempre sem sucesso. Em determinada instância do Poder Judiciário a informação passada era de impossibilidade de acesso sem vínculo com as partes, mesmo com outras informações na direção oposta – o arquivo era público. Assumida a possibilidade do acesso (garantia dada por alguns dos agentes consultados, e mesmo estes que diziam ser possível num momento, para depois dizer tranquilamente que nunca foi possível, ou o contrário), restava o mistério do local exato da localização dos arquivos. Era preciso a autorização de determinado juiz – solicitada via fax – porém, o juiz indicado ficava em “vara” que, em definitivo, não sabia informar se o processo estava ou não ali, tornando inúteis todos os contatos anteriores. Após uma gama inicial de opções, reduziu-se o campo de procura ao Arquivo Central, onde estavam os processos decorridos dez anos de seu julgamento, e o Tribunal do Júri, onde ocorreu o julgamento do crime.

Após mais de seis meses de contatos e espera de retorno, informado das duas possíveis localizações e com a certeza de que “talvez” fosse possível o acesso aos documentos, a única possibilidade era, pessoalmente, ir ao Arquivo Central e Tribunal do Júri do Distrito Federal. A invariável simpatia e boa receptividade pelos funcionários, primeiro do Arquivo Central, depois do Tribunal do Júri, não modificaram a situação anterior. No Arquivo Central diziam que, pela data, o “caso do índio” deveria estar ali. Contudo, não era encontrado. Após chegar ao Tribunal do Júri a informação dada batia com a anterior, o “caso do índio” deveria estar no Arquivo Central. Consultado novamente, o Arquivo informou que solicitações de “partes” poderiam manter o processo no Tribunal do Júri. Com a novidade, os funcionários do Tribunal do Júri resolveram fazer nova busca no computador que, pelos sinais, resultaria no mesmo que as buscas anteriores, até o instante que um dos funcionários disse “péra aí”, começando a olhar as pastas de volumes espalhados pela sala pequena (mas cheia de pastas e volumes). Ao olhar embaixo de uma mesa ele retirou, satisfeito, uma série de pastas. Estavam ali os volumes do processo 17901/97, as mais de três mil páginas que seriam objeto de foco, literalmente, da pequena câmera fotográfica digital Samsung S760 nos dias seguintes, ali em pé, no pequeno balcão de atendimento, tentando não atrapalhar a rotina, contando, porém, com a ajuda dos funcionários.

Grande parte das páginas que compõem as 12 pastas do Processo 17901/97 está preenchida com as várias versões dos fatos ocorridos que provocaram a morte de Galdino Jesus dos Santos. Outro grande volume, como na pasta VIII, por exemplo, contém recortes de jornais com a repercussão na imprensa do crime. Na pasta de número I, os depoimentos iniciais, sob



prisão em flagrante, a as versões das testemunhas e primeiras argumentações de defesa e acusação. Não há grandes mudanças entre estes primeiros depoimentos e as narrativas apresentadas por réus e testemunhas para o julgamento final, em júri popular, ocorrido em novembro de 2001. Os cinco acusados colocaram fogo em Galdino. Como exatamente, o papel de cada acusado e a intenção ou não de provocar a morte foram as questões que movimentaram a argumentação de defesa e acusação. Uma série de detalhes, como onde estava cada um dos cinco rapazes, quem participou de que ato efetivamente, são, aos poucos homogeneizados pelo trabalho dos advogados de defesa em contraste com as provas e exames apresentados pela promotoria. Assim garrafas de um “líquido combustível” achadas casualmente no chão do veículo transformam-se, nas versões que se seguem, para uma razoável distância percorrida para adquirir dois litros de álcool e uma versão fantasiosa aplicada junto ao frentista para obter o combustível. Nada, fora o encontro inicial com o sujeito dormindo no ponto de ônibus, foi casual.

Max Rogério Alves, um dos cinco jovens, é o primeiro nome citado nos papéis do volume I. É em torno de sua defesa e acusação que se convergem os documentos contidos no processo e o papel dos demais participantes. Os volumes em pastas estão acomodados em três arquivos mortos de papelão, cada um com três ou quatro pastas, dependendo o volume das pastas – grandes até o julgamento em 2001, consideravelmente menores até o último despacho datado de 2006, quando já tratam quase que exclusivamente das condições em que são cumpridas as penas de cada um dos jovens condenados pela morte de Galdino e as solicitações de seus advogados para atenuar tais condições.

Na pasta sob número I tem início a primeira versão dos fatos ocorridos na madrugada de 20 de abril de 1997. Começa com o termo de declaração do soldado Rojas Bonifácio Rodrigues prestada na Primeira Delegacia Policial Asa Sul/DF. Rojas e seus colegas Solon de Souza Santos e Leonardo Gomes da Silva estavam na ronda de rotina quando dirigiam o veículo pela Avenida W3 sentido sul/norte, a altura da Quadra 504, mais precisamente no ponto de ônibus na EQS 703/704. Neste ponto viram um “certo tumulto”, quando um homem correu na direção do veículo para pedir ajuda: “colocaram fogo numa pessoa naquela parada de ônibus”.

Na confusão formada entre atendimento à vítima e localização dos agressores, os policiais receberam o número da placa do veículo que fugiu do local, segundo as testemunhas. Assim Max Rogério Alves, Antônio Novely Cardoso de Vilanova, Tomas Oliveira de Almeida e Eron Chaves de Oliveira, acabaram, horas depois, presos em flagrante e, posteriormente, denunciados pelo Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos I, II

e IV do Código Penal e artigo 1º da Lei 2252/54 e artigo 1º da Lei 8072/90 porque, juntamente com Gutemberg Nader Almeida Júnior, 16 anos, “jogaram substância inflamável e atearam fogo em Galdino Jesus dos Santos, causando-lhe a morte”. (Volume I do Processo 17901/97). Este capítulo recupera partes dos depoimentos para apresentar um quadro de ações que culminaram na morte de Galdino, além da interpretação dos fatos pela defesa e acusação do jovens nos dois julgamentos do caso. A sequência dos fatos apresentada a seguir forma um mosaico construído após a leitura dos depoimentos iniciais dos cinco jovens, ainda na 1ª Delegacia de Polícia e todos os principais depoimentos de testemunhas, perícia e dos próprios jovens contidos nas páginas do processo até o julgamento final, em 2001. Os pontos em que a subjetividade dos testemunhos dos acusados não encontram respaldo nos trabalhos da perícia ou não são corroborados por testemunhas serão devidamente assinalados.

### 1.1 A REUNIÃO

Na noite do dia 19 de abril Max Rogério Alves, 19 anos, deixou sua namorada em casa depois de ter jantado com ela. Por volta da 1h do dia 20 voltou para o apartamento onde morava com sua mãe, padrasto e irmãs para dormir. Aparentemente mudou de idéia. Deixou o Honda Civic que tinha usado para sair com a namorada e pegou o Audi A4 de seu padrasto, mesmo sabendo que ele não gostava de vê-lo dirigindo esse carro fora do horário de trabalho. Na direção do Audi, Max foi ao Centro Comercial Gilberto Salomão, tradicional ponto de encontro de Brasília. Encontrou lá seus amigos Otávio e Antônio Novely Cardoso Vilanova, 19 anos. Max conhecia Novely de longa data, estudaram juntos dez anos antes no Colégio Imaculada Conceição. Novely resolveu chamar outro amigo em comum Eron Chaves Oliveira, 19 anos, também ex-colega de escola de Max, no Colégio Planalto, onde cursou parte do segundo grau. Eron não atendeu e Novely deixou recado na secretária eletrônica avisando que estava com os amigos no Gilberto Salomão.

Neste momento Eron estava com seu primo, Tomás Oliveira de Almeida, 18 anos. Os dois tinham passado, horas antes, na locadora de vídeo do pai de Eron onde Gutemberg, 16 anos, irmão de Tomas, trabalhava. Eron e os primos eram bastante próximos. O pai de Tomás e Gutemberg morreu assassinado em uma briga na Bahia após ter despedido um caseiro de suas terras quando Tomás tinha 10 anos de idade. Seus tios, pais de Eron, ajudaram a família a se recuperar em Brasília. Ao retornar para casa com os primos, Eron escutou o recado de Novely

na secretária e decidiram ir, os três, encontrar os amigos. Perto de 01h30min todos estavam no Gilberto Salomão e ali ficaram papeando. Pelos depoimentos e exames posteriores não houve consumo de álcool ou de outro tipo de entorpecente.

Como Otávio estava com fome resolveram ir até a lanchonete Sky's Burguer, na Quadra CLS 312. Otávio foi dirigindo seu Fiat Tipo. Eron levou os primos em seu carro Gol e Max saiu com Novely em seu Audi A4. No caminho até o Sky's passou no seu apartamento e trocou o carro pelo Honda Civic. Na lanchonete somente Otávio comeu, os outros já tinham jantado. Ficaram ali até 02h30min, quando Otávio despediu-se do grupo e foi para sua casa dormir.

Antônio Novely, que tinha chegado de carona com Max, precisava voltar ao Gilberto Salomão pegar seu carro. A idéia até ali era separarem-se e rumar para casa dormir. No entanto, alguém propôs dar “umas voltas na cidade para ver se encontravam alguma novidade”.<sup>280</sup> Para isso, era melhor que todos entrassem em apenas um carro. Max propôs ir até seu apartamento e trocar novamente de carro, do Honda Civic para um Monza, mais espaçoso, onde todos os cinco caberiam. Por volta das 03h30min estavam andando de carro pela cidade, percorrendo alguns pontos de encontro de jovens. Até que, na Asa Sul a caminho da Asa Norte, passando pela via W3, notaram um “mendigo” dormindo no ponto de ônibus 703/704.

## 1.2 PREGANDO “UM SUSTO”

Aproveitando a onda de campanhas contra o frio, ao encontrar um mendigo debaixo daquela ponte úmida, aqueça-o com álcool e fósforo. Vamos acabar com o frio de um mendigo. O *TV Cover* adverte: ajudar um ser humano é prejudicial à saúde.<sup>281</sup>

Galdino Jesus dos Santos, 45 anos, estava em Brasília como Conselheiro de sua tribo Pataxó, os Hã Hã Hãe, que ocupa as terras de Carumuru-Paraguaçu, no Sul da Bahia. Era o terceiro posto da tribo, atrás do cacique e do pajé. O irmão de Galdino havia ocupado o posto de cacique até ser morto em emboscada no ano de 1988, a golpes de facão, num dos muitos crimes não resolvidos envolvendo a disputa de terras indígenas entre tribos e fazendeiros. Galdino iria, nos dias seguintes às comemorações ao Dia do Índio fazer, pela segunda vez, peregrinação pelas instâncias da Justiça, culminando com visita ao Supremo Tribunal Federal

<sup>280</sup> Ou, conforme um ou outro depoimento: “dar umas voltas na cidade para curtir”.

<sup>281</sup> Campanha, de suposto conteúdo humorístico, vinculada em Brasília pela rádio Transamérica no início de 1997 e citada no processo da morte de Galdino.

(STF), tentando apressar o trâmite de processo movido pela Fundação de Amparo ao Índio (FUNAI) em Ação de Reintegração de Posse de 36 mil hectares a que tinha direito sua tribo, que, na realidade, há muitas décadas ocupava apenas mil e poucos hectares destas terras – o restante tomado por fazendeiros. Quinze anos antes Galdino tinha feito a mesma peregrinação na única outra vez que tinha estado no Distrito Federal. Sem resultados.

Galdino era filho de Juvenal e Minervina. De seus vinte e um irmãos, onze morreram cedo por problemas de saúde. Quando foi à Brasília em 1997 deixou em casa sua filha de 12 anos, Evanilsa, a quem cuidava sozinho desde que a menina fez dois anos – até então vivia com a ex-mulher de Galdino. Após as atividades do dia 19 de abril, já no início da madrugada do dia 20, Galdino voltou para onde estava hospedado, a pensão de Vera Moreli, localizada na 703 Sul. Encontrou a porta fechada. Resolveu aguardar o amanhecer no ponto de ônibus próximo, no número 703/704, onde acabou pegando no sono.

No Monza dirigido por Max, a conversa no veículo mudou quando avistaram o suposto mendigo deitado no ponto de ônibus. Os jovens passaram a falar de programas de televisão que mostram “pegadinhas”, como o “Domingão do Faustão”,<sup>282</sup> citado nos depoimentos. Grosso modo, tal tipo de programa costuma apresentar situações gravadas com câmeras escondidas onde alguém, sem saber, é pego em armadilhas preparadas por atores contratados pela produção do programa, sempre na intenção de humilhar o desavisado que, no entanto, mesmo posto em situação ridícula parece ficar feliz ao saber que vai aparecer neste ou naquele programa de televisão, aceitando a veiculação das imagens.

Desta conversa surgiu a idéia de pregar um susto no mendigo deitado naquele ponto. A intenção era assustar o mendigo colocando fogo em suas roupas para vê-lo correndo desesperado. Nos depoimentos do processo, do momento da prisão em 1997 ao julgamento do Tribunal do Júri, em 2001, nenhum dos acusados apontou para alguém em particular como autor inicial da idéia. Contudo, cabe um destaque em particular: os testemunhos dos cinco jovens são unânimes em afirmar que **ninguém se opôs**<sup>283</sup> à sugestão da pegadinha – mesmo levando em conta que a menção a uma resistência à idéia por um dos jovens provavelmente provocaria alguma simpatia em um júri popular, o que parece indicar que, de fato, todos concordaram com a

---

<sup>282</sup> A Procuradoria afirmou não ter encontrado pegadinha semelhante a por fogo na roupa de alguém dormindo no material da época do programa da Rede Globo Domingão do Faustão. A propaganda da Rádio Transamérica transcrita acima e vinculada na mesma época é o que mais se aproxima da descrição dos jovens sobre pegadinhas.

<sup>283</sup> Por exemplo, no depoimento de Eron Chaves Oliveira ao Tribunal do Júri: o depoente não sabe dizer especificamente de quem surgiu a idéia, mas que ninguém se opôs à idéia de dar um susto na vítima (Página 276, Volume IX).

pegadinho e o teor dela. Convém lembrar que três dos jovens tinham a mesma idade, 19 anos, Tomás tinha 18. Gutemberg estava com 16 anos, uma diferença de idade que é significativa na determinação do comportamento em grupo nesta faixa etária. Mas, mesmo que Gutemberg, pela idade, tenha mantido silêncio ou então manifestado apoio explícito, os quatro jovens mais velhos aparentemente concordaram com tudo.

Como para a “brincadeira” escolhida era preciso fogo, Max dirigiu seu carro Monza até um Posto BR, na SQN 26, três quilômetros distante do ponto de ônibus 703/704. Para comprar o álcool necessário os jovens inventaram uma história de que o carro de um deles ficou sem combustível ali perto e precisavam de 1 litro de álcool. O frentista que os atendeu, com boa vontade, argumentou que 1 litro apenas poderia não ser o bastante, recomendou que pegassem dois vasilhames de óleo vazios na lata de lixo no posto para colocar o álcool. Os jovens acharam dois frascos de plástico verde de 1 litro cada da marca Lubrax 4. O frentista explicou que, para não contaminar o motor, o resto de óleo deveria ser lavado dos vasilhames. Pacientemente assim os jovens fizeram. Recolherem entre eles as moedas necessárias ao pagamento dos dois litros de álcool, colocaram os vasilhames no console do carro e saíram do posto.

Neste momento Max estava ao volante do carro, Novely ao seu lado no banco do passageiro, Eron e seus primos, Gutemberg e Tomás no banco de trás. Entretanto, aparentemente pregar um susto no mendigo ficou menos importante e resolveram continuar suas voltas pelas ruas de Brasília. Por volta das 04h30min da madrugada, passando pela W3, avistaram novamente o suposto mendigo dormindo no ponto de ônibus. O plano inicial da pegadinha foi então reativado. Novamente, conforme os depoimentos, as lembranças e decisões são sempre coletivas, sem contestação.

Max estacionou seu veículo em um local próximo ao ponto de ônibus, em rua paralela, para não chamar a atenção. Como Gutemberg era fisicamente mais frágil, os quatro mais velhos pediram que esperasse no canteiro central da W3, evitando assim qualquer chance de agressão pelo mendigo na hipótese deste sair “furioso com a brincadeira” e partir para cima dos brincalhões. Eron pegou os dois vasilhames do console do carro. Max, Tomás e Novely pegaram uma caixa de fósforos amarela e caminharam, atravessando a rua em direção a Galdino.

Os fósforos da caixa foram divididos entre Max, Novely e Tomás. Não se sabe quem ficou com a caixa na mão para acender primeiro. Eron, neste momento, teria esvaziado um dos litros de álcool em um gramado ao lado do ponto – este fato foi dos principais pontos no confronto entre defesa e acusação, afinal, se realmente esvaziou, para a defesa, seria sinal de que não queriam provocar a morte, apenas “brincar”. Os quatro ficaram em semi-círculo em

torno de Galdino. Os jovens afirmam que Galdino estava com uma manta enrolada<sup>284</sup> em suas pernas. Eron virou um pouco a tampa de seu frasco. Não queria tirar a tampa totalmente, queria derramar aos poucos, para não “correr o risco de acordar o mendigo e estragar a brincadeira”.

Eron começou a jogar o álcool nas pernas de Galdino quando, segundo os jovens, alguém se precipitou, ascendendo o fósforo e jogando – ou deixando cair – antes da hora. O fogo subiu em direção ao vasilhame nas mãos de Eron que, assustado, o deixou cair sobre Galdino, provocando uma grande chama. Imediatamente os quatro saíram correndo em direção ao Monza, com Gutemberg juntando-se ao grupo aos gritos de “corre, corre” dados por Novelty. Eron chegou primeiro ao carro. A porta estava trancada e logo Max veio, abriu e todos entraram, menos Eron, que olhou, por alguns instantes para o ponto de ônibus e viu que o corpo de Galdino ardia em chamas.

Um Opala ano 78 iluminou o Monza com luz alta. Eron entrou e o carro arrancou, perseguido pelo Opala. Dentro deste carro estavam os jovens Nairo E. S. Magalhães, de 19 anos, dirigindo, e Tatiana Basso, 17 anos. Nairo notou algo pegando fogo no ponto de ônibus e um grupo de jovens passando correndo, com um deles ficando fora do carro olhando para o fogo. Percebendo que algo estava muito errado, Nairo tentava seguir o carro que partiu com a entrada do último jovem para iluminar a placa. Quando Nairo leu a placa do Monza, Tatiana já exibia, escrito na mão, as letras e números que, ainda naquela noite, permitiriam à polícia identificar a proprietária do carro, a mãe de Max.

Com o número da placa assegurado, Nairo optou por tentar socorrer o que já adivinhava ser uma pessoa atacada, deu ré em seu Opala voltando ao ponto de ônibus. Lá outro casal tentava apagar, sem sucesso, o fogo em Galdino com copos de água. Nairo tirou seu casaco e tentou abafar as chamas, também não conseguiu. Correu para o Opala e pegou o extintor de incêndio. Finalmente conseguiu apagar o fogo. As quatro pessoas que ali estavam tentando socorrer Galdino disseram que “sua roupa continuava em brasas e a carne de seu corpo parecia soltar-se”.

Nairo avistou uma viatura da Polícia Militar e saiu chamando-a pela rua. O terceiro sargento da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) Rojas Bonifácio Rodrigues estava em sua ronda na viatura, junto com os soldados Solon de Souza Santos e Leonardo Gomes da Silva, quando viu um tumulto na W3, na altura da parada de ônibus 703/704, era aproximadamente 05h20min. Nairo atravessou a rua e disse aos soldados: “colocaram fogo numa pessoa naquela

---

<sup>284</sup> A existência ou não de uma manta envolvendo Galdino seria decisiva na sentença aplicada aos jovens no julgamento final.

parada de ônibus”, apontando também para a via W2, onde os prováveis culpados tinham seguido, passando aos soldados a placa do Monza de Max anotada por Tatiana. O Sargento Rodrigues saiu da viatura em direção ao ponto de ônibus, enquanto Solon e Leonardo chamavam uma ambulância e comunicavam a central o número da placa. Rodrigues descreveu o corpo de Galdino deitado na parada como “em carne viva”. Já não havia fogo, mas saía fumaça da pele. Próximo, embaixo do banco, notou um vasilhame de plástico verde, semi queimado, do tipo usado para armazenar óleo para veículos. Não viu nada parecido com uma manta ou cobertor, mesmo pedaços. Cinco minutos depois a ambulância do corpo de bombeiros chegou e começou o atendimento jogando soro fisiológico na pele de Galdino.

Galdino chegou ainda vivo ao Hospital Regional Asa Norte - HRAN, atendido pela médica Maria Célia M. Bispo, da unidade de queimaduras. Segundo seu depoimento Galdino ainda falava, seus terminais nervosos estavam destruídos o que atenuava a dor. Ao proceder com os exames o teor de urina no sangue estava muito alto, os órgãos internos não conseguiam funcionar e o sangue não chegava ao cérebro, nestas circunstâncias, segundo a médica, o “paciente se desconecta”. Uma hora e meia após chegar ao hospital já se sabia que Galdino estava “evoluindo ao óbito”, o que aconteceu pouco depois – o laudo médico diria que 95% do corpo sofreu com queimaduras, 85% destas queimaduras eram de terceiro grau (graves).<sup>285</sup>

Os jovens chegaram ao prédio de Max, então Novely pegou seu carro e foi para casa, Eron levou seus primos e depois também foi para sua casa. Todos sabiam que a placa do Monza tinha sido anotada pelo carro que ligou a luz alta. Ficaram em seus respectivos quartos esperando a polícia aparecer. Max estava no seu apartamento falando ao telefone com Eron quando escutou o barulho das sirenes. Avisou Eron que a polícia estava ali no prédio. O interfone tocou, Max atendeu e perguntaram por sua mãe, que estava viajando. Pelo interfone os policiais pediram que Max os acompanhasse até a garagem onde estava o Monza. Max desceu e encontrou os policiais Fabio Souza e Fabio Leão que o acompanharam até a garagem 204. Lá, diante do carro, um dos policiais colocou a mão no capô e sentiu que estava quente, portanto, usado recentemente. Convidaram Max a acompanhá-los até a 1ª Delegacia de Polícia. Max pegou novamente o Honda Civic, e seguiu para a delegacia.

Eron, logo após Max desligar o telefone, viu sua mãe atendendo a porta para a polícia. Tomás estava no quarto com seu irmão Gutemberg. Conversavam sobre o que fazer, quando alguém atendeu a porta. Ouviram a identificação do policial. Assim os cinco jovens acabaram se encontrando na 1ª DP. Em pouco tempo, com exceção de Novely, que permaneceu calado, os

---

<sup>285</sup> No Anexo 4 estão algumas fotos da autópsia do corpo de Galdino.

demais assinaram um termo de confissão pela “brincadeira com um mendigo que deu errado”. Outro ponto importante, nenhum dos depoimentos dos cinco jovens menciona qualquer tentativa ou preocupação, entre a fuga e a chegada dos policiais para a prisão, em chamar socorro para o “mendigo” queimado deixado no ponto de ônibus.

Sobre os questionamentos dos investigadores quanto ao risco de lidar com álcool e fósforo, Max disse: “pegou fogo demais”. O delegado responsável pelo inquérito, Valmir Alves, concluiu apontando para crime premeditado e hediondo. Os jovens tinham intenção de matar Galdino. A promotora da Procuradoria-Geral da União, Maria José Pereira, com base no relatório do delegado, denunciou os quatro jovens – Gutemberg, por ter 16 anos, ficou fora do processo – por homicídio doloso triplamente qualificado.

## **2 AGIRAM OU NÃO COM *ANIMUS NECANDI*?**

O *animus necandi*, ou intenção de matar, motivou todo desenrolar dos aparatos jurídicos na determinação da “real intenção” dos quatro jovens formalmente acusados pela morte de Galdino Jesus dos Santos. Nos depoimentos iniciais, em todas as ocasiões posteriores, até os últimos testemunhos no julgamento de novembro de 2001, os quatro jovens sustentaram sua intenção de “pregar um susto” num “mendigo” colocando fogo em suas roupas e curtir vendo a vítima levantando assustada e correndo. Em torno desta versão – juntamente com a boa conduta pregressa dos jovens – se articulou a defesa. O Ministério Público, por sua vez, trabalhou com a responsabilidade do ato praticado. Os jovens, mesmo sem “intenção de matar”, ou *animus necandi*, assumiram este risco ao colocar álcool no corpo de uma pessoa adormecida, acendendo, em seguida, fósforos. Para a defesa, foi “lesão corporal seguida de morte”, uma fatalidade que não estava nos planos. Para a promotora Maria José Pereira, o caso foi de homicídio triplamente qualificado: os jovens sabiam dos riscos, agiram com crueldade (morte dolorosa por queimaduras), contra pessoa indefesa e sem nada que justificasse tal tipo de agressão.

O caminho até veredito com a culpa (e pena) ou absolvição dos quatro jovens pode ser contado em dois atos distintos, sob a mesma presidência: a Juíza do Tribunal de Júri do Distrito Federal, Sandra de Santis M. de F. Mello. Sandra de Santis, atuando no Tribunal de Justiça, assumiu a condução do processo que seria concluído, no seu primeiro “ato”, em agosto de 1997.



## 2.1 A BOA ÍNDOLE: O CURRÍCULO COMO ESTRATÉGIA DE DEFESA

Estabelecida a intenção do Ministério Público em pedir a condenação por homicídio dos quatro jovens, a defesa do primeiro dos acusados – que seria também a estratégia seguida pela defesa dos outros três – Max Rogério Alves, sob a liderança do advogado Walter José Medeiros, fez a opção por mostrar à juíza o caso como fato isolado na vida de adolescentes típicos que, até então, só tiveram conduta exemplar. Um erro apenas. Uma das primeiras providências do advogado foi deixar claro que o jovem (assim como os outros) “não tinha noção de que a vítima tratava-se de um índio”, na tentativa de livrar a ação dos acusados de crime contra a comunidade indígena – que se organizava e protestava ostensivamente pedindo punição rigorosa ao crime –, ao mesmo tempo que arriscava uma postura indiferente para a vida do “mendigo” que se supunha dormindo no ponto de ônibus 703/704. Apostando, talvez em uma proteção ou solidariedade de classe (média e alta) para com os “seus”, desafortunadamente envolvidos em incidente com morte de um morador de rua. A posição de defesa era arriscada, pois deixava de lado o fato de que os jovens eram acusados de atacar o “mendigo” indefeso para diversão. Tal tipo de ato, identificado claramente com o comportamento bárbaro, quando exposto, fere determinados códigos de proteção de classe.

Posto a nu, a indiferença exercitada com intolerância contra um “miserável” provoca repulsa, diferentemente da indiferença que acompanha a divulgação de números que dão conta das tragédias de todo dia na vida dos moradores das zonas de pobreza. O fato de Galdino em nada ter interferido na vida dos quatro jovens não ajudava a defesa, afinal o incômodo sentido pelas classes altas diante do pedinte insistente ou do mendigo “insolente” que ousa provocar os passantes não pôde ser invocado. Os jovens “acharam” Galdino, confortáveis em seu carro, enquanto curtiam a noite de Brasília. Sem nenhum tipo de provocação – exceto sua existência – Galdino foi atacado de forma brutal.

Mas a estratégia inicial da defesa foi sustentada, daí a ênfase em livrar Max e demais acusados do estigma do “playboy” inconseqüente: “não se pense seja o réu Max Rogério um criminoso contumaz”, afirmou Medeiros. Era necessário recompor os vínculos de classe e tentar restabelecer os circuitos de proteção que tornam nosso poder judiciário tristemente célebre. Max foi sempre lembrado nesta fase pela sua “primariedade” (os quatro jovens nunca haviam sido

presos ou mesmo tido qualquer problema grave de comportamento) e “bons antecedentes”. Além disso, outro fator de identificação de classe foi usado para opor à imagem do jovem endinheirado sem nada para fazer, para isso era preciso usar a formação curricular de Max para mostrar que se tratava de um jovem estudioso e trabalhador.

Mas é preciso que se saiba mais. O acusado cursou os oito anos do primeiro grau no Colégio Imaculada Conceição, na L2 Sul, administrado pelas irmãs passionistas, de fé católica, onde recebeu forte formação religiosa, moral e intelectual. [...] Estudou, durante seis anos, o *Hight Teen*, o *Teen Plus* e o *Advanced* na Cultura Inglesa, o suficiente para comunicar-se, ler e entender no idioma inglês. **É um jovem do seu tempo**, pois freqüentava a academia de musculação *Body*, desde janeiro de 1996. Freqüentou, com “ótimo rendimento e participação exemplar” o curso de operador de microcomputador, ministrado pelo *Prodados*.<sup>286</sup>

O advogado de Max mostrava à juíza de Santis a imagem intencionalmente exaltada – e verdadeira – de um jovem “de seu tempo”, uma pessoa integrada e de boa índole, distanciando-se das características de playboys encrênqueiros.

Tem segundo grau completo, cursado no Colégio Planalto e no CETEB – Centro de Estudo Tecnológico de Brasília. Prestou vestibular no início de 1997 e, reprovado, matriculou-se, desde o início do ano, no cursinho denominado Pré-visão, para a faculdade de Direito. Mas não é só. Além de estudar e praticar esportes, trabalhava há mais de ano, precisamente a partir de 01-04-96, com proficiência e exaço, no escritório de advocacia de seu defensor, que lhe pagou o salário mensal de CR\$ 300,00 e posteriormente aumentado para CR\$ 400,00.<sup>287</sup>

Walter José Medeiros, advogado de defesa, era também padrasto e “patrão” de Max, que fazia trabalhos para seu escritório de advocacia. Tomás e Gutemberg trabalhavam para seu tio. Como é comum, os jovens de classe média e alta contam com os ofícios da família e amigos para ingressar com certa tranquilidade no “mercado de trabalho”, sem que a carga de estudos dentro e fora da escola corra algum risco. Este tipo de trabalho, sem tanto compromisso, se manifesta nas formas confusas de identificação dos jovens no momento da prisão, hora assinando os depoimentos como “trabalhador”, hora como “estudante”.<sup>288</sup>

De sua carreira de trabalho consta, como cargo ocupado, o de digitador de computador, tarefa em que se revelou exímio conhecedor do Windows 3.1, Windows 95, manejando com destreza programas como o Word 6.0, o Excel e o Power Point, o CPJ e inúmeros outros. Do ponto de vista fiscal, o nome do acusado figura, na Receita Federal, como dependente de seu padrasto, com residência fixa e escritório estabelecido [...] De modo que se impõe, em relação ao deficiente, essa primeira retificação, quanto aos dados de sua vida pregressa, para que não pareça como quis fazer parecer a denúncia, fosse o

<sup>286</sup> Defesa de Max Rogério Alves apresentada pelo advogado Walter José Medeiros em 26 de maio de 1997. Processo 17901/97, volume II, p.343-373. [Grifo nosso].

<sup>287</sup> Ibidem, p.344.

<sup>288</sup> No interrogatório de 21 de maio de 1997, Max assina como estudante, Volume II, p.292.

acusado um vadio, um desocupado ou, enfim, alguém “sem profissão”, como incorretamente consignado na denúncia. Não é verdade.

Os termos típicos da sobrevalorização curricular, como “exímio conhecedor” e “manejando com destreza” programas de computadores – o que, em 1997, poderia realmente impressionar – apelam na desconstrução da imagem divulgada pela imprensa. Na sequência a defesa acrescenta algumas fotos de convivência e intimidade familiar de Max com sua mãe, irmã (17 anos em 1997) e irmã de criação (23 anos em 1997), e também com o cachorro da família e arremata: “Esta convivência, sadia e fraternal, foi o alicerce moral, cristão e seguro sobre o qual se estruturaram o caráter e a **boa índole do réu**”.

Na outra ponta da linha adotada pela defesa, a morte de Galdino deveria ser recontextualizada para que fossem percebidos sinais de que a vítima poderia não ser tão vítima. Tarefa inglória, pois todos, pela intensa cobertura da imprensa, sabiam bem as condições em que Galdino foi morto. Primeiro, sobre a cobertura midiática ostensivamente negativa, a acusação de “cortina de fumaça”:

A morte do índio pataxó foi precisamente a cortina de fumaça tão ansiada para amortecer a repercussão daquela Comissão Parlamentar de Inquérito [...] Esta é a verdade, nua e crua. Só não a vêem os incautos, os ingênuos e os que querem tirar proveito da **terrível fatalidade** que se abateu sobre os infelizes e desastrados adolescentes, jogados na masmorra e expostos, pela mídia impiedosa e covarde, à execração pública.

Nota-se o tom de que tudo foi uma fatalidade que determinou toda argumentação dos advogados de defesa. Não bastasse o azar dos quatro jovens, Galdino também colaborou decisivamente para sua má sorte. Medeiros sacou laudo técnico de perito para demonstrar que Galdino poderia ter se defendido:

Arremata ainda o referido técnico: “o tempo necessário para esvaziar um frasco de litro de óleo, cheio de álcool, como quer a acusação, é de pelo menos cinco segundos, tempo mais do que suficiente para o despertar e autodefesa. Como se vê, eminente Desembargador, essas anotações de um profissional são relevantes para a defesa pois reforçam a tese de que a quantidade de álcool lançada sobre a vítima foi mínima, tendo a exacerbação do fogo ocorrido por conta do material sintético (polímeros) contido nas vestes da infeliz vítima. Não houve, pelo que se conclui, sequer potencialidade lesiva no material usado para prática do delito.”<sup>289</sup>

A implicação era clara, Galdino deveria estar alcoolizado quando resolveu dormir no ponto de ônibus, portanto, demorou a reagir, frustrando os planos de uma pegadinha. Além de não parecer aos jovens mais do que um morador de rua (jamais um índio), Galdino era também

---

<sup>289</sup> Ibidem. Notando o tom do advogado de defesa de Max Rogério Alves, um dos promotores que, posteriormente, acompanharam os diversos recursos, não resistiu ao uso de ironia: Galdino “morreu por que quis – Galdino cometeu suicídio” (Sandra Mendes Gonzaga Neiva – Procuradora de Justiça 30 de outubro de 1997).

bêbado. Exemplo usual do estranho que povoa o imaginário conservador – hora assustando, hora provocando o desprezo comumente dirigido aos “inferiores” – e que acabou, ao final, revelando-se o principal responsável pela incrível “má sorte” dos jovens acusados, que estavam apenas na hora e local errados. Era a estratégia de identificação de classe posta em movimento. Os jovens estudiosos, honestos, trabalhadores, de boa família, encontraram um sujeito duvidoso, sob efeito de álcool, dormindo onde não deveria, sem reagir quando solicitado. No primeiro momento a intenção da defesa mostrou-se bem sucedida.

Para o Ministério Público, em suas alegações finais, a “autoria é incontestada”, não há questionamento sobre a culpa dos quatro acusados na morte de Galdino. É “indiscutível a prova da materialidade”, bem como a morte por queimadura e a extensão das lesões deixa evidente a “qualificadora da crueldade” no ato. Da mesma forma, reforçando a tese de homicídio triplamente qualificado, a “qualificadora do uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima” é citada, e a “qualificadora de motivo torpe”, ou seja, “divertir-se com o susto inspirado em pegadinha do Faustão”. Assim, concluindo, “se não tinham os agentes do crime manifesta intenção de causar a morte da vítima, no mínimo assumiram o risco de provocar o resultado lamentavelmente advindo.”<sup>290</sup>

A juíza responsável pela sentença, Sandra de Santis, em seu pronunciamento final, concordou com parte da argumentação da promotoria:

Não se contende sobre autoria e materialidade do ilícito Os acusados assumiram a responsabilidade pela prática delituosa. A confissão está corroborada pela ampla prova trazida aos autos. Já a materialidade, está patenteada no laudo de exame cadavérico. As fotografias anexadas à peça técnica demonstram as lesões sofridas pela vítima do crime e que, certamente, lhe causaram sofrimento atroz. A conduta dos agentes, sem dúvida, deixou a todos indignados, tal a reprovabilidade da selvagem “brincadeira”, independentemente de tratar-se de mendigo ou índio – ambos seres humanos.<sup>291</sup>

A juíza passa, a seguir, em revista o ponto inicial do processo 17901:

Os acusados foram denunciados porque, ao praticarem o crime, teriam agido com *animus necandi*, na forma de dolo eventual. É o que consta da peça acusatória: “No dia 20 de abril de 1997, por volta das cinco horas, na EQS 703/704 - W3 Sul - Brasília - DF, os denunciados, juntamente com o menor de idade Gutemberg Nader Almeida Júnior, mataram Galdino dos Santos, índio Pataxó, contra o qual jogaram substância inflamável, ateando fogo a seguir, assumindo claramente o risco de provocar o resultado morte.”<sup>292</sup>

<sup>290</sup> Alegações finais do Ministério Público. Volume II, p.512-517, assinada pela procuradora Maria José Miranda Pereira.

<sup>291</sup> Sentença pronunciada pela juíza Sandra de Santis. Processo 17901/97, Volume II, p.370-392.

<sup>292</sup> Ibidem.

Assim, para de Santis, o único ponto controvertido é o “elemento subjetivo”. Tinham ou não intenção de matar? A atividade humana, continua de Santis, é um “acontecimento finalista”, não somente causal, “toda conduta humana é finalisticamente dirigida a um resultado”. Como o Código Penal brasileiro é finalista, o entendimento judicial:

No julgamento do *habeas corpus* 7651/97, o Desembargador Joazil Gardès deixou consignado: “Se perguntarmos: tiro mata? Veneno mata? Enforcamento (esganadura) mata? Afogamento mata? A resposta inevitável será: mata; mas, se perguntarmos queimadura mata? **A resposta até mesmo de médicos que não sejam especialistas em queimados, invariavelmente será: queimadura não mata**, isto porque toda a sorte de queimadura, produzida por fogo ou por substâncias de efeito análogo é possível de ser tratada, sendo natural avistarmos pelas ruas e salões sociais, pessoas com rostos, membros e corpos deformados por queimaduras. Por outro lado, mais um dado importante evidenciou-se durante a instrução. É que, apesar de terem adquirido dois litros de combustível, logo que chegaram ao *locus delicti* o conteúdo de um dos vasilhames foi derramado na grama. O laudo de exame de local demonstra a afirmativa, principalmente a fotografia de fls. 182. A prova técnica, por seu turno, também vem ao encontro da versão dos acusados de que os fósforos foram acesos precipitadamente, enquanto Eron derramava o líquido inflamável sobre a vítima, fazendo-o largar abruptamente o vasilhame. A fls. 173 dos autos está consignado que “sob o banco do abrigo havia um recipiente plástico, opaco, na cor verde, com as inscrições “LUBRAX SJ ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA E ÁLCOOL - Volume 1000 ml, vazio, que se encontrava com a parte superior comburida.”<sup>293</sup>

Citando o desembargador favorável ao *habeas corpus* anteriormente, Sandra de Santis favorece a tese da defesa de “fatalidade”. A juíza recupera os depoimentos dos acusados que corroboram nesta tese:

No interrogatório Antônio Novely afirmou: “... que nesse instante alguém cuja identidade o interrogado não se recorda riscou precipitadamente um fósforo e jogou na direção do pano, momento em que este começou a pegar fogo e as labaredas subiram na direção de Eron, o qual estava com o litro de combustível em suas mãos; que o interrogado estava ao lado de Eron e pôde sentir as labaredas de fogo bem próximo de si e nesse instante Eron assustou-se a jogou o litro de combustível no chão; que nesse instante todos os quatro correram...” O acusado Eron confirmou: “... que concomitantemente alguém riscou um fósforo, sem que o interrogado saiba quem foi, momento em que iniciou-se o fogo “que subiu de baixo para cima”, vindo em direção à mão do interrogado que imediatamente soltou a garrafa e saiu correndo...” As testemunhas que presenciaram a fuga dos réus informaram o estado de ânimo dos mesmos após os fatos estavam todos afobados. José Maria Gomes asseverou que “quando viu os elementos atravessando correndo a via W3 Sul eles pareciam estar com muita pressa e desesperados”.

Concorda a juíza com o exposto pela defesa do acusado Antônio Novely quando afirmou que “desespero e afobação não se coadunam com aqueles que agem com *animus necandi*”. Também, para de Santis, as declarações prestadas imediatamente após os fatos demonstram que não havia indiferença na ocorrência do resultado.

---

<sup>293</sup> Ibidem [grifo nosso].

Assim, analisada como um todo, a prova dos autos demonstra a ocorrência do crime preterintencional e não do homicídio. A ação inicial dos réus, sem qualquer dúvida, foi dolosa. Não há como afastar a conclusão de que, ao atear fogo na vítima para assustá-la, sabiam que iam feri-la. O resultado morte, entretanto, que lhes escapou à vontade, a eles só pode ser atribuído pela previsibilidade. **Qualquer infante sabe dos perigos de mexer com fogo.** E também sabe que o fogo queima, ainda mais álcool combustível, líquido altamente inflamável. Os réus também têm este conhecimento. Entretanto, mesmo sabendo perfeitamente das possíveis e até mesmo prováveis consequências do ato impensado, não está presente o dolo eventual. Uma frase constante no depoimento de Max, no auto de prisão em flagrante, sintetiza o que realmente ocorreu.<sup>294</sup>

A redução do ato praticado que resultou na morte dolorosa de Galdino à responsabilidade comum, perceptível mesmo a uma criança e negligenciada (aparentemente) pelos quatro jovens, não é, contudo levada a última consequência. Se uma criança sabe perfeitamente, pelo exposto da própria juíza, as consequências de “brincar com fogo”, no ditame popular, Sandra de Santis retirou essa responsabilidade – uma reflexão crítica – de jovens de 19 e 18 anos, que se mostraram “supresos” com o rumo tomado pela brincadeira com álcool e fósforo. Para exemplificar, de Santis utilizou as palavras de Max Rogério Alves num de seus primeiros depoimentos à polícia:

Está a fls. 15: **“pegou fogo demais, a gente não queria tanto.”** Como já foi enfocado, assumir o risco não se confunde, em hipótese alguma, com a previsibilidade do resultado. Assumir o risco é mais, é assentir no resultado, é querer ou aceitar a respectiva concretização. É necessário que o agente tenha a vontade e não apenas a consciência de correr o risco. E o “ter a vontade” é elemento subjetivo que está totalmente afastado pela prova dos autos, que demonstrou à sociedade que os acusados pretendiam fazer uma brincadeira selvagem, ateando fogo naquele que presumiram ser um mendigo, mas nunca anuíram no resultado morte. Tem razão o Ministério Público quando afirma que “não se brinca com tamanha dor nem de um animal, quanto mais de um desprotegido ser humano.” Acrescento que a reprovabilidade da conduta mais se avulta quanto estreme de dúvidas que os acusados tiveram muitas e variadas oportunidades de desistir da selvagem diversão. Por outro lado, agiram de forma censurável pois, após avistarem a vítima no ponto de ônibus da EQS 703/704 Sul, deslocaram-se a um posto de abastecimento distante do local, nas quadras 400, para adquirir o combustível, dizendo que o faziam porque havia um carro parado por falta de combustível.<sup>295</sup>

Contudo, termina aí a concordância da juíza com o Ministério Público. Por mais “ignóbil” que tenha sido a “conduta irresponsável dos acusados”, para de Santis eles não queriam, nem eventualmente, a morte de Galdino Jesus dos Santos. A “emoção e indignação causadas pelo trágico resultado não podem afastar a razão”. Assim, os réus devem ser julgados e punidos unicamente pelo crime cometido que é o de lesões corporais seguidas de morte. “Inexistente o *animus necandi* (por não terem os acusados querido o trágico resultado ou assumindo o risco de

<sup>294</sup> Ibidem. [Grifo da própria juíza].

<sup>295</sup> Ibidem. [Grifo da própria juíza].

produzi-lo), está afastada a competência do Tribunal do Júri”, devendo os autos ser encaminhados a uma das Varas Criminais, a que couber por distribuição. Os réus deverão responder pelo crime previsto no artigo 129, § 3º do Código Penal, verbis: *Art. 129 - (omissis) § 3º*. Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo. A pena é reclusão de quatro a doze anos, finalizou a juíza.

## 2.2 EPÍLOGO

Ao negar o pedido do Ministério Público de homicídio, acatando a tese da defesa de lesão corporal seguida de morte a presidente do Tribunal do Júri de Brasília, a juíza Sandra de Santis, desclassificou o crime de homicídio para lesão corporal seguida de morte, impedindo a sequência do julgamento em júri popular. Após a sentença pronunciada, a promotora Maria José Pereira entrou com recurso contra a decisão. No dia 5 de março de 1998 o Tribunal de Justiça de Brasília confirmou a sentença da juíza Sandra de Santis. Em outubro do mesmo ano o Ministério Público entrou com novo recurso, desta vez no Superior Tribunal de Justiça (STJ), pedindo a transferência do julgamento para o Tribunal do Júri. Em fevereiro de 1999 o STJ finalmente decidiu que os estudantes deveriam ser julgados novamente, desta vez por júri popular, recuperando a tese de homicídio triplamente qualificado – com possibilidade de pena de até 20 anos. Após negado vários recursos, o STJ confirmou o julgamento para 2001, novamente sob a presidência de Sandra de Santis.

Próximo a data do julgamento, a promotora Maria José Miranda deixou o caso, passando o promotor Maurício Miranda a chefiar a acusação, Herilda Balbuíno de Sousa atuou como assistente de acusação, da mesma forma o então deputado do Partido dos Trabalhadores, Luiz Eduardo Grenhalgh colaborou com a acusação. Walter José Medeiros continuou na defesa de Max Rogério Alves, o advogado Raul Livino foi o responsável pela defesa dos acusados Tomás e Eron Oliveira, enquanto Antonio Novelty Cardoso foi defendido pelo advogado Heraldo Paupério. O promotor Maurício Mirando ainda tentou afastar a juíza Sandra de Santis, o pedido, contudo, foi negado.

No dia 06 de novembro de 2001 começou o julgamento de Max Rogério Alves, Antonio Novelty, Eron Chaves e Tomás de Oliveira. A sala do julgamento no Tribunal do Júri possuía disputadas 264 cadeiras que acomodaram interessados, familiares de Galdino, dos acusados,

estudantes e jornalistas nos três dias seguintes entrando pela madrugada do dia 09 de novembro, com o resultado dos jurados e sentença final.

A essência do julgamento inicial, em agosto de 1997, as teses de defesa e acusação, reaparecem sem nenhuma grande alteração neste segundo ato realizado no Tribunal do Júri. A juíza Sandra de Santis não estava em posição confortável, tendo em vista que sua sentença anterior, recusando a tese de homicídio, seria colocada à prova pela decisão dos jurados. A juíza fez ainda considerações a respeito da competência do Júri popular:

“O júri, no Brasil, é um tribunal formado por um juiz togado que o preside e por sete jurados e, como é sabido, aos jurados cabe exclusivamente a decisão final. Apenas a dosagem da pena fica a cargo do Juiz Presidente que, em hipótese alguma, pode distanciar-se do veredicto soberano do Conselho de Sentença”.

Na manhã do primeiro dia foram interrogados os réus Max Rogério Alves, Tomás Oliveira de Almeida. Eron Chaves de Oliveira e Antônio Novelty Cardoso foram ouvidos após o almoço. Na sequência foram lidas as peças do processo. Na quarta-feira, 7/11, foram ouvidas todas as testemunhas arroladas no processo.<sup>296</sup> Durante o dia 08 foram feitos os últimos complementos da promotoria e defesa, em seguida a decisão entregue ao júri e lida na madrugada do dia 09.

A principal diferença entre os dois julgamentos foi que no Tribunal do Júri a promotoria conseguiu convencer os jurados de que Galdino não estava enrolado em um cobertor, como sustentaram desde o princípio os réus e seus advogados. Sem cobertor ou manta, os quatro acusados só poderiam ter jogado álcool diretamente no corpo de Galdino. O depoimento da médica Maria Célia Martins Bispo, que atendeu Galdino no dia do crime, e as fotos do corpo deixaram evidente a extensão das lesões por queimadura, contribuindo na tese da promotoria de que muito álcool tinha sido derramado diretamente sobre a vítima.

Nesta perspectiva, os sete jurados se reuniram para anunciar sua decisão. Por cinco votos contra dois os jurados consideraram que o crime foi triplamente qualificando, deixando de lado a versão da “pegadinha” a que apelava a defesa dos jovens. A juíza Sandra de Santis

---

<sup>296</sup> Em primeiro lugar, as quatro testemunhas de acusação: Maria Célia Bispo, médica que atendeu o índio no hospital, Nairo Euclides Magalhães, Tatiana Basso e Adriano de Siqueira. Após a oitiva da acusação, foram ouvidas 19 testemunhas de defesa. Foram arrolados por Tomás Oliveira, Brás Justino da Costa, Paulo Marinho de Oliveira, Jorge da Silva Soares, Naira Nader Almeida e Frederico Nader Almeida. Para defesa do réu Eron Chaves, Eronivaldo José da Silva, Rosimeire Schiectti Assumpção, Humberto Batista Silveira e Roberta Chaves Oliveira. José Geraldo Dias, Jacinta Rosa da Costa, Humberto Gomes Costa, Beatriz Guimarães Santos e Margarida Alves Passos falaram pela defesa de Antônio Novelty. As testemunhas de Max Rogério Alves foram Flávia Alice de Medeiros, Juliana Alves de Souza, Ana Maria Silva e Kelner Pereira da Silva.



aplicou pena de 15 anos por considerar que eles assumiram risco de cometer o crime, mas a diminuiu para 14 anos, pois eles não têm antecedentes criminais. “Houve **desprezo com o semelhante**, tiveram várias possibilidades de parar o ato, não prestaram socorro à vítima, que tinha uma filha pequena para criar, além de o caso ter tido repercussão em toda a sociedade”, disse de Santis na sentença.<sup>297</sup> O promotor Maurício Miranda considerou a pena justa de acordo com a cobertura da imprensa na época. Já tendo cumprido quatro anos de pena, os quatro jovens deveriam passar os próximos quatro anos, até o final de 2005, em regime fechado, sem direito a benefícios. Não foi o que aconteceu. Nos anos seguintes ao julgamento várias denúncias da imprensa alertavam para determinados privilégios ofertados aos jovens, entre eles relaxamento da prisão bem antes do previsto, incluindo o caso de Gutemberg que pouco freqüentou a instituição de correção, conforme determinado após a prisão em 1997. Desligado os sistemas de alerta disparados pela imprensa e que provocaram indignação das classes altas contra os cinco jovens, ao final a solidariedade de classe parece ter retornado.

### 3 UM CLICHÊ RECICLADO: “BANALIDADE DO MAL”

Aquilo com que me defrontei, entretanto, era inteiramente diferente e, no entanto, inegavelmente factual. O que me deixou aturdida foi que a conspícua superficialidade do agente tornava impossível retrair o mal incontestável de seus atos, em suas raízes ou motivos, em quaisquer níveis mais profundos. **Os atos eram monstruosos, mas o agente – ao menos aquele que estava agora em julgamento – era bastante comum, banal, e não demoníaco ou monstruoso.** Nele não se encontrava sinal de firmes convicções ideológicas ou de motivações especificamente más, e a única característica notória que se podia perceber tanto em seu comportamento anterior quanto durante o próprio julgamento e o sumário de culpa que o antecedeu era algo inteiramente negativo: **não era estupidez, mas irreflexão.**

Hannah Arendt<sup>298</sup>

Um dos clichês contemporâneos, a expressão banalidade do mal é usada rotineiramente quando a grande mídia não percebe a motivação em determinado ato violento. Não por acaso esse termo é empregado constantemente quando a vítima pertence às classes média e alta e o agressor às camadas mais pobres. O inverso aconteceu na repercussão do assassinato de Galdino. Índio e pobre, tomado ainda por mendigo, Galdino foi queimado vivo por cinco jovens

<sup>297</sup> Grifo nosso.

<sup>298</sup> ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.6 [grifos nossos].

das classes altas, no entanto, o termo banalidade do mal apareceu com alguma freqüência na cobertura dos veículos de imprensa. A banalidade, contudo, não está propriamente no ato, no assassinato de Galdino, mas na combinação direta entre a maldade e a insuficiência do pensamento, da reflexão crítica, do conhecimento formal, cartesiano – comprovadamente recebido e exibido pelos advogados de defesa na forma de diversos diplomas – de impedir a concretização do mal. A tarefa de eliminar outra pessoa é cumprida burocraticamente. O “objeto” da maldade perde suas formas reconhecíveis de sujeito real. O que está na frente não é exatamente uma pessoa, apenas abstração a ser envolvida na tarefa planejada e executada pelos personagens curriculares, semireais, semifictícios, cuja ação, contudo, não é semi ou fictícia, mas concreta é material. Produz efeitos sentidos no corpo, na pele.

Ao usar o termo “banalidade do mal” no subtítulo de seu relato do julgamento do ex-oficial da polícia nazista SS Adolf Eichmann<sup>299</sup>, Hannah Arendt (2000) sofreu pesado ataque das lideranças judaicas nos Estados Unidos e em Israel.<sup>300</sup> A expressão deturpada, banalidade do mal, é comparada a outros termos ligados ao crime de Eichmann, como “Solução Final” e shoah (holocausto), novos formadores da identidade judaica e seu sofrimento durante a Guerra, que Arendt estaria tratando por banal. Eichmann, preso em Buenos Aires e condenado a morte no julgamento de Jerusalém em 1962, foi tratado pela justiça e imprensa israelense como um dos principais organizadores do massacre de judeus pelo regime nazista. Não foi essa a percepção de Arendt ao acompanhar seu depoimento em Jerusalém. Para descrever Eichmann, Arendt usou outra expressão: “vazio de pensamento”.

Pela leitura do relato em *Eichmann em Jerusalém* fica clara a intenção da autora em mostrar como o crime – este sim monstruoso – não foi cometido por um demônio, mas por um pecado pai de família. Este é o sentido da banalidade, Eichmann – aponta Arendt – sequer sabia os pontos do Programa de Nuremberg do Partido Nazista, estava longe de ser um nazista fanático. Arendt analisava o argumento da defesa clássica dos oficiais nazistas – o de “apenas cumpria ordens” – do ponto de vista de Eichmann, um ambicioso burocrata que sempre sentiu-se desvalorizado, familiar e socialmente, e acabou percebendo, na ascensão do nazismo e suas conexões de amizade com oficiais da SS, que, pela primeira vez na vida, poderia alcançar a desejada projeção social, subindo rapidamente na hierarquia da tropa de elite nazista.

---

<sup>299</sup> ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>300</sup> Ver, sobre isso, as biografias de Hannah Arendt: ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. São Paulo: Record, 2007; YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Por amor ao mundo*. São Paulo: Relume-Dumará, 1996.

Entre os projetos a cargo do “perito na questão judia”, cargo formalmente ocupado por Eichmann, estava a deportação dos judeus dos territórios sob controle do exército alemão – no que Eichmann foi muito bem sucedido até o recrudescimento da guerra a partir de 1940 – quando as rotas utilizadas para expulsão dos judeus ficaram bloqueadas pela ação dos exércitos aliados. A opção para um território alemão *judenrei* (livre de judeus), foi o extermínio. Eichmann, oficial de segundo escalão, como ficou evidente no julgamento de Jerusalém, não foi o cérebro por trás da Solução Final como, a princípio, queriam fazer crer os promotores israelenses. Tampouco foi um “defensor dos judeus”, como chegou a alegar o réu.

No âmbito dos procedimentos da prisão e da corte israelenses, ele funcionava como havia funcionado sob o regime nazista; mas quando confrontado com situações para as quais não havia procedimentos de rotina, parecia indefeso e seus clichês produziam, na tribuna, como já haviam evidentemente produzido em sua vida funcional uma espécie de comédia macabra. Clichês, frases feitas, adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados têm a função socialmente reconhecida de nos proteger da realidade, ou seja, da exigência de atenção do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera existência. [...] Foi essa ausência do pensamento – uma experiência tão comum em nossa vida cotidiana, em que dificilmente temos tempo e muito menos desejo de parar e pensar – que despertou meu interesse. Será o fazer-o-mal (pecados por ação e omissão) possível não apenas na ausência de “motivos torpes” (como a lei os denomina), mas de quaisquer outros motivos, na ausência de qualquer estímulo particular ao interesse ou à volição? Será que a maldade – como quer que se defina esse estar “determinado a ser vilão” – não é uma condição necessária para fazer-o-mal?<sup>301</sup>

O texto de Hannah Arendt elucida, com rara felicidade, a parceria estreita entre intolerância e o preconceito, ambição social, irreflexão, pensamento burocrático e mente hierarquizada – ou, simplesmente, o “vazio de pensamento”. Talvez, mais do que os nazistas fanáticos do círculo de Hitler, homens como Adolf Eichmann e sua pouca preocupação com outras questões que saíssem da esfera do interesse próprio, mostraram ser as “peças de engrenagem” (outro termo clássico das defesas de nazistas) ideais para a máquina de guerra alemã entrar em movimento. Com essa “máquina” passando a desempenhar a função do extermínio, pouca coisa realmente precisou mudar nas “engrenagens”.

O banal não estava no crime, nem no motivo, mas na estrutura que permitia desvalorizar a vida humana de tal maneira que um carimbo poderia significar o imediato fuzilamento pelos grupos de extermínio móveis do leste, conhecidos como *einatzgruppen* ou “reassentamento” para os campos de extermínio do leste ocupado (Polônia, principalmente), entre os quais Auschwitz ganhou trágica notoriedade. Zygmunt Bauman (1998) relaciona a eficiência do

---

<sup>301</sup> ARENDT, 2000, p.6-7.

holocausto à lógica da moderna Administração: Controle de estoque, planejamento estratégico, logística adequada a cada necessidade.

“Deve-se ter em mente que a maioria dos participantes (do genocídio) não atirou em crianças nem despejou gás em câmaras de gás. A maioria dos burocratas compôs memorandos, redigiu planos, falou ao telefone e participou de conferências. Podiam destruir todo um povo sentados em suas escrivaninhas.”<sup>302</sup>

Convém lembrar que departamento da SS encarregado da destruição dos judeus era chamado oficialmente *Seção de Administração e Economia*. A moderna banalidade do mal consiste exatamente na contínua parceria entre o conhecimento supostamente racional e a desvalorização e desprezo de parte grande da população que escapa da imagem louvada do bem sucedido. Assim, não é incompatível com a moderna valorização cultural das camadas superiores da inevitável hierarquia social, que moradores e comerciantes do bairro de Santa Cecília, no centro de São Paulo, tenham se unido para expulsar os moradores de rua. Para executar tal estratégia:

Farão uma ofensiva para que ONGs e restaurantes parem de doar comida a pedintes. Segundo o último censo de sem-teto da cidade, divulgado ontem, há 1.334 moradores de rua e freqüentadores de albergues nesse distrito. Quem vive na região diz que esse número aumenta a cada dia devido à repressão ao tráfico na área da cracolândia, na mesma região. A restrição de doações aos sem-teto foi planejada em reunião do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) na última semana, que foi acompanhada pela Folha. Entre os participantes da reunião, estavam representantes de moradores, comerciantes, polícia, Subprefeitura da Sé, Guarda Civil e hospital Santa Casa. Ninguém se manifestou contra a proposta. Uma comerciante disse que jogava desinfetante nos moradores de rua que dormiam na porta de sua loja pela manhã. Houve quem afirmasse que passaria a fazer o mesmo. "Deveria haver um local que concentrasse todas as instituições que querem doar. Mas não na rua, sem higiene", diz o presidente do Conseg, Jorge Rodrigues. Para o representante da Santa Casa, Edison Ferreira da Silva, outro problema das doações é que os sem-teto acabam jogando restos de comida e de roupas na rua, o que colabora para entupir os bueiros do bairro.<sup>303</sup>

Fora do âmbito dos tribunais, aqui não interessa o grau específico de participação de cada jovem na morte de Galdino – quem teve a idéia, quem foi atrás do combustível, quem acendeu o fósforo, quantos fósforos foram acesos. O que interessa, sobre isso, é que, pelas argumentações e depoimentos, tanto da defesa como da promotoria, nenhum dos cinco jovens se opôs à iniciativa. Nenhum deles era particularmente violento, não havia histórico de agressões. Todos recebiam perfeitamente o conhecimento através do ensino formal em

<sup>302</sup> Citação do historiador Raul Hilberg, autor de *A destruição dos judeus europeus*, apud BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 44.

<sup>303</sup> Jornal Folha de SP, Cotidiano, 01/06/2010.

reconhecidas escolas particulares de Brasília. Em cada uma das etapas descritas no processo 17901, a partir do momento em que o “mendigo” foi avistado, da idéia de “assustar”, procurar álcool no posto, criar uma história verossímil para o frentista, dar voltas por mais de uma hora pela madrugada de Brasília, voltar ao ponto de ônibus 703/704, abrir o conteúdo da garrafa de combustível – em nenhum momento houve nada parecido com uma reflexão que alertasse para as conseqüências. Mesmo após a fuga, a única conseqüência que assustava era a possibilidade imediata da polícia chegar – não houve nenhuma tentativa de chamar socorro para Galdino ou preocupação posterior. Não perguntaram o que aconteceu com o “mendigo”. Jovens de 18 e 19 anos não avaliaram qualquer tipo de problema no conjunto de ações e, com o resultado perfeitamente previsível do incêndio, saíram em fuga.

Embora motivações fundamentais, o desejo ou não de provocar a morte constituiu interesse principal nos julgamentos, para a argumentação desta tese o que realmente interessa é a confirmação de um ambiente social de profunda indiferença com indivíduos no estado de absoluta necessidade. Não há nenhum tipo de empatia, nem mesmo uma reflexão de alerta que, mesmo desprovida de empatia, aponte para o resultado trágico da brincadeira ou do ato calculado de matar alguém. É esse “espírito do tempo” que importa.

A opção pelo episódio da morte de Galdino Jesus dos Santos se deu na medida em que as pesquisas prévias mostraram cinco jovens sem nenhuma motivação particular para parar no ponto de ônibus e colocar fogo no que seria um mendigo dormindo. Diferente dos grupos *skinheads* retratados em nossa dissertação de mestrado (Saneh, 2002) – particularmente os *White Powers* que mataram Edson Nérís na Praça da República em São Paulo pela identificação de seu comportamento homossexual – e fomentam a internet com incontáveis páginas dedicadas ao racismo em nome da supremacia ariana. O ódio organizado dos neonazistas é, evidentemente, sempre risco grande aos grupos alvos. Contudo é visível. Suas formas de agir podem ser captadas. Seu rancor é constantemente debatido. A escolha da ideologia como conceito e ferramenta de análise implica em tratar das formas naturalizadas de superioridade e preconceito – que, como ideológicas, aparecem ocultadas nas formas socialmente aceitas e incentivadas de formação cultural dos jovens.

Os grupos, principalmente os formados por jovens, têm na constituição e na dialética da afirmação ou submissão da identidade individual, perante esse coletivo restrito, características marcantes. No caso dos jovens de Brasília, não eram um grupo marcado por uma identidade construída, alguns não se conheciam tão bem e, pelos depoimentos, mesmo que uma ligeira liderança de Eron possa ser apontada, não parece ter acontecido uma imposição de vontades e,

de fato, ninguém se opôs à idéia da pegadinha, mesmo diante de todas as dificuldades que se apresentavam – distância até o posto, enganar o frentista, estacionar o carro em local estrategicamente posicionado para fuga, nada disso provocou qualquer reflexão – em todos os depoimentos, da prisão em flagrante às versões mais elaboradas com ajuda de advogados nas versões posteriores, não houve ninguém que dissesse “peraí, pra que fazer isso?”

A comparação dos jovens que queimaram Galdino com os termos de Arendt ao referir-se a Eichmann não implica na retórica usual de ligar qualquer ato bárbaro ao nazismo, mas sim de recuperar o sentido dado por Arendt aos termos/conceitos “banalidade do mal” e “vazio de pensamento”. Ou seja, não é preciso a existência de demônios para praticar atos de extrema maldade. A proliferação da cultura do entretenimento vazio, de pegadinhas humilhantes, produtos infantilizados e naturalização da superioridade moral dos ricos sobre os pobres dificilmente vai ser capaz de colocar a dúvida reflexiva, ou qualquer sentimento humanitário, que tanto fez falta naquela madrugada de Brasília.

# CAPÍTULO 4

---

## UMA CAUSA SEM REBELDES

**A orquestra não pode parar. Não há síntese, só aglutinação. O mercado internacional, objeto último do desejo de modernização, precisa de uma legião de homens e mulheres que com seus braços, mãos e olhos prestantes façam e refaçam sem interrupção as partes daquele “todo” vendável, logo mutante e substituível. Aliciar sem o menor pudor os instintos dos consumidores usando a vanguarda da propaganda e do comércio é *plus-moderno*, sem dúvida, mas não dispensa a constituição daquele exército mudo que na retaguarda opere *just in time* e com o devido auto-controle.**

Alfredo Bosi

**Sabe-se que o progresso técnico e o conteúdo social reacionário podem andar juntos. Esta combinação, que é uma das marcas de nosso tempo, em economia, ciência e arte, torna ambígua a noção de progresso. Também a noção próxima, de vanguarda, presta-se à confusão. O vanguardista está na ponta de qual corrida?**

Roberto Schwarz<sup>304</sup>

O objetivo deste capítulo é mostrar como a cultura colonizada pela mentalidade fabril do custo benefício deixou de ser esperança antibarbárie para assumir papel fundamental no aliciamento das novas gerações às regras do mercado, reproduzindo, acriticamente, velhos métodos, repaginados ou não, de opressão, violência e preconceito. Como mencionado no texto introdutório desta tese, alguns autores identificados como marxistas renegaram certa ortodoxia ao abordar, com ênfase, a importância da nascente cultura de massa na solidificação da ideologia do capital, dificultando a formação de uma consciência proletária revolucionária. De certa forma esse *aburguesamento* de frações operárias, que se identificavam mais com o modo de vida “rival” do que aspiravam sua transcendência em socialismo ou comunismo, pode ser transferido para as gerações que chegam, cada vez mais distantes, independentemente da classe, de qualquer postura crítica ao capital, adaptados à tese de que não há alternativas ao capitalismo se não utopias.

---

<sup>304</sup>SCHWARZ, Roberto. Nota sobre vanguarda e conformismo in *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 47.

A abordagem de Lukács, Gramsci e outros alertou para as novas possibilidades de “hegemonia” burguesa – ou, em outros termos, legitimação ideológica – a partir da massificação da cultura pelas mãos (e máquinas) dos donos dos meios de produção. O caráter afirmativo da cultura – em oposição ao seu conteúdo negativo, questionador, ou seja, a postura crítica dialeticamente tão necessária aos movimentos de transformação – aparecia já em Horkheimer e, com ênfase, em Herbert Marcuse em meados da década de 1930, contrastando com algum otimismo mostrado por Walter Benjamin quanto às possibilidades da reprodução das obras de arte, prosseguindo pelos trabalhos teóricos dos principais autores da chamada Escola de Frankfurt, incluindo Theodor Adorno, talvez hoje o nome mais lembrado desta corrente pouco ortodoxa (marxistas descrentes em sujeito histórico da mudança!) da filosofia.

As exigências curriculares perseguidas pelas “personificações do capital” têm na economia de mercado e livre iniciativa empresarial sua justificação meritória da “oportunidade igual para todos”. As classes altas e seus filhos conseguem, paradoxalmente, utilizar a retórica da meritocracia para manter privilégio de acesso e restrições de classe. É o aperto do parafuso, sentido mais rápido e com mais força entre os jovens das classes pobres que chegam ao mercado sem pais ou parentes proprietários ou aquele bom amigo capaz de indicar uma vaga de trabalho. As classes proprietárias, por sua vez, lançam “revoluções” sazonais – “sociedade pós-industrial”, “do conhecimento”, “toyotismo”, “informática”, “internet”, “qualidade total”, “ISOs” – para, ao final, mesmo com grandes mudanças no modo de vida, feito as contas, estruturalmente nada mudar. Apenas as regras de ascensão, supostamente meritórias, movem-se, e as classes pobres descobrem o surgimento de uma ou outra barreira a mais (a graduação universitária que até bem pouco tempo era a exigência máxima para um bom emprego, agora necessita de uma “pós”, “um MBA”, mais “investimento” no estudo “qualificado”, etc.) para postergar a sonhada inclusão nos padrões de aceitação das classes mais elevadas.

A definição das exigências curriculares segue o comando das necessidades ou “reestruturações” da atividade produtiva, das indústrias e do planejamento empresarial. Contrariando, em certo sentido, a argumentação de Adorno, que em *Resumo da indústria cultural*<sup>305</sup>, escrito na década de 1960, diminui a importância do termo indústria atrelado à cultura no famoso capítulo de *Dialética do esclarecimento*, retomamos aqui a importância ideológica da parceria umbilical entre indústria e cultura, reforçando determinados aspectos naturalizados da formação dos jovens, sempre orientado ao mercado, cada vez mais incentivados pela cultura do

---

<sup>305</sup> In COHN, Gabriel (org.) [aqui o título aparece como *Indústria Cultural*]. Sociologia. São Paulo: Ática, 1986, p. 92.



entretenimento comandada não pelo artista, mas pelos CEO's das corporações midiáticas. Tal predomínio da "estética" forjada pela indústria, como já alertavam os estudos dos frankfurtianos, reduz à arte e suas possibilidades emancipatórias à "eterna repetição", e o ávido consumidor do produto cultural, caso típico da juventude, em agente promotor do conformismo.

O capítulo é dividido em duas partes argumentativas interligadas e uma terceira parte conclusiva na tentativa de síntese. A primeira parte trata especificamente da crítica da cultura pelos pensadores ligados à escola de Frankfurt, atualizada pela leitura de críticos contemporâneos, como Alfredo Bosi, Fredric Jameson e Rodrigo Duarte – leitores atentos dos escritos de Adorno, Benjamin, Marcuse e Horkheimer – além de Umberto Eco e Terry Eagleton, este discípulo de Raymond Williams. O viés deste diálogo com os autores ditos "críticos" procura estabelecer um nexo de causa entre o caminho das artes ditado pelo negócio e o predomínio absoluto da racionalidade instrumental na aparência do "discurso competente"<sup>306</sup> – ou, dito de outra forma, o utilitarismo ideologicamente construído (pró-donos dos meios de produção e suas personificações) como única linguagem cultural adequada à adaptação das novas gerações. Aparentemente distintas e mesmo romanticamente o oposto, a percepção crítica desta relação íntima entre razão instrumental e cultura é o legado frankfurtiano que, convenientemente, é dado como "datado" pelas correntes culturalistas otimistas contemporâneas.

A segunda parte apontará o caminho do conformismo ditado pela cultura industrial em suas fórmulas naturalizadoras dos modismos mercadológicos, como a apologia do indivíduo que tudo pode e tudo consegue típico da auto-ajuda que influi na cultura massificada transmitida aos jovens que se vêm chamados a adaptar-se. Críticos da ideologia corporativa, como Maurício Tragtenberg e István Mészáros – este, além de desmistificar a "administração científica" é duro questionador de Adorno e dos teóricos de Frankfurt – auxiliam na tarefa de ligar os comandos hierárquicos excludentes do mundo empresarial como justificação das desigualdades decorrentes, na visão usual, unicamente do esforço individual ou, mais precisamente, na ausência deste, que pode ser sentida no conteúdo impresso dos currículos – modernos troféus da competição mercadológica. A pobreza de metade da população do planeta, mesmo em países de longa história capitalista, pode ser assim resumida em "eles não se esforçam".

Trabalhos acadêmicos recentes, como a tese de doutorado de Aquilau Moreira Romão (2009) defendida na UNICAMP, a tese de Ana Flora Brunelli, também da UNICAMP (2004) e a dissertação de mestrado de Adriana Cláudia Turmina (2006) na UFSC, interpelam os escritos de

---

<sup>306</sup> CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2005.

auto-ajuda como consequência direta da adaptação acrítica ao desenvolvimento capitalista. Para Romão, falando sobre a educação, os gurus de auto-ajuda eliminam a política dos problemas enfrentados por professores e alunos – tudo se limita à esfera do “afeto” e do “amor”. Para Turmina, o incentivo à leitura destes gurus transformou-se em prática empresarial de interdição às lutas coletivas dos trabalhadores – que são “treinados”, numa expressão usual destes autores, em palestras do tipo “faça sucesso” e “depende só de você”, como fica claro em boa parte dos títulos destas obras que inspiram os bem remunerados palestrantes. Agir coletivamente, com propósitos diferentes do utilitarismo carreirista, fica deslocado, relegado ao *nonsense* da caricatura do esquerdista típico que tanto é repetida jocosamente pelos jovens *trainees* engravatados que, desde o início de suas atividades, já estão condicionados, por opção, a “tomar as dores” do capital.

Em síntese, o fator comercial como definidor último de qualidade da programação cultural e a conversão dos ambientes formadores educacionais em proposta única de “preparação para o mercado” elevam as formas semiculturais à condição de cultura propriamente dita, ou pelo menos ocupando o espaço que seria desta. Decorrência lógica desta inversão, a infestação das pegadinhas e reality-shows com sua fartura em competições bizarras e humilhações, apresentadas não apenas como mero entretenimento, mas, notadamente os realitys, como algo do tipo “a vida como ela realmente é”, “nua e crua”, uma “competição feroz” onde só “melhores” se destacam. Desnecessário comparar com a linguagem típica do social-darwinismo do final do século XIX. É neste cenário, apocalíptico, como diria Umberto Eco, que os jovens integrados prevalecem.

## 1 A LÓGICA CULTURAL DO CAPITALISMO TARDIO

Acreditas mesmo num *ingenium* que nada tenha a ver com o inferno? – pergunta o Diabo a Leverkühn – *Non datur!* O artista é irmão do criminoso e do demente. Pensas, por acaso que já se haja realizado alguma obra interessante, sem que seu autor tivesse aprendido a entender a existência de celerados e loucos?

O diálogo entre o Diabo e o compositor Adrian Leverkühn, transcrito de Doutor Fausto, de Thomas Mann, trata da ligação da criação artística com a marginalidade, a subversão da ordem, da mediocridade. Não é simples busca do espírito romântico, mas parte essencial do processo criativo de questionar o que está aí, reverter o modo comum, colocar a idéia de ponta cabeça e expor as brechas do convencional. O oposto disso, a produção racional para atender

demanda, a criação e manipulação dos “desejos” em modas datadas, fantasiadas de pseudo-revoluções, produção em massa de mercadorias semelhantes, ajustadas na linha de produção para pequenas alterações conforme o novo “gosto médio” estatisticamente mensurado, isto tem a ver com a atividade industrial. Nisto reside um dos méritos do termo paradoxal *indústria cultural* de Adorno e Horkheimer – afinal, se é indústria, não deveria ser cultura. Conforme Adorno (1986):

Em nossos esboços tratava-se do problema da “cultura de massas”. Abandonamos essa última expressão para substituí-la por “indústria cultural”, a fim de excluir de antemão a interpretação que agrada aos advogados da coisa; estes pretendem, com efeito, que se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas, em suma, da forma contemporânea da arte popular. Ora, **dessa arte a indústria cultural se distingue radicalmente.** Ao juntar elementos de há muito correntes, ela atribui-lhes uma nova qualidade. Em todos os seus ramos fazem-se, mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo. Os diversos ramos assemelham-se por sua estrutura, ou pelo menos ajustam-se uns aos outros. Eles somam-se quase sem lacunas para constituir um sistema. Isso, graças tanto aos meios atuais da técnica, quanto à concentração econômica e administrativa. **A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores.**<sup>307</sup>

Integração. Ausência de dialética. Pensamento linear, ajustado, pouco disposto ao contradito, ao confronto fora da zona de conforto habitual do simples entretenimento. Do alto, importante ressaltar, pelos gostos e interesses das grandes empresas que mediam o acesso aos produtos culturais. Não das massas, como pregam os apologistas. O Diabo, interlocutor de Adrian Leverkühn, afastou-se, cedeu lugar ou desencantou-se, weberianamente, ao ascetismo e a ética do trabalho correspondente ao protestantismo, identificado aí com o vigor capitalista. A tentação infernal, parceira da inquietação criativa do artista foi eclipsada pelo espírito do empreendedor capitalista.

**Sua ideologia é o negócio.** A verdade em tudo isso é que o poder da indústria cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida, não da simples oposição a ela, mesmo que se tratasse de uma oposição entre potência e impotência. A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo do trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretenso conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a seqüência automatizada de operações padronizadas. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão. [...] **O espectador não deve ter**

---

<sup>307</sup>ADORNO, Theodor. *A indústria cultural*. In COHN, Gabriel (org). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986, p. 92, grifos nossos.

**necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação.**<sup>308</sup>

Conforme tratado no capítulo dois, enquanto a massificação da cultura apenas engatinhava, para justificar plenamente a miséria de uma maioria e a dominação/colonização destes “degenerados”, ganharam força “científica” teorias que não só “confirmavam” uma hierarquia humana com o branco nórdico no topo, como indicavam que a parte de baixo desta hierarquia era potencialmente (e permanentemente) perigosa para a “saúde” do organismo social, as chamadas “classes perigosas”. O racismo posto a nu pelo demonizado (ao final) nazismo pode ter eclipsado o prestígio das correntes eugenistas nas universidades, mas não se mostrou suficiente para aplacar o racismo “caseiro” nas mesmas potências que lutaram pela “liberdade” contra Hitler e Mussolini, incluindo aí o epicentro da propagação da indústria cultural, os Estados Unidos.

Contudo, com o descrédito das teorias eugenistas e social darwinistas habituais, novas fórmulas mais sofisticadas assumiram a tarefa ideológica de explicar a existência dos miseráveis que teimavam em continuar existindo a despeito de todas as “oportunidades oferecidas pela hegemonia capitalista”. Uma vertente teórica importante optou por aproveitar-se da má-fama do nazifascismo para combater os planos “coletivistas” identificados aí com o socialismo e comunismo – e também com o keynesianismo – ligando qualquer idéia de planejamento do bem-estar coletivo e ações do Estado de proteção aos pobres com as vivas imagens da barbárie nazista. Transferir renda dos ricos aos pobres significava nada mais que o início do “caminho da servidão”.

Esta nova “lei do mais forte” pedia um Estado “mínimo” justamente no momento em que o Estado concluía uma etapa de seu processo de ajuda a recuperação das classes alta e média no *welfare-state* pós depressão de 1929. Lembrando novamente Florestan Fernandes (A Revolução burguesa no Brasil, 2006<sup>309</sup>), chegado o momento da “divisão do butim” (a ajuda do Estado através de medidas de segurança social) estendendo os benefícios às classes pobres, foi o instante de recorrer a uma teoria econômica que justificasse exatamente o contrário, pregando a ausência do Estado na economia na forma da livre concorrência que beneficiaria os “esforçados” e “competentes”, permitindo o enriquecimento de uns poucos elevando os patamares de competição da economia como um todo, para, no futuro, “repartir o bolo”. Sob os

---

<sup>308</sup> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 128 [grifos nossos].

<sup>309</sup> Ver também introdução de Octavio Ianni a seu livro com textos de Florestan Fernandes: IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

governos conservadores de Margaret Thatcher e Ronald Reagan a Escola Austríaca de Friedrich Hayek se tornava hegemônica pelas mãos de sua sede no novo mundo na Chicago de Milton Friedman e seus “*Chicago boys*”<sup>310</sup>, o neoliberalismo ditaria as regras econômicas – e, como veremos, culturais – das últimas décadas. Alfredo Bosi analisa desta forma as expectativas neoliberais:

Se as leis eternas desse mercado forem religiosamente cumpridas, as metas do desenvolvimento acabarão por ser alcançadas em toda parte: a produção crescerá, a classe trabalhadora satisfará as suas necessidades básicas e os grupos doadores de trabalho, isto é, os empresários, fruirão legitimamente de um estilo de vida cada vez mais próspero e parecido com o das burguesias dos países ricos. [...] O quadro acima é pensado como *natural e racional* pela maioria dos beneficiários do crescimento econômico. Mas, como é, de fato, um construto unilateral, o discurso que o produz cai nas malhas da *ideologia* considerada agora do ponto de vista forte e valorativo expresso por Marx e Engels na *Ideologia Alemã*. A ideologia naturaliza e racionaliza o interesse particular de uma classe, no caso, a burguesia, que “se desenvolve” às expensas da exploração da força de trabalho.<sup>311</sup>

A intensa propagação dos diversos braços ideológicos deste movimento neoliberal nas três últimas décadas repercutiu de tal forma no ensino formal, nas diversas mídias, no discurso econômico e político que, sem exagero, construíram uma visão de mundo (no sentido fraco de ideologia) solidamente enraizada (sentido forte, na tradição marxista), exposto nas novas mercadorias de consumo cultural, como, por exemplo, a educação para o “mercado” que não se envergonha de aparecer em qualquer cartaz de anúncio publicitário de universidades – nas universidades privadas sem exceções, nas públicas cada vez com mais frequência. As novas gerações, os padrões éticos e estéticos dos “homens de negócio”, símbolos da ética neoliberal, são anunciados como modelo de sucesso, de inteligência e eficiência. A linguagem vazia do burocrata, carregada de clichês que supostamente dão conta da compreensão de mundo, destituída de arte e profundidade, torna-se a linguagem vazia da apologia cultural do capitalismo, igualmente despido de arte e profundidade.

Sob o guarda-chuva que se chama neoliberalismo, os discípulos de Friedrich Hayek, agigantados pela sempre proclamada, mas, até certo ponto, inesperada vitória contra Keynes e, em outra medida, contra Marx, finalmente morto sob os escombros do muro em Berlim, empregaram uma radicalização da perseguição a toda forma de humanismo, retomando com renovada truculência o combate às “classes perigosas”. Aos jovens que começaram a estudar nas décadas de 1980 e 90 a mensagem repetida (e, aparentemente, aceita) de que pensar em termos de justiça social e na dura vida dos oprimidos é coisa de “perdedor”. É a nova forma de

<sup>310</sup> Sobre isso, ver KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.

<sup>311</sup> BOSI, 2010, p. 237.

darwinismo social que passa, nas últimas décadas, a controlar economicamente as corporações midiáticas e a formar o modelo de mundo culturalmente aceito. Wolfgang Fritz Haug, editor da revista *Das Argument* – que segue a linha da *Zeitschrift für Sozialforschung*, revista do Instituto para Pesquisa Social sob Horkheimer, estabelece a semelhança no método anterior de seleção social e sua versão repaginada:

Friedrich August von Hayek transferiu a concepção darwinista da “sobrevivência do mais forte” para o plano das instituições sociais: o mais capaz sobrevive, o mais fraco morre. Como em todo social-darwinismo, principalmente o nazismo, não só são rejeitadas, mas também difamadas como forças da degeneração todas as políticas e instituições que impedem tal processo de seleção.<sup>312</sup>

Não somente são difamadas as políticas de proteção, mas o beneficiário destas políticas deve ser estigmatizado, acumulando os velhos “defeitos da raça”, como preguiça, sujeira, tendência ao crime. A ideologia da higiene social se sofisticou na forma da onipresença da retórica do “competitivo mundo globalizado” e das exigências curriculares aclamadas por uma cultura já idêntica às exigências da indústria. Como analisa Umberto Eco (1976):

O problema da cultura de massa é exatamente o seguinte: ela é hoje manobrada por “grupos econômicos” que miram fins lucrativos, e realizada por “executores especializados” em fornecer ao cliente o que julgam mais vendável, sem que se verifique uma intervenção maciça dos homens de cultura na produção. A atitude dos homens de cultura é exatamente a do protesto e da reserva. E não venham dizer que a intervenção de um homem de cultura na produção da cultura de massa se resolveria num gesto tão nobre quanto infeliz, logo sufocado pelas leis inexoráveis do mercado.<sup>313</sup>

Após a imersão na barbárie do capítulo anterior (os detalhes do processo da morte de Galdino), a velha questão frankfurtiana ressurgiu: porque, com todos os caminhos e novos instrumentos, a opção contínua da humanidade pela barbárie? Não há propriamente um hiato entre o darwinismo social popularizado do fim do século XIX e início do século XX e as “leis de mercado” do final do século passado e início deste. A ideia de castas superiores, por este ou aquele motivo, continuou a abastecer a ideologia dominante ao longo do século XX. Tratando das castas e sua relação aparentemente restrita à Índia, Pierre Vilar comenta:

O que parece deduzir-se de uma história mais próxima de nós e mais recente é a tendência espontânea dos grupos humanos para se fecharem a si próprios e aos restantes grupos, para se associarem uma noção de “pureza” a este ou àquele traço de pertença – tanto no que respeita à pertença a um grupo étnico,

<sup>312</sup>HAUG, Wolfgang Fritz. *Contra o neoliberalismo. Mas de que jeito?* In Revista Crítica Marxista, Unicamp: n° 7, 1998.

<sup>313</sup>ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.51.

como a um grupo religioso ou a um grupo profissional –, e a considerarem a partir daí como hereditários os caracteres assim definidos.<sup>314</sup>

Continuando, o historiador francês contesta a máxima capitalista da liberdade quase total de transição entre as classes, ao contrário de castas e estamentos definidos pela posição do indivíduo ao nascer: “Pessoalmente, não creio que haja diferenças de natureza entre as sociedades de ‘ordens’ (e até de ‘castas’) e as sociedades de ‘classes’. As diferenças encontram-se apenas a nível de cristalização jurídica (ou consuetudinária, ou mística) das relações de função”<sup>315</sup>, interessa menos constatar as diferenças e mais entender os motivos que as constroem.

Faz parte ou é necessário à cultura burguesa manter acesa o mito do vencedor que, da classe mais baixa, ascende até o topo do “*café society*”. O capitalismo tem que engendrar o sujeito livre e igual ante o direito, o contrato e a moeda, sem o que não poderia existir sua ação principal: compra e venda da força de trabalho e apropriação de valor. Trata-se de uma ilusória liberdade, na medida em que as relações de força e poder entre capital e trabalho são estruturalmente desiguais. É sob esta ilusão e violência que a ideologia burguesa opera eficazmente na reprodução de seus interesses de classe. É função da ideologia lançar névoa sobre os mecanismos excludentes da prática neoliberal de defesa da propriedade privada.

Após quase três décadas de defesa intransigente da “liberdade”, o neoliberalismo é definido assim por Octavio Ianni:

Sob o neoliberalismo, recriam-se as condições e os ingredientes do nazifascismo. A despeito de se apresentarem como guardiões e arautos da democracia, afirmam e reafirmam o predomínio da economia, produtividade, competitividade, lucratividade e racionalidade instrumental. Identificam cartão de crédito e consumismo com cidadania, concentração do capital com progresso, multiplicação de corporações com cosmopolitismo, desterritorialização das forças produtivas com ocidentalização do mundo, disneylândia global com o fim da história. É evidente o predomínio da lógica do capital em praticamente todas as esferas da vida social. Sob vários aspectos, o neoliberalismo implica a crescente administração das atividades e idéias de indivíduos e coletividade.<sup>316</sup>

Alta modernidade, modernidade tardia, segunda modernidade, pós-modernidade. Termos que distinguem correntes e abordagens da contemporaneidade de acordo com este ou aquele viés teórico e construção histórica, mas que indicam uma tentativa de distinguir nosso tempo das análises do liberalismo/capitalismo ancoradas na existência de uma relação estabelecida entre os burgueses/detentores dos meios de produção e os operários – obrigados a

<sup>314</sup> VILAR, Pierre, op cit, 1975.

<sup>315</sup> Ibidem, p.119.

<sup>316</sup> IANNI, Octavio. *Neoliberalismo e neofascismo*. Revista Crítica Marxista, Unicamp: numero 7, 1998.

vender sua força de trabalho aos primeiros. As mudanças nas estruturas de produção, a dissolução das camadas de trabalhadores em diversas novas categorias ligadas, agora majoritariamente, aos setores de serviço, longe das fábricas, a multiplicidade de opções de ofertas de produtos culturais, as diversas formas de interação, talvez mais dinâmicas, menos esquemáticas entre a emissão da cultura e quem a usufrui, todos esses argumentos e muitos outros reclamam novos procedimentos na análise social dos fenômenos do fim do século passado e início deste.

Em menor parte, autores identificados com as linhas metodológica marxistas reconhecem as alterações, mas as mantêm em contato com o materialismo histórico – as fábricas mudaram, o perfil do trabalhador também, mas a dinâmica de dominação de classes permanece. A maior parte dos autores, contudo, desde o já citado Daniel Bell, passando por Néstor Garcia Canclini (1997), Homi Bhabha (1998), Jesús Martín-Barbero (2008), Manuel Castells (2000), Ulrich Beck e Anthony Giddens (1997), tratam, em diferentes perspectivas e grau de otimismo, as diversas transformações ao longo do século passado por “revoluções” que, portanto, como revolucionárias, requerem um novo quadro teórico para dar conta da “complexidade” ausente nas análises clássicas, por exemplo, do marxismo – de certa forma, a linha mestra de conduta teórica dos autores clássicos do pós-modernismo, como Lyotard e Derrida. Tratar de classes sociais, na forma do materialismo histórico, não faria mais sentido. Sem surpresa, esses novos quadros analíticos se apresentam favoráveis, aberta ou veladamente, por omissão, às necessidades do capital, até por naturalizá-las. Mesmo os críticos nestas correntes assumem a natureza imutável do capitalismo.

A obra do crítico marxista norte-americano Fredric Jameson (ele mesmo identificado comumente como “pós-moderno”), em sua análise do pós-modernismo,<sup>317</sup> traça um paralelo no desenvolvimento do capitalismo tardio (*late capitalism*) no pós-Segunda Guerra e a ascensão dos movimentos culturais diversificados e dispersos que constituiriam, nas décadas seguintes, o pós-modernismo. Para outro crítico marxista, o britânico Terry Eagleton (1997) o pós-modernismo foi a contrapartida cultural necessária para os novos movimentos do capitalismo que David Harvey vai localizar na década de 1970 com suas formas de “acumulação flexível” – as novas formas de divisão do trabalho, a globalização pelas grandes corporações, etc., já, portanto, dentro do quadro neoliberal. Enquanto Eagleton é duro crítico do pós-modernismo, Jameson prefere se concentrar no fato simples de que sua contraditória supremacia como

---

<sup>317</sup> JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.



movimento cultural, nas artes, nas universidades e fora delas, é, em si, fato relevante de nossa época. A suposta “surdez histórica” pós-moderna, nos termos de Jameson (2007), é a forma cultural necessária do presente contínuo alertado por Hobsbawm.

O assunto da lição [em o *Manifesto comunista*] evidentemente é o desenvolvimento histórico do capitalismo e a formação de uma cultura especificamente burguesa. Num trecho bem conhecido, Marx nos incita a fazer o impossível, a saber, pensar esse desenvolvimento de forma positiva e negativa ao mesmo tempo; em outras palavras, chegar a um tipo de pensamento capaz de compreender ao mesmo tempo as características demonstravelmente funestas do capitalismo e seu extraordinário dinamismo liberador em um só raciocínio e sem atenuar a força de nenhum desses dois julgamentos. Devemos, de algum modo, elevar nossas mentes até um ponto em que seja possível entender o capitalismo como, ao mesmo tempo, a melhor e a pior coisa que jamais aconteceu à humanidade.<sup>318</sup>

A dialética de Jameson obriga o confronto com a “revolução burguesa” em sua superação da ociosidade aristocrática e no reconhecimento das inovações do capitalismo competitivo. O que de melhor aconteceu não implica em atenuar o pior que está acontecendo, incluindo um dinamismo voltado para conservar certos privilégios de classe – inovações e ofertas restritas ao alto poder aquisitivo e consumo de luxo ainda são tratadas como bem geral, disponíveis “a todos”. Perry Anderson, comentando a análise de Fredric Jameson sobre o pós-modernismo, diz:

O texto básico que abre *A guinada cultural*, conferência de Jameson proferida no Museu Whitney de Artes Contemporâneas no outono de 1982 e que se tornaria o núcleo de seu ensaio “*Postmodernism – the Cultural Logic of Late Capitalism*” publicado na *New Left Review* na primavera de 1984, redesenhou todo o mapa pós-moderno de uma tacada – gesto fundador prodigioso que dominou a área a partir de então. Cinco lances decisivos marcaram essa intervenção. O primeiro e mais fundamental vinha com o título – **a ancoragem do pós-modernismo em alterações objetivas da ordem econômica do próprio capital. Não mais uma mera ruptura estética ou mudança epistemológica, a pós-modernidade tornou-se o sinal cultural de um novo estágio na história do modo de produção reinante.**<sup>319</sup>

Interlocutor freqüente de Jameson, Terry Eagleton diz:

No mundo pós-moderno, a cultura e a vida social estão mais uma vez estreitamente aliadas, mas agora na forma da estética da mercadoria, da espetacularização da política, do consumismo do estilo de vida, da centralidade da imagem, e da integração final da cultura dentro da produção de mercadorias em geral. A estética, originalmente um termo para a experiência perceptiva cotidiana e que só mais tarde se tornou especializado para a arte, tinha agora completado um círculo e retornado à sua origem mundana, assim como os dois

<sup>318</sup> JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p. 73.

<sup>319</sup> ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.66 [grifos nossos].

sentidos de cultura – as artes e a vida comum – tinham sido agora combinados no estilo, moda, propaganda, mídia e assim por diante.<sup>320</sup>

Jameson comenta o estágio da cultura no pós-modernismo:

Assim, na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que os constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender. **O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo.**<sup>321</sup>

Deixando um pouco de lado a polêmica infundável contida no uso do termo *pós modernismo*, as conclusões de Fredric Jameson, corroboradas por Anderson e Eagleton, mostram um retrato da cultura (pós-moderna, reflexiva, da alta modernidade, enfim) não apenas aliada das transformações econômicas e, conseqüentemente, ao movimento neoliberal pós-década de 1980, mas como um processo indissolúvel que amalgama o mundo da produção material e das “atividades do espírito”. As atividades de lazer significam gerar riquezas para alguma(s) corporação que, por sua vez, embutem os “genes” da própria atividade produtiva como racionalmente necessária ao desenvolvimento do mundo cheio de oportunidades para todos e, fundamentalmente, como garantia de liberdade. Como questionar a liberdade de compra de um carro de luxo, de uma tela de TV gigante? Opor-se a isso, ao senso comum, só pode significar alguma tendência ao fascismo coletivista.

O mercado, portanto, é o Leviatã em pele de cordeiro: sua função não é incentivar e perpetuar a liberdade (muito menos a liberdade de tipo político), mas antes, reprimi-la; e a propósito dessas visões, pode-se realmente reavivar os lemas dos anos do existencialismo – o medo da liberdade, a fuga da liberdade. A ideologia de mercado assegura-nos que os seres humanos estragam tudo quando tentam controlar seu destino (“o socialismo é impossível”), e que é uma felicidade possuímos um mecanismo interpessoal – o mercado – capaz de substituir a arrogância e o planejamento humanos, e de substituir por completo as decisões humanas. Só precisamos mantê-lo limpo e bem azeitado, e então – como o monarca de muitos séculos atrás –, ele cuidará de nós e nos manterá nos eixos.<sup>322</sup>

O domínio da tecnocracia se faz sentir não apenas nas instituições, mas como modo de vida e linguagem, presente no uso carregado termos técnicos que, supostamente, tudo explicam, tais como os populares no mundo dos negócios: reengenharia, *downsizing*, desoneração da folha, terceirização do quadro, enfim, termos aparentemente neutros, racionais, que, na prática, determinaram o afastamento maciço de trabalhadores se não do emprego, propriamente, ao menos das condições anteriores de trabalho ativo, com possibilidade de influir nas políticas da

<sup>320</sup> EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005, p.48.

<sup>321</sup> JAMESON, *op. cit.*, p.14 [grifo nosso].

<sup>322</sup> JAMESON, Fredric. *O pós- modernismo e o mercado*, in Zizek, Um mapa da ideologia, 1996, p.291.

empresa via organizações de classe. O produto das últimas décadas de neoliberalismo é, no termo de Zygmunt Bauman<sup>323</sup>, “refugo”. Lixo material característico do produtivismo desvinculado de práticas ambientalmente necessárias. Lixo humano, com milhões de jovens e adultos afastados das atividades produtivas – num mundo em que esse afastamento, ao menos nas classes pobres, determina quase tudo em condições materiais e prestígio social, tornados inúteis no termos e padrões de mérito capitalista, como reforça Reginaldo Moraes:

Lembremos os resultados humanos (ou desumanos) das reformas econômicas e das reestruturações produtivas em andamento em todo o mundo. De modo brutal, eles mostram a parcelas enormes da humanidade que elas são cada vez mais “dispensáveis”. No limite, o mundo econômico pode girar sem grandes problemas apesar da eliminação completa de muita, muita gente.<sup>324</sup>

A hierarquia de homens, longe de ser fustigada, se solidifica na economia e como algo culturalmente aceito. Os tempos de Estado mínimo, desencanto com teorias revolucionárias e novas abordagens sobre o indivíduo e sua crise de identidade fragmentada exigiam uma contrapartida na teoria da cultura. A modernização estava agora quase concluída, apagando os últimos vestígios não apenas de formas sociais pré-capitalistas como de todo território natural intacto, de espaço ou experiência, que os sustentara ou sobrevivera a elas. Num universo assim, a cultura necessariamente expandiu-se ao ponto de se tornar praticamente coextensiva à própria economia, não apenas como base sintomática de algumas das maiores indústrias do mundo – com o turismo agora superando todos ou outros setores em emprego global – mas de maneira muito mais profunda, uma vez que todo objeto material ou serviço imaterial vira, de forma inseparável, um produto vendável.

A cultura nesse sentido, **como inevitável tecido da vida no capitalismo** avançado, é agora a nossa segunda natureza. Enquanto o modernismo extraía seu propósito e energias da persistência do que ainda não era moderno, do legado de um passado ainda pré-industrial, o pós-modernismo é a superação dessa distância, a saturação de cada poro do mundo com o soro do capital.<sup>325</sup>

O dualismo dialeticamente posto ente o econômico e o cultural descrito na análise de Jameson permite compreender a emergência do “discurso competente” (Marilena Chauí, numa visão crítica) ou dos “sistemas peritos” (Giddens<sup>326</sup>, uma visão menos crítica), que, como convém, descredencia a dialética e, afirmativamente, cultua o tecnocrata do meio empresarial ou, raros casos, acadêmico dos cursos afins, que acaba assumindo a única forma culturalmente

<sup>323</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>324</sup> MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo e neofascismo. É o mesmo pero no é igual?* Revista Crítica Marxista, Unicamp: numero 7, 1998

<sup>325</sup> ANDERSON, 1999, p.66-67.

<sup>326</sup> Ver, por exemplo, GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

aceita como adequada à interpretação (e julgamento) dos fatos contemporâneos relevantes. A linguagem do administrador funde-se com a do artista, prevalecendo a lógica material do primeiro, agora legitimada pela antiga fama subversiva do segundo, consagrando assim a “sociedade administrada” – versão frankfurtiana mais sombria do capitalismo tardio de Ernest Mandel. A competição na forma da livre concorrência lançou bases para avanços técnicos notáveis sem, contudo, afastar o fantasma da regressão bárbara ou, em outros termos, avançar na direção da emancipação de fato, não para poucos e em condições limitadas. Um movimento econômico que pregava a liberdade de “cada um por si” e um ambiente cultural – incluindo a formação – para dar crédito a esta idéia possibilitou, nas últimas décadas, a composição de tropa formidável de defesa da hegemonia capitalista, um exército diplomado e especializado em autoconservação de um sistema que, muitas vezes, lhes tira muito mais do que dá.

### 1.1 ULISSES AMARRADO

A interpretação de Adorno e Horkheimer, na *Dialética do esclarecimento*<sup>327</sup>, do mito de Ulisses e sua fuga das sereias trata da autoconservação. Atado ao mastro por seus marinheiros, seguindo suas próprias ordens, Ulisses sofre com a imobilidade ao ouvir o canto sedutor e mortal e pede, como previsto, que seja libertado. Seus marinheiros, com ouvidos tampados por cera, não atendem. Ulisses detém o conhecimento, escuta a melodia – diferentemente dos marinheiros, que nada sofrem, porém, nada escutam também – mas se privou da capacidade de usufruir do prazer fatal. Preferiu, sabendo antecipadamente dos perigos da travessia no território das sereias, continuar vivo e regressar a Ítaca e sua Penélope. Diante da irresistível, porém maléfica, beleza, Ulisses, o das “mil artimanhas”, pôs em prática os conselhos da bruxa Circe, racionalmente planejou sua travessia e salvou-se. Sem riscos de autodestruição, a arte, conduzida pela razão instrumental, se isola da beleza, mesmo que passe ao redor, próximo desta e a alcance, tocando-a algumas vezes, permanece atada ao objetivo último corporativo, sobreviver, continuar seu caminho e cumprir os planos traçados para atingir os objetivos. “A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (Adorno, Horkheimer, 1985, p.46), sintetizam Adorno e Horkheimer a sua dialética do esclarecimento, “perder-se para se conservar, é a astúcia” (Adorno, Horkheimer, 1985, p.57) de Ulisses.

---

<sup>327</sup> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

A riqueza do conceito de indústria como definidor de cultura se explica, além da simples relação com os produtos culturais como mercadorias, em entender os caminhos das atividades culturais sob controle empresarial na mesma ótica da atividade capitalista: sobreviver e prosperar, ou seja, trabalhar para sua autopreservação, evitando riscos, procurando caminhos racionalmente seguros, embasados em dados estatísticos e pesquisas de mercado, definindo públicos alvo, repetindo fórmulas “vencedoras”. Nesta lógica, a análise da democratização da cultura sob as formas de reprodução industriais não pode fugir às conseqüências da formação de grandes corporações de entretenimento ligadas (ou, em vários casos, a mesma empresa) às gigantes do setor de tecnologia de diversão. O fenômeno da concentração de mídia nas mãos de poucos – fato, por si, já revelador da mistificação da democratização e acesso da cultura e seu viés informativo – foi tratado por Rodrigo Duarte:

Outro fenômeno é tendência, desde o início da globalização, ao predomínio do oligopólio de hardware (muitos deles origem japonesa) na aquisição dos antigos estúdios, que se estabeleceram em Hollywood, no início da década de 1910, e se tornaram, ao longo do século XX, megaprodutores do cinema. A Sony, por exemplo, que já em 1988 comprara a CBS, adquiriu, no início da década de 1990, a Columbia Pictures e possui, desde 1996, o seu próprio canal de televisão (Sony Television). A Matsushita, proprietária de marcas como Panasonic e a JVC, assumiu à mesma época o controle da MCA Universal. A Toshiba se associou em meados da década de 1990 à Time-Warner. [...] Além desses dois casos, há outro que merece menção especial: o do magnata australiano das comunicações Rupert Murdoch. Em 1983, ele adquiriu o canal por satélite britânico SATV e, posteriormente, realizou várias tentativas – nenhuma bem-sucedida – de aquisição de megaempresas de comunicação norte-americanas, como a Warner e a Disney. Em 1985, ele comprou a Twentieth Century Fox e, após a superação de muitas barreiras legais e comerciais, criou, em 1988 a Fox TV, que hoje dividi espaço no mercado estadunidense com redes tradicionais como a ABC, a NBC e a CBS. Em 1993, Murdoch criou em Hong Kong a Star TV, que até hoje detém uma fatia significativa do mercado de TV por satélite em toda a Ásia. O referido canal SATV foi posteriormente rebatizado de Sky TV e passou a atuar em todo o mundo (inclusive no Brasil, associado às Organizações Globo), dividindo esse mercado com a DirecTV, até que, em 2005, houve a “fusão” de ambas (ao que consta, foi apenas a compra da DirecTV pelo conglomerado de Murdoch). É importante observar que, para além da ascensão econômica meteórica desse magnata das comunicações, sua influência no estabelecimento de um “formato” característico na televisão globalizada da última década foi decisiva: com o objetivo de produzir programas de baixo custo, a FOX TV ajudou a consolidar mundialmente os *talk shows* e foi pioneira na introdução dos *reality shows*, hoje tão populares em todo o mundo.<sup>328</sup>

A longa citação trata apenas de alguns poucos casos, mas no livro *Teoria crítica da indústria cultural*<sup>329</sup> Duarte detalha outros processos de fusão que transformaram gigantes do “hardware”, como Sony e Matsushita (dos grupos Panasonic e JVC), em donos do “software” ou

<sup>328</sup> DUARTE, Rodrigo. *A indústria cultural hoje*. In *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 98-99.

<sup>329</sup> DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

grandes empresas da área de entretenimento, como os estúdios *Columbia Pictures* e *Paramont*, além de grandes redes de TV aberta e a cabo nos Estados Unidos. Na prática garantindo o controle do círculo de venda de cinema, VHS, depois DVD, agora blu-ray, os canais a cabo como HBO e novas mídias na internet, assegurando audiência para o “software” e volume de vendas para seus “hardware”. As conseqüências destas megafusões, incluindo aí também canais de notícia como CNN e Fox News pertencendo a grupos de interesses claros em promover esta ou aquela grande produção cinematográfica ou novo disco de determinado artista, vão além do “apocalipse” inicial frankfurtiano do início do século passado, superando mesmo o pessimismo dos frankfurtianos. Concordando com Duarte, a imensa oferta de produtos não contraria, como alegam alguns, as afirmações de Adorno, opondo a dominação ideológica a uma imensidão de “ofertas e escolhas” que permitem ao sujeito reflexivo avaliar cada opção de diferente forma, impedindo o “simplismo” da dominação. Duarte alega o contrário, as múltiplas opções nunca abandonaram sua origem oligopolista e industrial, constituem sua radicalização, mantendo a validade do diagnóstico de Marcuse, Adorno e Horkheimer. A reflexividade existe, a dominação não é totalitária, mas ideológica – porém, como ideologia ao senso comum acabou (Daniel Bell) ou enfraqueceu juntamente com análises classistas, o potencial de dominação desaparece. Na aparência ao menos.

No Brasil a concentração dos grupos de mídia é tão ou mais agressiva, de oligopólio passa a monopólio em determinadas regiões. A promíscua concessão de emissoras de retransmissão das poderosas redes nacionais de mídia a políticos criou no país o fenômeno do “coronelismo eletrônico” (lembrando a obra de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*) uma mescla do arcaico sistema de coronelismo da política brasileira com a modernidade da indústria cultural. Quem vive nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina sabe que o conteúdo informativo, a programação televisiva e a música no rádio tem sua mediação concentrada em uma única empresa, o Grupo Rede Brasil Sul – RBS. Com poucas exceções, os principais veículos de comunicação, como jornais, Rede Globo, canal de notícias CBN, rádios FM com maiores índices de audiência, passam pela linha empresarial – e crivo ideológico – da família Sirotsky, fundadora e proprietária da RBS.

Uma relação de poder e mando na base do “cerco” restritivo do acesso ao capital simbólico da cultura industrializada, típica do coronelismo descrito por Leal, com suas decorrências lógicas de conservadorismo nas escolhas (programas, apresentadores, opiniões e apoios políticos) ao autoritarismo da legitimação do poder financeiro e político concentrado em poucas mãos. Como no coronelismo, uma arrogância construída na certeza da transmissão

sanguínea dos feudos, a segunda e terceira geração dos Sirotsky, Marinho, Civita e Frias sabem que poderão usufruir de um dote.<sup>330</sup>

Este é apenas um exemplo que reproduz em diferentes escalas, a hierarquia que submete o conteúdo da cultura de massas à mediação de “meia dúzia” de grupos *ou* famílias. Independente da percepção do “receptor”, mesmo sem subestimá-la (crítica comum ao texto de Adorno e Horkheimer), o controle econômico sobre o conteúdo dos bens culturais continua restrito à poucos que, por meio da expansão financeira aliada às novas tecnologias, estendem seu domínios as novas áreas de consumo cultural – vide a crescente participação da Globo Filmes na arrecadação da bilheteria nos cinemas brasileiros, ela (empresa) já parte do conglomerado que controla a Rede Globo, maior canal de televisão do Brasil, a Globo Net, detentora de parte da Net, empresa que fornece internet e conteúdo para canais a cabo – cujos principais canais Globo News, Sportv, GNT, Multishow, reproduzem parte da programação do canal aberto Rede Globo, trabalhando na mesma dinâmica (um notícia “quente” vai aguardar sua divulgação pelo Jornal Nacional, principal produto jornalístico da Rede Globo, para, depois repercutir, normalmente com uma reprise integral e comentaristas da “casa”, no canal de notícias a cabo Globo News. Um círculo viciado porque não permite debate, apenas repercute as mesmas idéias em diversas bases para atingir todo tipo de público, do sisudo expectador do JN ao descolado seguidor do twitter.

O novo canal a cabo do grupo Globo, chamado Vida, é composto somente de reprises de programas “clássicos” da matriz da TV aberta. Como brinca o blog *classe média way of life*, “classemedista” adora assinar pacotes com mais de 160 canais, com CNN, HBO, Discovery, National Geographic, para continuar a “assistir Faustão”<sup>331</sup>. Brincadeira com pés firmes na realidade. Não há diversificação estética. Sob a camuflagem das “infinitas opções”, a repetição

---

<sup>330</sup> Pela denúncia do Ministério Público de Santa Catarina, a RBS é acusada de monopólio. A empresa possui 18 emissoras de TV aberta (12 no Rio Grande do Sul e 6 em Santa Catarina), duas emissoras de “TV comunitária” e uma emissora segmentada focada no agronegócio (21 no total, portanto, nos dois Estados). A RBS apresenta-se como “a maior rede regional de TV do país, com 85% da programação da Rede Globo e 15% voltada ao público local”. Além disso, possui ainda: 25 emissoras de rádio, 8 jornais diários (incluindo o jornal Zero Hora, maior em circulação de exemplares do Rio Grande do Sul e Diário Catarinense e A Notícia, os maiores de Santa Catarina), 4 portais na internet, uma editora, uma gráfica, uma gravadora, uma empresa de logística, uma empresa de marketing e relacionamento com o público jovem, participação em uma empresa de mobile marketing e uma Fundação de Responsabilidade Social. Nota sobre o processo publicada por Marco Aurélio Weissheimer no Observatório de Imprensa, disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=565IPB010>, acesso dia 28/11/2009. Ver também, sobre isso, extensa reportagem de Elaine Tavares, 30 anos de RBS em Santa Catarina, detalhando a história da formação do monopólio pela RBS no estado. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=551IMQ004>, acesso 22/08/2009.

<sup>331</sup> Disponível em: <http://classemediawayoflife.blogspot.com/search?updated-max=2009-09-20T14%3A00%3A00-03%3A00&max-results=7>, acesso em 09/10/2009).

do mesmo. Sabe-se, de antemão, a expressão e o tom de William Bonner, principal apresentador de telejornal da Rede Globo, ao anunciar uma reportagem, e o mesmo tom, a mesma expressão é repercutida no jornal do fim da noite da emissora, do início da manhã seguinte, de todos os boletins e noticiários do canal a cabo Globo News. Por extensão, as atrações de entretenimento, com poucas exceções, vão seguir a linha editorial ditada pelos telejornais, que seguem, por sua vez, o comando do grupo empresarial que controla a “holding”. Procedimento tão evidente que já entrou para o clichê das “teorias de conspiração esquerdistas”, com isso, como clichê, tornado anedota, coisa de pouca importância, que não faz essa diferença toda e, portanto, sem força de luta.<sup>332</sup> É o sentido de autopreservação que sobressai na análise da cultura pela lógica da indústria, como lembra bem Robert Hullot-Kentor:

Para entender com mais precisão o antagonismo ente cultura e indústria no conceito adorniano de “indústria cultural”, é preciso primeiramente levar em conta que a cultura, embora possa ter outros sentidos, é tudo aquilo **que é mais do que a autopreservação**. [...] Assim, toda indústria (como entendida por Adorno) permanece até hoje atrelada estruturalmente à autopreservação. A indústria cultural, como produção de cultura por meio da indústria, é o agente por meio do qual tudo aquilo que poderia ir além, e que de fato vai além, da autopreservação da vida **é reduzido à violenta luta pela sobrevivência**. Assim, a produção de cultura como produção da barbárie é a indústria cultural. O moderno é o mecanismo do arcaico na medida em que a cultura, transmutada em indústria, converte-se em uma força abrangente de regressão.<sup>333</sup>

A cultura não é neutramente transmitida às massas, favorecendo seu acesso antes restrito às elites, como preferem os “integrados”, na famosa expressão de Umberto Eco<sup>334</sup>, mas cooptada pela indústria, dentro dos critérios industriais de autopreservação. Não é a cultura da elite tornada popular muito menos a cultura popular valorizada pela elite, é algo novo que,

---

<sup>332</sup> Um exemplo deste “circuito fechado” pode ser notado ao examinar a repercussão do chamado “dossiê Veja”, publicado pelo jornalista Luis Nassif em seu blogue. Até bem pouco tempo Nassif ocupava posição de destaque no caderno Dinheiro do jornal Folha de SP. Fora da Folha, onde atuou por décadas, publicou, em capítulos, o dossiê denunciando estratégias de manipulação de notícias e ataques pessoais pela revista Veja. Os capítulos do dossiê provocaram frisson na web, o blog de Nassif é hoje um dos mais populares do Brasil graças a esta repercussão. Os grupos “a favor” de Nassif repercutiram e ainda repercutem o dossiê, os “contra” afirmam que o jornalista apenas conseguiu financiamento com adversários para atacar a Veja. O fato relevante aqui é que não houve nenhuma repercussão do dossiê na mídia tradicional. Goste-se ou não, o trabalho do dossiê é extenso e detalhado, denuncia os bastidores da maior revista semanal (em circulação) do Brasil, e nada foi escrito nos grandes jornais, mesmo na Folha, que até recentemente tinha o jornalista como membro do conselho editorial – ou seja, o dossiê não era trabalho de nenhum “moleque comunista”, mas de um jornalista experiente e reconhecidamente influente. Com todos os problemas da mídia nos Estados Unidos, tal nível de interdição é impensável e diz muito sobre o jeito brasileiro de ocultar assuntos espinhosos “democraticamente”, defendendo sempre a “liberdade de expressão”. Os capítulos do dossiê podem ser lidos pelo link <http://www.advivo.com.br/luisnassif/>.

<sup>333</sup> Robert Hullot-Kentor. *Em que sentido exatamente a indústria cultural não mais existe*. In *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 22 [grifos nossos].

<sup>334</sup> ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976.



contudo, conserva. O termo indústria cultural, como ressalta Wolfgang Leo Maar, mantém seu alerta inicial:

Jamais fomos menos donos de nosso nariz, por conta das onipresentes imposições da lógica do mercado e do capital. Mais do que mera disputa conceitual-vocabular, está em causa a famosa tese da sociedade administrada ou integrada – integração, aliás, que é voluntária, ou seja, passa pelo sujeito em sua sujeição.<sup>335</sup>

A indústria cultural é parte fundamental da hegemonia burguesa. É na busca desta ligação da cultura mercantilizada com a sociedade administrada que pretendemos seguir neste capítulo, privilegiando não o que é ou deixa de ser cultura, mas como ideologicamente se constrói a produção de bens culturais por uma indústria que, como indústria, não pode fugir a sua obrigação primeira de autopreservação no sentido capitalista. Por isso, mais do que transformar produtos culturais em sabonetes, a indústria cultural produz propagandas da indústria – da forma de produção capitalista e da legitimação de suas personificações. Produtos feitos pela indústria, que se alimentam da indústria (marketing) e, da mesma forma a alimentam (as várias formas de marketing cruzado, como críticas do jornal que favorecem o filme produzido pelo mesmo grupo a que pertence o jornal, da mesma forma o CD da trilha sonora), eliminando ou atenuando no processo o elemento discordante.<sup>336</sup>

Controle é uma das palavras que melhor define a indústria e, conseqüentemente, a cultura industrializada. Controle das matérias-primas, do processo de fabricação, da distribuição ao consumidor. O marketing que promove e escrutina o gosto médio – ou mesmo os alternativos, transformando-os automaticamente em nichos exploráveis, necessários para diversificar, criando um disfarce de arte para empresas do mesmo grupo (com nomes e divisões distintas<sup>337</sup>) que produzem os mais execráveis *blockbusters* (os arrasa-quarteirões, filmes que rendem ao menos U\$ 100 milhões no mercado interno dos EUA e Canadá).

---

<sup>335</sup>Wolfgang Leo Maar, prefácio ao livro *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>336</sup>A Revista Época, do grupo O Globo, elegeu, em 2009, como um dos livros mais influente da última década *Não somos racistas*, texto de Ali Kamel contra políticas afirmativas, como cotas para negros (na linha argumentativa “raça não existe” e uma política de cotas vai acabar por “criar o racismo no Brasil”). Kamel é, não por acaso, o principal diretor de jornalismo da Rede Globo – e é desta forma publicamente conhecido, não como influente teórico das ciências sociais. O poder de influência da obra escolhida tem como medida unicamente o interesse ideológico da publicação em promover suas verdades, sem contrapartida (de recepção) onde um livro “influente” que trata de racismo teria que ter, como o universo acadêmico e um debate realmente instigante em outros setores da sociedade.

<sup>337</sup>Por exemplo, por muito tempo a produtora de filmes Miramax foi o “braço” do grupo Disney encarregado de produzir filmes “elevados”, os “ganhadores de Oscar”, enquanto a empresa principal continuava com seus filmes “família” (e parques de diversão). As bilheterias das animações alimentavam as produções de prestígio da Miramax, que por sua vez, transferiam prestígio ao grupo todo com seus prêmios nos principais festivais de cinema. Tudo descrito com aprovação pela imprensa, como se um filme de “arte” salvasse a alma dos realizadores de vários filmes “caça-níqueis”.

Na década de 30 do século passado, a revista do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt (*Zeitschrift für Sozialforschung*), editada por Max Horkheimer publicou três textos que se constituiriam a base da interpretação crítica da cultura pela Escola de Frankfurt, expressa mais tarde no capítulo *Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, de *Dialética do esclarecimento* e, em outra medida, já na década de 1960, na obra *Ideologia da sociedade industrial*, de Marcuse com o conceito de unidimensionalidade do sujeito culturalmente integrado. Walter Benjamin escreveu em 1936 *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*<sup>338</sup>, Marcuse escreveu em 1937 o artigo *Sobre o caráter afirmativo da cultura*<sup>339</sup> e Adorno, em 1938, publicou *O fetichismo na música e a regressão da audição*<sup>340</sup>. Os artigos, em diferentes tons, sinalizam para perda de características importantes da arte sob a massificação industrial, principalmente seus aspectos críticos, “negativos” para Marcuse, a perda da “aura” da obra, para Benjamin e a fetichização de produtos prontos e acabados, sem margem para intervenção reflexiva do ouvinte – que se contenta com isso e pensa receber o que quer, no caso da reflexão de Adorno. Destes textos seminais da crítica frankfurtiana, talvez o texto mais “duro”, no sentido de apontar o conformismo da cultura massificada pela indústria, seja *Sobre o caráter afirmativo da cultura*. Ali Marcuse diz que a cultura em seu papel afirmativo não cede espaço ao contraditório, a contestação. Arma-se o cenário perfeito à reprodução ideológica da hegemonia burguesa: o deslumbramento com o acesso à arte, antes restrita a poucos, mas tendo como consequência uma postura submissa, de um lado, de outro a eterna aceitação do *status quo* como consequência deste pacto que mantém o capitalismo sempre jovem.

Em seu artigo, “*Caráter afirmativo da cultura*”, Marcuse analisa as condições históricas – a emergência da burguesia na Europa – em que essa separação foi consumada e perpetuada. Enquanto o mundo do trabalho seguia a lógica da necessidade, impondo sofrimento e abstenção aos homens que nele se moviam, o mundo cultural permitira postular a liberdade, a felicidade, a realização espiritual, se não realizadas no presente, pelo menos prometidas para o futuro. “À oposição trabalho-lazer, a necessidade-liberdade, matéria-espírito, associou-se o par exterioridade-interioridade, central para a filosofia da cultura do período burguês (século XIX)”.<sup>341</sup>

Em seu artigo Marcuse contribui para a definição da cultura que possibilite sua análise do ponto de vista crítico, ou seja, a ausência da negatividade:

<sup>338</sup> BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 01-28.

<sup>339</sup> MARCUSE, Herbert. *Sobre o caráter afirmativo da cultura*. In Cultura e Sociedade volII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 89-136.

<sup>340</sup> ADORNO, Theodor. *O fetichismo na música e a regressão na audição*. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 165-191.

<sup>341</sup> FREITAG, 2004, p. 68.

Existe um conceito de cultura que pode oferecer um instrumento importante para a pesquisa social porque nele se expressa o entrelaçamento do espírito com o processo histórico da sociedade. Refere-se ao todo da vida social, na medida em que tanto os planos de reprodução ideal (cultura no sentido estrito, o “mundo espiritual”) quanto também da reprodução material (da “civilização”) formam uma unidade historicamente distinguível e apreensível. Entretanto há ainda uma outra utilização bastante difundida do conceito de cultura, em que o mundo espiritual é retirado do todo social e por essa via a cultura é elevada a um (falso) coletivo e uma (falsa) universalidade. Esse segundo conceito de cultura (particularmente caracterizado em variantes como “cultura nacional”, “cultura germânica” ou “cultura romanística”) joga o mundo espiritual contra o mundo material, na medida em que contrapõe a cultura enquanto reino dos valores e dos fins autênticos ao mundo social da utilidade e dos meios. [...] Esse conceito de cultura surgiu ele próprio no plano de uma configuração histórica determinada de cultura, que na sequência será designada como cultura afirmativa.<sup>342</sup>

A separação entre produção material (civilização) e a produção de bens espirituais (cultura) não era a forma mais adequada para dissimular as estruturas do novo sistema de produção. A fim de tornar os trabalhadores dóceis e submissos, não bastava recorrer à dicotomia entre civilização e cultura, entre escassez material externa e riqueza espiritual interna. Tornou-se imperioso mudar os padrões de organização da produção cultural que foi sendo gradativamente cooptada pela esfera da civilização, isto é, sendo absorvida pelo sistema de produção de bens materiais que reestruturou inteiramente as formas de circulação e consumo da cultura.

Os bens culturais, concretizados em obras literárias, sistemas filosóficos e obras de arte são derrubados de seus pedestais, deixam de ser bens de consumo de luxo, destinados a uma elite burguesa, para se converterem em bens de consumo de massa. Esse processo de dissolução da obra de arte e da cultura é viabilizado pela revolução tecnológica-industrial, que permitiu promover a reprodução em série da obra de arte ou de sua cópia. [...] A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica (Benjamin) revoluciona o estatuto da cultura, dissolve o conceito burguês de arte, transforma a cultura de elite em cultura de massa. Mas como a junção do processo material de produção com o processo de produção de bens ideais e culturais não se deu na perspectiva idealizada por Marcuse, a “democratização” dos bens culturais foi uma falsa “democratização”. A dissolução da obra de arte não ocorreu porque o sistema de produção de mercadorias havia sido suprimido e sim porque ela foi transformada em mercadoria (Adorno e Horkheimer), assimilando-a à produção capitalista de bens.<sup>343</sup>

A crítica pioneira de Benjamin, Marcuse e Adorno, ainda na primeira parte do século passado, relacionou objetivamente a produção de subjetividade aos interesses técnicos da indústria. Cultura passou, aos olhos frankfurtianos, designar também uma forma de conformismo. Uma cultura que se acomoda as estruturas de repartição das classes e frações de classe para legitimar todas as formas de manter e estimular as barreiras fronteiriças.

<sup>342</sup> MARCUSE, Herbert. *Sobre o caráter afirmativo da cultura in Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.95.

<sup>343</sup> FREITAG, *op cit*, p.71.

Desenvolvimento, crescimento, progresso, termos já indistinguíveis da ação empresarial/industrial motivam a valorização da “arte” submissa à mercadoria. É o dono do capital o agente necessário à promoção do desenvolvimento econômico e cultural. É dele a última palavra. A cultura é integradora, cimenta – num dos sentidos comuns atribuídos à ideologia – as classificações e divisões, mantendo também os mecanismos de produção destas divisões culturalmente sustentados por intolerância e preconceito.

O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. **A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação.** Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma.<sup>344</sup>

Novamente se destaca aqui o ser híbrido, meio homem meio propaganda, impresso nas páginas do *currículum vitae*, o portador do “discurso competente” e expressão da racionalidade instrumental, inflado pelas atividades semiculturais, calejados em acompanhar o neodarwinismo dos realities shows, forjados na teoria dos manuais de auto-ajuda que convenientemente eclipsaram temas pré-históricos como luta de classes por aquilo que realmente importa, auto-estima. Sem parâmetros que não sejam os interesses de classe sob o manto de liberdade individual, a criatividade sucumbe a linguagem “esquemática” e suas fórmulas prontas para múltiplos usos, como ressalta Bosi:

A mudança de um pensamento inovador em linguagem esquemática, abstrata, e satisfeita de si mesma, é um dos problemas mais angustiantes da difusão da cultura em uma sociedade de consumo. Pensadores como Adorno e Umberto Eco aprofundaram o tema da “institucionalização das vanguardas”: a crítica que se transforma em mercadoria, que vira moda, e é diluída pelo abuso verbal, integrando-se afinal na boa consciência dos bem pensantes..., perdendo, enfim, o seu alvo modificador do status quo. A neutralização de todas as possíveis dissidências em um amplo e flexível processo modernizante parece ser um recurso quase fisiológico das sociedades neocapitalistas que às vezes punem, aleatoriamente, algumas expressões ou atitudes mais inconvenientes, isto é, mais capazes de despertar ou aguçar a consciência das contradições.<sup>345</sup>

Sob a linguagem esquemática, o Diabo perde a voz de vez, tudo se assemelha em um conjunto, por definição, incapaz de criar, portanto, conservador. “Não só o espírito se ajusta à sua venalidade mercadológica, reproduzindo com isso as categorias sociais predominantes, como se assemelha, objetivamente, ao *status quo*, mesmo quando, subjetivamente, não se transforma em mercadoria” (Adorno, 2001, p. 9). Falta, como Marcuse antecipa com brilhantismo em seu texto de 1937, qualquer chance à crítica, no que Adorno desenvolve:

A cultura só é verdadeira quando implicitamente crítica, e o espírito que se esquece disso vinga-se de si mesmo nos críticos que ele próprio cria. A crítica

<sup>344</sup> ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114.

<sup>345</sup> BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 317-318.

é um elemento inalienável da cultura, repleta de contradições e, apesar de toda sua inverdade, ainda é tão verdadeira quanto não-verdadeira é a cultura. A crítica não é injusta quando destrói – esta ainda seria sua melhor qualidade –, mas quando, ao desobedecer, obedece.<sup>346</sup>

O esquematismo, a repetição de fórmulas traduz com perfeição a aparência e a essência da cultura industrializada e é a regra da produção e difusão da semicultura.

A apreciação negativa da cultura de massas, formalizada pelos estudiosos da Escola de Frankfurt, como Horkheimer, Adorno e, em outro registro, Herbert Marcuse, foi chamada apocalíptica, por Umberto Eco, numa divisão de intelectuais em *apocalípticos e integrados*. Para compensar as críticas mais radicais, há os que lembram o caráter socializador dos meios de massa, que dariam a todas as classes o mesmo nível de informação e, vez por outra, ministrariam elementos para que o espectador forme um juízo desalienado a respeito do sistema em que vive. Igualmente, os defensores insistem no caráter pedagógico que alguns programas assumem, quando elaborados por pessoas de cultura artística ou científica mais complexa. Historicamente, na verdade, fica em aberto um julgamento de um processo de comunicação que ainda está bem longe de ter esgotado todos os seus frutos. No caso brasileiro contemporâneo, a censura política e a massificação estética e ideológica, peculiar aos programas de grande audiência, ainda não autorizam o espectador mais alerta e exigente a nutrir maiores esperanças.<sup>347</sup>

Wolfgang Leo Maar reforça o caráter oposto a liberdade definido pela transmissão da cultura produzida e mediada pela atividade industrial:

A indústria cultural determina toda a estrutura de sentido da vida cultural pela racionalidade estratégica da produção econômica, que se inocula nos bens culturais enquanto se convertem estritamente em mercadorias; a própria organização da cultura, portanto, é manipulatória dos sentidos econômicos e políticos e, logo, à situação vigente. Além disso, ocorre uma interferência na apreensão da sociedade pelos seus “sujeitos” pelo mecanismo da “semiformação”: seja com conteúdos irracionais, seja com conteúdos conformistas. Em ambos os casos mobilizam-se traços autoritários da personalidade, conforme os estudos sobre “A personalidade autoritária”, desenvolvidos pelos frankfurtianos nos EUA. No primeiro caso, para os apelos contra a razão e a vida intelectual e cultural; e no outro caso, favorecendo a fraqueza do eu, estimulando o comportamento de assimilação e adaptação das massas, canalizando os interesses ao existente. “A resistência contra o existente eliminaria a única fonte de prazer possível que resta”, diria Adorno em outra ocasião. Os bens da indústria cultural efetivamente produzem satisfação de interesses objetivos, assim como as mercadorias da sociedade consumista do capitalismo tardio têm valor de uso. Também em seu caráter afirmativo, a cultura corresponde a interesses sensíveis; mesmo a obra de arte disposta num plano utópico e retirada do convívio social seria sentida de fato como bela, diria Marcuse. A indústria cultural tem bases objetivas, sem o que seria inexplicável.<sup>348</sup>

<sup>346</sup> ADORNO, Theodor. *Prismas*. São Paulo: Ática, 2001, p. 11.

<sup>347</sup> BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 322.

<sup>348</sup> Wolfgang Leo Maar, prefácio do livro de Adorno *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 20.

Uma definição de semicultura, sinônimo de semiformação, pode ser apreendida nos textos de Adorno sobre educação, transcritos a partir de conversas transmitidas por rádio<sup>349</sup>, ali Adorno trata por semicultura a difusão de uma produção simbólica onde predomina a dimensão instrumental voltada para a adaptação e o conformismo, subjugando a dimensão emancipatória que se encontra presa, porém não desaparecida. Esquematismos, clichês, frases prontas e pensamentos acabados simplificadores transformados em leis motivacionais edificantes constituem a linguagem típica do semiformado – e, não por acaso, a linguagem necessária ao conformismo requerido pela ideologia neoliberal em sua cruzada econômica de combate ao trabalho e ao trabalhador.

---

<sup>349</sup> ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

## 2 A ESTÉTICA DO CONFORMISMO

Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que as escraviza.<sup>350</sup>

Adorno e Horkheimer

Não há o mínimo temor de uma revolta espontânea do povo o mais apático, o mais resignado à miséria que existe no mundo.<sup>351</sup>

Na apresentação da edição brasileira do livro *A emoção e a regra* (organizado por Domenico De Masi), Marco Antonio de Rezende diz o seguinte:

**A criatividade é o maior capital dos países ricos. Eles vivem literalmente, de ter idéias.** Os Estados Unidos são a primeira potência do mundo *não só porque detêm a maior força militar do planeta*, mas porque geram todos dos anos mais patentes industriais e direitos autorais do que Japão e a Europa juntos. **Vivemos em plena era pós-industrial, mas ainda sobrevive uma concepção típica do romantismo – a de que a criatividade e o gênio são parentes próximos do descontrole pessoal, da indisciplina, da indolência e da irresponsabilidade.** (...) Há cinco séculos, se **Michelangelo Buonarroti não tivesse sido capaz de controlar milhares de operários durante vários anos, não teria conseguido construir a monumental cúpula da basílica de São Pedro**, em Roma. Construir é dizer o mínimo: ele fez o projeto, reuniu uma equipe capaz de executá-lo, administrou a obra e obteve o financiamento necessário. Não fosse isso, a história do renascimento na arquitetura teria sido outra. Há pouco tempo, a revista americana *Time* publicou uma reportagem de capa sobre a chamada inteligência emocional (...). Muito antes, Domenico De Masi, professor de sociologia do trabalho na Universidade de Roma, **consultor de grandes corporações** como a IBM, a Glaxo e a Fiat, e elegante teórico da criatividade e do tempo livre na era pós-industrial, já demonstrava em *A emoção e a regra*, que a criatividade é, no mundo da produção, a filha diletta de um equilíbrio delicado entre razão e emoção, entre fantasia e senso prático. Segundo De Masi, essa equação é a mola propulsora do progresso do mundo globalizado de produção, da criação artística e do bem-estar. **Não basta ser criativo: é preciso espírito empreendedor e paixão motivadora.**<sup>352</sup>

<sup>350</sup> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*, 1985, p.125.

<sup>351</sup> Relatório do embaixador da França no Brasil, Pierre Sebilliau, enviado ao Ministério das Relações Exteriores da França em 1965, um ano após o golpe militar. Fonte: artigo reportando o trabalho da pesquisadora Luciana Uchôa intitulado "A atitude da França em relação ao novo regime instaurado pelo golpe de Estado militar no Brasil de 31 de março de 1964", disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3960875-EI6782,00-Nos+arquivos+da+diplomacia+brasileiros+apaticos.html>, acesso novembro de 2009.

<sup>352</sup> REZENDE, Marco Antônio de, in De MASI, Domenico. *A emoção e a regra*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1997 [grifos nossos].

Mesmo como “orelha” introdutória, esta pequena apresentação não poderia conter mais clichês da ideologia conformista despolitizante que impulsiona a auto-ajuda. Começando, Michelangelo não era apenas um grande artista, era fundamentalmente um grande administrador. Sem a segunda virtude, a primeira não se manifestaria com a eficiência que o fez conhecido. Como é comum nesta linguagem, supostamente racional e carregada de justificações típicas da ideologia, simplificações para legitimar uma idéia pré-concebida – uma ligação supostamente evidente entre administração e arte criativa – a argumentação precisa de um catalisador facilmente identificável em uma personalidade/herói popular, no caso Michelangelo (poderia ser outra vítima usual deste tipo de raciocínio, como Albert Einstein), convertido em ousado empreendedor que, por suas qualidades administrativas, possibilitou o renascimento. Ao menos na arquitetura.<sup>353</sup>

O processo lógico é usual, porém tortuoso. Parte-se da idéia a ser exaltada e adapta-se o exemplo, qualquer um serve, desde que contenha uma identificação inteligível entre o ser banal – ou, em outras palavras, o público alvo destas publicações – e uma figura semi-mitológica das artes, esportes, política, etc, mas de fácil acesso ou reconhecimento pelo senso comum. Uma figura luminosa o suficiente para despertar os sentimentos motivacionais “adormecidos” no adepto da auto-ajuda. A conturbada dialética entre o grande artista, sua arte e sua fé, a censura, o poder papal e as exigências dos “financiadores”, até o resultado final, tudo isto é, num parágrafo, sintetizado num edificador exemplo de sucesso empresarial, ou, no moderno jargão afetado um “*case*” (exemplo) motivacional, para os jovens executivos que crêem no pós-industrial apenas como referência temporal, não como deslocamento ideológico da luta de classes.

Há um paradoxo envolvendo a literatura de auto-ajuda de enorme popularidade e o desprezo dedicado a ela pelas ciências sociais. Paradoxo porque é do comportamento humano que se ocupa a sociologia e a popularidade destes manuais, que tratam os problemas do mundo na esfera única do indivíduo e da auto-estima, amor e afeto, diz muita coisa sobre o período e a sociedade em questão. Na aparência óleo e água, literatura séria, seja fictícia na forma da novela, conto ou romance, ou da literatura acadêmica, disputa, em desvantagem, o espaço das prateleiras de grandes livrarias com a literatura de auto-ajuda. O primeiro tipo diz não ter nada a

---

<sup>353</sup> O livro *Os segredos de liderança de Átila, o huno*, de Wess Roberts, foi o principal material didático usado em uma disciplina do curso de Administração cursada pelo autor desta tese em meados da década de 1990. De lá para cá este tipo de ligação entre ensinamentos de técnicas de recursos humanos e livros de auto-ajuda, no estilo como liderar, como comandar, ou, de outra forma, como obter o necessário para ter sucesso diante de passivos interlocutores, tornaram-se norma aos alunos e jovens profissionais das áreas ligadas à Administração.



ver com o último, este, no entanto, promete simplificar e traduzir a inacessível linguagem acadêmica enquanto envolve seus textos curtos em exemplos e frases tiradas da literatura dita “séria” como respaldo aos seus lemas e guias de comportamento, e, melhor, sinalizando para utilizar tal ensinamento para efeitos realmente importantes, como enriquecer, não o espírito, mas a conta bancária.

Tratados com deboche pelos eruditos sérios, os livros de auto-ajuda preenchem o espaço deixado vago pela distância das obras acadêmicas ou fictícias “difíceis” com um gosto popular cada vez mais interesseiro economicamente e imediatista nos “resultados” utilitários. Utiliza uma ligação histórica de cultura com sabedoria para produzir regras de como se impor no ambiente profissional, conquistar um parceiro, obter rendimentos financeiros, etc. Tratando especificamente da proliferação da literatura de auto-ajuda entre os profissionais da área de educação, Arquilau Moreira Romão diz, em sua tese de doutorado:

Ao oferecer receitas prontas e apagar a dúvida e a crítica em torno delas, os livros de auto-ajuda vendem ilusões e fantasias. A mais gritante delas está no fato de propor que todos igualmente têm o mesmo poder na nossa sociedade, sociedade esta crivada de injustiças, assimetrias de poder, diferenças entre classes sociais. Ao marcar que o “poder” está ao alcance de todos, formula-se uma igualdade e uma liberdade que não existem de fato, pois “A ideologia do capitalismo de hoje parece propor: ‘seja o que você quiser!’, e reside na proposição de que o sujeito é o seu próprio criador.” Também promove-se a inversão de atribuir à pessoa a culpa pelo seu não-poder de realização em todos os sentidos. Enfim, se alguém não alcançar o sucesso, é porque não quer ou porque é incompetente para tal.<sup>354</sup>

A auto-ajuda, gênero literário de expressivo e constante crescimento, sintetiza, de certa forma, esse culto ao esquematismo, aos clichês e o desprezo a tudo que aprofunde, tratado pejorativamente como academicista<sup>355</sup>. Coloca o indivíduo – e seu sucesso pessoal – sempre no centro, relegando a um plano distante qualquer discussão politicamente (no sentido amplo, de ação coletiva) relevante. São, de acordo com Bauman (1999a) receitas de “verdades auto-evidentes que servem para explicar o mundo sem precisarem delas mesmo de explicação; que ajudam a afirmar coisas sobre o mundo sem serem vistas elas como afirmações, quanto mais objetos de discussão e argumentação.”<sup>356</sup> Afim de situar a auto-ajuda no âmbito da procura pelo

---

<sup>354</sup> ROMÃO, Arquilau Moreira. *Filosofia, educação e esclarecimento: os livros de auto-ajuda para educadores e o consumo de produtos semiculturais*. Campinas: tese defendida junto ao Programa de Doutorado em Educação da Unicamp, 2009, p. 65.

<sup>355</sup> A revista *Veja* de 2 de dezembro de 2009 (Edição 2145, ano 43, nº 45) diz em sua capa – reforçando em sua reportagem – “Não adianta torcer o nariz. Entenda por que milhões de brasileiros encontram nesses livros inspiração, amparo e soluções reais para seus problemas. O tom da matéria interna é o mesmo dos materiais de auto-ajuda, motivação e mentalização resolvem problemas. Todos na esfera do indivíduo.

<sup>356</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a, p.14.

consumidor interessado, Ana Flora Brunelli comenta, na introdução de sua tese de doutorado intitulada *“O sucesso está em suas mãos”: uma análise do discurso de auto-ajuda*<sup>357</sup>, que:

Como se sabe, os livros de auto-ajuda são um sucesso absoluto de vendas em vários países. No Brasil, especialmente: enquanto as vendas das demais publicações cresceram 35% nos últimos anos, o consumo desses livros atingiu 700%, conforme revela a revista *Veja* (edição de 10 de novembro de 2002). Embora as obras mais vendidas sejam de autores norteamericanos, autores brasileiros de auto-ajuda também têm suas obras bem aceitas no mercado nacional. Por exemplo, Lair Ribeiro, já vendeu mais de 1,5 milhão de exemplares de suas obras. Além disso, alguns de seus livros já foram traduzidos em países da Europa e da América Latina.<sup>358</sup>

A tese de Brunelli, defendida em Programa de Linguística, analisa a semântica das obras de auto-ajuda e exemplifica com um dos best-seller do gênero, *O sucesso não ocorre por acaso*, escrito por Lair Ribeiro:

- São Tomé dizia: é preciso ver para crer. Mas ele se enganou, pois o contrário é que é verdadeiro: é preciso crer para ver. Se eu for esperar ver para crer, estarei sempre chegando tarde, depois dos que antes crêem e, crendo, conseguem ver.
- No momento em que você muda suas crenças e seus sistemas de valores, o mundo muda com você, como num estalar de dedos.
- Alguns dizem; ah, não vou conseguir fazer, isto é impossível. E, pensando assim, mesmo que façam e se esforcem, não conseguem, porque não acreditam.

Impossível não se incomodar com a tautologia despolitizante: “Sucesso vai para quem tem sucesso”<sup>359</sup> diz Ribeiro, para evitar qualquer dúvida ou problema de interpretação que imagine o sucesso fora das definições do senso comum de riqueza e vida de “sonhos” do consumo de luxo. No caso de alguém “problemático” cair na tentação de analisar historicamente os contextos complexos que escapam aos desejos do indivíduo já em dificuldades, o sujeito semiformado é alertado de que “você tem na vida o que escolher”. E, se persistir na descrença, o adepto reluto é constantemente informado que “sua mente é tão poderosa que vai lhe entregar o que você pedir”.<sup>360</sup>

Retomando a análise de Romão e a auto-ajuda entre os professores, os livros de auto-ajuda promovem um desligamento da realidade concreta, “aventando a emergência de uma instância iluminada pelo pensamento positivo, místico, sagrado, pelo afeto, sucesso e felicidade” (Romão, 2009).

---

<sup>357</sup> BRUNELLI, Ana Flora. *“O sucesso está em suas mãos”: uma análise do discurso de auto-ajuda*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em linguística da UNICAMP. Campinas: 2004.

<sup>358</sup> *Ibidem*.

<sup>359</sup> *Apud* BRUNELLI, 2004.

<sup>360</sup> *Idem*.

Um primeiro modo de apresentar os títulos de auto-ajuda vende o “como” ao modo de uma receita com passos a serem seguidos e com o resultado esperado cheio de confirmação. Nesse bloco está posta a forma como o autor vê o seu consumidor: alguém a receber um receituário cujas prescrições estabelecem modos de comportamento e de ação. **O indivíduo é apenas um consumidor que deve seguir a receita sem questionamento e sem reflexão.** Sobre isso nos lembramos do conceito de razão instrumental, aqui retomado para esclarecer como tais receitas de sucesso, felicidade, plenitude, equilíbrio, saúde e, no nosso caso, realização do processo educacional, sabotam a crítica emancipadora e a possibilidade de entendimento da vida social.<sup>361</sup>

O conteúdo do discurso repete-se em termos fortes, sem que seu significado precise ser apreendido, apenas reproduzido para dar o tom correto que a ocasião exige, lembrando uma característica do discurso de Adolf Eichmann identificada por Hannah Arendt<sup>362</sup>, sua fala estava tão viciada em frases feitas que, ao cunhar e descobrir-se falando uma nova frase, Eichmann a repetia até torná-la mais um clichê. Romão cita os títulos de algumas das principais obras do gênero para exemplificar o pensamento simplificador do receituário pronto:

Como fazer amigos e influenciar pessoas; Como conseguir tudo o que você quer da vida; Como fazer as pessoas gostarem de você à primeira vista; Como obter o máximo de si mesmo; Como enfrentar situações de perda; Como desfrutar sua vida e seu trabalho; Como alcançar a realização plena; Como desenvolver o poder de sua mente; Como criar uma vida encantada; Como atrair dinheiro etc. O poder infinito de sua mente; O poder do pensamento positivo; O poder do subconsciente; O poder dos anjos; Você pode ser criança. O sucesso não ocorre por acaso; A arte do perdão; O sucesso está no equilíbrio; O homem é aquilo que ele pensa; Terapia do coração aberto; Só o amor pode avançar; A luz que vem do céu...<sup>363</sup>

Os livros de auto-ajuda são, nesse sentido, mercadorias que

vendem ilusões poderosas pois, ao invés de conclamar a racionalidade humana para problematizar o caos, desvendar conflitos, enfrentar os dilemas concernentes ao mundo do trabalho e interpretar as brechas do sistema educacional, laçam mão de um infinito de anestésicos e soluções novas com teorias biologizantes, em tese, capazes de resolver o mundo dramático da sala de aula, as políticas catastróficas dos últimos governos neoliberais, os projetos equivocados de inclusão fantasiosa.<sup>364</sup>

O esquematismo identificado por Adorno e Marcuse e, em outra medida, apontado por Arendt em sua análise do julgamento de Eichmann, se transforma num poderoso analgésico a proteger o usuário dos produtos culturais da complexidade do mundo.

Está dado o primeiro viés ideológico dos livros de auto-ajuda: cada um, ao seu modo, inventa a roda, ou seja, alardeia a invenção de teorias novas sobre educação, criando passos e exemplos reais que não apenas justificam a sua eficiência, mas que apontam soluções para crises. Tamponam a angústia de discutir, no redemoinho da atualidade, as políticas educacionais e de refletir

<sup>361</sup> ROMÃO, 2009, p.100.

<sup>362</sup> ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>363</sup> ROMÃO *op cit.*

<sup>364</sup> *Ibidem*, p.101.

sobre a grandeza de problemas que atravessam a escola brasileira ao longo de séculos de matrizes e diretrizes autoritárias, fascistas, militares e neoliberais. Silenciando o político, registram grande apreço pelo biológico e pelo psicológico, ovacionando uma mudança, cujo eixo seria o professor. Talvez por “facilitarem” a teoria, tais livros vendam tanto; talvez por apagarem o caos e fantasiarem o sucesso e a realização de sonhos, eles atribuam ao leitor um certo estado letárgico de falsa potência e felicidade diante do cotidiano. Talvez por venderem muito, eles falem tanto em afeto e o contrário também, ou seja, por falarem tanto que o afeto é o alimento da educação, eles vendam tanto.<sup>365</sup>

Para exemplificar sua tese, Romão recorre a um dos mais populares escritores de livros de auto-ajuda destinados aos profissionais da educação, o ex-secretário de educação do estado de São Paulo Gabriel Chalita:

Um olhar de afeto, um olhar amoroso. Educação e afeto! A educação não pode ser vista como um depósito de informação. Há muitas formas de transmissão desconhecimento, mas o ato de educar só se dá com afeto, só se completa com amor. [...] O amor é capaz de quebrar paradigmas, barreiras, ranços. É o amor que nos envolve, que nos move.<sup>366</sup>

O discurso de auto-ajuda sustenta que o segredo para que qualquer um consiga melhorar de vida, alcançar o sucesso, ganhar muito dinheiro, está na crença incondicional na realização dos sonhos, do projeto de vida, dos desejos, etc. “Assim, quem acredita que vai conseguir, consegue e quem duvida, não. Trata-se, portanto, de uma questão de fé, de crença absoluta e, essencialmente, de jamais duvidar do poder que se tem de mudar a realidade”.<sup>367</sup> Adriana Cláudia Turmina, em sua dissertação intitulada *Mudar para manter*<sup>368</sup> conduz uma análise deste tipo de literatura articulada com o campo do trabalho e uma pedagogia explicitamente conformista:

O discurso da auto-ajuda é providencialmente enganoso porque o trabalhador assimila o “recado” do capital, mas sua condição de vida geralmente mantém-se inalterada. A culpa dessa imobilidade recai sobre o trabalhador, que assume essa transferência como se fosse realmente sua, sendo que esse é o efeito desejado pelo capital: o trabalhador admite como sua a culpa de uma condição que é histórica e social. Essa alienação não ocorre ao acaso.<sup>369</sup>

Turmina apresenta dados que revelam a adesão e procura por cursos de motivação pelos funcionários, que aparece com 27% do total, superando os cursos voltados para novas tecnologias, finanças e busca de novos mercados (Turmina, 2005, p. 55). Os cursos de motivação estão sendo, gradativamente, incorporados no rol dos cursos de qualificação profissional e aparecem com destaque nos “melhores currículos do mercado”. Diz Turmina:

<sup>365</sup> ROMÃO, 2009, p. 103.

<sup>366</sup> *Apud* ROMÃO, 2009, 104.

<sup>367</sup> BRUNELLI, *op cit*, p.7.

<sup>368</sup> Mestre em educação pela UFSC com a dissertação *Mudar para manter: A auto-ajuda como a nova pedagogia do capital*, 2005.

<sup>369</sup> TURMINA, 2005, p.50.

Em termos educacionais a auto-ajuda pode ser entendida como um dos pivôs da mudança na forma de conceber o papel da escola no tocante à formação para o mercado de trabalho. Assim, busca-se entender as implicações da veiculação desse discurso no mundo do trabalho e suas repercussões na esfera da educação. Nesse contexto os trabalhadores também “não se sentem bem”. No entanto é necessário que o capital impeça ou calibre as manifestações de insatisfação a ponto de evitar que se coloque em risco as condições de permanência e expansão da dominação sobre os indivíduos. Para tanto o capital renova os mecanismos sociais de controle nas relações de trabalho instituindo ou reinstituindo a humanização nas relações capital-trabalho. Nesse sentido, a literatura de auto-ajuda é a voz ou a pedagogia do capital no que concerne à preocupação com as necessidades humanas no trabalho.<sup>370</sup>

O crescimento da indústria da auto-ajuda coincide com a maior presença do setor de consultorias. As consultorias gerenciais estão voltadas para as estratégias de gestão e organização da produção, enquanto que a auto-ajuda se volta para o atendimento das ‘necessidades’ dos trabalhadores. A lógica, nesse sentido, segundo Turmina, é de que não basta reestruturar o processo de trabalho se as relações sociais não acompanham essa mudança.

A pedagogia emanada da literatura de auto-ajuda constitui um mecanismo de controle do indivíduo nas relações de trabalho. O fenômeno no século XX se caracteriza basicamente pela burocratização das relações sociais, em especial as relações de trabalho, em que os valores em jogo refletem uma expressão de desejos egoístas, além de um compromisso possessivo com o próprio eu. A representação de papéis se complexifica, diversifica, e o indivíduo é chamado a construir a sua “fachada” em meio a um cenário instável, turbulento e constantemente mutável.<sup>371</sup>

A linguagem dos gurus gerenciais e motivacionais se assemelha, convergindo para ocultar, sob aparente renovação de ações, o absoluto conformismo de atitudes. Para acompanhar o ritmo de mudanças o indivíduo precisa incorporar o papel que lhe cabe na nova organização do processo de trabalho, o de representar um trabalhador equilibrado e soberano em suas escolhas e apto a se transformar em um “camaleão, mimetizando-se frente às mudanças” (Turmina, 2005).

Quando o jornal Folha de SP perguntou a alguns executivos de destaque no mundo corporativo qual o seu livro de cabeceira, as respostas mostram a predileção por auto-ajuda. Não apenas isso, mas a necessidade de executivos reconhecidos e bem remunerados de externar essa preferência, significando a importância curricular e o reconhecimento destas obras no campo da gerência. Quando a “dica” escapa da auto-ajuda, os executivos interpretam a ficção da

---

<sup>370</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>371</sup> Ibidem, p.142.

mesma forma “motivacional”, utilitarista e “edificante” das obras de auto-ajuda.<sup>372</sup> A pergunta da Folha incluía “livros técnicos”, os executivos parecem entender auto-ajuda como tal.

<p>GUSTAVO CERBASI, 35 - sócio-diretor da Cerbasi &amp; Associados Planejamento Financeiro Livros/autor: Olga - Fernando Morais. Raízes do Brasil - Sérgio Buarque de Holanda. Pense e Enriqueça - Napoleon Hill. Por que: Foi com a leitura de "Olga" que nasceu meu interesse por política e economia, e "Raízes do Brasil" é, provavelmente, o livro que mais influenciou minha abordagem sociológica. Eu não escrevo sobre finanças, mas sim sobre dinheiro na vida dos brasileiros, considerando fé, hábitos, vícios e cultura. "Pense e Enriqueça" foi escrito em linguagem de autoajuda nos anos 1930 e busca identificar um método de enriquecimento dos norte-americanos. As reflexões são extremamente inteligentes.</p>	<p>GUSTAVO CHICARINO, 39 - diretor de marketing, produtos e planejamento da Ticket Livros/autor: <i>The Mind Map Book</i> - Tony e Barry Buzan. As 10 Faces da Inovação - Tom Kelley e Jonathan Littman. Por que: <i>The Mind Map Book</i> traz técnicas que aplico diariamente para me planejar, me organizar e buscar soluções, pois sugerem formas distintas de usar o cérebro e a criatividade. A obra de Tom Kelley mostra dez papéis que as firmas deveriam identificar (não necessariamente dez pessoas, já que os papéis podem ser encontrados em um mesmo profissional). Se bem trabalhados, alavancam a criatividade e a inovação. Esses dez perfis podem ser divididos entre os que aprendem, os que organizam e os que constroem. Todos são fundamentais para o intraempreendedorismo.</p>
<p>FERNANDO MONTERO DA COSTA, 46 diretor de operações da Human Brasil <i>O Monge e o Executivo</i> - Uma História sobre a Essência da Liderança - James C. Hunter. A obra aborda o tema liderança, que, na visão do autor, significa "a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasmadamente, visando atingir aos objetivos identificados como sendo para o bem comum". Diz ainda que autoridade é a habilidade de levar as pessoas a fazerem de boa vontade o que você quer, por causa de sua influência. O livro me auxiliou a enxergar o tema da liderança sob uma outra perspectiva, acrescentando "insights" ao conhecimento e à vivência que eu já tinha. A obra me ajudou ainda a consolidar alguns dos valores que defendo, como a importância da confiança e da empatia nas relações de trabalho, a escuta ativa como instrumento de comunicação eficaz e o valor do "empowerment" (comprometimento com missão, visão e objetivos das organizações).</p>	<p>ANDREAS M. WIEMER, 38, vice-presidente da Confidence Câmbio. <i>Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas</i> - de Dale Carnegie. <i>Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes</i> - Stephen Covey. <i>Paixão por Vencer</i> - Jack Welch. Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas ensina como devemos nos comportar para ter resultados, sendo boas pessoas e conquistando os outros. "Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes" é uma bíblia sobre os princípios que podem levar ao engrandecimento pessoal e ao desenvolvimento de outras pessoas. É fantástico não somente para o mundo corporativo mas também para o pessoal e o familiar. Em "Paixão por Vencer", Jack Welch mostra o "lado B" das empresas e conta experiências de 20 anos à frente da GE. Leitura obrigatória para quem lidera e para quem é liderado.</p>
<p>CESAR ALBERTO FERREIRA, 44 presidente da Wurth do Brasil. <i>Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas</i> - Dale Carnegie. Apesar de ser uma obra editada há décadas, vale para hoje e para o futuro. Dentre as variadas técnicas que aprendi, esse livro ensina que lidar com pessoas é uma arte. Ele evidencia, de maneira prática, a arte de encantar as pessoas e de se relacionar corretamente, desafios que enfrentamos todos os dias. O conteúdo é importante, principalmente, para ser aplicado em um ambiente de trabalho, pois explica como conviver em um espaço corporativo com harmonia e alegria, além de como sempre manter o entusiasmo.</p>	<p>FERNANDO TORNAIM, 27, sócio-diretor da Kzuka. <i>Empresas Feitas para Vencer</i> - Good to Great - Jim Collins. O escritor Jim Collins resume de forma exemplar as características fundamentais para que uma empresa se torne um caso de sucesso. Uma das questões tratadas no livro, que vai ao encontro de uma crença minha sobre negócios, é o foco em primeiro decidir quem e depois partir para outras decisões estratégicas.</p>

De acordo com Manoel Amorim<sup>373</sup>, diretor geral da empresa Telefônica:

Os livros de auto-ajuda são ferramentas valiosas mesmo para os profissionais que têm a melhor formação. Eles são um meio de se reciclar e não ficar obsoleto. Um exemplo é *Quem mexeu no meu queijo?*, que mostra como

<sup>372</sup> Livros de ficção que inspiram executivos:  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/classificados/empregos/ult1671u626572.shtml>, acesso 21/09/09.

<sup>373</sup> Reportagem publicada no artigo “O alto-astral da auto-ajuda”, da revista *Veja*, ed. 1777, ano 35, n. 45, de 13 de novembro de 2002, p. 120, *apud* TURMINA, 2005, p. 56.

enfrentar algo inerente ao mundo dos negócios nos dias de hoje: as mudanças. Brillhante, diz tudo usando personagens e metáforas. Eu me empolguei tanto que, no ano passado, resolvi distribuir exemplares a 600 executivos da empresa. Outro livro valioso se chama *Os sete hábitos das pessoas altamente eficazes*. Já adotamos um programa de treinamento baseado nas teorias de seu autor, o americano Stephen Covey, que ensina que a liderança dentro de uma companhia deve ser centrada em princípios.<sup>374</sup>

O sociólogo Maurício Tragtenberg tem duas obras relacionadas, *Burocracia e ideologia* (1977) e *Administração, poder e ideologia* (2005) que abordam a importância da proliferação dos manuais técnicos e programas corporativos que tratam dos problemas e dificuldades empresariais sempre pelo interesse ou ponto de vista patronal, como se esta visão, carregada de ideologia, correspondesse ao “bom senso racional” tecnicamente aceito. É este “bom senso” que se encarrega, ideologicamente, de aprofundar as divisões hierárquicas que acompanham a cultura corporativa. A hegemonia da grande corporação caminha paralela à expansão da classe média, dos *whitecollars* de Mills, que detêm parte das ações. Para Peter Drucker, um dos grandes gurus do mundo corporativo analisado por Tragtenberg, o povo organizado na “sociedade sem classes” norte-americana constitui uma realidade; o capitalismo dissolve a classe proprietária e proletária, criando um povo classe média. Isso é possível pela união de burocratas, técnicos e gerentes vinculados aos proprietários. Em síntese, Drucker caracteriza a sociedade industrial pela inexistência de luta de classes, posto existir apenas uma classe: “o povo-classe média vinculado às grandes corporações”.<sup>375</sup>

A ênfase na centralidade da corporação e seu mundo particular é importante, pois naturaliza e generaliza sua particular idéia de mundo, ou seja, estende o funcionamento das poderosas empresas privadas e suas regras ao resto da sociedade, ancorado no mérito que persegue os poderosos executivos: o sucesso. São poderosos e milionários, então sua palavra deve ser ouvida com muita atenção, solidificando e estendendo o pensamento hierarquizado identificado por Adorno em *A personalidade autoritária*.

Aparentemente, o exercício da chefia liga-se à competência: o melhor aluno do colégio atinge a universidade, a melhor datilógrafa torna-se secretária, o melhor professor torna-se diretor. Seguido a idéia de que o mais *competente deve ser promovido*, cria-se uma *ética das relações hierárquicas* – “o chefe deve ser o exemplo” é um modelo a ser imitado. O chefe “recebe” uma “delegação de poder”. Sua autoridade não é, inicialmente, de natureza psicológica, mas puramente hierárquica, sagrada. A investidura na Igreja, ou no Exército, é solene. A empresa cultiva uma liturgia em que os signos são

<sup>374</sup> Apud TURMINA, 2006, p. 56.

<sup>375</sup> Peter Drucker apud TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1977 p. 16.

vestuário, mobília, e o subordinado vive na dependência do saber e do poder.<sup>376</sup>

Os sinais da estrutura fascista, como a cultura do medo, se mostram mais profundos no relato de Tragtenberg:

Mesmo em estruturas empresariais despidas de formalismo rígido, o subordinado mantém diante de seus superiores um temor reverencial *ambivalente*, o medo funda-se na *agressividade e na sedução*, excluindo a neutralidade afetiva. Conservadora por sua própria natureza, a relação hierárquica traz elementos de magnificiência e destina-se a manter o *existente*. Como guardiã de uma ordem transcendental, a hierarquia como sistema a priori perde-se na sua imanência. O que caracteriza essa forma de organização é a tendência à *repetição*; ela encontra obstáculo na complexidade crescente das técnicas, no desenvolvimento das ciências humanas e no surgimento de um poder operário.<sup>377</sup>

A crença atual ideologicamente inculcada da superioridade moral e intelectual dos donos do poder sobre os demais cidadãos encontra um antepassado próximo num dos socialistas utópicos. Para Saint-Simon, a classe industrial deve ocupar o primeiro lugar na tarefa do comando do Estado por ser a classe mais importante de todas – no seu modo de ver, independe das demais, enquanto as outras classes dependem dela.<sup>378</sup> Capitalistas, líderes industriais e banqueiros são os maiores interessados na coisa pública bem administrada e o sistema industrial funda-se no princípio da “igualdade perfeita”, supostamente repudiando o direito de nascimento e qualquer espécie de privilégios.<sup>379</sup> O regime administrativo industrial é a transição da disciplina dos regimes militaristas para a disciplina industrial. Em outra medida, as características da disciplina foram seguidas e aperfeiçoadas pela administração científica da dupla Taylor-Fayol e pela Escola das Relações Humanas de Elton Mayo. A crença ideologicamente sustentada de que o mérito (não o igualitarismo de Saint-Simon, já que não existe igualdade na disciplina pautada pela hierarquia, seja do exército no passado ou do mundo corporativo no presente) implica no repúdio aos privilégios é, de certa forma, a essência da legitimação tecnocrática de hoje. “Taylor enfatiza a tarefa e o princípio da hierarquia na estrutura formal, como base da autoridade administrativa.”<sup>380</sup>

Atualmente milhões de jovens estudam direta ou indiretamente os princípios da ciência da administração em cursos profissionalizantes e universitários. Administração, Publicidade, formas específicas do Direito, Relações Internacionais, nas escolas técnicas e cursos de

<sup>376</sup> TRAGTENBERG, 1977, p.26.

<sup>377</sup> Ibidem.

<sup>378</sup> Conforme TRAGTENBERG, op cit.

<sup>379</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>380</sup> Ibidem, p. 72.



empreendedorismo. As noções do funcionamento da empresa capitalista e formas de controle do trabalho são transmitidas pela linguagem tecnocrática, disfarçando, por um lado a apologia do capitalismo, por outro, como arrogância característica da semiformação, tratando como ridículas as ações coletivas dos trabalhadores, pois estão deslocadas de seu único contexto legítimo: a otimização da produção (e do lucro). Frederick Taylor, identificado por István Mészáros como patrono da ideologia da administração científica, já no início do século XX sonhava com a eliminação dos conflitos sociais nos seguintes termos:

Sob a administração científica, a grande revolução que ocorre na atitude mental das duas partes é que ambos deixam *de ver a divisão do excedente* como a questão mais importante e voltam sua atenção para o aumento do tamanho do excedente até que este se *torne tão grande que seja desnecessário disputar o modo como ele será dividido*. Percebemos que, quando param de puxar o fardo em direções opostas e passam a empurrá-lo ombro a ombro na mesma direção, o tamanho do excedente criado por seus esforços conjuntos é realmente espantoso. Ambos compreendem que, quando *substituem o antagonismo e a disputa pela cooperação amigável e a ajuda mútua*, são capazes, em conjunto, de tornar este excedente tão incrivelmente maior do que era no passado, que há condições suficientes para um grande aumento nos salários dos trabalhadores e um aumento igualmente grande nos lucros do fabricante.<sup>381</sup>

Grosso modo, a tese diz que quanto maior o número de grandes fortunas os trabalhadores “cooperarem” para gerar, mais fácil, no futuro, distribuir essa riqueza. Jessé Souza, em *A invisibilidade da desigualdade brasileira*<sup>382</sup>, põe a nu essa mistificação de Taylor – ainda hoje extremamente popular:

Existe, em países como o Brasil, uma crença “fetichista” no progresso econômico, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os nossos problemas sociais. O fato de que o Brasil tenha sido o país de maior crescimento econômico do globo entre 1930 e 1980 (período no qual deixou de ser uma das mais pobres sociedades do globo para chegar a ser a oitava economia global), sem que as taxas de desigualdade, marginalização, subcidadania jamais fossem alteradas radicalmente, deveria ser um indicativo mais do que evidente do engano dessa pressuposição.<sup>383</sup>

Mészáros examina a fundo a ideologia latente nos mestres da administração “científica”. Em sua época, Taylor sabia muito bem – assim como mais tarde seus seguidores “antiideológicos” – que as relações do poder social de dominação e subordinação hierárquicas estavam realmente em jogo. Porém, com uma retórica característica, entusiasmava-se com a “substituição da disputa e da rivalidade pela cooperação fraterna; com ambos se empenhando vigorosamente na mesma direção, em vez de seguirem separados; com a substituição da vigilância suspeitosa pela confiança mútua, tornando-se amigos em vez de inimigos”, etc. Ao

<sup>381</sup> TAYLOR, *apud* MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 118.

<sup>382</sup> SOUZA, Jessé (org). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. 14.

mesmo tempo, ele era ingênuo o bastante para falar sobre o real significado da “fraternidade”, “ajuda mútua”, “cooperação fraterna”, “confiança mútua”, etc., consideradas do ponto de vista da “administração científica” capitalista:

Um dos primeiros requisitos para que um homem seja adequado para lidar com lingotes de ferro como ocupação regular é que seja tão *estúpido* e calmo que mais *se assemelhe a um bovino, em sua constituição mental*, do que a qualquer outro tipo. O homem mentalmente alerta e inteligente é por isso mesmo inteiramente inadequado para o que seria, em sua opinião, a opressiva monotonia de um trabalho dessa categoria. Por conseguinte, o trabalhador mais adequado para lidar com lingotes de ferro é *incapaz de compreender a ciência real* da realização desse tipo de trabalho. *É tão estúpido que a palavra “porcentagem” não tem significado para ele*, e, portanto, deve ser treinado por um homem mais inteligente que ele no *hábito de trabalhar de acordo com as leis desta ciência para poder ser bem-sucedido*.<sup>384</sup>

Por mais que esteja oculta na aparência, a ideologia, em algum momento, vai ter que sair a superfície descobrindo-se. Seguindo esta linha de raciocínio, os “princípios da administração científica” reivindicavam trazer a organização do sistema capitalista para uma plena harmonia com as próprias determinações da natureza, tratando os seres humanos como animais, “segundo as leis da nova ciência”, sancionadas não pela ordem contingente da sociedade, mas pela legitimidade inalterável da própria natureza. Mas na época em que “Taylor compôs uma música suave o bastante para os ouvidos da administração capitalista da indústria, a **absoluta conformidade** aos mesmos ditames do ‘hábito’ foi transformada em uma virtude inquestionável”.<sup>385</sup>

É claro que as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante posição privilegiada em relação a todas as variedades de “contraconsciência”. Assumindo uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como para com os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo. Ao mesmo tempo, visto que se identificam “interiormente”, digamos assim, com os processos contínuos de reprodução sócio-econômica e político-ideológica, podem estipular a “praticabilidade” como pré-requisito absoluto para a avaliação da seriedade ou da inadmissibilidade categórica da crítica, bem como da legitimidade da mudança social. Assim, não é acidental que as ideologias dominantes insistam nas insuperáveis virtudes do “pragmatismo” e da “engenharia social gradual”, rejeitando (no mais das vezes, pela simples atribuição de algum rótulo exorcizante) todas as formas de “síntese total” ou de “holismo” – isto é, nas palavras autoconfiantes de uma de suas figuras representativas, qualquer concepção da ordem social “radicalmente diferente daquela estabelecida”.<sup>386</sup>

<sup>384</sup> Citação de TAYLOR, F. W. *Scientific Management*. Nova York, Harper and Row; 1947, p. 29 (apud MÉSZÁROS, 2004, p. 119 [grifos de Mézáros]).

<sup>385</sup> *Ibidem*.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p.233.

Mészáros (2004) retrata a ideologia da razão instrumentalizada pela “gerência” administrativa nas mesmas bases em que Marcuse estabelece o princípio “afirmativo” da cultura de massa. A sobrevivência empresarial é avessa a crítica aprofundada, necessita da positividade bajulatória e recompensa quem assim o faz, punindo, por outro lado, as atividades verdadeiramente questionadoras:

A inevitável desvantagem posicional das ideologias críticas se manifesta em dois aspectos importantes, que afetam desfavoravelmente suas conceituações do sistema social negado e da possibilidade de intervenções significativas. Por um lado, como reação contra a pressão de apresentar alternativas *praticáveis* – e a “praticabilidade” é sempre definida, é claro, do ponto de vista dos interesses preponderantes –, elas tendem a assumir uma postura completamente *negativa* em relação às questões. Por outro, opondo-se à rede institucional dominante da ordem estabelecida – o odiado “sistema” –, freqüentemente se recusam a vincular sua crítica a quaisquer estruturas institucionais específicas, atacando as instituições *como tais*, expondo-se, assim, à acusação de defender “os impulsos do *individualismo anarquista*”.<sup>387</sup>

Bom sempre recordar que o espírito burocrático determina a concessão de verbas, tanto para os diversos institutos públicos ou privados de financiamento de pesquisa como para qualquer projeto cultural orientado pelo capital industrial – ou seja, quase tudo. Em lugar dos antagônicos sistemas sociais capitalista e socialista, continua Mészáros agora tratando da abordagem de John Kenneth Galbraith, foram-nos oferecidas categorias tecnologicamente (e, é claro, tecnocraticamente) definidas como o “novo Estado industrial”, o “sistema industrial moderno”, a mítica “tecnoestrutura” e a “convergência” dos “sistemas industriais” rivais. Do mesmo modo, tendo com modelo algum tipo de “convergência interna”, a “nova realidade” da mudança tecnológica rápida foi interpretada, em termos de relações sociais, como a produtora de uma “nova classe trabalhadora” e do necessariamente, se não o total desaparecimento, do próprio conflito de classes. E, o melhor de tudo, o velho mal social do desemprego em massa tinha sido imaginariamente superado, graças a alguns postulados ideais que eram, mais uma vez, caracteristicamente apresentados como fatos irrefutáveis. Por um lado, referindo-se às supostas “transformações tecnoestruturais”, Galbraith afirmou que

A noção tradicional de desemprego perde seu significado ano a ano. Cada vez mais, os dados sobre o desemprego enumeram aqueles que são *não empregáveis* por causa das *exigências modernas do sistema industrial*. Esta incapacidade pode coexistir com *carências agudas de talentos mais qualificados*.<sup>388</sup>

O mais espantoso é que seus “exercícios primários de propaganda – que violavam toda regra lógica – foram acolhidos, no clima ideológico dominante, como a última palavra da

<sup>387</sup> MÉSZÁROS, 2004, p.233.

<sup>388</sup> John Kenneth Galbraith, *apud* MÉSZÁROS, 2004, p. 124.

sabedoria objetiva e cientificamente inspirada” (Mészáros, 2004, p.124). Da mesma forma que o desemprego em massa, o problema da pobreza foi descartado. Partindo das realizações particulares da economia globalmente dominante dos Estados Unidos, a análise de Galbraith logo culminou em afirmações gerais, insistindo em que,

Como um flagelo geral, [a pobreza] chegou ao fim em virtude do aumento da produção, que, por mais imperfeita que possa ter sido sua distribuição, aumentou substancialmente a parte daqueles que trabalhavam para viver. O resultado foi que a pobreza deixou de ser o problema de uma maioria para ser o de uma minoria. Deixou de ser um caso geral e se tornou um caso especial. Foi isso que colocou o problema da pobreza em sua peculiar forma moderna.<sup>389</sup>

Mészáros estabelece a criação de conceitos atenuantes por Galbraith, a exemplo de Daniel Bell, na missão ideologizante de afastar a discussão das condições desiguais e da própria desigualdade, não apenas mantidas como reforçadas pelo liberalismo-capitalismo:

O professor Galbraith já declarava, em seu aclamado primeiro livro, *American Capitalism: The Concept of Countervailing Power*, que a “antiga” distinção entre esquerda e direita tinha se tornado *inútil*, sobretudo por causa da associação da palavra “esquerda” com o nome de Marx. Propôs, então, substituir estas noções comprometidas pelas palavras “liberal” e “conservador”. Isso foi em 1952. Em 1958 – quando o mesmo autor lançou *The Affluent Society* -, sentiu que era mais apropriado não limitar a correção meramente à substituição de “esquerda” por “liberal”, mas falar de “políticos liberais modernos” e “sindicalistas modernos”. Toda dificuldade parecia encontrar uma solução não problemática pelo simples acréscimo de rótulo “moderno”, desde a “pobreza moderna” até a “economia moderna” – a última sendo caracterizada por sua “administração moderna” e “sindicalismo moderno” e, é claro, benevolmente aliviada de seus “antigos” conflitos pelas intervenções reguladoras esclarecidas do “governo moderno”.<sup>390</sup>

## 2.1 SOCIEDADE ADMINISTRADA

A identificação do sujeito culturalmente semiformado com a adesão acrítica ao tecnicismo burocratizante da cultura capitalista supostamente racional é central nas análises dos teóricos frankfurtianos, notadamente sob o conceito de sociedade administrada. Olgária Mattos expõe desta forma o conceito de sociedade administrada:

A sociedade administrada produz uma massa acrítica e manipulável. Nela ocorre a extinção do sujeito cognoscente, do sujeito histórico, do sujeito responsável. Na sociedade da total administração dá-se “a volatilização da culpa”: A transferência da vida à administração não somente permite que alguém cometa todas as atrocidades possíveis sem se sentir responsável; mais ainda, quando um indivíduo particular precisa, nem que seja uma vez só, ser responsável, ela permite fornecer-lhe um alibi com boas razões e com plena

<sup>389</sup> John Kenneth Galbraith, *The Affluent Society*, apud MÉSZÁROS, 2004, p. 127.

<sup>390</sup> MÉSZÁROS, 2004, p. 127-128.

honestidade. [...] Quanto menos se pode determinar a responsabilidade, mais a dimensão da culpa reificada, incomensurável em relação a tudo o que humano, aumenta de maneira atterradora.<sup>391</sup>

Verifica-se a semelhança com a análise feita por Jameson da cultura pós-moderna. O conceito da *verwaltete Gesellschaft* (sociedade administrada) começa a se constituir na década de 40, nos escritos que revelam o processo de extinção da singularidade do sujeito – tanto na *Dialética do esclarecimento* quanto nas *Minima Moralia*, de Adorno. A “total administração é a tradução política da categoria de totalidade à qual são sacrificados os partidos, os indivíduos, a revolução fracassando ao realizar-se”.<sup>392</sup> O instrumento torna-se fim em si, o que é a definição da tecnocracia e o motor da sociedade administrada, seja planejada nos moldes do stalinismo ou na exacerbação da técnica do neoliberalismo atual. É justamente esse fim instrumental a moderna definição de formação educacional construída e constituída pelo modelo curricular idealizada a partir do adaptado liberal ou, ao menos, que atenda os requisitos necessários. O esquematismo da auto-ajuda é, mesmo descontada suas versões exageradamente simplificadora até pelos padrões usuais desta literatura, símbolo poderoso desta adaptação desprovida de crítica e profundidade. Nos termos de Bosi (2008):

O mundo do receituário é a forma formada da cultura dominante e vigora em todas as carreiras a que a universidade dá acesso. É particularmente deprimente quando se pensa na passagem, em geral entrópica, da cultura universitária para o meio secundário. “O que se transmite aos alunos do ginásio (e aqui atingimos o cerne da dinâmica educacional), o que se estratifica em termos de instrução fundamental, é, quase sempre, a fórmula final, reduzida, reificada, da antepenúltima tendência da cultura superior. Com agravante de que a rotina do curso secundário inclui uma dose de inércia das estruturas muito mais duradouras que a do ensino universitário”.<sup>393</sup>

Sem possibilidade de crítica, a autoconservação como objetivo da cultura capitalista terá seu “plano de metas” alcançado.

O sistema parece ter uma certa margem de indulgência para com tudo quanto não fira, a rigor, a sua autoconservação econômica. A liberalização contemporânea dos costumes e da linguagem inclui-se nessa margem de tolerância. Mas a ausência de qualquer filosofia coerente de valores (além da autoconservação) empresta uma certa instabilidade, e mesmo incoerência, aos padrões das várias censuras: política, jornalística, literária, cinematográfica, teatral, etc. O neocapitalismo desenvolvimentista, mesmo na sua fase politicamente autoritária, não tem outra *moral*, outro esquema de valores que o das aparências. E é próprio da ideologia da modernização trocar às vezes de aparência para vender melhor.<sup>394</sup>

<sup>391</sup> MATTOS, Olgária C. F. *Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt. A melancolia e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 15.

<sup>392</sup> *Ibidem*.

<sup>393</sup> BOSI, 2008, p. 317.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 318.

É a estrutura do *happy end* descrita por Umberto Eco no seu texto *Apocalípticos e Integrados*.

Em síntese, para Eco:

A tranquilidade que, no romance de grande difusão, toma a forma da consolação pela reiteração do esperado, reveste, na formulação ideológica, o aspecto da forma que **muda alguma coisa a fim de que tudo permaneça imutável**: isto é, a forma da ordem que nasce da unidade na repetição, da estabilidade dos significados. Ideologia e retórica juntam-se e fundem-se totalmente.<sup>395</sup>

Nesse sentido, desenvolvem sempre uma ação socialmente conservadora. A argumentação de Eco é devedora da famosa sentença de Adorno e Horkheimer (1985):

Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar a música ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quando ele tem lugar como previsto.<sup>396</sup>

É o que Eco denomina "estruturas de consolação", parte importante da estratégia de massificação cultural de agradar sem ofender a sensibilidade do leitor/espectador/ouvinte. A estrutura de consolação é a chave interpretativa do conservadorismo inerente à busca do público amplo, da satisfação do *happy end*, análise reforçada por Alfredo Bosi (2008) tratando dos modernos programas da televisão, cujo apelo necessita de imediatismo, daí sua recorrência ao sentimentalismo, erotismo e agressividade. As emoções são excitadas na forma de uma promessa de radicalismo que contudo, se esvai cedendo terreno ao conservadorismo do *happy end* previsível, consolando as platéias consumidoras da excitação temporária de um radicalismo natimorto. As coisas, ao final, continuam como estão. Novamente, é a indústria que fala aqui, a economia empresarial buscando seus parâmetros de sucesso:

Os indivíduos sentem-se, desde o começo, peças de um jogo e ficam tranqüilos. Mas, como a ideologia já não garante coisa alguma, salvo que as coisas são o que são, até a sua inverdade específica se reduz ao pobre axioma de que não poderiam ser diferentes do que são. **Os homens adaptam-se a essa mentira**, mas, ao mesmo tempo, enxergam através do seu manto. A celebração do poder e a irresistibilidade do mero existir são as condições que levam ao desencanto. **A ideologia já não é mais um envoltório, mas a própria imagem ameaçadora do mundo**. Não só pelas suas interligações com a propaganda, mas também pela sua própria configuração, converte-se em terror. Entretanto, precisamente porque a ideologia e a realidade correm uma para outra; porque a realidade dada, à falta de outra ideologia mais convincente, converte-se em ideologia de si mesma, bastaria ao espírito um pequeno esforço para se livrar do manto dessa aparência onipotente, quase sem sacrifício algum. Mas esse esforço parece ser o mais custoso de todos.<sup>397</sup>

<sup>395</sup> ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.202-203.

<sup>396</sup> ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 118.

<sup>397</sup> ADORNO e HORKHEIMER. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo, ed. Cultrix, 1973 [grifos nossos].

Mais do que agressividade, percebe-se nos modernos shows televisivos a importância do sadismo. Não apenas o prazer do desconforto físico de outros, mas um prazer redobrado ao notar-se que os humilhados pertencem às categorias estigmatizadas do pobre, negro, homossexual. Esta é a essência das “pegadinhas” tão populares, com atores disfarçados mostrando como todo mundo é idiota – contando que os idiotas não sejam identificados com as classes poderosas (exceto os sempre execráveis políticos). É também a estrutura principal dos *reality shows* – moderníssimos fenômenos de audiência da televisão mundial. Enquanto na base, a competitividade aparece com os “dentes”, mordendo com força, onde o mercado “pune” os incompetentes, no topo a fantasia dos *reality shows* e seus personagens simulando “sinceridade”, como frases do tipo “eu sou assim, não levo desaforo pra casa”. Ao público, através do onipresente sistema de eliminação por escolha dos fracassados da semana, cabe selecionar quem melhor se sai na tarefa de iludir com a criação do personagem “verdadeiro” e “sincero” para receber a premiação em dinheiro final.

Aos poucos, aquelas pessoas que entraram no programa bonitas e arrumadas (usando modelos estilo “aventura”) vão ficando meio estropiadas. Os cabelos ficam embaraçados, a pele queimada e com machucados. E as roupas, por mais que os participantes de “No Limite” se esforcem para dar a elas um estilo “sou um aventureiro”, acabam amarrotadas. Em uma praia deserta, elas são obrigadas a comer coisas nojentas, se pendurar em “cipós”, escapar de armadilhas. Claro, elas não estão correndo risco de verdade. Existe todo um aparato para que ninguém se machuque. Em “No Limite”, os participantes passam por aventuras sem correr o risco real de se ferir. Um sonho. No mesmo horário, o canal infanto-juvenil Boomerang exibe um programa parecido com o sucesso da Globo, o “Sobreviventes”. Nesse caso, os participantes são adolescentes. Eles têm que aprender a acender fogueiras, fazer sua própria comida, atravessar rios com correntezas e tudo mais que qualquer teen sonha fazer. O público masculino ama esse programa. Como se, na prática, a chance de um dia eles terem que recorrer a essas técnicas fosse grande. “Que bom, já sei como tirar água de cacto”, pensa o cara sentado no sofá, que só viaja em pacotes turísticos com hotel, transporte e passeios programados. Os fãs de programas de aventuras parecem aquelas pessoas que andam em cidades grandes, como São Paulo, em picapes e jipes de aventura. Estão prontos para atravessar um rio com seus carros. Sendo que o trajeto é entre o condomínio e o escritório. Nada como uma boa ilusão de aventura (sem correr o risco de se machucar de verdade, é claro).<sup>398</sup>

A publicação de *Ideologia da sociedade industrial (One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society)* elevou Marcuse a um patamar de reconhecimento global que causou grande desconforto aos seus colegas frankfurtianos Horkheimer e Adorno. Marcuse passou a inspirar a “revolução”, a recusa radical do que aí está e sua transformação revolucionária.

---

<sup>398</sup>Reportagem *Programa oferece a chance de viver ilusão de aventura*, jornal Folha de SP, Ilustrada (24/04/09).

Acredito que para as minorias oprimidas e maltratadas existe um “direito natural” à resistência, a usar meios ilegais desde que os meios legais se tenham revelado insuficientes. A lei e a ordem existem em toda parte e são sempre a lei e a ordem daqueles que protegem a hierarquia estabelecida; é absurdo apelar para a autoridade absoluta dessa lei e dessa ordem contra os que sofrem por causa delas e as combatem – não por vantagens pessoais ou vingança pessoal, mas porque querem ser homens. Não há juiz acima deles a não ser a administração bem situada, a polícia e a própria consciência. Se recorrem à violência, não inauguram um novo encadeamento de atos de violência, mas rompem o que está estabelecido. Como vão ser derrotados, eles conhecem seus riscos, e, se estão prontos a assumi-los, nenhuma terceira pessoa – sobretudo o educador e o intelectual – tem direito a pregar-lhes que se controlem.<sup>399</sup>

Marcuse interpreta, reinventa e contraria alguns dos dogmas “críticos”, notadamente o horror de Adorno em “participar”,<sup>400</sup> e assume o que, para autores próximos do trabalho de Marcuse, como Douglas Kellner, é sua condição de pensador utópico – entendendo a utopia como a realidade que não é aceita pelos atuais parâmetros ideológicos. Marcuse inspiraria um movimento de rebeldia juvenil em 1968 que, talvez pela última vez, entendeu que “um novo mundo é possível” em escala realmente notável. Mas é na década de 1930 que Marcuse diagnostica a essência da ideologia em que se converteria a indústria cultural:

Cultura afirmativa é aquela cultura pertencente à época burguesa que no curso de seu próprio desenvolvimento levaria a distinguir e elevar o mundo espiritualmente anímico, nos termos de uma esfera de valores autônoma, em relação à civilização. Seu traço decisivo é a afirmação de um mundo mais valioso, universalmente obrigatório, incondicionalmente confirmado, eternamente melhor, que é essencialmente diferente do mundo de fato da luta diária pela existência, mas que qualquer indivíduo pode realizar para si “a partir do interior”, sem transformar aquela realidade de fato.<sup>401</sup>

Já na década de 1960, as análises não apenas confirmaram-se como, em vários sentidos, radicalizaram. O pensamento de Marcuse, diferentemente de Adorno, seguiu o fluxo da necessidade de intervenção, por exemplo, ao examinar a ideologia que encerraria o *Welfare State*, vencido pelo mito do *self made man* – o empreendedor individual:

A liberdade de empreendedorismo não foi de modo algum, desde o início, uma vantagem. Quanto à liberdade de trabalhar ou morrer à míngua, significou labuta, insegurança e temor para a grande maioria da população. Se o indivíduo

<sup>399</sup> Herbert Marcuse, *Repressive Toleranz*. Apud WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Difel, 2002, p. 645,

<sup>400</sup> Em seu livro sobre teoria crítica, Stephen Bronner diz: “Ocorre também um corte da relação entre ‘teoria e prática’. Adorno temia a subordinação da teoria às exigências da prática. Além disso, isso é de certo modo compreensível, dadas as suas experiências no período entre as duas guerras. Pode-se dizer que as obras posteriores de Adorno baseavam-se nos escritos materialistas de Horkheimer dos anos 30 e na posição antropológica que ambos elaboraram nos anos 40. Ao selar o divórcio entre a teoria e a prática, porém, suas obras do período posterior à guerra constituem uma ruptura com as tentativas anteriores do Instituto de orientar as lutas dos oprimidos, e tendem a legitimar o que Leo Lowenthal considerava como o lema de Adorno: ‘Não participe’.” (BRONNER, Stephen Eric. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Tradução Tomás R. Bueno, Cristina Meneguelo. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p.227)

<sup>401</sup> MARCUSE, Herbert. *Sobre o caráter afirmativo da cultura in Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 96.



não mais fosse compelido a se demonstrar no mercado como um sujeito econômico livre, o desaparecimento deste tipo de liberdade seria uma das maiores conquistas da civilização.<sup>402</sup>

O sujeito oculto da conservação (ou conservadorismo), aparentemente ausente, mas, de fato, sempre presente na cultura industrializada, é a dominação. Cabe, neste momento, lamentar, conforme crítica freqüente aos frankfurtianos – reforçada por Mészáros em *Poder da Ideologia* (2004) – o abandono completo dos sujeitos históricos vítimas desta opressão e, portanto, capazes de reverter a dominação. Mesmo a tentativa de Marcuse em dar espaço aos estudantes (nos protestos de 1968), revela a amargura da teoria crítica para com os trabalhadores e sindicatos, tratados como stalinistas ou aburguesados.

Retomando o argumento de Marcuse em *O homem unidimensional*, a retórica da propaganda capitalista de desenvolvimento aos adeptos do clube, aos adaptados, não escapa pela contradição da exploração da natureza e dos homens. Há excessos, e a redução de homens encontra formas culturalmente aceitas de “equilíbrio”, como, por exemplo, o extermínio nas guerras:

Um novo padrão de vida, adaptado à pacificação da existência, também pressupõe a redução da população futura. É compreensível e até razoável que a civilização industrial considere legítimos a carnificina de milhões de criaturas na guerra e os sacrifícios diários de todos que não dispõem de cuidado e proteção adequados, mas manifeste escrúpulos morais e religiosos quando se trata de evitar a produção de mais vida numa sociedade que ainda está engrenada com o aniquilamento planejado da vida no Interesse Nacional e com a privação não-planejada da vida em favor dos interesses particulares.<sup>403</sup>

Marcuse toca fundo nos pressupostos ideológicos de inversão entre retórica pública e prática capitalista (privada ou estatal), talvez isso explique o relativo declínio no debate de *Ideologia da sociedade industrial* (O homem unidimensional, no título original) comparativamente ao crescimento dos estudos de Adorno, ao final, menos direto ou explícito que Marcuse que afirmava “em sua fase mais avançada, a dominação funciona como administração. E nas áreas superdesenvolvidas de consumo em massa, a vida administrada se torna a boa vida de todos, em defesa do que os opostos estão unidos. Esta é a forma pura de dominação”.<sup>404</sup> O *happy end*, ou as “estruturas de consolação” descritas por Eco (*Apocalípticos e integrados*, 1976) tem seu correspondente no termo “consciência feliz” de Marcuse:

A Consciência Feliz – a crença em que o real seja racional e em que o sistema entrega as mercadorias – reflete o novo conformismo, que é uma faceta da racionalidade tecnológica traduzida em comportamento social. O conformismo

<sup>402</sup> MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 24.

<sup>403</sup> *Ibidem*, p.224.

<sup>404</sup> *Ibidem*, p.234.

é novo porque é racional em grau sem precedente. Sustenta uma sociedade que reduziu – e em seus setores mais avançados eliminou - a irracionalidade mais primitiva das fases precedentes, que prolonga e aprimora a vida mais regularmente do que nunca. A guerra de aniquilamento ainda não ocorreu; os campos de extermínio nazistas foram abolidos. A Consciência Feliz repele a conexão. A tortura foi reintroduzida como uma coisa normal, mas numa guerra colonial que ocorre na margem do mundo civilizado. E aí ela é praticada com paz de consciência, porque guerra é guerra. E também esta guerra está na margem – assola apenas os países “subdesenvolvidos”. A não ser isso, reina a paz.<sup>405</sup>

Essa sensibilidade de Marcuse para com os dominados – os dominados reais em sua aparência conhecida e reconhecida do terceiromundista ou da população dos países colonizados – escapa aos trabalhos de Adorno e Horkheimer, que denunciam a mesma dominação, sem, contudo, tocar no ponto crucial do sujeito dominado. Mas é, sobretudo, com Adorno e seu pensamento tido como “hermético”, muitas vezes abstrato, que a crítica da cultura conformista encontra um instrumental refinado de procedimentos para analisar os recantos aparentemente imunes das tarefas da dominação capitalista (o jazz, a astrologia). Por isso seus textos são essenciais para captar essa lógica de luz e sombra que define a presença/ausência do discurso e prática da ideologia – num momento exposto, noutra tão oculto que seus próprios formuladores desconhecem a ideologia inspiradora da formulação. Se Marcuse é importante para apreender a função ideológica opressiva expressa no progressismo industrial (sob controle de uma elite proprietária), a compreensão dos limites cognitivos da aceitação cultural desta dominação é melhor percebida em Adorno. É parte da teoria conhecida como semicultura.

---

<sup>405</sup> Ibidem, p.92.

### 3 A ETERNA REPETIÇÃO DO MESMO

O semi-erudito vagamente quer compreender e é, portanto, impulsionado pelo desejo narcísico de se mostrar superior ao povo inculto, mas ele não está em condições de efetuar operações intelectuais complicadas e incomuns.

Adorno

Semicultura não corresponde propriamente à falta de cultura, mas a um processo planejado de “abortamento das possibilidades libertadoras até mesmo da incultura, que, segundo Adorno, poderia ser aumentada em consciência crítica graças ao seu potencial de dúvida, chiste e ironia” (*apud* Duarte: 2007, p.96). A semicultura, portanto, mais do que a simples ingenuidade, é

resultado de uma exploração consciente do estado de ignorância, da vacuidade do espírito – reduzido a mero meio – surgida com a perda da tradição pelo desencantamento do mundo e é, de antemão, incompatível com a cultura no sentido próprio do termo.<sup>406</sup>

A semicultura adorniana apresentada por Duarte se aproxima, em outra chave de análise, do “vazio de pensamento” detectado por Hannah Arendt em Adolf Eichmann. O centro argumentativo aqui é que o acesso maior ou menor aos materiais formadores e ao ensino formal – o que, de regra, confronta a crença do senso comum na expansão da educação formal como antítese à barbárie – não implica numa cultura que escape aos conceitos mais primários, como, por exemplo, o racismo. Ao contrário, municiado pela cultura desprovida de dialética, incapaz de pensar no contraditório como necessário, o ser semiformado se apóia na arrogância de classe que lhe permite o acesso aos bens de consumo cultural que as classes ou frações de classes mais pobres ainda não têm. Sem as “dúvidas” que Adorno concede como benefício da ausência da cultura, a semiformação fortalece os impulsos primários, como o preconceito e intolerância já arraigados na tradição de formação de grupos que, supostamente, seriam aplacados pelo contato com a cultura. Meramente instrumental na elaboração dos currículos ou dedicada ao lazer, a semicultura acaba por reforçar os estímulos arrogantes de superioridade.

Os espaços da internet que recebem textos e comentários dos jovens semiformados estão recheados de certezas sobre tudo, tradicionalmente aos temas ligados ao conservadorismo: certeza de quem deve morrer (pena de morte), de quem é honesto ou

---

<sup>406</sup> DUARTE, 2007, p.96.

desonesto, do que presta ou não, do que o mercado precisa ou dispensa. A xenofobia e o racismo historicamente aglutinaram os grupos conservadores e continuam fomentando estes espaços de manifestação pública, como, por exemplo, o recente movimento *São Paulo para os paulistas* que tornou público um manifesto pela internet:

Nós paulistas andamos nas ruas e não nos sentimos em casa. Só se vê pessoas de outra cultura e valores. Desrespeitam nossos costumes, e o paulista é forçado a se calar. Do contrário, recebe acusações de "preconceito". Que democracia é esta, na qual a liberdade de expressão é unilateral, pessoas ofendidas tem que se manter caladas? Estão exigindo a inserção da cultura nordestina na grade curricular das escolas paulistas. Estão criando em São Paulo leis em homenagem a si mesmos. A nossa terra, estão considerando uma extensão do Nordeste. Porém, nós paulistas jamais fomos ouvidos em nossas opiniões. Também temos direito de expressar o que sentimos. Em resposta a tudo, fazemos o nosso democrático Manifesto.<sup>407</sup>

As reivindicações expressas em longo manifesto seguem a linha usual dos oprimidos se dizendo oprimidos:

101. Reivindicamos as seguintes medidas:

- a) Torne-se crime no Estado de São Paulo, a invasão e loteamento de terrenos ou prédios - públicos ou privados. São Paulo não foi buscá-los em sua origem. Portanto, não tem obrigação de sofrer suas práticas.
- b) Cobrança de água, luz e IPTU nas favelas, sem taxas diferenciadas. Sem tolerância a roubos de serviços e ligações irregulares, sendo também encarado como crimes.
- c) Suspensão de TODO e QUALQUER benefício e gratuidades a migrantes. Seja pelo estado e todas as prefeituras. A SABER: medicamentos gratuitos, auxílio-aluguel, mãe-paulistana, bolsas por número de filhos, casas populares, leve-leite, uniforme, material, transporte escolar, cestas básicas, bolsas diversas, auxílios-financeiros, e todos os demais não-mencionados. Trata-se apenas do estado parar de conceder o que NÃO tem obrigação de conceder. Como já dito, São Paulo deve cuidar dos SEUS pobres.
- d) O uso dos serviços públicos (hospitais, postos, escolas, creches, assistência social, etc.) sejam limitados, conforme mencionado nos itens 88 e 33.
- e) Total proibição de camelôs e todo tipo de comércio ilegal. Nas ruas, praças, calçadas, barracas, etc. (que inclusive causa riscos a pedestres). Com apreensão e prisão em caso de reincidência [sic]. Ambulantes têm o total direito de fazer suas atividades. Em suas terras de origem
- f) Tolerância zero com todo tipo de crimes g) Não tolerar transgressão a leis contra ruído, desordens, veículos de som e forrós ilegais, fraudes, burlas de catraca, pixações, desrespeitos.

(<http://www.petitiononline.com/estadosp/>, acesso em 27/07/2010, 531 assinaturas até então)

Lembrando Adorno:

Ao chamar a atenção para uma assimilação “estrutural” da consciencia às camadas mais pobres, a culpa é implicitamente transferida para estas camadas e para sua pretensa emancipação em direção a uma democracia de massas. O

---

<sup>407</sup> Manifesto São Paulo para os paulistas, disponível em, <http://www.manifesto.rg3.net/>, acesso em 15/06/2010.

emburrecimento, porém, não é obra dos oprimidos, mas sim da opressão; e afeta tanto os oprimidos quanto os opressores.<sup>408</sup>

Acompanhando a página da *petition online* onde está o manifesto *São Paulo para os paulistas*, um grande banner do Instituto Millenium, conduzindo para a página de novidades culturais do site do Instituto. Para relembrar, os donos de todas as principais corporações midiáticas, os principais jornalistas, alguns artistas e professores do meio acadêmico estão listados em “quem somos” na página institucional do Millenium (que pode ser conferida em anexo). A liberdade aparece em quase todos os pressupostos dos millenistas, o panfleto *São Paulo para os paulistas* também faz uso da retórica de “opressão” dos paulistas legítimos pela cultura alienígena (nordestina). Os produtos culturais enraizados na ideologia do capitalismo dependente – subserviente aos “tubarões” e feroz com os “peixinhos” – impregnam o ambiente formador, a Escala F de Adorno encontra recepção calorosa não, como se quer, em encontros de grupos neonazistas obscuros (ao grande público pelo menos), mas nas populares novelas, nos programas jornalísticos, nos comentaristas da CBN, nas sátiras de humorísticos que investem na humilhação dos pobres e bajulação das celebridades.

O artista de novela, o humorista, o comentarista político, o apresentador de telejornal estão ligados ao Instituto Millenium, participam dos encontros organizados sob pomposos títulos de defesa da liberdade<sup>409</sup>. Não é preciso uma grande tarefa de investigação para determinar as

---

<sup>408</sup> ADORNO, Theodor. *Prismas*: 2002, p. 32.

<sup>409</sup> O jornalista Leandro Fortes disponibilizou em sua página na internet um vídeo postado no *You tube* com trechos de mesa do mais recente encontro promovido pelo Instituto Millenium, o 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, realizado no luxuoso Hotel Golden Tulip Paulista Plaza, em São Paulo, em março de 2010. Nos trechos o humorista Marcelo Madureira, do grupo Casseta & Planeta, contratado da Rede Globo, discorre sobre seus arrependimentos em ter participado do “pior partido político do Brasil”, no caso o Partido Comunista Brasileiro, na linha de jovem é bobo e quando cresce e amadurece, descobre que esquerda é coisa para tolos ou fascistas. Na mesa observam aprovando William Waack, apresentador do jornal noturno da Rede Globo, Roberto Romano, professor de Ética e Filosofia da Unicamp e Reinaldo Azevedo, jornalista e blogueiro da Revista Veja. Disponível em: <http://brasiliaeuvi.wordpress.com/>, acesso em 26/07/2010. Na programação do dia, conforme anunciada pelo Instituto Millenium, para entender o nível e importância do evento: 9h - Abertura Oficial: Min. Helio Costa. Palestra Especial: Roberto Civita. 9h30 - Painel de Abertura: Liberdade de Expressão: Cenários, Tendências e Práticas na América Latina. Exposições: Adrián Ventura (Argentina), Carlos Vera (Equador) e Marcel Granier (Venezuela). Mediador: Marcelo Rech. 11h - 2º Painel - Ameaças à Democracia no Brasil. Exposições: Demétrio Magnoli, Denis Rosenfield e Amaury de Souza. Mediador: Tônico Ferreira. 14h - 3º Painel - Restrições à Liberdade de Expressão. Exposições: Arnaldo Jabor, Carlos Alberto Di Franco, Sidnei Basile. Mediador: Luis Erlanger. 16h - 4º Painel - Liberdade de Expressão e Estado Democrático de Direito. Exposições: Marcelo Madureira, Reinaldo Azevedo, Roberto Romano. Mediador: William Waack. 17h30 - Painel - Especial de Encerramento: Democracia e Liberdade de Expressão. Exposições: Fernando Gabeira, Miro Teixeira e Otávio Frias Filho. Mediador: Carlos Alberto Sardenberg. 19h - Encerramento e conclusões Amaury de Souza. O Instituto Millenium é formado por jornalistas, intelectuais, acadêmicos, executivos e empresários que estão comprometidos com os valores acima referidos e com a nossa Carta de Princípios. É mantido por doações de pessoas físicas e jurídicas de direito privado e não aceita verbas públicas. Entre os nossos mantenedores, podemos citar os seguintes nomes: Alberto Carlos Almeida, João Roberto Marinho, Jorge Gerdau Johannpeter, Hélio Beltrão, Maristela Mafei, Pedro Henrique Mariani, Roberto Civita, Salim Mattar, Sérgio Foguel,

premissas desta liberdade para “poucos e bons”, mas, ocultada sobre a cobertura ideológica dos benefícios da massificação da cultura, essa síntese nunca é feita e o termo liberdade continua usado desprovido de essência – não pode existir liberdade para poucos. A indústria cultural, com grande apoio acadêmico, continua, pelos seus porta-vozes, falando pela liberdade, pela defesa da população de “bem”, pelo direito à informação, pela livre escolha dos consumidores – estes “inteligentes” e “conscientes” sempre que compram, ou seja, no ato de gastar dinheiro, já completamente no domínio da atividade capitalista. Fora dela parece não ser inteligente e muito menos consciente. Os críticos apontam para as contradições, para os interesses de classe por trás dos termos falsamente generalizados, porém, sem dialética, um grupo, o poderoso, exhibe sua retórica como modelo racional. Diferente dos movimentos como o já citado Cansei, que alimentam os noticiários e movimentam a “gente de bem” das classes altas, mas restritos ao folclore, o Millenium tem instrumentos efetivos de intervenção política e econômica. Movimentos como o *Cansei, Quero mais Brasil e Não reeleja ninguém* podem latir, fazer barulho e servir aos propósitos conservadores com seu moralismo de fachada, mas o Millenium, de fato, morde.

Entre os comentaristas da página de internet que organizou o panfleto São Paulo para os paulistas, a clara confusão de um racismo oculto em tentativas de justificar a intolerância, trocada pela meritocracia tão cara aos personagens formados pela cultura do *curriculum vitae*:

Também assinei...problema é que foi anunciada agora uma quadrilha que comprava gabaritos em concursos públicos e que repassava para várias pessoas passarem...se não me engano era formado de nordestinos...tá explicado porque eles estão tomando os concursos públicos, pessoas nordestinas que já trabalham no meio estão facilitando...assim como prova alguns comentários deles na comunidade, declarando que isto está ocorrendo mesmo, bem debaixo do nosso nariz...e rola toda uma imagem de "coitado" que acaba enganando muitos paulistas...espero que o prefeito e governadores tomem atitudes...se bem que a política também está lotado deles, o que deveria ser proibido para quem não é natural da cidade ou do Estado.<sup>410</sup>

Os paulistas não passam em concursos públicos porque nordestinos não permitem. Aos que porventura caírem no erro de concluir que a perseguição sistemática aos “nordestinos” pode ser acusada de racismo, os ideólogos argumentam com a moderna antropologia de Demétrio Magnoli e Ali Kamel<sup>411</sup> de que raças não existem:

---

Washington Olivetto e William Ling (fonte: Instituto Millenium, <http://www.imil.org.br/institucional/quem-somos/>, acesso em 17/03/2010).

<sup>410</sup> Anônimo, <http://www.manifesto.rg3.net/>, acesso 19/06/2010.

<sup>411</sup> Magnoli em seu livro de ataque à política nacional de cotas para negros: *Gota de Sangue – história do pensamento racial*, lançado em 2009. Kamel, com o mesmo intuito, em *Não somos racistas*, de 2005.

Atenção: Não dêem crédito para falsas acusações!!! (...) Esse assunto "raças" está somente na cabeça dessas pessoas, incomodadas com o nosso Manifesto. Somos todos da raça humana. A prática de Calúnia inclusive é crime.<sup>412</sup>

A armadilha da argumentação, tanto de Magnoli como Kamel, construída ideologicamente, consiste em usar a correta definição moderna que contesta a divisão da humanidade em raças, porém, após quatro séculos em que a classificação racial foi usada para definir quem era livre e quem era escravo no Brasil. Saído da escravidão, em uma sociedade rígida e racista<sup>413</sup>, o negro agora descobre que "raça nunca existiu" e que foi escravizado somente porque outros negros assim permitiram e lucraram com isso<sup>414</sup>. Qualquer chance aos "outros" deve ser monitorada e combatida, a "esperteza" das ações desnuda o caráter dos "escolhidos", no caso São Paulo, como acontece também em movimentos de outras regiões, como o já tradicional *O Sul é meu país*<sup>415</sup>. A identificação das classes altas se molda, tecnicamente, com a exclusão dos pobres – exceto para as necessidades de trabalho manual ou outro de "baixo custo", fora disso, o lugar do pobre é outro, distante.

Um dos líderes do movimento *São Paulo para os paulistas*, o estudante Willian Godoy Navarro, 22 anos, deu longa entrevista ao site Terra Magazine<sup>416</sup> esclarecendo pontos do manifesto (escrito, segundo Willian, por uma jovem chamada Fabiana):

Pergunta: No manifesto, vocês dizem que os "migrantes não construíram São Paulo por serem alocados na construção civil. Seja desmentida tal falácia". Você acha que isso é realmente uma falácia?

Resposta de Willian: Essa parte do manifesto não li, mas o entendimento é o seguinte: **quem constrói São Paulo não são os pedreiros. São os empresários, os investimentos aplicados na cidade, feitos por paulistas.** Falar que outras pessoas construíram a cidade é absurdo. Eles trabalharam, usaram sua força de trabalho. Não significa que construíram São Paulo. **Esse prédio que você trabalha, por exemplo, não foi construído por migrantes... por pedreiros. Foi construído pela empresa que investiu, que financiou o projeto. Entendeu o ponto de vista do manifesto?**

O movimento, segundo seu participante, é composto de jovens estudantes com idade entre 18 e 25 anos, ainda segundo suas respostas, ele defende uma postura menos radical do

<sup>412</sup> Disponível em <http://www.manifesto.rg3.net/>, acesso 19/06/2010.

<sup>413</sup> Ver, sobre as dificuldades na integração do negro na rígida hierarquia de classes brasileira, FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Global, 2008.

<sup>414</sup> Síntese da argumentação defendida pelo senador Demóstenes Torres, do partido Democratas, em Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal sobre a implementação de política de cotas raciais no ingresso das universidades públicas, no dia 03 de março de 2010.

<sup>415</sup> Movimento popular nos anos 1980 que prega, basicamente, a independência total dos estados do Sul do Brasil.

<sup>416</sup> Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4605938-EI6594,00-Em+manifesto+na+web+jovens+paulistas+criticam+migracao.html>, acesso em 05/08/2010 [grifos nossos]. Ver no Anexo 3 o "fluxograma" do movimento.

que exposta no panfleto, no entanto, com resultados semelhantes: a retirada de apoio por parte do Estado aos nascidos fora de São Paulo capital, notadamente os de origem nos estados do nordeste brasileiro, impedindo seu acesso aos postos de saúde e escolas públicas, e criação de programas de incentivo ao retorno dos “migrantes”, os “responsáveis” diretos pelos altos índices de violência da cidade. As idéias são populares em movimentos xenófobos em toda parte do planeta, ontem e hoje, a exaltação do empresário e o desprezo pelo trabalhador constituem a nossa contribuição local. Os manifestantes estão articulando eventos para conseguir repercussão na grande mídia:

A gente está utilizando métodos de publicidade, de promoção e de marketing, estudo de teses de algumas pessoas, que a gente está elaborando, para poder montar o movimento. A gente quer fazer algo que conquiste o maior número de pessoas possível. Estamos conseguindo adesão de algumas pessoas com influência. A gente tem o presidente de um centro acadêmico de um curso na USP. [...] Ele está representando a comunidade japonesa. É descendente. E tem outras pessoas que trabalham com ele. Eu, do Centro Acadêmico da UNIP, outros de outras instituições. Anhembi-Morumbi... A gente está pegando pessoal da UNINOVE também, da Barra Funda. É um movimento de universitários.<sup>417</sup>

Condizente com o raciocínio de que o que constrói é o dinheiro do empresário, não os trabalhadores, quem procura imóvel em uma cidade como São Paulo vai encontrar as seguintes opções de “*life style*” para “investir em qualidade de vida”: *beauty center*, *pet care*, *gourmet*, *playground*, *fitness*, *home cinema*, *lan house*, *spa*<sup>418</sup> e outras tantas variações como *gazebo kids*, *street Ball* (o site mesmo explica que isto significa basquete), praça kids, deck molhado (e seco), cooper, *lobby*, *child care*, *garage band* (para seu filho adolescente tocar com sua banda e você não se preocupar podendo, inclusive, acompanhar pelo sistema de câmeras que monitora 100% das áreas comuns), Casa da selva, praça luau, *solarium*, hobby box, taberna, quiosque zen, yoga, *game station*, *camping*, enfim, a lista não termina, uma infinidade de termos que, a princípio, não fazem sentido<sup>419</sup> aparecem para descrever as virtudes da fortaleza oferecida aos “bem sucedidos”, os que “constroem São Paulo”, todos com suas preocupações “eco”. Nestes espaços limitados de socialização, os filhos de condomínio desenvolvem sua noção de “outro”, de interação e convívio somente entre os da mesma fração de classe. Sobre isso, o já citado blog *classe média way of life* provoca:

---

<sup>417</sup> Ibidem.

<sup>418</sup> Os nomes constam de panfletos e sites de imobiliárias e construtoras, neste caso, como exemplo, constam do site da Gafisa, uma das maiores construtoras, disponível em: <http://www.gafisa.com.br/imoveis/sp/sao-paulo/jardins-da-barra>, acesso em 01/08/2010.

<sup>419</sup> Em nota recente, a Folha de SP perguntou a alguns estrangeiros, de língua inglesa, se entendiam o significado destes termos de oferta de imóvel em inglês, eles não sabiam o que significavam, entendiam “*beauty center*”, mas não conseguiam responder como isso se transformava em atração de um edifício de apartamentos.



Por fim, neste novo jeito de morar, uma coisa é imprescindível: grades. O mundo lá fora é mau. A gente de bem está do lado de dentro. Por isso, no espaço urbano todas as características da Classe Média convergem para um único organismo, que é o "lado de dentro". Médio-classista evita sair na rua. Rua é pra pobre, é onde passa ônibus e onde estão os assaltantes. O médio-classista anda de garagem em garagem, da garagem de casa para a garagem do shopping, do trabalho, da academia. Sem contato nem com o ar do lado de fora. Filho de apartamento tem alergia a fumaça, poeira, plantas de verdade e pobre. Assim, a cidade da Classe Média é hoje um núcleo fortificado, à espera de um ataque bárbaro a qualquer momento. Para isso, métodos de segurança dos mais modernos foram desenvolvidos, como lanças e homens armados. Dizem que em São Paulo uma Construtora aguarda autorização do Ibama para construir um sistema de fosso com jacarés. Será o primeiro *Eco-Security-Residence* do Brasil.<sup>420</sup>

A ideologia da higiene social, descrita por Sidney Chalhoub no início do século XX, encontra sua forma civilizada e culturalmente aceita de adaptar-se ao desejo publicitário de dialogar apenas com quem importa, quem tem dinheiro para pagar. A linguagem afetada é exatamente a mesma dos jovens executivos e seu uso de velhos (*brainstorm*, *stakeholders*) novos (*cases*) e novíssimos (*bullet points brifados pelo sponsor*) termos sempre em inglês, com correspondentes óbvios e conhecidos em português, para deixar claro que falam de outro patamar. É essa mesma linguagem dos personagens construídos nos *curriculum vitae*, inflados pelas técnicas de consultores de carreira e testada no mercado pela sobrevivência no duro mundo dos *reality-show*, que fica sem palavras diante da realidade. Quando encontra a miséria, a pobreza dos sem-terra, as pessoas que realmente são submetidas a tal competitividade pregada como niveladora do mérito, a linguagem dos gerentes, com seus "choques de gestão", só pode se amparar na virulência, na defesa intransigente da força, da barbárie, no afastamento progressivo das pessoas "fora de lugar", que de afastamento em afastamento, acabariam inevitavelmente por desaparecer. Seja qual a for maneira que esse sumiço se dê, num mundo cuja auto-imagem se resume aos gostos estéticos e fisionomia da classe média alta. Alfredo Bosi cita um prefácio de Celso Furtado que desnuda o sucesso ideológico:

Em um patamar mais alto de generalização, formulado no *Prefácio à nova economia política*, Celso Furtado lembraria que "o cálculo racional do capital é perfeitamente compatível com formas servis de trabalho", proposição inteiramente válida para a coexistência estrutural do capitalismo liberal e escravidão no Brasil do século XIX, e aplicável *mutatis mutandis* a prática de superexploração do trabalho em certas fases de acumulação do capital.

1% da população concentra 50% da renda nacional;  
9% alta classe média concentra 20% da renda;  
**30% restam para a "competição".**<sup>421</sup>

<sup>420</sup> Blogue classe média way of life: <http://classemediawayoflife.blogspot.com/>, acesso 27/10/09.

<sup>421</sup> BOSI, 2010, p. 249 [grifo nosso].

Aproximadamente 70% da renda nacional estão acomodadas aos destinos de sempre das classes possuidoras e suas frações de classe parceiras. Os dados do IPEA atualizados mostram que a realidade de uma competição concentrada na pobreza, enquanto serve de mote à retórica intransigente das classes média e alta, continua em patamares semelhantes neste século. A barbárie, como antes, é revestida das melhores explicações técnicas, da ineficiência, despreparo, incompetência dos desempregados, “favelados” e nordestinos, da imundice, sujeita e doenças que dali saem, incompatíveis com mundo *clean* do moderno empresariado. As “fábricas de marginais” são assim definidas porque sua existência obrigaria rever, refletir e questionar tudo que vem sendo feito no regime capitalista. Isso não é possível. A estrutura ideológica impõe uma correnteza aos que tentam.

Lembrando a argumentação de Leo Wolfgang Maar, “a semiformação obscurece, mas ao mesmo tempo convence”<sup>422</sup>. O sujeito semiformado não sente nenhuma defasagem na sua formação cultural. Os livros lidos na universidade e o jornal lido no dia a dia, a revista semanal mais vendida, assim como o cinema uma vez por semana e os telejornais diários, a música da estação de rádio ou do cd player (e, recentemente, dos iPods e outros *players*) parecem preencher as necessidades de bens culturais, quando na verdade boa parte desta produção toma o tempo da formação mais abrangente e desafiadora. O tempo é ocupado não pelo sujeito, mas pelas empresas que mediam essa oferta de bens de cultura e sua linguagem publicitária. Tudo vira propaganda. É o gosto, a opinião, o marketing cruzado das empresas que soa nos aparelhos domésticos. É este o sujeito arrogante que se manifesta nos debates da internet sobre os temas de interesse coletivo, negativamente. Identificado principalmente com as áreas técnicas ou aplicadas, as “verdadeiras”, que “produzem” e “pagam impostos”, mas espalhados dentro e fora da universidade pelas frações de classe que detêm o interesse na ideologia, o semiformado opina radicalmente sobre qualquer assunto: “vagabundos”, “esquerdistas”, “tem mais é que dar porrada nestes grevistas”. O acesso a universidade (em cursos “que importam”, por si, basta como comprovação da inteligência. Os livros necessários ao diploma já constituem um incômodo, um mal necessário. Qualquer forma de erudição é merecedora do desprezo relegado às inutilidades. “Não serve para nada”, “vai fazer o que com um doutorado em Português?”, “não tem mercado pra isso”.

---

<sup>422</sup> Prefácio ao livro ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Isto cabe perfeitamente no sentido perigoso destes termos gerenciais e competitivos. Não se trata apenas do desconhecimento do tempo, da história<sup>423</sup>, mas do domínio da linguagem que impede a reflexão, interdita a relação entre as frases feitas, os clichês e a realidade concreta do mundo desigual. As frases são colocadas conforme a intenção ideológica, seu significado não importa muito. Desta forma a imprensa brasileira pode chamar governantes eleitos e reeleitos de “autoritários” e, ao mesmo tempo, legitimar um golpe de Estado (como o ocorrido em 2009 em Honduras) tratado apologeticamente como “aprovado pela suprema corte do país” e “referendado pelo Congresso”.<sup>424</sup> O mundo das comparações, despido do contraditório, absorve apenas palavras e termos que permitam a construção da frase afirmativa na defesa das posições confortavelmente estabelecidas. Nessa lógica quem sofre é quem trabalha em ocupações socialmente valorizadas – mesmo que o trabalho seja, na verdade, do pai ou mãe e o estudante receba sua mesada para assegurar sua formação – enquanto os “parasitas” se aproveitam do esforço alheio para cultivar o que, imagina-se, uma boa vida à custa dos outros. Estes “parasitas”, convém lembrar, são trabalhadores braçais, pedreiros, empregadas domésticas, zeladores, jovens negros com acesso a universidade pela política de cotas, membros do Movimento dos Sem-Terra. Um comentário publicado no site do Centro de Mídia Independente (CMI) ilustra essa posição comum:

Pepe

---

E os vagabundos que vivem de ajudas sociais [...], são uma terceira espécie mais conhecida como parasitaria adeptas da teoria comunista ou mais precisamente da que se você se esforça mais, se você estuda mais, deve ajudar o que não quer estudar nem trabalhar pois ele não é culpado de ser vagabundo e de **viver do sangue e suor** dos que trabalham.<sup>425</sup>

Uma linha de raciocínio estranha que não resiste a uma simples indagação: os indignados pela exploração do seu suor e sangue trocariam de lugar com os “parasitas” que só se aproveitam, mesmo que por único dia? Dificilmente. É o mito do “pagador de impostos” assumido religiosamente pelos jovens (basta conferir qualquer expressão de indignação pública, o indefectível “porque eu pago meus impostos” aparece como argumento “vencedor”). Nesta

---

<sup>423</sup> Os líderes do São Paulo para paulistas pedem a exaltação das datas de Revolução Constitucionalista de 1932, esquecidas pelo calendário da cultura invasora.

<sup>424</sup> Alexandre Garcia, apresentador do Bom dia Brasil, da Rede Globo, no dia 24/09/09, após afirmar que a embaixada do Brasil em Honduras, parecia “sede de fazenda invadida pelo MST” – o presidente hondurenho, Manuel Zelaya, estava refugiado na embaixada juntamente com pessoa ligadas ao seu governo.

<sup>425</sup> <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/09/427677.shtml>, acesso 29/09/09. Recentemente um destes manifestos de e-mail que se popularizaram ressaltava a diferença de tratamento pelo Estado de quem “se esforça” e dos “vagabundos”: se você não estudar, mas for negro, entra pela política de cotas, se não trabalhar, recebe bolsa família, se for preso, ganha o bolsa marginal, mas experimente estudar e se esforçar para ver o que vai te acontecer (corrente de e-mail recebida em fevereiro de 2010).

mistificação os “explorados” estão nas classes média e alta, são os que pagam impostos e “sustentam o país” – este argumento dispensa dados contábeis relativos aos gastos efetivos com impostos o que desobriga a tratar de questões como sonegação e outros pontos, como a intensa cobrança praticada na compra de produtos da cesta básica que, portanto, pobres pagam (e muito), assume-se que, por ser de classe média ou alta, paga-se todos os impostos que “sustentam o país”, enquanto os demais – aqui se aplica as diversas “lentes” de exclusão das frações de classe – são aproveitadores do esforço alheio. Isto é dito tranquilamente nos debates de internet por jovens universitários que nunca trabalharam. A contradição não é percebida porque o “mérito” inclui o trabalho dos pais ou avós em profissões valorizadas. O demérito vai incluir qualquer futuro que aguarde os grupos perseguidos, vão ser sempre parasitas, se entrar na universidade, foi “pela cota”.

Do outro lado deste “binóculo” invertido, os “exploradores” ou “parasitas”. Maquiavelicamente, trabalham em empregos com baixíssima remuneração ou vivem nas ruas, pedindo dinheiro, óbvio apelo ao sentimentalismo dos mais fracos e sensíveis. Querem extorquir o poder público, usurpar os “nossos impostos”. Não se dedicam, não estudam, não se especializam, optaram pelo “não-trabalho” – pelo menos os trabalhos empresarialmente relevantes, dedicando-se às atividades conhecidas da marginalidade, pois não se satisfazem com a ajuda de boa fé, sempre dispostos a praticar qualquer tipo de ato criminoso que fira pessoas “de bem” e seus bens, comprados com “sangue e suor do trabalho”. A personalidade curricular só se compara aos clichês que lhes são vantajosos, ou que, supostamente, expõem ao mundo as injustiças óbvias sofridas pelas elites. Conforme Bosi (2010):

A racionalidade instrumental não pode nem se propõe pensar o sentido ou o sem-sentido das ações que executa, pois os seus movimentos obedecem a uma lógica quantitativa imanente, cujo valor é o de sua eficácia operacional. Tudo se resume em um cálculo de mais e de menos, de maior e menor, facilmente digitalizável. O qualitativo, por sua vez, remete a valores e antivalores, bem-mal, justo-injusto, moral-imoral, verdadeiro-falso, que são compreensíveis tão só no plano da racionalidade substantiva em vista dos fins da ação.<sup>426</sup>

Na reprodução em diferentes tons destas verdades auto-evidentes que moldam a ideologia, destacam-se populares jornalistas e, nem tão populares (mas sempre chamados a opinar) acadêmicos. A lista não é pequena, mas alguns nomes, pela frequência em que aparecem citados em grupo conservadores ou mesmo reacionários podem ser colocados: Arnaldo Jabor, Renato Machado, Joelmir Beting, Miriam Leitão, William Bonner, William Waack,

---

<sup>426</sup> BOSI, 2010, p. 254.

Diogo Mainardi, Reinaldo Azevedo, Carlos Alberto Sardenbeg<sup>427</sup>, Merval Pereira, Ferreira Gullar, Clóvis Rossi, Josias de Souza, Eliana Cantanhêde, João Pereira Coutinho, Lucia Hipólito, Demétrio Mangnoli, Ali Kamel, Marco Antônio Villa, Daniel Piza, Alexandre Machado, Boris Casoy, Ricardo Boechat, Mônica Waldvogel, Gustavo Loschpe, Roberto Romano. Em comum, os citados costumam dizer mais ou menos o mesmo sobre qualquer assunto, sempre na defesa da “liberdade” e do mercado. Registrando as diversas correntes, a diversidade de formação, mesmo o passado na luta pela cultura popular, como Ferreira Gullar, ou ausência de passado, como jovens saídos da pós-graduação que aparecem na grande mídia dizendo exatamente o que a grande mídia quer ouvir, os convertidos ou adeptos de primeira hora assumem e reverberam a ausência de alternativas sérias ao mercado (capitalismo, neoliberalismo). São. Na bem humorada expressão do cartunista Jaguar sobre Arnaldo Jabor, “rebeldes a favor”, sempre dentro da “ordem”.

Há um núcleo decoroso na ordem estabelecida sem o qual a vida se torna impossível. Não havendo um bom motivo para quebrar a norma, é muito mais livre quem a segue do que quem a desrespeita sem saber por quê. Disciplina e decoro podem ser sinônimos de liberdade. **A desordem escraviza.**<sup>428</sup>

Lembrando Marilena Chauí:

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.<sup>429</sup>

“O vanguardista está na ponta de qual corrida?” Pergunta Roberto Schwarz numa das epígrafes deste capítulo. Da mesma forma parece dizer Alfredo Bosi, ao analisar a retórica produtivista, do

---

<sup>427</sup> Este jornalista, entre tantos exemplo, após a vitória da seleção da Espanha na Copa do Mundo de futebol na África do Sul em 2010, escreveu a já célebre coluna na parte de economia do jornal O Globo, tratando o resultado como exemplo cabal da vitória da globalização e do livre mercado, afinal os clubes espanhóis são os “mais ricos” e compram jogadores do mundo inteiro há décadas. O que o jornalista ignorou, convenientemente, foi o péssimo estado financeiro dos clubes que disputam o campeonato espanhol, incluindo aí alguns dos “mais ricos”, com pesado endividamento. Além disso, este foi o primeiro título de um torneio esportivo que nunca havia sido ganho pela Espanha, apesar de décadas de “globalização”, para não mencionar que a coluna foi escrita em 2010, após reconhecido fracasso do “livre comércio” que provocou a grave crise econômica em 2008, 2009, com efeitos ainda em andamento nas economias. Aprofundar a compreensão dos exemplos realmente não importa ao jornalista, a mensagem deve ser dita, o exemplo, “Copa do Mundo”, reconhecido pelo leitor sem necessidade de maiores questionamentos. Aposta-se na semicultura como argumento definitivo.

<sup>428</sup> Reinaldo Azevedo, colunista da Veja: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/volto-na-segunda-noite/>, acesso 01/11/09 [grifos nossos].

<sup>429</sup> CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19.

progresso, desenvolvimento, crescimento, para quem exatamente? Progresso, aceito como medida de virtude econômica e cultural à esquerda e à direita, colocado sempre na esfera da utilidade mercadológica, necessidades e adaptação ao mercado, alimenta, mais do que o crescimento econômico, o recrudescimento ideológico que reforça justamente os mecanismos de estratificação de uma estrutura social pautada pela hierarquia de classes e frações, como a brasileira.

A ideologia está sempre a meio caminho entre a verossimilhança e a mentira. A verossimilhança torna plausível o que a fala enganadora tenta passar por verdadeiro. No pólo oposto, o esforço argumentativo da contraideologia consiste em desmascarar o discurso astucioso, conformista ou simplesmente acrítico dos forjadores ou repetidores da ideologia dominante.<sup>430</sup>

Erroneamente tratado como “romântico” por alguns críticos, Walter Benjamin repudia o discursos do progresso, porém, não com o desejo do retorno ao passado, característica do romantismo reacionário, mas como crítica aos elementos potencialmente fascistas contidos nesta promessa desenvolvimentista que obriga, como num imenso jogo de patriotismo, a integrar-se, adaptar-se ao receituário prescrito pelos “promotores” do crescimento, seja o empresário ou a liderança carismática. Neste progresso acrítico, cultura e tradição tornam-se “instrumento da classe dominante” (Benjamin *apud* Löwy, 2005, p.78-79). Em seu estudo sobre as *Teses sobre a história*, de Benjamin, diz Michael Löwy:

Somente uma concepção sem ilusões progressistas pode dar conta de um fenômeno como o fascismo, profundamente enraizado no “progresso” industrial e técnico moderno que, em última análise, não era possível senão no século XX. A compreensão de que o fascismo pode triunfar nos países mais “civilizados” e de que o “progresso” não o fará desaparecer automaticamente permitirá, pensa Benjamin, melhorar nossa posição na luta antifascista. Uma luta cujo objetivo final é o de produzir o “verdadeiro estado de exceção”, ou seja, a abolição da dominação, a sociedade sem classes.<sup>431</sup>

Diferentemente do seu texto sobre a reprodução das obras de arte, as teses sobre a história revelam um Benjamin profundamente assombrado pelo uso instrumental do conhecimento e seu potencial como arma em qualquer direção, particularmente no fascismo do final da década de 1930. Não por acaso a influência deste pessimismo é marcante na construção adorniana de uma crítica a ideologia, principalmente na adesão do indivíduo ao todo de forma acrítica, conformista:

Se, de um lado, o conceito de integração [Adorno desenvolve a partir de Spencer e Durkheim] é visto como “subordinação a uma visão de conjunto” e como configuração racional de unidades cada vez maiores, de outro, há também no conceito de integração, desde o início, a tendência pela qual a progressiva integração dos homens é acompanhada por uma adaptação cada vez mais perfeita e completa dos mesmos ao sistema, **formando os homens**

<sup>430</sup> BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 394.

<sup>431</sup> LÖWY, 2005 p. 85.

**conforme a lógica da adaptação e convertendo-os propriamente em cópias microcósmicas do todo.**<sup>432</sup>

Essa debilitação psíquica atinge, segundo Adorno, até mesmo intelectuais, que, embora tendo os pressupostos necessários para uma avaliação crítica dos produtos da indústria cultural, são possivelmente capturados por suas estratégias de manipulação e apresentam uma posição – na melhor das hipóteses – ambivalente: apesar do baixíssimo nível de suas produções, a indústria cultural faria menos mal do que bem, já que é democrática, divertindo e informando seus consumidores. Adorno contesta esse posicionamento, lembrando que a informação fornecida é pobre ou mesmo indiferente, inócua; os conselhos oferecidos são banais e os “modelos de comportamento desavergonhadamente conformistas”.

Mais uma vez ressalta-se a distinção entre a cultura no sentido tradicional do termo e a indústria cultural: enquanto aquela deveria ser a expressão da dor e da contradição, através da qual pudesse ser conservada a idéia de uma vida reta, essa se empenha na utilização de técnicas que reforcem a impressão de que **o que aparece é pura e simplesmente o que é**. A isso se liga o que Adorno chama de imperativo categórico da indústria cultural: **“Deves adaptar-se, sem qualquer explicação ao que é; submeter-se ao que pura e simplesmente é e àquilo que, enquanto reflexo de seu poder e onipresença, todos pensam sem mais”**.<sup>433</sup>

Em síntese, o pessimismo de Adorno pode ser circunscrito à constatação de que a indústria cultural renega (é, na verdade, “seu oposto”) a capacidade crítica e emancipadora contida na cultura tradicional (“é seu inimigo”, não sua evolução), tendo como finalidade, além do motivo mais óbvio do lucro da empresa capitalista, facilitar a adaptação ideológica, ou seja, às estruturas de dominação que moldam uma sociedade excludente, preconceituosa e intolerante – ideologicamente abastecida e reabastecida pelas teorias de superioridade evolucionistas, como, por exemplo, no fetichismo em torno da formação curricular que ocupa parte expressiva da formação dos jovens – uma formação curricular que se concretiza justamente na aceitação e seleção do candidato às regras do jogo de mercado. A adesão ao *status quo* determina o acerto nas escolhas e na conduta das gerações que chegam enquanto uma opção política diferente já sinaliza problemas, anacronismo, esquerdismo infantil, mesmo tendência ao totalitarismo (posto que isto é decorrência de marxismos).

A isso a cultura industrializada – em simbiose com os preceitos produtivos na lógica dos proprietários ou na linguagem empresarial – se mostra sempre solícita. Convém aqui, nesta tese, lembrar que a adaptação ao dado é a integração às divisões hierárquicas que marcam a sociedade brasileira, a divisão entre vencedores (bem adaptados) e derrotados, estes incapazes

<sup>432</sup> ADORNO, Theodor. *Introdução à sociologia*. São Paulo: UNESP, 2008, p.124.

<sup>433</sup> In *Resumo da indústria cultural*, citado por Rodrigo Duarte, 2003, p.119-120.

de entender e se preparar para as exigências do mundo competitivo e globalizado – o que vem a ser simplesmente uma parcela expressiva da população, sem imagem, sem voz, colocada nos degraus mais baixo da escala que molda esse pensamento curricular. De preferência em locais distantes da linha de visão, abaixo do subsolo.

São refugos, sem utilidade, mesmo na mão-de-obra semiescrava que caracteriza os programas de produtividade implementados em países pobres para que recebam as “gigantes” corporações transnacionais (estes, os trabalhadores semiescravizados dos programas de terceirização, quarteirização e realocação de emergência constituem o último degrau, abaixo, ainda tolerável, mesmo que apenas eventualmente quando a necessidade deste tipo de trabalho é mencionada). Obediência aos fortes e força contra os fracos, essa é uma das constatações da famosa escala F de *A personalidade autoritária* que já acompanhava os diagnósticos sobre adesão aos fascismos do Instituto desde *os Estudos sobre autoridade e família* conduzidos ainda na Alemanha por Horkheimer e Erich Fromm. É também uma das principais linhas adaptativas seguidas pela indústria cultural e suas subdivisões de auto-ajuda. Assim os poderosos e suas retóricas de executivo produtivista devem ser ouvidos com louvação. Suas lições apreendidas e seguidas como se o candidato dedicado assim pudesse entrar na ilha daquela revista de ricos e famosos, quando, no mundo real, agindo desta forma o candidato a rico e famoso justamente sustenta a estadia do guru poderoso na ilha dos milionários.

Seguindo o raciocínio, a cultura mercantilizada atingiu um patamar mais elevado sob o chamado neoliberalismo. A base educacional, parte da *bildung* – ou formação ampla, na tradição alemã, incluindo escola, família, cultura e trabalho – assumiu sua posição de promoção de semicultura na lógica da privatização do ensino e supremacia do ensino privado nos cursos superiores – os que “melhor preparam para o mercado”. Educação, como elemento da cultura industrializada completa a tarefa ideológica de cimentar as camadas sociais em estratos e classes desiguais. Nesta sociedade de consumismos e individualismo, contraditoriamente, não há espaço para introspecção, tudo tem que ser exposto, nas redes sociais, falso ou verdadeiro, o conteúdo publicizado remete a pessoa que depende da publicidade curricular para “subir na vida”. Os novos terrenos virtuais exigem comentários, linhas e linhas são colocadas sem que nada que tenha alguma relevância seja dita – o prestígio dos blogues é medido pela quantidade de comentários em cada “*post*” ou assunto postado, os leitores são compelidos a comentar, qualquer coisa sobre qualquer assunto, gerando uma massa amorfa de “*coments*” que nada acrescentam a não ser prestígio quantitativo ao site ou blogue. Sem a reflexão introspectiva,



necessária para ir a público debater idéias, os espaços que se propõem progressistas estacionam na mesma órbita dos sites “direitosos”.

Ocultar da análise social esta primazia de recrutamento ideológico promovido pela cultura industrializada é, na melhor das hipóteses, assegurar a permanência dos instrumentos de dominação da infraestrutura. Na pior, é limpar caminho para a barbárie explícita das políticas de higiene social contra a “bandidagem” e a “sujeira”, que encontram terreno fértil, mesmo em áreas até pouco tempo ditas progressistas. Tais política, convém ressaltar, sempre que surgem sondagens de institutos de pesquisa, são apoiadas por mais de 50% da população, incluindo aí moradores de regiões pobres, já acostumados a idéia de que pobreza é sinônimo de problema de caráter. Quadro que só pode ser alterado, assumindo-se o atual parâmetro ideológico, entrando na “bandidagem” ou enquadrando-se, adaptados, às formas espirituais e materiais criadas e mantidas justamente para que continuem existindo as zonas de pobres tão necessárias à existências das “ilhas” de riqueza celebradas pela indústria cultural.

Cinco jovens formados e adaptados nesta cultura curricular encontram um morador de rua na madrugada, não alguém, mas algo, identificável aos “parasitas” e outros rótulos que se referem aos inválidos na categoria socialmente aceita de “empregável”. Não fosse índio, o morto queimado passaria pela vida e sua história seria conhecida apenas por poucos, quando muito. Um dado de estatística que jamais apareceria nas planilhas da cultura fria do empreendedor engajado em agradar o capital. Horkheimer diz:

Quando se está no mais baixo degrau, exposto a uma eternidade de tormentos que vos afligem outros seres humanos, alimenta-se como um sonho de libertação o pensamento de que virá um ser, que se manterá em plena luz e vos fará chegar à verdade e à justiça. Vós não tendes a necessidade de que isso se produza durante vossa vida, nem durante a vida daqueles que vos torturam até a morte, mas um dia, qualquer que seja ele, tudo será reparado. (...) É doloroso ser desconhecido e morrer na obscuridade. Clarear essa obscuridade, essa é a honra da pesquisa histórica. (in *Dämmerung*, Crepúsculo, publicada em 1934 sob o pseudônimo de Heinrich Regius).<sup>434</sup>

A construção da formação pessoal dos jovens restrita, passo a passo, à composição de currículos para adaptação às necessidades do mercado (e oportunidades de altos salários) pode não provocar uma corrida em massa para queimar moradores de rua com álcool<sup>435</sup>. Contudo,

<sup>434</sup> Apud LÖWY, Michael, 2005, p.51.

<sup>435</sup> Uma consulta simples a uma ferramenta de busca na internet contendo as palavras “mendigo” e “fogo” vai revelar mais de 700 mil resultados (consulta em fevereiro de 2010) que mostram exemplos de agressões como a sofrida por Galdino, sem, porém, a repercussão ocasionada pelo “engano” cometido pelos jovens de Brasília de tomar por mendigo um índio. Somando outros tipo de agressões, como as “tapetadas”, tiros e surras de todo tipo, acrescentando-se na conta a subnotificação que o desinteresse pelos miseráveis provoca, o resultado final não vai divergir muito dos números dos grandes massacres citados.

criado para o “sucesso”, para preencher os pontos chaves do currículo – inclusive os pontos “ocultos”, forjados na proteção de interesses das classes altas – como aparência física, universidades que “melhor preparam para o mercado” e aquela “pós” obrigatória, cursos de idiomas no exterior, estágios em grandes corporações, leitura de manuais de auto-ajuda ou de filmes, livros e programas que repercutem a linguagem competitiva destes manuais – amparado na cultura rasa difundida em profusão pela indústria do entretenimento como se fosse cultura “verdadeira”, “popular” – o jovem não vai encontrar nada muito diferente do que a eugenia elementar que iluminava, no passado não tão distante, as raças “puras” e as “degeneradas”. Os termos são diferentes, mas a função segregacionista se assemelha.

Aqui se diferencia apatia – a primeira opção para o título desta tese – e conformismo. Ambos envolvem resignação, no entanto, apatia traduz uma resignação imobilizadora, sem ação. Conformismo prevê a aceitação do *status quo*, mas permite uma margem para a ação conservadora de quem acredita não ser possível mudar e vê, com desconforto, pessoas e grupos que têm na mudança sua linha de ação. O conformista, adepto do presente, pode, ao contrário do apático, radicalizar sua conservação. Da mesma forma, como mostra o trabalho de Florestan Fernandes, as classes dominantes não hesitaram historicamente em usar suas forças contra-revolucionárias diante da perspectiva de mudanças, o sujeito conformado não apenas aceita o que aí está, como pode, em condições determinadas, colocar em prática ações de garantia conservadora. A adaptação, no sentido de integração, tão exaltada pela formação cultural, implica necessariamente neste conformismo “proativo”, como recomendam enfaticamente os consultores de elaboração de currículos.

O foco no conformismo permite dar conta dos movimentos “bruscos” disfarçados de avanço para, com o tempo, notar que o pseudoavanço ocultava um movimento gradual e constante de recuo conservador. Não apenas os movimentos verdadeiramente revolucionários pedem jovens dispostos ao extremo – no sentido de Mannheim (de que o jovem é uma potência aberta) – mas a conservação e seus movimentos também exigem, periodicamente, determinados sacrifícios na radicalização de “atitudes” para que, ao final, lapeduzamente, nada mude.

Na cultura do reality show e no processo formativo moldado para “caber” no currículo, prospera o diagnóstico frankfurtiano do respeito subserviente aos fortes e, em contrapartida, a força intransigente como mediadora da relação com os “fracos”. É este, ao final, o sentido da crítica da cultura sob controle das diversas variações de classes dominantes que nos interessa, pois este mote primitivo – força bruta – não encontrou confronto algum na indústria cultural e não

é necessário recorrer aos infinitos e óbvios exemplos de parceria explícita entre a indústria do entretenimento e valorização da violência contra os oprimidos. A ideologia é sutil e mais presente quando se supõe sua ausência.

Não é acidental o pedido de Adorno para que Auschwitz não se repita, pois a burocratização crescente ou, grosso modo, a “sociedade administrada”, parte intrínseca de cultura sob o neoliberalismo, não se opôs no passado e parece não se opor a novos projetos genocidas. Descartar *a priori* como ultrapassados os trabalhos dos teóricos de Frankfurt implica na ocultação, acidental ou proposital, deste princípio de barbárie contido na transmissão da cultura<sup>436</sup>, seja ela alta, elevada, superior ou baixa, massificada, popular ou industrial – mas é nesta última, a indústria cultural, dominante sem dúvida, que se concentra a crítica feita aqui. Fundamentalmente por prosperar justamente carregando as sementes da sociedade administrada, dando ao personagem curricular semiformado e semiverdadeiro a legitimidade do mérito e o controle hierárquico sobre uma política falseada, sem coletivo e cheia de neodarwinismos motivacionais. Também citando Walter Benjamin, Michael Löwy lembra que “não haverá redenção para a geração presente se ela fizer pouco caso da reivindicação das vítimas da história”.<sup>437</sup> É exatamente deste pouco caso – que facilmente se converte em arrogante desprezo – que tratamos na tese apresentada.

---

<sup>436</sup> “Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialismo histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo”, Walter Benjamin, Tese VII de seu “*Sobre o conceito de história*”, *apud* Löwy, 2005.

<sup>437</sup> LÖWY, Michael. *Aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 52.

# CONSIDERAÇÕES

---

## PESSOAS FORA DE LUGAR

**Eu não conseguia me aproximar das elites, achava-as muito artificiais. Mas, depois de algum tempo, comecei a achar isto aqui até interessante. E acabei me adaptando.**

**Gilberto Freyre**

**Mas se me perguntar qual poderia ser, no meu modo de sentir, um rumo a seguir pela mocidade intelectual no terreno das idéias, eu lhe responderei, sem hesitar, que a nossa tarefa máxima deveria ser o combate a todas as formas de pensamento reacionário.**

**Antônio Candido**

Um índio ocupando o lugar de um mendigo dormindo em um ponto de ônibus. Um grupo de jovens típicos das classes média e alta procurando diversão, dando voltas e mais voltas de carro pela madrugada. A princípio, aceita a premissa da competição como definidor do mérito, todos estão no lugar. Ricos aqui, classe média logo ali, pobres para lá, miseráveis mais longe ainda. O lugar ocupado é um espaço delimitado socialmente que se amplia ou encolhe conforme o interesse das classes com poder e persuasão. O espaço, por exemplo, é encurtado quando a “gente bonita” sai para se encontrar nas baladas e locais reconhecidos do *café society*, nos espaços exclusivos para os VIPs ou ambientes higienizados dos shoppings de luxo. Os pontos de contato com mundo dos feios e sujos “lá de fora” são reduzidos e vigiados.

O mesmo espaço, contudo, volta a se ampliar na procura dos servidores, na necessidade do segurança, garçom, empregada doméstica, babá, motorista, pedreiro, porteiro, lixeiro, frentista, enfim, os escolhidos para as urgências do modo de vida. Os pobres, quando estão vestindo o uniforme de serviço, dentro dos luxuosos pontos de encontro ou condomínios residenciais dos freqüentadores assíduos do *café society*, estão “no lugar”. A mesma pessoa, ao

tentar entrar sem uniforme, nos mesmos espaços, está “fora do lugar”. Com alertas explícitos quanto a isso.

Se as idéias, conforme os críticos de Roberto Schwarz, não estão inteiramente “fora de lugar”, deslocadas das concepções originais, mas sim conscientemente adaptadas às diferentes realidades, a serviço da hegemonia elitista que as adaptou para legitimar o estado permanente de exclusão, o que pode ser dito das pessoas? Qual o lugar do índio-mendigo? E o lugar dos jovens, quase adolescentes procurando aventura? Novamente, aceita a premissa da pirâmide capitalista, do topo “ao melhores”, todos parecem no lugar. Adaptar-se a isso constitui a missão da ideologia. Aceitar os lugares previamente marcados pela posição e classe de nascença. Mesmo aceitar que tais lugares existam. Lugares, contudo, ideologicamente, embaralhados pela retórica do mérito empreendedor, que dá suposta igualdade de condições aos esforçados e competentes, permitindo a lendária ascensão social de que os sempre lembrados exemplos de *self made man* atestam como garantia nas capas de revistas.

Cada capítulo desta tese foi construído de maneira que apresentasse, ao final, aspectos conclusivos sobre a reflexão e material tratado. Desta forma, evitando repetições de análises e diagnósticos, estas considerações recuperam, em outro tom, alguns dos pontos abordados anteriormente. Nesse sentido apontamos novamente para as reflexões estimuladas pelo texto de Roberto Schwarz e o debate gerado em torno das idéias fora do lugar com, entre outros, Alfredo Bosí. Na abordagem da questão da ideologia, as inversões são regra, não exceção. Não poderia ser diferente com quem pretende apontar este ou aquele viés ideológico. Assim, por exemplo, a massificação da cultura pode servir não à massa, mas a uma elite, interessada em manter seus privilégios.

A supremacia das formas de produção capitalistas e sua aceitação hegemônica pela cultura resultaram, fundamentalmente, na obrigatoriedade da adaptação às imagens refletidas nos holofotes da indústria cultural. Tais imagens retratam os exemplos de profissionais bem sucedidos, empresários, médicos, engenheiros, advogados. Categorias “socialmente úteis” – como evidenciam os comentários de alunos universitários na internet, em oposição aos cursos “parasitas” das áreas de humanas – e exemplos usados e abusados, sempre martelando todas as possibilidades de realização financeira do jogo quando bem jogado. Não são miragens, mas imagens construídas por décadas e décadas de discurso pró-capital. Plenamente visualizáveis no padrão de vida do vizinho ou conhecido bem sucedido ou nos personagens daquela novela de sempre. Apontar contradições e interesses em coisas tão familiares, em desejos de ascensão típicos e compreensíveis, como a construção de um *curriculum vitae* competitivo, a luta por um

bom emprego, um salário justo, uma vida com conforto, é, de muitas formas, arriscar uma interdição ou descarte a priori, sob rótulos incômodos.

Mostrar outro lado do produtivismo não significa uma opção pelo romantismo reacionário, na volta a idílica vida do campo. Administração, planejamento, controle, inovação, invenções e evoluções tecnológicas, crescimento de produção, nada disso poderia ficar ausente de qualquer alternativa ao capitalismo, como a socialista. As necessidades de alimento, saúde, diversão e tantas outras não desapareceriam. As diferenças entre socialismo e capitalismo nas formas de apropriação do produto do trabalho, porém, são ideologicamente recuadas ao espaço do *non sense*, tratadas como totalitárias. Uma abordagem que poderia ser resumida na pergunta feita no último capítulo da tese: **progresso para quem?**

Continuando a propriedade dos meios de produção concentrada em poucas mãos e a cultura pautada pela lógica da indústria, a “marcha do progresso” seguirá exatamente no ritmo dos últimos séculos: luxo e fartura para os VIPs. Miséria, sofrimento e opressão para grande parte da população. Desnortando qualquer percepção do absurdo, a ideologia da competição cumpre, entre outras funções, a tarefa de resgatar e manter acesa a chama dos velhos dogmas do social darwinismo: o vencedor é o melhor adaptado, os perdedores servem de âncora, impedindo o desempenho otimizado. Pano de fundo perfeito para os diversos “pós” que acentuaram, nas últimas décadas no campo da formação cultural, o anacronismo das análises históricas: o pós-classes, pós-empregos, pós-indústrias, pós-História.

Emprego cede lugar à “empregabilidade”, termo da moda. A empresa transfere toda sua responsabilidade ao trabalhador, único culpado pelas brechas curriculares que impedem sua aceitação ou avanço no mundo corporativo. O antagonismo estrutural de patrões e assalariados, convém sempre lembrar, continua hoje como ontem, mesmo em suas diversas reciclagens “revolucionárias”, na ótica das flexibilizações e mudanças de foco dos operários contemporâneos. Como notou o músico de MPB, Zeca Baleiro, citado no segundo capítulo, manifestando-se sobre o debate midiático em torno do roubo do relógio (jóia fetiche, na verdade) Rolex de um popular apresentador de televisão que, roubado, foi a público reclamar indignado pelo descaso do Estado, “desde as priscas eras”, diz Baleiro, “o problema do mundo é mesmo um só – uma luta de classes cruel e sem fim”. As qualidades curriculares do apresentador de televisão, úteis sem dúvida na identificação entre os sócios do *café society*, de pouca serventia mostraram-se no enfrentamento com o “marginal” à espreita, aproveitando-se do descaso do poder público com quem “paga impostos”. A “sociedade aberta”, na expressão famosa de

Popper para diferenciar o mundo livre do socialismo, trabalha, na verdade, continuamente para fechar as portas de acesso.

A indignação pública de uma vítima do ataque das classes perigosas apenas revelava que uma das trancas deste aparato de segregação não funcionou devidamente. Se tivesse funcionado, nada precisaria ser dito. Não à toa o apresentador de televisão pediu em seu artigo a ajuda do Capitão Nascimento, personagem já célebre do ator Wagner Moura no popular filme de José Padilha *Tropa de Elite*, de 2007<sup>438</sup>. O capitão do Batalhão de Operações Especiais – BOPE, vivido por Moura, encarnou o sonho darwinista da invasão das terras bárbaras (as favelas cariocas) por seguranças armados – soldados do BOPE. Pobres contra pobres, policiais que, sem nenhuma timidez, disparam armamento pesado contra “vagabundos”, no caso, moradores das zonas pobres que podem – ou não – ter ligação com traficantes e crime organizado.

Higienização perfeita, sem necessidade de sujar as mãos e dentro da legalidade, ou o que se entende por legalidade no Brasil, neste caso, por exemplo, execuções e torturas parecem não criar embaraços maiores. Nos debates públicos na ocasião do lançamento do primeiro filme e, agora em outubro de 2010, no lançamento da esperada continuação, o diretor José Padilha mostrou indignação com a popularidade do Capitão Nascimento e os relatos de aplausos frenéticos às cenas de tortura de favelados nas seções dos cinemas de shoppings – aliás, os únicos locais onde existem cinemas no Brasil, definindo seu público pela seleção antes da compra do bilhete. Dizia Padilha que seu objetivo era provocar o espectador com a dureza do personagem, causando desconforto, jamais a empatia total das classes altas que se verificava. Estranho, pois Padilha é bom cineasta no domínio da narrativa, o que pode ser conferido também no documentário de 2002, *Ônibus 174*.<sup>439</sup> Alfred Hitchcock já ensinava a diferença na opção, pelo diretor e roteirista, por determinado ponto de vista adotado na narrativa de um filme. Filmado o furto de uma residência na visão do ladrão, sua história contada, seus motivos, a câmera mostrando sua ação e, em outro corte, a polícia se aproximando, o público tende a torcer pela fuga e não pela captura. Se a opção for narrar o mesmo fato pela visão do policial, a tendência da audiência é inversa, torcendo pela captura do assaltante. Padilha escolheu seu protagonista, o ator principal do elenco fez o papel do capitão do BOPE, sua voz narra em *off* o filme todo. Sabe-se onde estão localizadas as salas de cinema, bem como a opinião “classe-

<sup>438</sup> Filme baseado no livro *Elite da tropa*, de Luiz Eduardo Soares, Andre Batista e Rodrigo Pimentel (este ex-capitão do Bope).

<sup>439</sup> Padilha conta o trágico desfecho do seqüestro do ônibus 174 em 2000, no Rio de Janeiro pela história do seqüestrador, Sandro Barbosa do Nascimento, sobrevivente da Chacina da Candelária – a execução, em julho de 1993 no Rio, de seis crianças e dois moradores de rua por soldados da Polícia Militar.

média” sobre os “favelados”. Não existe nenhuma chance de Padilha ter sido surpreendido pela louvação do Capitão Nascimento. Padilha, como é a regra na indústria cultural, acaba fazendo uma “crítica ao sistema” sem crítica alguma. Numa postura tipicamente ideológica, a classe escolhe seu porta-voz, tornado a consciência geral na forma da voz racional diante do mundo caótico da marginalidade, mesmo nos mais duros momentos de fúria – sempre justificada pela capacidade sobre-humana de distinguir exatamente a maldade e a bondade nas pessoas – quem é bom ou mau, na tarefa revisitada de Lombroso e sua “antropologia criminal”: identificar quem presta ou não num simples olhar.

O personagem virou ídolo instantâneo das elites “ameaçadas” pelas classes perigosas. Simbiose perfeita entre cultura, indústria e ideologia eugenista. Como não poderia ser diferente na cultura rasa e oportunista, o personagem Capitão Nascimento tornou-se tema constante das palestras de auto-ajuda empresarial, sob a desculpa da liderança, da personalidade no trato com a equipe de comandados, o capitão do BOPE aparece como exemplo de empreendedor carismático, duro e ousado. Qualidades empresariais embaladas em manuais vendáveis, postas em folhetos e pôsteres promocionais com a imagem estampada de Moura, explorada pela indústria da consultoria que aproveita o filão dos profissionais bem remunerados que não querem perder tempo com qualquer tipo de reflexão genuína, apenas pagam para receber mais do mesmo com roupagens recicladas e atraentes (sem academicismos pelo amor de deus).

O individualismo ousado e aventureiro, valorizador de talentos e supostamente criativo da retórica empreendedora, abre as cortinas e mostra, sob os holofotes, uma combinação de preguiça cultural com conformismo político na forma cada vez mais popular da auto-ajuda. O que é vendido pelo marketing como emancipação do indivíduo feliz, é na realidade a forma bruta de sua opressão. O sujeito “vencedor” não passa de mero reproduzidor de fórmulas preparadas para conservar o que aí está, transferindo renda aos verdadeiros vencedores deste tipo de cultura – os autores dos best-sellers e palestrantes bem remunerados que despejam uma infinidade de clichês sob aparência de teorias elaboradas.

Aos que não se mostram competentes o suficiente no quesito “empregabilidade”, prescreve-se a parte visível pela propaganda dos slogans típicos, como “seja seu próprio patrão”. A outra parte da promessa empreendedora, devidamente ocultada na propaganda, é o fracasso quase absoluto das tentativas. Pouquíssimas das novas pequenas e médias empresas sobrevivem aos primeiros anos. A razão do infortúnio, porém, fica sempre na conta da incompetência do candidato a patrão. A autonomia prometida acaba, com o fracasso das



tentativas, aprofundando as formas de dependência do trabalho precarizado, sempre louvadas pelos gurus da auto-ajuda empresarial como modelos de “eficiência gerencial”.

Na procura pelo sucesso, o seguidor de fórmulas “empreendedoras” nada mais faz do que obedecer. Reproduzir regras e idéias sem nada acrescentar. Por este caminho segue a semicultura, cada vez mais reconhecida como cultura e definitivamente atrelada às necessidades da indústria, suprimindo os diversos programas gerenciais com a pedagogia própria para a aceitação das novas exigências empresariais pelos trabalhadores. O que seria o contraponto “crítico”, como o meio acadêmico, por exemplo, tem optado, até aqui, por fechar os olhos. Talvez com os professores e alunos preocupados com a rotina intensa de exigências curriculares. Talvez com professores e alunos já formados e adaptados na mesma estética do conformismo e manualização de idéias característicos da semicultura.

A concentração da propriedade dos meios de produção em poucas mãos é garantia de preservação de uma estrutura social desigual. A concentração da produção e distribuição do conteúdo cultural atrelado às grandes corporações de mídia vem assegurando, até aqui, a aceitação desta estrutura social desigual. Mais do que tratar do que é exatamente cultura elevada, alta, média, popular, de massa, rasa, tratamos aqui desta cultura que é indústria, que responde às necessidades de planejamento, controle e distribuição das corporações. Não se trata de uma defesa do elitismo, da cultura inacessível às camadas mais pobres, um produto “artesanal” refinadíssimo sem possibilidade de transmissão em larga escala – uma cultura sisuda, sem lazer ou prazer – mas de constatar e apontar os efeitos da supremacia massacrante das formas mercantilizadas de produção e reprodução de cultura de massa. Televisão, jornais, rádios e cinema construíram impérios comerciais interligados e interdependentes – uma ditadura da audiência em todos os níveis que emburrece e infantiliza, não pela massificação, pela popularização em si, mas pela adoção de critérios de repetição de fórmulas, de não arriscar para assegurar o retorno. Uma cultura que inibe o novo e proíbe a criatividade – esse sim o grande crime da cultura controlada pela indústria. A “sociedade sem oposição” de Marcuse é constantemente reafirmada.

O prazer, objetivo importante da atividade cultural, torna-se entorpecimento, diversão fácil. Por mais que exista uma ação reflexiva, uma capacidade individual de interpretar e absorver o conteúdo – o predomínio da forma mercantilizada de entretenimento e informação mantém ou captura a fidelidade da maioria da audiência, restringindo o acesso de formas verdadeiramente reflexivas e críticas a determinados segmentos restritos. Rádios e televisões comunitárias, internet e outras formas de distribuição de informação e cultura que ganham força

nesse começo de século podem – e têm capacidade – de reescrever esse script. Mas, exemplificando na internet, a “fome” da grande indústria atinge diretamente os meios que se colocam como diferenciados.

As grandes corporações, como demonstra Rodrigo Duarte, já são proprietárias das novidades surgidas nesse espaço e, não por acaso, a intensa utilização da internet para vinculação de conteúdo típico da semicultura televisiva e o esforço legalista de criminalizar a troca de conteúdo na rede – via exigências intimidadoras de *copyright* – acaba colocando sombra no potencial de democratização da informação na *web*. Nos últimos anos o surgimento de blogues literários e críticos alteraram, de alguma forma, a percepção negativa da internet como veículo de sites neonazistas e conteúdo reacionário. Como dito, este conteúdo “crítico” ainda é assimétrico em comparação aos grandes portais midiáticos e suas manchetes sobre o emocionante cotidiano de subcelebridades. Porém, tais blogues tornaram-se a maior fonte de informação diária e coleta de dados para o autor desta tese nos últimos meses. Não para a tese, apenas, mas substituindo os canais tradicionais de informação, como a Folha de São Paulo e telejornais.

O peso da negatividade descrito neste trabalho recai, sem dúvida, sobre quase todos os segmentos – mesmo os que na aparência são imediatamente favorecidos. Recai com muito mais força sobre a camada pobre da população, particularmente, sobre a juventude, cada vez mais cobrada, em todos os meios relacionais, de acordo com os critérios competitivos exigidos pelo produtivismo. O aperto do parafuso é rápido e forte. Sem tempo para qualquer possibilidade de reflexão, de agir politicamente no sentido de procurar a melhoria das condições de vida para uma parcela maior da população e não projetos de satisfação individual ou de pequenos grupos.

Por outro lado, os jovens das classes altas, contando com os mecanismos de proteção de classe para atenuar ou mesmo escapar da pressão entre a porca e o parafuso, que dispõem do tempo da forma com que os jovens pobres jamais vão dispor, parecem interessados apenas em reforçar, mesmo que por omissão, a pressão sobre classes pobres. A juventude, ou o potencial “rebelde” das novas gerações, de questionar a ordem estabelecida e renovar a sociedade com novas idéias, dilui-se na pressa de conseguir adaptar-se às necessidades urgentes do mercado. O vigor juvenil é domesticado e a potência rebelde vira um motor conservador, impulsionando ainda mais no caminho da aceitação passiva das regras estabelecidas. Em entrevista publicada pouco antes da qualificação do projeto de tese, em 2007, o escritor Russel Banks diz que: “em um dado momento, na metade dos anos 90, quando ainda lecionava, me dei conta de que os estudantes haviam se tornado mais conservadores que seus

professores. Eu tinha cabelos grisalhos e, no entanto, era a pessoa mais radical na sala de aula” (Folha de São Paulo, MAIS, 25/02/2007). A escolha do Processo 17901/97 é uma tentativa dar visibilidade aos atores deste conservadorismo anti-humanista descrito nos capítulos da tese.

Municiados por uma cultura de reality-show, com seus semipersonagens simulando diante das câmeras sinceridade enquanto conspiram em disputas medíocres pelo prêmio principal, os hipercompetitivos, ou os neohigienistas, mais do que os neonazistas, se rendem a qualquer explicação supostamente racional que justifica a supremacia de uma elite da qual fazem parte ou querem fazer. O racismo da pureza sanguínea, mesmo persistente, é repaginado no espaço público pela truculência aprovada contra os marginais e vagabundos de políticas de combate ao crime. A figura do criminoso, sabe-se, é o negro, o mestiço, o nordestino, enfim, a imagem identificada com a pobreza. Os números de mortes obtidos pelas políticas de segurança pública higienistas – estilo “tolerância zero” – das grandes cidades brasileiras nada devem, estatisticamente, aos crimes do passado cometidos pelos ídolos nazistas dos grupos *skinheads*.

O lema de Adorno, a necessidade da não repetição de Auschwitz, requer um reparo, mesmo considerando a intenção do autor em invocar, simbolicamente, o maior campo de extermínio nazista para alertar contra a barbárie. Ao contrário do que diz Adorno, não é impossível fazer poesia depois de Auschwitz. Poesia foi feita antes, durante e logo após Auschwitz, e continuará sendo feita. Barbárie e cultura, conforme Benjamin, coexistem. Assim, não é acidental que no centro da cultura e civilização contemporânea um “exército” de voluntários norte-americanos (muitos de origem latina) vasculhe a fronteira entre os Estados Unidos e México para impedir, com armas de fogo, a entrada dos “ilegais” (imigrantes pobres procurando oportunidade de trabalho na “América”). Da mesma forma, a xenofobia dos cidadãos dos países “avançados” da Europa parece reafirmar a tese de Hobsbawm do presente contínuo, sem aprendizagem histórica, numa indicação quase segura da repetição das grandes tragédias. Nesse sentido, o tratamento desumano recebido pela população do Estado da Palestina, cercada, dominada, controlada e humilhada diariamente nas suas casas e postos de controle pelos israelenses, num inevitável clichê argumentativo, sem nenhuma ajuda efetiva da comunidade internacional, desmonta qualquer teoria que relegue Auschwitz ao passado e ao nazismo.

Enquanto a tese recebe as últimas linhas, escritas na cidade de São Paulo, entre os bairros do Brooklin e Butantã, o céu mostra uma cortina imensa de fumaça, é mais um “incêndio de favela” que atinge, rotineiramente, as zonas pobres da capital paulista. Ligando na televisão, a cobertura do canal de notícias Globo News explica que o fogo destrói a favela Real Parque, no

---

bairro do Morumbi. Cerca de trezentas famílias estão perdendo tudo. A apresentadora pergunta ao entrevistado, uma autoridade do município, o que realmente importa: “afinal quais as providências que a CET [Companhia de Engenharia de Tráfego da cidade] está tomando para que o incêndio não prejudique o trânsito na marginal [Pinheiros]”? Logo em seguida às imagens, sem pudor algum, as apresentadoras passam a tratar do grande momento vivido pela indústria imobiliária de São Paulo. No restante do telejornal são tratadas as questões de como e onde comprar imóveis, consultores dão as dicas sobre como pagar, a melhor forma de financiamento. Novamente, aceita as regras, jogado o jogo, as pessoas da favela não estão no lugar, como Galdino não estava no lugar. Podem ser retirados sem cerimônia, a fogo. O “lugar” pertence aos jovens endinheirados, às grandes construtoras e seus clientes. Aos adaptados cabe competir por um belo currículo para conseguir ocupar seu merecido posto nesta estrutura. Sem perder tempo refletindo sobre o que significa exatamente essa estrutura social.

# REFERÊNCIAS

---

## 1 LIVROS E ARTIGOS

ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. Tradução de Tatiana Salem e Marcelo Jacques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.

ADORNO, Theodor W. *O fetichismo na música e a regressão na audição*. Tradução de Luiz João Baraúna. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *A indústria cultural*. Tradução de Amélia Cohn. In COHN, Gabriel (org). Sociologia. São Paulo: Ática, 1986, p. 92.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo tardio ou sociedade industrial*. In COHN, Gabriel. Sociologia. São Paulo: Ática, 1986, p. 62-63

\_\_\_\_\_. *Prismas*. São Paulo: Ática, 2001

\_\_\_\_\_. *Filosofia da nova música*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *Introdução à sociologia*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. *Minima Moralia: Reflexiones desde la vida dañada*. Madri: Akal, 2006.

\_\_\_\_\_. *A filosofia muda o mundo ao permanecer como teoria*. Tradução de Gabriel Cohn. Entrevista de Adorno ao *Der Spiegel*. Jornal Folha de São Paulo, Mais, edição de 31/08/03.

\_\_\_\_\_. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor *et al.* *A personalidade autoritária*. Buenos Aires: Editora Proyección, 1965.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- \_\_\_\_\_. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Afinidades seletivas*. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O que é Política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000A.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Crises da república*. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.
- ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O marxismo de Marx*. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2005
- BARRET-DUCROCQ, Françoise., et al. *A Intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância / Academia Universal das Culturas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BAKAN, Joel. *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo conceito, 2008.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.

- \_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.
- \_\_\_\_\_. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Vidas Desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Vida para consumo*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. Tradução de José Lino Grünnewald. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O Conceito de História*. In: Walter Benjamin. Obras Escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Passagens*. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BIGNOTTO, Newton; MORAES, Eduardo Jardim de. *Hannah Arendt: diálogo, reflexões e memória*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distância política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UNB, 2000.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia e contra ideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Céu e Inferno*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- \_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- BOURDIEU, Pierre. *A "juventude" é apenas uma palavra*. In *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.112-121.
- \_\_\_\_\_. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. (org). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*. Campinas: UNICAMP, 2004.
- BRONNER, Stephen Eric. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Tradução de Tomás R. Bueno. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- BURKE, Edmund. *Reflexões Sobre a Revolução em França*. Tradução de Renato de Assumpção Faria. Brasília: Editora UNB, 1997.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CANEVACCI, Massimo. *Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CAPOTE, Truman. *A sangue frio*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- CARONE, Iray. *Teoria crítica e pesquisa empírica na psicologia*. *Belo Horizonte: Psicologia & Sociedade*, v.13, n°2, p. 9-17, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A revolução de tecnologia de informação*, capítulo 1. In *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006b.
- \_\_\_\_\_. *Contra a Violência*. Disponível em < [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br) >, 2007.
- CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1998.
- COSTA, Márcia Regina da. *Os "carecas do subúrbio": caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CROCHÍK, José Leon. *Teoria crítica da sociedade e estudos sobre o preconceito*. São Paulo: Revista Psicologia Política, v.1, n°1, p. 67-99, 2001.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.



- DE MASI, Domenico. *A emoção e a regra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993
- DUARTE, André (org). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- DURÃO, Fábio Akcelrud; ZUIN, Antônio; VAZ, Alexandre Fernandez (orgs.). *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A idéia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976
- \_\_\_\_\_. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- EISENSTADT, S. N. *De geração em geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina*. In: Circuito fechado. São Paulo: Hucitec, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Existe uma teoria do autoritarismo?* In: Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 3-18.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e imperialismo*. In: Em Busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995, p. 139-144.

\_\_\_\_\_. *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FONTENELLE, Isleide Arruda. *O Nome da Marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2005.

FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1972.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 90. (Tradução Álvaro Lorencini).

FUKUYAMA, Francis. *El fin de la historia?* The National Interest, 1988.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

GIANNETTI, Eduardo. *Vícios privados, benefícios públicos?* São Paulo: Cia das Letras, 2007

GIDDENS, Anthony *et al.* *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.

GOLDENSOHN, Leon. *As entrevistas de Nuremberg*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GRASSINI, Paula. *Hay que endurecer siempre: o caso de Liana Friedenbach e a campanha do jornal O Globo pelo endurecimento penal*. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação: <http://bocc.ubi.pt/pag/grassini-paula-liana-friedenbach.pdf>

GROPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre Sociologia e História da juventude moderna*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

- GULLAR, Ferreira. *A ganância do bem*. Folha de São Paulo, Ilustrada, edição de 11/01/09.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. Tradução de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. In Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HARVEY, David. *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006.
- HAUG, Wolfgang Fritz. *Contra o neoliberalismo. Mas de que jeito?* In Revista Crítica Marxista, Unicamp: numero 7, 1998.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre – RS: Editora Globo, 1977.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Max Weber*. Campinas: UNICAMP, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. *História do marxismo*. Volume I: o marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975
- HORKHEIMER, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica*. Tradução de Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Eclipse da Razão*. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Teoria crítica I*. Tradução de Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- HULLOT-KENTOR, Robert. *Em que sentido exatamente a indústria cultural não mais existe*. In A indústria cultural hoje. São Paulo: Boitempo, 2008
- HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações*. Tradução de M.H.C. Côrtez. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- IANNI, Octavio. *Raça e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. Neoliberalismo e neofascismo. Revista Crítica Marxista, Unicamp: numero 7, 1998

- \_\_\_\_\_. *Florestan Fernandes e a Formação da Sociologia Brasileira*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IANNI, Octavio (org). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- JAMES, Henry. *A volta do parafuso*. In *Contos de horror do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, pp. 131-236.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O pós modernismo e o mercado*, in ZIZEK, Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Reificação e Utopia na Cultura de Massa*. Revista Crítica Marxista, nº 1, 1994.
- JÚNIOR, Caio Prado. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.
- JAY, Martin. *A Imaginação dialética*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008
- \_\_\_\_\_. *Adorno in America*. *New German Critique*, nº31, 1984.
- KLEIN, Naomi. *Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha de idéias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- LADIPO, David. *O Retrocesso da Liberdade: contabilizando o custo da tradição prisional americana*. Cadernos de Pesquisa, PPGSP UFSC, disponível em <[www.sociologia.ufsc.br](http://www.sociologia.ufsc.br)>, 2000.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi Di. *O Leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2007.
- LEVI, G. (org). *História dos Jovens 2: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância*. São Paulo: Abril, 1978.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes*. In Revista Margem Esquerda nº8. São Paulo: Boitempo, 2009, p.59-75.
- LOUREIRO, Isabel Maria. *A revolução alemã*. São Paulo: UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Herbert Marcuse e a relação entre teoria e prática*. In LOUREIRO, Isabel Maria; MUSSE, Ricardo (orgs.). *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Funções das gerações novas*. In: FORACCHI, M. M. & PEREIRA, L. *Educação e sociedade — Leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978, p. 1-97.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967
- \_\_\_\_\_. *Algumas implicações sociais da moderna tecnologia*. In: *Praga – Revista de Estudos marxistas*, nº 1, set/dez 1996.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e Sociedade*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o caráter afirmativo da cultura* in *Cultura e Sociedade vol1*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 89-136.
- \_\_\_\_\_. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Tradução de Maria Cristina Vidal. São Paulo: UNESP, 1999.
- MARGULIS, Mario & Urresti, Marcelo. *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires, Edit. Biblos, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Os métodos: dos meios às mediações*. In: *Dos meios às mediações: Comunicação e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 261-333.

MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998

MARTINS, Luciano. *A "geração AI-5" e maio de 68*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 47.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2003.

\_\_\_\_\_. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MAZOWER, Mark. *Continente Sombrio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004

\_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Filosofia, ideologia e ciências sociais*. Tradução de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *A crise estrutural do Capital*. Tradução de Francisco Raul Cornejo *et al.* São Paulo: Boitempo, 2009.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo e neofascismo. És lo mismo pero no és igual?* Revista Crítica Marxista, Unicamp: numero 7, 1998

MORUS, Tomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1980.

- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Coleção intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A dialética negativa de Theodor Adorno: a ontologia do estado falso*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- NOVAES, Adauto. (org). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da Razão Dualista e O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.
- PAIS, José Machado; BLASS, Leila Maria da Silva. *Tribos Urbanas*. São Paulo: Annablume, 2004.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord). 1999. *Continuidade Autoritária e Construção da Democracia*. Relatório final. Núcleo de Estudos da Violência - NEV, São Paulo, fevereiro de 1999.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2005. *Relatório do desenvolvimento humano 2004*. ONU. Disponibilidade: <http://www.pnud.org.br/rdh/> acesso: jan/2005.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- POCHMANN, Márcio et al. *Classe média, desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006.
- POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PUCCI, Bruno (org). *Teoria Crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- PUCCI, Bruno et al. *Adorno: o poder educativo do pensamento crítico*. Petrópolis-RJ. Vozes, 1999.

- RAMOS, S. *Elementos Suspeitos: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- RISEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira: A tarefa da crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SAID, Edward W. *Cultura e política*. Tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos*. Texto apresentado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre com o nome As Tensões da Modernidade. Biblioteca das Alternativas, 2002.
- SARTORI, Giovanni. *A Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro, Rocco, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora de lugar* in *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Nota sobre vanguarda e conformismo* in *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Um seminário de Marx*. *Novos Estudos Cebrap*, n° 50, março de 1998.
- SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó-SC: Argos, 2004
- SINGER, Paul. *Dominação e Desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O que é Economia*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- SOARES, Luiz Eduardo et al. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOARES, Luiz Eduardo et al. *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.



- SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *As Insurgências Juvenis e as Novas Narrativas Políticas Contra o Instituído*. Cadernos de Pesquisa, PPGSP UFSC, disponível em <[www.sociologia.ufsc.br](http://www.sociologia.ufsc.br)>, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Reinvenções da Utopia: a militância política dos jovens nos anos 90*. São Paulo: Haecker, 1999.
- SOUZA, Jessé (org). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- SPOSITO, Marília Pontes. *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*. In Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- THOMPSON, Eduard Palmer. *A formação da classe operária inglesa. Volume I: A árvore da liberdade*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Tradução pelo Grupo de Estudos sobre Ideologia PUC RS. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Unesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1977.
- TRUFFAUT, François. *Hitchcock Truffaut*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- VALLADARES, Licia do Prado (org). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- VICENTIN, M. C. G. *A Vida em Rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Fapesp, 2005.
- VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Tradução José Pecegueiro. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Pensar historicamente: reflexiones e recuerdos*. Barcelona: Editora Crítica, 1997.
- VOLTAIRE, J. C.; *Tratado sobre a Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- WACQUANT, Lóic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.
- \_\_\_\_\_. *As duas faces do gueto*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

- WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Gênese do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Ática, 2006.
- WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução de Lilyane Deroche-Gurcel. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade 1880-1950*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Cultura*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Palavras-chave*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007
- YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Por amor ao mundo*. São Paulo: Relume-Dumará, 1996.

## 2 TESES E DISSERTAÇÕES

- BRUNELLI, Ana Flora. *"O sucesso está em suas mãos": uma análise do discurso de auto-ajuda*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em lingüística da UNICAMP. Campinas: 2004
- DEL CONT, Valdeir. *Eugenia: a ciência do melhoramento das especificidades genéticas do homem*. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Antropologia da UNICAMP (2007, p.81)
- JINKINGS, Isabella. *Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo*. Tese defendida junto ao Programa de Doutorado do IFCH, Campinas, 2007.
- ROMÃO, Arquilau Moreira. *Filosofia, educação e esclarecimento: os livros de auto-ajuda para educadores e o consumo de produtos semiculturais*. Tese defendida junto ao Programa de Doutorado em Educação da Unicamp, 2009.
- SANEH, Giuliano. *A formação do pensamento intolerante: um ensaio sobre a desvalorização do outro*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2002.
- SOUZA, Telma Regina de. *Mundo Contemporâneo e Totalitarismo: os limites da diferença*. São Paulo: PUC, 1998.
- TEIXEIRA, Tatiana. *Think tanks e neocons norte-americanos no governo Bush: a arte de pensar o impensável no pós-11 de setembro*. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de

Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (PPGRI/UFF), 2007.

TURMINA, Adriana Cláudia. *Mudar para manter: a auto-ajuda como nova pedagogia do capital*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

### **3 REVISTAS**

Pequenas empresas & grandes negócios. Rio de Janeiro: Editora Globo, edição 239, dezembro de 2008.

Veja São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição 2101, fevereiro de 2009.

Você S/A. São Paulo: Editora Abril, edição 126, dezembro de 2008.

### **4 SITES E BLOGUES NA INTERNET**

Na prática a teoria é outra: <http://napraticaateoriaeoutra.org/>

Biscoito Fino e a Massa: <http://www.idelberavelar.com/>

Luis Nassif: <http://www.advivo.com.br/luisnassif/>

Cinema e outras artes: <http://cinemaeoutrasartes.blogspot.com/>

Escola sem partido: <http://www.escolasempartido.org/>

Panóptico: <http://panoptico.wordpress.com/>

Reinaldo Azevedo: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>

Augusto Nunes: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/>

Mídia sem máscara: <http://www.midiasemmascara.org/>

Plínio Correa (Tradição, família e propriedade - TFP):  
<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/novidades.asp>

Causa liberal: <http://causaliberal.com.br/>

Imprensa marrom: <http://www.interney.net/blogs/impresamarrom/>

Óleo do diabo: <http://oleododiabo.blogspot.com/>

Centro de mídia independente: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/>

- 
- National review: <http://www.nationalreview.com/>
- The Huffingtonpost: <http://www.huffingtonpost.com/>
- Coturno noturno: <http://www.coturnonoturno.blogspot.com/>
- Fundadores (TFP): <http://www.fundadores.org.br/>
- Liberal, libertino, libertário: <http://www.interney.net/blogs/III/>
- Milton Ribeiro: <http://miltonribeiro.opsblog.org/>
- Vi o mundo: <http://www.viomundo.com.br/>
- Rafael Galvão: <http://www.rafael.galvao.org/>
- Ricardo Noblat: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/>
- Instituto Millenium: <http://www.imil.org.br/>

# ANEXOS

## Arte popular contra a barbárie



# ANEXO 1

## Movimento Cansei e Instituto Millenium



Folheto distribuído na Avenida Paulista chamando para ato do Cansei





## Quem Somos

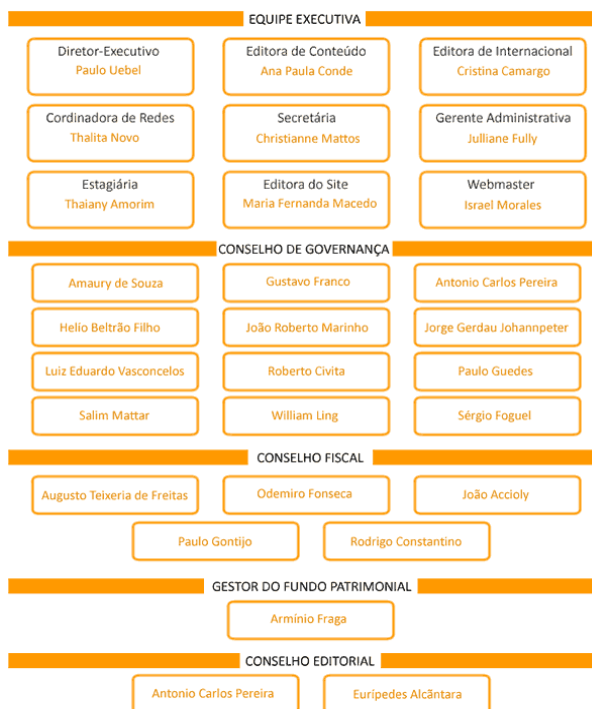
O Instituto Millenium é uma organização sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária, que promove valores fundamentais para a prosperidade e o desenvolvimento humano da sociedade brasileira.

As atividades do Instituto Millenium visam atingir a base da pirâmide, despertando a consciência da maioria da população sobre a importância de se respeitar determinados valores para se ter um ambiente institucional adequado para que cada indivíduo possa desenvolver suas potencialidades, alocando os recursos de forma eficiente e sem desperdícios.

O Instituto Millenium se propõe a fazer a diferença, colaborando para formar a opinião pública com base em valores claros e nas melhores políticas públicas adotadas pelo mundo. É importante que o maior número de pessoas tenha o conhecimento e a compreensão necessários para assegurar que o governo se concentre e se torne maximamente eficiente em suas funções básicas, reconhecendo seus limites e não atendendo a interesses de grupos, gerando privilégios indevidos e injustos.

O Instituto Millenium, em dezembro de 2009, obteve a certificação de **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP**, outorgado pelo Ministério da Justiça sob o número 08071.020869/2009-95.

Essa titularidade representa uma importante conquista, visto que passamos a ser reconhecidos oficialmente como uma entidade que defende interesses públicos e, principalmente, valores e princípios democráticos que pautam o desenvolvimento de nosso país.





## **Diretor Executivo**

Advogado, graduado pela PUC/RS. Especialista em direito tributário pela UFRGS. Certificado em Liderança Global pela Georgetown University. Presidente do Instituto de Estudos Empresariais – IEE na Gestão 2005/2006.

## **Conselho de Governança e Mantenedores**

Professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, tem doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Foi professor visitante das universidades de Stanford, Colorado, Notre Dame e Amsterdam. Tem orientado dezenas de teses de mestrado e doutorado, é membro de vários comitês científicos nacionais e internacionais e conta com dezenas de artigos publicados em prestigiosos periódicos.

Bacharel e mestre em Economia pela PUC-Rio, e possui os títulos de mestre e doutor pela Universidade de Harvard. No serviço público foi secretário de política econômica (adjunto) do Ministério da Fazenda, diretor de assuntos internacionais e presidente do Banco Central do Brasil. Participa de diversos conselhos de administração, consultivos e de eventos corporativos como palestrante. Em paralelo, mantém alguma atividade acadêmica (aulas e pesquisas) e escreve para jornais e revistas. Seus escritos podem ser encontrados em sua home page: [www.econ.puc-rio.br/gfranco](http://www.econ.puc-rio.br/gfranco).

Sócio-fundador da Turim Family Office. Foi diretor-presidente do Santander Brasil Asset Management e do Santander Brasil Private Equity, enquanto diretor executivo do Banco Santander do Brasil. Foi executivo do Banco de Investimentos Garantia e diretor executivo do banco Bozano, Simonsen. Tem MBA pela COPPEAD / UFRJ e M.Sc. em Business pelo MIT Massachusetts Institute of Technology.

Foi executivo do Banco CSFB Garantia, é membro do Conselho do Grupo Ultra e sócio da Gestora de Recursos Sextante Investimentos. Tem MBA na Universidade de Columbia de NY.

Vice-presidente das Organizações Globo.

Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau.

Foi diretor executivo das Organizações Globo e é atualmente membro do Conselho de Administração da Infoglobo e do Conselho Editorial das Organizações Globo. É engenheiro pela Universidade Gama Filho.

Sócia-diretora e fundadora do grupo Máquina, agência de comunicação. Formada em Jornalismo pela PUC-SP, foi repórter da Folha de S.Paulo e editora da revista Globo Rural. Trabalhou também no Departamento de Pesquisas da Rede Globo e atuou como produtora na rádio e na televisão Cultura.

Economista, graduada, com mestrado pela PUC-RJ, tendo cursado, sem concluir a tese, o programa de doutorado da Universidade da Pensilvânia. Trabalhou nos bancos Icatu e JPMorgan. Autora do livro “Oriente-se Guia de Profissões e Mercado de Trabalho”, lançado em 2000. É a mentora e principal fundadora do Instituto Millenium e foi sua diretora executiva no período de 2005 a 2008.

Sócio-Fundador e CEO do grupo financeiro BR Investimentos. Economista com Ph.D. pela Universidade de Chicago, foi um dos sócios – fundadores e diretor do Banco Pactual. Foi Sócio e CEO do IBMEC, uma das principais escolas de negócios do país, que veio a ser um marco no ensino de negócios do Brasil. A instituição foi pioneira nos MBAs executivos e ganhou reputação pelas inovações introduzidas no setor educacional brasileiro. É colunista semanal do jornal O Globo e escreve a cada duas semanas para a revista Época.

Presidente do banco BBM.

Presidente do Grupo Abril.

Conselheiro de Administração da Odebrecht S.A.

Publicitário, Diretor de Criação e Presidente da W/Brasil.

Diretor Presidente do grupo Petropar.

### **Conselho Editorial**

Editor de editorias e opinião do Jornal Estado de São Paulo.

Trabalhou no jornal O Globo e está na Veja há 25 anos. Começou como chefe de Belo Horizonte e em seguida fez carreira na redação de Veja, tendo sido editor-assistente, editor, editor-executivo, correspondente em Nova York, redator-chefe e, até março de 2004, diretor adjunto. Hoje é diretor da redação de Veja e recentemente assumiu também a diretoria editorial das revistas Veja São Paulo e Veja Rio.

### **Conselho de Fundadores e de Curadores**

**Armando Castelar Pinheiro** - Pesquisador e professor de Economia diplomado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1977, mestre em Matemática Aplicada (Instituto de Matemática Pura e Aplicada, IMPA, 1981) e em Administração (COPPEAD/UFRJ, 1983) e PhD. em Economia pela University of California, Berkeley, em 1989. Desde 1990 é professor adjunto do Instituto de Economia da UFRJ. Atualmente é membro da Comissão de Economia da Federação Brasileira de Bancos, pesquisador do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada/IPEA e articulista do jornal Valor Econômico, SP. Possui ampla produção acadêmica, publicada em revistas e livros, no Brasil e no exterior.

**Carlos Pio** - Professor de economia política internacional da Universidade de Brasília UnB e é mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Entre suas publicações, destacam-se: “A Estabilização Heterodoxa no Brasil: idéias e redes políticas” e “Liberalização do Comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais”, incluído no volume Reforma do Estado e Democracia no Brasil.

**Guilherme Fiuza** - Jornalista, colunista do site No Mínimo e titular do blog Política & Cia. É autor dos livros “Meu Nome não é Johnny” e “3000 Dias no Bunker”.

**Héctor Leis** - Doutor em filosofia, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e autor de numerosos trabalhos nas áreas de filosofia política, relações internacionais, e sociologia ambiental.

**João Accioly** - Advogado. Sócio desde 2006 do escritório Marcello Macêdo Advogados, formado em Direito pela PUC-Rio. Mestrando em Economia pelo IBMEC-RJ. Premiado pelo Instituto Liberal em 2005 – II Prêmio Donald Stewart, Jr., com o ensaio: “Brasil: A Caminho da Servidão”. “Ambassador alumni” da Foundation for Economic Education – FEE.

**Jorge Maranhão** - Publicitário, consultor, escritor, mestre em Filosofia pela UFRJ, autor de A Arte da Publicidade e de Mídia e Cidadania, além de outros livros de ficção. Tem colaborado com artigos de opinião sobre mídia, cidadania, arte, cultura, política e comunicação nos principais jornais do país. Atualmente, produz e apresenta os Boletins da Voz do Cidadão nas rádios Globo e CBN.

**Maria José de Queiroz** - Doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora catedrática, por concurso, da mesma Universidade. Visiting professor da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, professor associée da Universidade de Paris-Sorbonne, professora convidada de inúmeras universidades européias, vem associando o exercício do magistério ao estudo e à pesquisa de grandes temas que interessam à literatura geral, à filosofia, à antropologia à história das idéias.

**Pedro Bial** - Jornalista e apresentador de televisão. Ex-correspondente internacional da Rede Globo em Londres, no início da década de 1990 cobriu eventos importantes como a Guerra do Golfo, o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim. Trabalhou no Jornal Hoje e nos programas Globo Repórter e Fantástico. Atualmente comanda o reality show Big Brother Brasil.

**Raphael Tosti de Almeida Vieira**

Jornalista formado na PUC-RIO.

**Rodrigo Constantino** - Economista pela PUC-Rio, com MBA de Finanças pelo IBMEC. Trabalha no mercado financeiro desde 1997. É autor dos livros Prisioneiros da Liberdade e Estrela Cadente: As Contradições e Trapalhadas do PT, e Egoísmo Racional – o individualismo de Ayn Rand.

**Equipe**

**Ana Paula Conde** - É bacharel em comunicação social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em ciência política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutoranda em história, política e bens culturais do CPDOC/FGV. Tem experiência em jornalismo impresso, eletrônico e em assessoria de imprensa. É professora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio.

**Cristina Camargo** - Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com especialização em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM). Trabalha no mercado de comunicação desde 1990, em agências de publicidade e assessorias de comunicação, atuando nas áreas de propaganda, relações públicas e jornalismo.

**Julliane Fully**

Bacharel em Administração na PUC-RJ.

**Christiane Mattos**

Bacharelada em Direito na Universidade Estácio de Sá.

**Thaiany Amorim**

Bacharelada em Comunicação Social pela PUC-RJ

**Gestor do fundo patrimonial**

**Arminio Fraga** - Ex-Presidente do Banco Central do Brasil (março de 1999 a dezembro de 2002). Anteriormente, ocupou durante 6 anos o cargo de Diretor Gerente da Soros Fund Management LLC em Nova York. Durante 1991-92, ocupou o cargo de Membro da Junta de Diretores e Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil. Trabalhou em Salomon Brother em Nova York e no Banco de Investimentos Garantia, no Brasil. Atualmente, é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Lecionou também na Escola de Assuntos Internacionais da Universidade de Colúmbia, na Escola Wharton e na Universidade Católica do Rio. É Doutor em Economia formado na Universidade de Princeton. Formou-se como bacharel e fez um mestrado em Economia na Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1981.

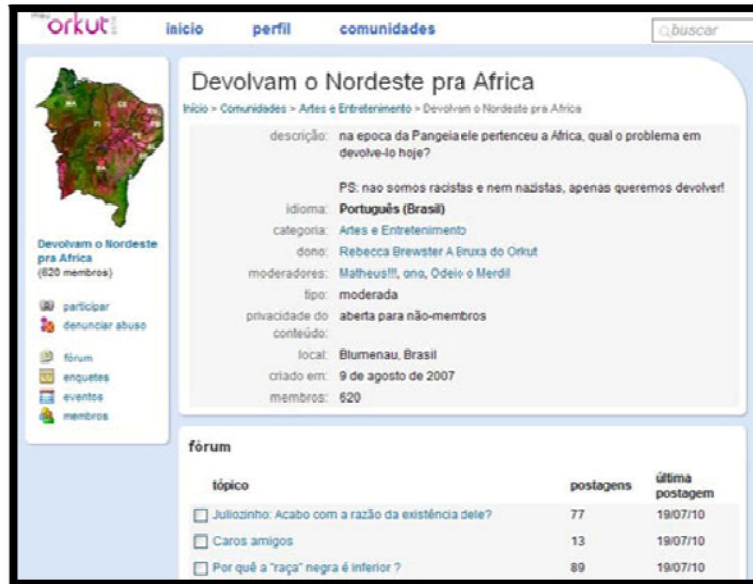
## ANEXO 2

Capas de revistas “empreendedoras”

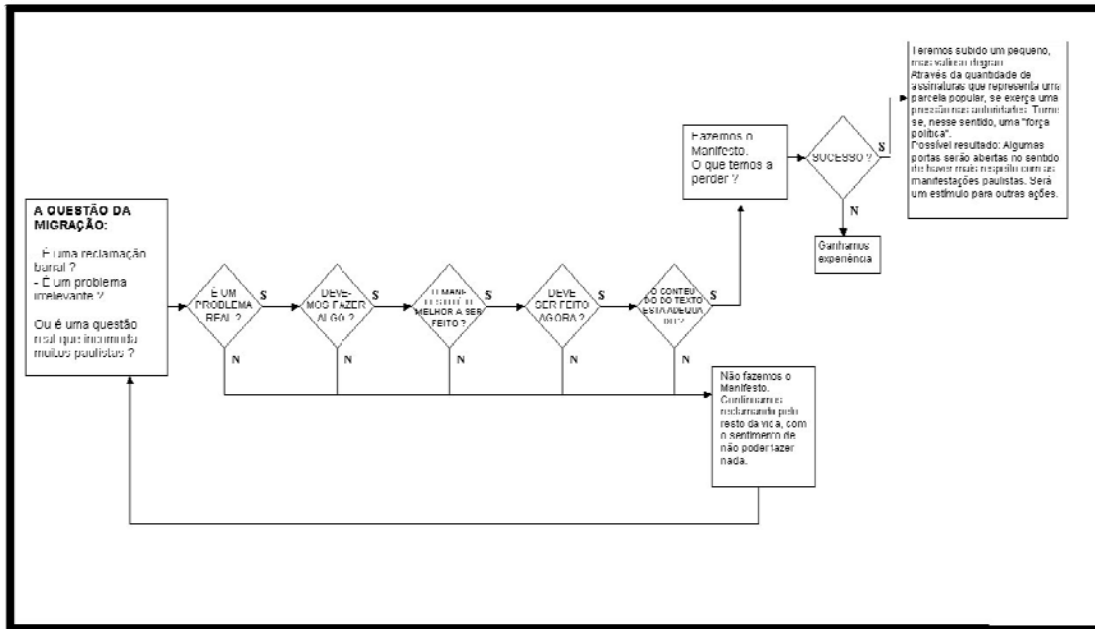


# ANEXO 3

## Neo eugenistas



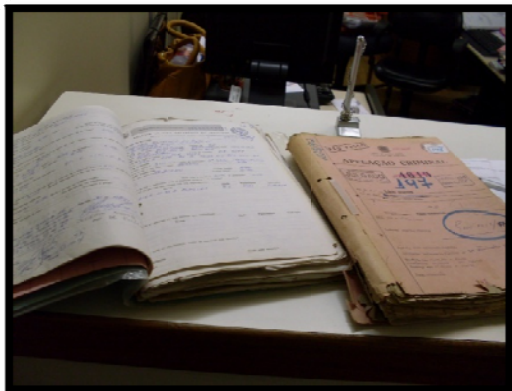
Comunidade do site de relacionamento Orkut com 620 participantes em 2007



Fluxograma do movimento São Paulo para os paulistas em 2010

## ANEXO 4

### Fotos Tribunal do Júri e Processo 17901/97



Prédio do Tribunal do Júri do DF



Sala de arquivo do processo



Volume I Processo 17901/97



Autópsia de Galdino



Três caixas contendo os 12 volumes



Foto Nº 4 - Aspecto externo após a retirada das ataduras - vista lateral